

A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA BIBLIOTECA PÚBLICA DO MARANHÃO:

um estudo acerca dos serviços educativos da
Biblioteca Pública Benedito Leite (BPBL)



Maurício José Moraes Costa

São Luís
2020

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CULTURA E SOCIEDADE
MESTRADO INTERDISCIPLINAR

MAURÍCIO JOSÉ MORAIS COSTA

A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA BIBLIOTECA PÚBLICA DO MARANHÃO: um
estudo acerca dos serviços educativos da Biblioteca Pública Benedito Leite (BPBL)

São Luís
2020

MAURÍCIO JOSÉ MORAIS COSTA

A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA BIBLIOTECA PÚBLICA DO MARANHÃO: um
estudo acerca dos serviços educativos da Biblioteca Pública Benedito Leite (BPBL)

Dissertação apresentada à Linha de Pesquisa 2
- Cultura, Educação e Tecnologia, do Programa
de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade,
visando obtenção do Título de Mestre em
Cultura e Sociedade.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Kláutenys Dellene
Guedes Cutrim

São Luís

2020

Dados internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Ficha catalográfica elaborada pelo Bibliotecário
Maurício José Morais Costa CRB 13-833

C349p

Costa, Maurício José Morais.

A educação patrimonial na Biblioteca Pública do Maranhão: um estudo acerca dos serviços educativos da Biblioteca Pública Benedito Leite (BPBL) / Maurício José Morais Costa. São Luís, 2020.

178 f. il. color.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Kláutenys Dellene Guedes Cutrim.

Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2019.

Inclui bibliografia, apêndices e anexos.

1. Patrimônio Cultural. 2. Educação Patrimonial. 3. Biblioteca Pública Benedito Leite (BPBL). 4. Serviços Educativos. 5. Memória. I. Título. II. Cutrim, Kláutenys Dellene Guedes.

CDD: 027.4818121
CDU: 027.4:711.4(812.1)

MAURÍCIO JOSÉ MORAIS COSTA

A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA BIBLIOTECA PÚBLICA DO MARANHÃO: um
estudo acerca dos serviços educativos da Biblioteca Pública Benedito Leite (BPBL)

Dissertação apresentada à Linha de Pesquisa 2
- Cultura, Educação e Tecnologia, do Programa
de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade,
visando obtenção do Título de Mestre em
Cultura e Sociedade.

Data da Aprovação: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dr.^a Kláutenys Dellene Guedes Cutrim (Orientadora)

Doutora e Linguística e Língua Portuguesa
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Prof. Dr. Arkley Marques Bandeira (Membro Interno)

Doutor em Arqueologia
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Prof. Dr. Cezar Karpinski (Membro Externo)

Doutor em História
Universidade Federal de Santa Catarina (PGCin-UFSC)

AGRADECIMENTOS

Nossa, após uma longa jornada chego à conclusão do Mestrado. É mais que uma realização de um sonho individual, mas sim, coletivo. São tantas pessoas a agradecer neste momento, cujas páginas são poucas para expressar tamanha gratidão.

Agradeço inicialmente a Deus por me permitir ter chegado até aqui, por ter iluminado meus caminhos, posto desafios nesta trajetória, bem como por ter me concedido saúde e discernimento para concluir esta etapa.

Deus também foi responsável por colocar anjos junto de mim, que chamo de família. Minha mãe, Maria da Conceição (Ceixa, Concita, Conça, etc.) e meu pai, Bernardo (cursista), responsáveis pela melhor criação que pude ter. Certamente não seria esta pessoa que sou hoje, se não fosse pelos conselhos, incentivos, sacrifícios, esforços, desprendidos em prol de nossa educação, formação e humanidade. Meu irmão Marcelo Augusto, com quem compartilho tudo, sei que sempre terei o apoio dele em tudo que eu fizer e no que precisar. Meu irmão, sobrinho, filho Arthur (pequeno lindoso), uma criança tão especial e que renovou nossas energias em buscar por coisas melhores, para que ele tenha tudo que tivemos e não tivemos. Amo vocês!

Não poderia deixar de agradecer ao meu grande amigo, que além de uma grande referência foi responsável por me fazer acreditar que sou capaz de conquistar o mundo. Certamente eu não estaria hoje se não fosse pelo apoio e incentivo do Prof. João Batista Bottentuit (João), a quem tenho um grande apreço e admiração. Lembro bem da minha primeira reunião no Grupo de Estudos e Pesquisas em Tecnologias Digitais na Educação (GEP-TDE).

Outro ser humano a quem sou grato a Deus por ter entrado na minha vida é Danielle Fernandes (Dani). Não imaginas como sou grato pela tua amizade, pelo teu apoio, carinho e oportunidades que me destes. Serei eternamente grato a você, parte deste sonho tem sua contribuição.

Desde que entrei na UFMA algumas pessoas contribuíram para o meu crescimento e crescimento, desde o departamento de Biblioteconomia até o Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade. Do DEBIB faço um agradecimento especial a Prof.^a Valdirene Pereira (Val) com quem dei meus primeiros e importantes passos no mundo da pesquisa, que sempre acreditou em mim e me incentivou; Prof.^a Dirlene pelas inúmeras contribuições desde a graduação até a elaboração do projeto do Mestrado; Prof.^a Cláudia Pecegheiro, referência e parceira do GEPDCMIDI.

Agradeço a minha orientadora, Prof.^a Kláutenys Cutrim pelo desafio de me orientar, pela paciência, pelos ensinamentos e por acreditar no meu potencial nesta trajetória que foi o Mestrado, mas que daremos continuidade (uma vez orientadora, sempre orientadora).

Ao entrar no PGCult conheci pessoas incríveis, como um irmão que Deus tinha me dado, mas que só o encontrei alguns anos mais tarde na UFMA, grande Jarbas Feitosa. Onde que eu imaginaria que uma das pessoas mais inteligentes da sala se tornaria um dos meus melhores amigos de infância. Grande referência, exemplo de ser humano, pesquisador, profissional. Compartilhamos alegrias, desafios e conquistas de vida, dentre elas trabalharmos juntos.

Também fiz grandes amizades, como a do meu amigo Donny dos Santos, companheiro de pesquisa, publicações, eventos, rolês e momentos felizes. Sim! É possível ser feliz fazendo mestrado. Bruna Castelo Branco, esses dois anos não seriam os mesmos sem você. Uma amizade que levo para a vida, segredos, almoços, lanches, reflexões, memes, directs, prints, problemas, lágrimas, elásticos de cabelo, sorrisos, nossa parece que foi ontem que quase pedi para te marcarem no primeiro post da turma, amo você! Mizraim Mesquita (Miz), vizinha de Área, compartilhamos dos mesmos dramas (Uber não cancela, eu te imploro), admiro muito sua garra e sua força, *queen* Miz. Meu amigo Jailson Viana, lutador e que compartilha dos meus sonhos, conquistas e lutas, além de ser um amigo que posso contar sempre! Agradeço a galera do grupo secreto, cobiçado e para um pequeno seletto grupo! Estendo os agradecimentos aos amigos do PGCult, Rafael Duailibe, Larize Kelly, Vander Rabelo e demais!

Agradeço ao Grupo de Estudo e Pesquisas em Patrimônio Cultural, aos membros, ao qual fui acolhido e recebido com carinho. Estendo os agradecimentos ao PGCult e todo o seu corpo docente e técnicos, em especial a Turma 08 (Luciana, Ivanilde, Ezenilde, Milena, dentre outros) e a Prof.^a Dr.^a Conceição Belfort. Ao PGCult devo importantes conquistas de minha vida, cuja gratidão é imensurável.

Expresso meus agradecimentos ao Prof. Dr. Arkley Bandeira e Prof. Dr. Fabrício Silveira (ECI-UFMG) pelas brilhantes e importantes contribuições na Banca de Qualificação, vocês foram determinantes na conclusão desta pesquisa, que anseio dar continuidade no doutoramento. Agradeço ao Prof. Dr. Cezar Karpinski (PGCin-UFSC) pelas contribuições na Banca de Defesa.

Agradeço a todas as instituições em que atuei profissionalmente, todavia não poderia deixar de expressar minha gratidão a Prof.^a Odlá Albuquerque por contribuir com uma importante conquista pessoal, profissional e por acreditar em mim, tenho grande admiração e carinho por você. Externo minha gratidão ao Grupo Dom Bosco, em especial a Unidade de

Ensino Superior Dom Bosco na pessoa do Prof. Fábio Carvalho, a quem tenho grande apreço, admiração e gratidão, por acreditar no meu potencial e profissionalismo. Estendo os agradecimentos a Prof.^a Teyla Santos, Prof.^a Graciana Cordeiro, Prof. Rodrigo Lima, Prof. Pablo Monteiro, Daniel Brandão, Selma, Ana, Paula, Andriele e todos os profissionais que me acolheram na UNDB.

Agradeço, por fim e não menos importante, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA) por acreditarem na pesquisa brasileira, maranhense e incentivarem pesquisadores como eu.

A todos que contribuíram direta e indiretamente para a realização deste sonho!

RESUMO

Investigação acerca dos serviços educativos da Biblioteca Pública Benedito Leite (BPBL) e seus contributos para preservação da memória e do patrimônio cultural do estado do Maranhão. Trata de um estudo exploratório e descritivo, de abordagem quantitativa e qualitativa, que fez uso da pesquisa bibliográfica, documental, questionários mistos com 62 (sessenta e dois) usuários e visitantes da Benedito Leite, entrevista semiestruturada com a gestão e 2 (duas) profissionais turismólogas, estas responsáveis pelo planejamento e realização dos serviços educativos, bem como observação sistemática entre os meses de agosto e setembro de 2019, para investigar interdisciplinarmente como estes são realizados na instituição e seus reflexos na sensibilização, preservação da memória e do patrimônio cultural do estado. Objetiva investigar a educação patrimonial desenvolvida na Benedito Leite, no que diz respeito aos serviços educativos voltados para a preservação da memória maranhense. Discute bibliotecas públicas e caracteriza a Biblioteca Benedito Leite, a partir de autores como Almeida Júnior (1997), Bernardino e Suaiden (2011), Suaiden (2018), Milanesi (2013), Flusser (1980; 1983), Mendes (2014), Braga (2013), Castro, Silva e Castellanos (2011), dentre outros. Aborda os múltiplos conceitos de patrimônio cultural e educação patrimonial, pautando-se nos estudos de Choay (2006), Gonçalves (2003), Ferraz (2015), Calabre (2013; 2009), Cutrim (2011), Dutra e Vieira (2014), Detoni (2016), Wichers (2011), Cardoso (2013), Horta, Grunberg e Monteiro (1999), Florêncio (2015), Florêncio *et al.* (2014). Apresenta os diferentes entendimentos de memória e demarca as interseções desses conceitos com as práticas das bibliotecas públicas. Para tanto, dialoga-se com autores como Halbwachs (2006), Pollak (1989; 1992), Nora (1993), Silveira (2010; 2012a; 2012b; 2014). Descreve o percurso metodológico que orientou o desenvolvimento desta investigação. Detalha-se o tipo de pesquisa, o local de realização da investigação, os participantes, bem como os instrumentos de coleta de dados, procedimentos de coleta e análise dos resultados. Pontua o papel da BPBL, não apenas como agente de salvaguarda dos bens materiais (livros, manuscritos, periódicos, artefatos históricos, entre outros), mas como mediadora e caminho para que os indivíduos se apropriem de sua história, reconheçam-se enquanto cidadãos maranhenses e renovem seus laços identitários. Ressalta a educação patrimonial como uma das metodologias capazes de contribuir na sensibilização cultural, mediante o engajamento e a construção de relações identitárias com o patrimônio cultural, suas múltiplas expressões e sentidos. Demarca o lugar da Benedito Leite na sociedade maranhense, enquanto espaço físico e simbólico de preservação da memória de um povo e de sua história, bem como sua função, que vai além da simples reunião de bens materiais informativos, à medida que se constitui um *locus* de sociabilidade dos sujeitos, que fortalece suas identidades e contribui para o reconhecimento de suas raízes culturais. Reforça que os serviços educativos são não apenas serviços fim do setor de Referência e Informação (SRI), mas também importantes meios de sensibilização cultural para o reconhecimento dos patrimônios material e imaterial, da cultura popular maranhense e do patrimônio bibliográfico produzido no estado. Conclui que os serviços educativos se mostram como caminhos pelos quais a memória pode ser preservada e ecoada em todos os municípios do Maranhão.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural. Educação Patrimonial. Biblioteca Pública Benedito Leite (BPBL). Serviços Educativos. Memória.

ABSTRACT

Research on the educational services of the Benedito Leite Public Library (BPBL) and its contributions to the preservation of the memory and cultural heritage of the state of Maranhão. It is an exploratory and descriptive study, with qualitative and quantitative approach, which used bibliographic and documentary research, mixed questionnaires with 62 (sixty-two) of Benedito Leite's users and visitors, semi-structured interview with the management team and 2 (two) tourism professionals, who are responsible for planning and conducting the educational services, as well as systematic observation between August and September 2019, to investigate from an interdisciplinary perspective how these educational services occur in the institution and what are their effects on the awareness and preservation of the state's memory and cultural heritage. It aims to investigate the heritage education developed at Benedito Leite, regarding the educational services aimed at preserving Maranhão's memory. It discusses public libraries and portrays Benedito Leite Library, based on authors such as Almeida Júnior (1997), Bernardino and Suaiden (2011), Suaiden (2018), Milanesi (2013), Flusser (1980; 1983), Mendes (2014), Braga (2013), Castro, Silva and Castellanos (2011), among others. It addresses the multiple concepts of cultural heritage and heritage education, based on studies of Choay (2006), Gonçalves (2003), Ferraz (2015), Calabre (2013; 2009), Cutrim (2011), Dutra and Vieira (2014), Detoni (2016), Wichers (2011), Cardoso (2013), Horta, Grunberg, and Monteiro (1999), Florêncio (2015), Florêncio *et al.* (2014). It presents different understandings about memory and demarcates the intersections of these concepts with the practices in public libraries. Therefore, it dialogues with authors as Halbwachs (2006), Pollak (1989; 1992), Nora (1993), Silveira (2010; 2012a; 2012b; 2014). It describes the methodology path that has guided this investigation development. It details the type of research, the investigation place, the participants, as well as the data collection instruments, data collection procedures and analysis of results. It notes the role of BPBL not only as a safeguard agent for material goods (books, manuscripts, journals, historical artifacts, among others) but as a mediator and a way for individuals to take ownership of their history, recognize themselves as Maranhão citizens and renew their identity ties. It emphasizes the heritage education as one of the methodologies capable of contributing to the cultural awareness through the engagement and construction of identity relationships with the cultural heritage, its multiple expressions and meanings. It distinguishes the place of Benedito Leite in Maranhão society, as a physical and symbolic space for preserving the memory of a people and its history, as well as its function, which goes beyond the mere gathering of informative material goods, as it constitutes a locus of sociability of the subjects that strengthens their identities and contributes to the recognition of their cultural roots. It denotes that educational services are not only the core activities of the Reference and Information Sector (SRI) but also important channels to achieve cultural awareness and acknowledgment of tangible and intangible cultural heritage, Maranhão popular culture and bibliographic heritage produced in the state. It concludes that educational services might be ways to preserve and echo memory in all municipalities of Maranhão.

Keywords: Cultural Heritage. Heritage Education. Benedito Leite Public Library (BPBL). Educational Services. Memory.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Fachada da Biblioteca Pública Benedito Leite.	32
Figura 2 – Biblioteca Infantil e Juvenil Viriato Corrêa.	37
Figura 3 – Biblioteca do Bebê na Biblioteca Benedito Leite.	38
Figura 4 - Etapas metodológicas da EP.	42
Figura 5 - Etapas metodológicas da EP.	74
Figura 6 – BPBL no centro de São Luís e Partenon de Atenas – Grécia.	100
Figura 7 – Protesto do Sindicato dos Bancários na BPBL, na década de 1990.	101
Figura 8 – Construção da Biblioteca Pública Benedito Leite.	101
Figura 9 – Tela de agendamento do Circuito de Visita Cultural.	115
Figura 10 – BPBL no centro de São Luís e Partenon de Atenas – Grécia.	116
Figura 11 – Exposições na BPBL, no setor de referência.	123

LISTA GRÁFICOS

Gráfico 1 - Como recebe informações da Biblioteca Benedito Leite?	118
Gráfico 2 – Qual seria o melhor canal para divulgação dos produtos e serviços da BPBL?.	119
Gráfico 3 - Quais serviços você costuma utilizar na Biblioteca Benedito Leite?	126
Gráfico 4 – Comparação quanto ao nível de conhecimento das categorias imbricadas na pesquisa.	137

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Detalhamento do acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite.	33
Quadro 2 – Sistematização das unidades de registro e ideias centrais por categoria.	92
Quadro 3 - Qual o papel da Biblioteca Pública para o Maranhão e para o Brasil?.....	97
Quadro 4 – A BPBL e a Memória na fala dos visitantes, usuários e diretora.	98
Quadro 5 – Relação da BPBL com a preservação e valorização do patrimônio cultural.	112
Quadro 6 – Caracterização geral das atividades observadas na BPBL.	124
Quadro 7 – Sistematização das unidades de registro e ideias centrais por categoria.	127
Quadro 8 – Falas dos participantes da pesquisa quanto a lembranças e recordações associadas a Biblioteca Benedito Leite.	128
Quadro 9 – Sistematização das unidades de registro e ideias centrais por categoria quanto à importância da BPBL para os usuários e visitantes.	131
Quadro 10 – Falas dos participantes da pesquisa quanto a lembranças e recordações associadas a Biblioteca Benedito Leite.	134
Quadro 11 – Sistematização das unidades de registro e ideias centrais por categoria quanto a contribuição do serviço educativo para a valorização e preservação do patrimônio cultural e memória de São Luís.	139

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BPBL	Biblioteca Pública Benedito Leite
CNRC	Centro Nacional de Referência Cultural
DAC	Departamento de Assuntos Culturais
DPHAN	Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
EDA	Escritório de Direitos Autorais
EP	Educação Patrimonial
FBN	Fundação Biblioteca Nacional
IBRAM	Instituto Brasileiro de Museus
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
INL	Instituto Nacional do Livro
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ISBN	International Standard Book Number
SE	Serviços Educativos
SEBP-MA	Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas do Estado do Maranhão
SECMA	Secretaria de Cultura do Estado do Maranhão
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SR	Serviço de Referência
SRI	Serviço de Referência e Informação
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 BIBLIOTECA PÚBLICA BENEDITO LEITE	21
2.1 De Biblioteca Provincial à Biblioteca Pública do Estado do Maranhão	27
2.1.1 Acervo, produtos e serviços	31
2.2 Serviços educativos: para além do Serviço de Referência e Informação.....	39
3 PATRIMÔNIO CULTURAL E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL.....	48
3.1 Contextualização e evolução do patrimônio cultural brasileiro.....	55
3.2 Educação Patrimonial.....	67
4 MEMÓRIA E BIBLIOTECAS PÚBLICAS: traços de uma relação	77
5 PERCURSO METODOLÓGICO.....	87
5.1 Tipo de Pesquisa	87
5.2 Local da Pesquisa	88
5.3 Participantes da Pesquisa	88
5.4 Instrumentos de coleta de dados	89
5.4.1 Procedimentos de coleta de dados	89
5.4.2 Procedimentos de análise dos dados.....	90
6 OS SERVIÇOS EDUCATIVOS DA BIBLIOTECA PÚBLICA BENEDITO LEITE E A PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA	94
6.1 Percepção dos gestores e profissionais	96
6.2 Percepção dos usuários	122
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	142
REFERÊNCIAS	151
APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	170
APÊNDICE B – QUESTIONÁRIOS DOS PARTICIPANTES	172
APÊNDICE C - ROTEIRO DA ENTREVISTA.....	174
APÊNDICE D - GRELHA DE OBSERVAÇÃO SISTEMÁTICA.....	175
ANEXO A – ORGANOGRAMA DA BIBLIOTECA PÚBLICA BENEDITO LEITE	177

1 INTRODUÇÃO

A informação é considerada um instrumento essencial para a sociedade, uma vez que ela subsidia todo e qualquer desenvolvimento (cultural, social, político e econômico) favorecendo não apenas a atualização científica, o acesso ao conhecimento e aos bens culturais, tem o seu papel explicitado à medida que tenta promover transformações nos indivíduos e faz com que estes se apropriem dos valores e significados que orientam e dão personalidade ao grupo social que integram (BOURDIEU, 2014). Bourdieu (2014) reforça que para a saída da exclusão sociocultural, a apropriação do “capital cultural” é o caminho pelo qual os sujeitos efetivam sua plena cidadania e emancipam-se, rompendo com as estruturas que lhe são impostas em uma sociedade excludente e opressora (FREIRE, 2016).

Destaca-se, assim, a importante atribuição que têm as instituições onde a informação encontra-se reunida, cujas funções vão ademais de manter organizado e preservado todo o conhecimento registrado. As bibliotecas são instituições culturais que têm, dentre outros objetivos, colecionar, reunir, documentar e preservar os bens culturais, revelando assim, a atribuição na formação de cidadãos críticos, além de contribuir no desenvolvimento da sociedade nos mais diferentes aspectos (MARQUES, 2010; SMITH, 2000).

Tais instituições têm como responsabilidade não apenas reunir obras, documentos, materiais informacionais, mas de estarem a serviço da comunidade, independente de seus enquadramentos, naturezas sociais ou institucionais, ou seja, alicerçando o aprendizado e o exercício da cidadania que, por sua vez, perpassam as questões educacionais (SOUSA, 2015). Diante disso, a formação dos indivíduos – estes dotados de especificidades sociais e culturais – fora intensificada. Tal formação é essencial para que a apropriação da história, da identidade e dos elementos que compõem a sociedade a sua volta venha a ser algo efetivo e real.

Pontua-se que as instituições de informação, em especial as bibliotecas, são produtos dos anseios da sociedade, tanto no que diz respeito ao acesso à informação, quanto na preservação da história, da memória e da cultura, devendo, assim “[...] atuar no domínio da criação de um desenvolvimento sustentável e tomada de decisões, fomentar a cultura [...]” (SOUSA, 2015, p. 16).

Vê-se a relação das bibliotecas com o patrimônio cultural, a partir dos seus acervos, nos quais estão abrigados diferentes bens culturais – materiais e imateriais – expressos em distintas tipologias documentais, tais como livros, periódicos, objetos raros, ações voltadas para a cultura popular, dentre outros. Todavia, o entendimento de patrimônio cultural é amplo e está em constante processo de transformação e ressemantização, logo deve ser compreendido como

uma formação discursiva, responsável por mapear conteúdos simbólicos, não restrita à simples constituição de determinado território, mas, sobretudo, como os indivíduos que se relacionam como ele constroem suas identidades culturais (FONSECA, 2003).

Dentro do domínio do patrimônio cultural, emerge a Educação Patrimonial (EP), cunhada no Brasil na década de 1980. A EP possibilita a compreensão sóciohistórica das referências, traços, saberes e fazeres, manifestações culturais, visando contribuir com seu reconhecimento, valorização e preservação, ou seja, educar pelo patrimônio (ALMEIDA, 2017; FLORÊNCIO, 2015; FLORÊNCIO *et al.*, 2014; HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999).

Nessa assertiva, entende-se a EP não apenas como uma metodologia, mas como ações e práticas de cunho educativo, formais e não formais, cujo foco é a sensibilização cultural e a apropriação do patrimônio materializado e imaterializado, abrigado em diferentes *lôcus* culturais, em especial na Biblioteca Pública Benedito Leite (BPBL), objeto deste estudo.

Desse modo, a EP está implicada nos serviços e produtos desenvolvidos pela BPBL, materializada em atividades, ações e serviços educativos voltados para a mediação do patrimônio junto a seus usuários. Entende-se que tal “metodologia didático-pedagógica” não se restringe apenas ao acesso aos serviços comuns das bibliotecas, mas contribui com a preservação da história, dos registros, dos saberes e fazeres de um povo, ou seja, tudo aquilo que deve permanecer, ser mantido e preservado (BRAYNER, 2007; VANNUCCHI, 1999; LE GOFF, 2013).

A preocupação em preservar e manter os registros do conhecimento seguros, é antes de tudo, preocupar-se com a memória, categoria que fecha a tríade biblioteca pública, patrimônio e memória, que irá permear a análise dos serviços educativos da BPBL e como estes contribuem para a preservação da memória e do patrimônio cultural do Estado do Maranhão. Desse modo, adotar-se-á como prerrogativas as contribuições dos estudos de Halbwachs (2006) e Pollak (1989; 1992), embora divergentes em alguns aspectos, favorecem a reflexão dialética da memória, entendida tanto como uma construção discursiva pautada nas conjecturas individuais, quanto coletivas, estabelecidas em um terreno de múltiplas interações entre o material, social e simbólico, cujo entrelaçamento resulta em rememorações que remetem a uma memória maior, do grupo social ou sociedade a qual pertence.

Reconhece-se a relação entre patrimônio cultural, educação patrimonial, memória e bibliotecas públicas, à medida que estas últimas se consagraram como importantes espaços de preservação da memória cultural da sociedade ocidental, cujos objetivos estão fundados na “[...] corresponsabilidade no processo de recuperação da informação, em benefício da

divulgação científica, tecnológica, cultural e social, bem como do testemunho jurídico e histórico.” (BELLOTTO, 2008, p. 35).

Diante disso, a realização desta investigação é motivada pelas práticas profissionais do investigador, pautada na percepção da importância da BPBL para a construção cultural do Maranhão e como ela tem atuado na preservação do conhecimento registrado em diferentes tipologias documentais, visando à formação crítica e desenvolvimento educacional, político, social e cultural do povo maranhense.

Pesquisar a EP desenvolvida em bibliotecas públicas, parte do papel dessas instituições em “[...] promover o conhecimento sobre a herança cultural, o apreço pelas artes e pelas realizações e inovações científicas [...]” (IFLA, 1994, p. 1). Sendo assim, ela deve estar presente nas instituições empenhadas na promoção, difusão e o acesso aos bens culturais. As ações de mediação para o patrimônio devem ser pensadas e planejadas dialogando-se, tanto com a EP, quanto com as diretrizes biblioteconômicas consagradas no Serviço de Referência e Informação (SRI)¹ já desenvolvidas nas bibliotecas. É fundamental compreender a necessidade da abordagem educacional e do papel educativo das bibliotecas públicas, sobretudo quando se trata das noções e estratégias de mediação e apropriação do patrimônio cultural.

A relevância desta investigação centra-se, sobretudo, na reflexão acerca da importância das bibliotecas públicas, cujas funções vão além do depósito de registros do conhecimento, da salvaguarda da memória coletiva e da valorização do patrimônio histórico-cultural. Mas, tais instituições mostram-se como espaços marcados por práticas educativas e de apropriação cultural, sendo capazes de atuar na “[...] identificação, divulgação e popularização dos lugares de memória - sejam prédios públicos, museus, monumentos, parques, bibliotecas ou arquivos [...]” (CARTERI, 2004, p. 35).

A educação patrimonial em bibliotecas públicas fomenta práticas culturais que constituem e preservam a memória coletiva, visto que “[...] a interação, mais do que a contemplação, que possibilita ao ser humano a valorização do patrimônio histórico-cultural.” (CARTERI, 2004, p. 35). Ressalta-se que, além de ser uma referência estadual, a Biblioteca Pública Benedito Leite é a segunda mais antiga biblioteca pública do Brasil, reforçando seu papel enquanto instituição voltada para a preservação e a difusão do patrimônio cultural e informacional da capital maranhense.

¹ O Serviço de Referência e Informação (SRI) pode ser entendido como o conjunto de atividades desenvolvidas pelas bibliotecas para mediar e possibilitar o fluxo informacional. São as ações de mediação da informação entre o bibliotecário e o usuário, na perspectiva de atender suas necessidades junto à unidade de informação. Extrapola o atendimento realizado no balcão de referência, pois interfere e integra os demais setores, desde a formação de coleção, até os processos finais da biblioteca (GROGAN, 2007).

Busca-se contribuir com os estudos desenvolvidos pela Linha de Pesquisa 2, Cultura, Educação e Tecnologia, do Mestrado Interdisciplinar em Cultura e Sociedade, a partir da reflexão acerca da educação patrimonial, em uma cidade reconhecida como Patrimônio Mundial pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Acentua-se que a presente pesquisa enriquece os estudos sobre patrimônio cultural no campo da Ciência da Informação, levando em consideração que as bibliotecas públicas tratam a informação representada, expressada, materializada e imaterializada em diferentes aspectos no contexto maranhense. Considerando a importância das bibliotecas públicas para a preservação da memória, do patrimônio informacional e cultural, emerge-se a seguinte problemática: como a educação patrimonial se expressa nos serviços educativos planejados e implementados pelo Setor de Referência e Informação da Biblioteca Pública Benedito Leite e quais suas contribuições para a preservação da memória, do patrimônio cultural e informacional do Estado do Maranhão?

A presente pesquisa aborda saberes de diferentes campos da ciência, não apenas por ter como área central a Biblioteconomia, mas por promover o diálogo e integrar conhecimentos da cultura, da Ciência da Informação, do Turismo, da História e da Memória Social. Logo, entrelaça e fundamenta-se interdisciplinarmente às teorias das bibliotecas públicas, patrimônio cultural e memória social, no sentido de investigar como os serviços educativos da Biblioteca Pública Benedito Leite podem interceder na preservação da memória e do patrimônio do Estado do Maranhão. Ressalta-se que as categorias teóricas ora destacadas são indissociáveis e, por se tratar de domínios de natureza transversal, interagem e interseccionam em diferentes áreas do conhecimento humano.

A pesquisa tem por objetivo geral investigar a educação patrimonial desenvolvida na Biblioteca Pública Benedito Leite, no que diz respeito aos serviços educativos voltados para a preservação da memória do Estado do Maranhão. Para tanto, tem como objetivos específicos: a) caracterizar os serviços educativos desenvolvidos pela Biblioteca Pública Benedito Leite em São Luís do Maranhão, bem como refletir sobre seu papel enquanto centro cultural e instituição de memória; b) descrever a percepção dos diferentes participantes dos serviços educativos da Biblioteca Pública Benedito Leite voltados para a preservação da memória e; c) identificar de que forma os serviços educativos desenvolvidos pela Biblioteca Pública Benedito Leite têm contribuído para a preservação da memória do Maranhão.

Metodologicamente, consiste em uma pesquisa de caráter exploratório e descritivo, de abordagem quantitativa e qualitativa, que se dedica a analisar os serviços educativos desenvolvidos pela Biblioteca Pública Benedito Leite, bem como suas contribuições para a

preservação da memória, do patrimônio cultural e informacional do Estado do Maranhão. Por conseguinte, parte-se da pesquisa bibliográfica e documental, para discutir o entrelaçamento de biblioteca pública, patrimônio e memória.

Fez-se uso de questionários mistos junto aos usuários participantes dos serviços educativos da BPBL, entrevistas semiestruturadas com os gestores e profissionais da referida instituição, além de observação sistemática com diário de campo. Em face de tais instrumentos, o cruzamento dos dados teve suporte do *software Nvivo* voltado a análises qualitativas, bem com o *Excel* para tratamento dos dados quantitativos. À discussão dos dados adotou a análise de conteúdo de Bardin (2016), visto que fora realizada a categorização dos resultados, cujo conteúdo fora analisado, mediante diálogo com o referencial teórico que norteia o estudo, assim como os objetivos traçados para a investigação.

A dissertação está organizada em seis seções. Na primeira seção discutem-se as teorias das bibliotecas públicas e caracteriza-se a Biblioteca Pública Benedito Leite, a partir de autores como Almeida Júnior (1997), Bernardino e Suaiden (2011), Suaiden (2018), Milanesi (2013), Flusser (1980; 1983), Mendes (2014), Braga (2013), Castro, Silva e Castellanos (2011), dentre outros. Na segunda, aborda-se os múltiplos conceitos de patrimônio cultural e educação patrimonial, pautando-se nos estudos de Choay (2006), Gonçalves (2003), Ferraz (2015), Calabre (2013; 2009), Cutrim (2011), Dutra e Vieira (2014), Detoni (2016), Wichers (2011), Cardoso (2013), Horta, Grunberg e Monteiro (1999), Florêncio (2015), Florêncio *et al.* (2014), entre outros. Reflete-se o alargamento do entendimento de educação patrimonial, tratando-a como uma estratégia de sensibilização cultural.

Na terceira seção, discorre-se acerca da relação entre memória social e bibliotecas públicas. Apresentam-se os diferentes entendimentos de memória e suas interseções com as práticas das bibliotecas públicas. Para tal, dialoga-se com autores como Durkheim (2007), Halbwachs (2006), Pollak (1989; 1992), Nora (1993), Candau (2016), Silveira (2010; 2012a; 2012b; 2014). Na quarta seção, se descreve o percurso metodológico que orientou o desenvolvimento desta investigação. Detalha-se o tipo de pesquisa, o local de realização da investigação, os participantes, bem como os instrumentos e os procedimentos de coleta e análise dos resultados. Na quinta seção, de maior fôlego, se dedicará à exposição e discussão dos resultados da pesquisa realizada na BPBL. Pontua-se que a análise compreendeu a percepção dos usuários participantes dos serviços educativos no *lôcus* de investigação, a visão dos gestores e profissionais, do mesmo modo que as interseções destas na preservação da memória e do patrimônio cultural do Maranhão.

Por fim, apresentam-se as considerações finais, a partir de ponderações acerca dos objetivos propostos nesta investigação. Além de apresentar as repostas às questões norteadoras da investigação, mostra-se os possíveis nichos de desdobramentos e caminhos para se dar continuidade a esta pesquisa.

2 BIBLIOTECA PÚBLICA BENEDITO LEITE

Destaca-se que a passagem dos séculos permitiu que as unidades de informação se aperfeiçoassem. Embora os avanços tecnológicos possibilitem que o papel da informação e do conhecimento se transforme, ainda são inúmeros os desafios para as bibliotecas (ROSA, 2018; GOMES, 2014). Essa ruptura exigiu das bibliotecas uma mudança de postura, além da ressignificação de suas ações. O crescimento do acervo, a presença das tecnologias e o desenvolvimento de diferentes suportes instaurou um novo paradigma para as unidades de informação, a tentativa de estas assumirem um distinto papel na sociedade. Espera-se que as bibliotecas deixem de ser meras acumuladoras, armazenadoras de informações e documentos, e se tornem intermediadoras socioculturais.

Com isso, as bibliotecas públicas assumiram uma função importante não apenas na construção de práticas sociais, mas se tornaram determinantes para desenvolvimento nos mais diferentes segmentos da sociedade (JACOB, 2008). A mudança de perspectiva das bibliotecas públicas, apontada por Gomes (2014), é corroborada por Rosa (2018) ao dizer que, após a Segunda Guerra Mundial, tais bibliotecas assumiram a responsabilidade de atender às necessidades plurais e promover a transformação dos múltiplos coletivos.

Percebe-se que tais instituições incorporaram papéis que perpassam a inclusão digital, a inserção e a interação social, não restringindo suas práticas a captação de usuários, realização de empréstimos, devoluções e renovações. Suas ações devem ser pensadas em como os seus produtos e serviços emancipam cidadãos, preservam a memória da comunidade e contribuem para o desenvolvimento social. Portanto, ancoram-se como espaços culturais propriamente ditos.

Nessa assertiva, a biblioteca pública tem uma missão dupla: atender os anseios individuais e coletivos, bem como contribuir para o processo de formação e organização social, tanto em partes, quanto no todo. A perspectiva da mencionada instituição, voltada à atenção das reais necessidades da sociedade ainda não se concretizou no Brasil. Tal ideal de unidade de informação já era uma realidade em outros países, vindo a se tornar alvo de estudo pela Biblioteconomia brasileira tardiamente.

Mendes (2014, p. 58) explica essa mudança de perspectiva, à medida que “[...] criaram-se conceitos diferentes, separando o acesso ao conhecimento (bibliotecas) da criação de um conhecimento novo (centros de cultura).” Com isso, as bibliotecas se tornaram organismos polivalentes, integrando o acesso ao conhecimento, as discussões para a criação de novos saberes e novas estratégias de disseminação de informações.

Por volta de 1969 o modelo de biblioteca pública como unidade cultural já era difundido pelo Instituto Nacional do Livro (INL) (OLIVEIRA, 1994). Tal perspectiva buscava despertar não apenas o empenho pela leitura, mas que as comunidades se interessassem pela cultura local, cuja integração resultasse em avanços culturais e educacionais. Nesse período já se observava, inclusive, movimentações nacionais visando implementar modelos educativos voltados para a preservação do patrimônio cultural, como será visto no próximo capítulo.

O núcleo do que Oliveira (1994) chamara de “unidade cultural” seria de uma biblioteca pública composta por uma sala de braile, laboratório de microfilmagem, museu da palavra, arquivo histórico e biblioteca volante. Esses elementos foram potencializados, mormente pelos avanços tecnológicos das últimas décadas, de modo que, na Biblioteca Pública Benedito Leite, por exemplo, é possível identificar outros componentes que a configuram como uma unidade cultural, dado possuir uma setorial de braile, digitalização de obras raras, biblioteca infantil, os espaços de exposição, dentre outros setores.

Desse modo, é possível se afirmar que as transformações, no tocante à organização e disseminação dos acervos das bibliotecas, abriram espaço para que suas práticas de mediação fossem então potencializadas. O tempo que se levava para processar tecnicamente um material, poderia ser direcionado para atividades de dinamização e disseminação desse acervo. Com isso, houve uma evolução no perfil das bibliotecas, principalmente as unidades de informação públicas, que se tornaram cada vez mais centros culturais, como reforçam Mendes (2014), Rasteli e Caldas (2017).

As significações de biblioteca pública evocadas por Rosa (2018), fomentam a discussão conceitual dessa tipologia de unidade de informação. Questiona-se o que é biblioteca pública? Por que biblioteca pública? Qual a finalidade da biblioteca pública?

O entendimento de biblioteca pública pode suscitar uma série de reflexões, maiormente pelo fato de seu conceito ser complexo e envolver uma série de fatores. Porém, um ponto em comum é o de que elas têm um papel importante frente à sociedade, partindo de sua premissa máxima que é o provimento de acesso à informação, o que, por sua vez, assemelha-se ao objetivo das demais tipologias.

Quando comparadas às outras tipologias de bibliotecas, as públicas são aquelas em que predominam o caráter social, isso em face de sua amplitude de ações e da diversidade de seus usuários reais e potenciais (BERNARDINO; SUAIDEN, 2011). Corroborando com Bernardino e Suaiden (2011), Milanesi (2013) diz que as bibliotecas públicas não se restringem apenas ao atendimento de eventuais demandas informacionais, mas faz-se presente na

coletividade, bem como conectada a diferentes segmentos sociais, reconhecendo as demandas e necessidades populares.

Para Almeida Júnior (1997), as bibliotecas públicas são tanto o reflexo, quanto a causa das transformações sociais, pelo fato de serem influenciadas e interferirem nas dinâmicas da coletividade, ou seja, têm atribuições conferidas pela sociedade, devendo atendê-las e reconhecê-las. Dessa forma, Osório (2015, p. 299, tradução nossa) pontua que “As bibliotecas públicas surgem como uma manifestação da cultura, são a resposta material às necessidades intelectuais e de informação de culturas ambiciosas e insatisfatórias, de comunidades em dificuldades e com aspirações universais.”

Reflete-se que as bibliotecas públicas se constituem como espaços que tentam traduzir as demandas sociais, visto que seus acervos são frutos de ações políticas, ideológicas e relações de poder. Espera-se que seus produtos e serviços sejam pensados para as especificidades de seus usuários, que em sua maioria não dispõem de uma educação de qualidade, atenção ineficiente de políticas públicas, e veem nessas unidades de informação a saída dessa obscuridade social, todavia se deparam com os interesses do Estado. Portanto, é imperioso que tais instituições assumam seu papel como agentes socioculturais emancipatórios, na perspectiva de garantir e propiciar o acesso à informação e ao conhecimento, e assim, tentar prover transformações em diferentes níveis.

Na literatura internacional é possível identificar alguns conceitos para biblioteca pública, sobretudo em uma perspectiva mais atual, apresentando uma visão mais íntima dela com seus usuários. De acordo com o Zhan e Widén (2018, p. 133, tradução nossa), podem ser definidas “como um centro de conhecimento, as bibliotecas públicas assumem o papel de apoiar os cidadãos na organização de suas informações pessoais.”

Ao discorrer sobre a importância da biblioteca pública para o desenvolvimento da Malásia, Omar *et al.* (2018, p. 2, tradução nossa), “[...] uma biblioteca pública é um lugar onde as pessoas podem se apossar de conhecimentos, informações ou recursos educacionais.” Omar *et al.* (2018) apresenta uma perspectiva mais popular e diversificada, colocando-as como pilar do acesso ao conhecimento, às informações e aos recursos educacionais, explicitando o papel educativo das bibliotecas públicas. Diferente de Zhan e Widén (2018), que veem a biblioteca pública como instituição responsável por organizar informações pessoais. Todavia, pode-se relacionar essas informações pessoais aos serviços utilitários que podem e devem ser desenvolvidos por tais instituições, como por exemplo, a emissão de documentos, o auxílio na solicitação de registros específicos. A Biblioteca Pública Benedito Leite dispõe de um setor que

ajuda os autores maranhenses na solicitação do *International Standard Book Number* (ISBN), dentre outros.

Moya e Rivera (2014, p. 7, tradução nossa) conduzem a um conceito mais político, ao afirmarem que “[...] a biblioteca pública é um elo de geração e consumo de bens culturais, no qual se manifestam as relações sociais e as contradições da esfera comunitária.” Aspecto corroborado por Araújo e Araújo (2018, p. 177), ao afirmarem que tais bibliotecas exercem “[...] um papel fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade, pois dispõem de recursos informacionais capazes de instruir o indivíduo fazendo-o desenvolver senso crítico e o torná-lo consciente de seus direitos e deveres.”

Nesse sentido, as bibliotecas públicas devem estar direcionadas também às demandas socioculturais, e isso deve estar refletido em seus produtos e serviços, uma vez que seu público é diversificado e complexo. Deve-se ter consciência da diversidade cultural inerente a tais instituições, explicitado em perfis distintos, ações democráticas acolhedoras e igualitárias.

Além disso, é válido destacar o papel político das bibliotecas públicas, tomando como exemplo a própria Biblioteca Pública Benedito Leite, cujas ações voltadas para a promoção e apropriação da cultural local reforçam não apenas seu papel educativo, mas como se tornou principal ponto de encontro de atos e manifestações políticas em São Luís.

Como fora evidenciado nos escritos de Zhan e Widén (2018), Omar *et al.* (2018), Moya e Rivera (2014), Araújo e Araújo (2018), pode-se perceber múltiplas concepções de biblioteca pública. Porém há um importante ponto de interseção, que é justamente a visão de que ela deve atender tanto as demandas individuais (prover informações para o desenvolvimento de cada pessoa, organizar suas informações, sobretudo as informações que utiliza de fato), quanto às necessidades da coletividade, ou seja, a comunidade e suas complexidades, sendo decisiva para o desenvolvimento destas.

Desse modo, é salutar acentuar a importância social dessas instituições, sobretudo por sua determinação em atender as necessidades da comunidade, cujas demandas são latentes e carentes. Tal reflexão vai convergir na fala de Cunha e Cavalcanti (2008, p. 52), ao afirmarem que as unidades de informação públicas são aquelas que colocam toda e qualquer informação “[...] à disposição da coletividade de uma região, município ou estado, e que é financiada principalmente por dotações governamentais [...]”. Percebe-se na fala dos autores o dever que tais instituições têm de contribuir e subsidiar as atividades de tais bibliotecas, visto serem basilares para o pleno desenvolvimento educacional, social, político, econômico, dentre outros.

Machado, Elias Júnior e Achilles (2014) ressaltam que qualificar a biblioteca como “pública” pressupõe a perspectiva ampliada desse entendimento, deslocando-o de um espaço

institucional e restrito ao Estado, para um campo mais fluido, construído a partir de interações e ações coletivas cotidianas, transformando a biblioteca pública em um espaço de valor compartilhado pela sociedade de um modo geral.

Enquanto espaços de ação cultural, como afirma Flusser (1983), são capazes de promover tanto transformações quanto o empoderamento social e efetivação da cidadania, resultando em verdadeiros centros culturais, conforme explicitado anteriormente. Como centros culturais, as bibliotecas públicas devem pautar suas ações na diversidade cultural, bem como possibilitar aos cidadãos refletirem, criarem, exercerem sua cidadania, terem acesso à informação, dentre outras coisas, como reforça Mendes (2014).

Projetada para participar da construção do conhecimento da comunidade, as públicas consistem no tipo de biblioteca que viabiliza todo e qualquer tipo de informação, sem qualquer tipo de distinção. Desse modo, tais unidades são o centro do conhecimento para a sociedade, devendo atender os diferentes perfis de usuários, com vistas a ser um instrumento de efetivação da cidadania, sendo que seu acervo deve ser acessível, assim como seus produtos e serviços devem estar ao alcance de todos.

Sendo assim, as bibliotecas devem não apenas prover livros e materiais impressos, mas fomentar junto aos cidadãos a aquisição de um vasto domínio de informações, conhecimentos, ideias, opiniões, perspectivas, ou seja, favorecer o pensamento crítico e garantir o pleno acesso à cultural em suas mais distintas manifestações (SUAIDEN, 2018; ALVES, 2015).

Segundo o Manifesto da IFLA (1994, p. 1), “A biblioteca pública é o centro local de informação, tornando prontamente acessíveis aos seus utilizadores o conhecimento e a informação de todos os gêneros.” Tal conceito mundialmente disseminado, vê as bibliotecas públicas como instituições responsáveis por tentar promover o acesso de modo igualitário à informação, bem como contribuir para o desenvolvimento permanente da educação, a partir de uma gama diversificada de produtos e serviços, postos igualitariamente a todos os indivíduos, sem qualquer tipo de distinção.

As diretrizes da IFLA concebidas em nível internacional, encontram ressonância no Estado do Maranhão com a Biblioteca Pública Benedito Leite, instituição que se esforça em prover o acesso à informação em suas mais distintas possibilidades. A Benedito Leite consegue reunir os elementos plurais da cultura maranhense, cuja difusão se dá por meio de seus produtos e serviços, aliados à sua própria imaterialidade, a relação e a intimidade que os usuários estabelecem com ela. Percebe-se o quão importantes são seus serviços educativos e como a Educação Patrimonial pode contribuir com o fortalecimento dos vínculos do povo maranhense

com a biblioteca e com a memória do Estado. Desse modo, com vistas a garantir o desenvolvimento e fortalecimento dos valores, deve-se garantir aos cidadãos documentos adequados às suas demandas, além de os acervos e coleções serem atualizados e contemplar os distintos tipos de suportes e tecnologias (IFLA, 1994).

As bibliotecas públicas como espaços dinâmicos, capazes de gerar avanços em diferentes setores da sociedade, não restringindo-se apenas ao contexto cultural, mas na expansão do conhecimento produzido, impulsionando o progresso da sociedade (REIS, 2018). Flusser (1980) destaca que não basta apenas pensar a biblioteca pública como garantidora de acesso à informação, mas que ela participe do processo de “dar a palavra ao não público”, nada mais é do que levar cultura, empoderar os indivíduos, assegurar seus direitos e sua cidadania.

Machado, Elias Júnior e Achilles (2014) complementam, acentuando que as bibliotecas públicas consistem, assim, em equipamentos públicos e culturais, logo, por se tratar de instituições sociais, pautam-se no paradigma de acesso e produção do conhecimento. Flusser (1983) corrobora destacando o papel que tais instituições têm como instrumento de ação cultural, qualificando as bibliotecas também como centros culturais, onde o bibliotecário (animador cultural) é um importante mediador e “catalizador” das ações de fomento à cultura.

A fala de Flusser (1980; 1983) reforça as missões das bibliotecas públicas presentes no Manifesto da IFLA (1994), estas por sua vez estão relacionadas não apenas ao acesso à informação, mas à alfabetização, educação e cultura, esta última basilar para esta pesquisa. Desse modo, de acordo com IFLA (1994, p. 2, grifo nosso) tais instituições têm como missão:

1. Criar e fortalecer os hábitos de leitura nas crianças, desde a primeira infância;
2. Apoiar a educação individual e a autoformação, assim como a educação formal a todos os níveis;
3. Assegurar a cada pessoa os meios para evoluir de forma criativa;
4. Estimular a imaginação e criatividade das crianças e dos jovens;
- 5. Promover o conhecimento sobre a herança cultural, o apreço pelas artes e pelas realizações e inovações científicas;**
- 6. Possibilitar o acesso a todas as formas de expressão cultural das artes do espectáculo;**
- 7. Fomentar o diálogo intercultural e a diversidade cultural;**
8. Apoiar a tradição oral;
9. Assegurar o acesso dos cidadãos a todos os tipos de informação da comunidade local;
10. Proporcionar serviços de informação adequados às empresas locais, associações e grupos de interesse;
11. Facilitar o desenvolvimento da capacidade de utilizar a informação e a informática;
12. Apoiar, participar e, se necessário, criar programas e atividades de alfabetização para os diferentes grupos etários.

Trazendo o pensamento de Martins (2002), Reis (2018) e as Missões da Biblioteca Pública da IFLA (1994), reforça-se a necessidade de ver a biblioteca pública como um

organismo plural, aberto, livre e democrático, que se responsabiliza tanto pelo abrigo, salvaguarda e difusão de produções bibliográficas, quanto pela capacidade de convergir diferentes manifestações culturais, materiais e imateriais, visto a preocupação com a cultura e sua herança, preconizadas nas missões 5, 6 e 7, destacadas acima.

Desse modo, deve-se entender as bibliotecas dessa tipologia como distintas das demais, justamente por ser um espaço que além de público é fruto de relações e interações que convergem em um território de múltiplos saberes, interações, diálogos, construções e desconstruções.

Entende-se, então, a biblioteca pública como a convergência das falas de Flusser (1980; 1983), IFLA (1994) e a construção conceitual de Machado, Elias Júnior e Achilles (2014), vendo-a como um espaço de interconexões de caráter social, político, econômico, educacional e cultural, responsável por abrigar, organizar, disseminar toda e qualquer evidência registrada, material ou imaterial do conhecimento, da cultura e de sua herança, bem como as relações que estes estabelecem com a sociedade. Logo, tal definição servirá de base para compreender de forma ampla a Biblioteca Pública Benedito Leite, objeto desta investigação, cuja caracterização se dará na seção seguinte.

2.1 De Biblioteca Provincial à Biblioteca Pública do Estado do Maranhão

A Biblioteca Pública Benedito Leite consagrou-se ao longo da história como um importante espaço de leitura e cultura, bem como agrega um papel importante no que diz respeito ao patrimônio cultural, a identidade e a memória do Estado do Maranhão. Ao longo desta seção, destacam-se alguns momentos importantes de sua trajetória, bem como caracteriza-se seu acervo, que por sua vez se constitui como um dos mais antigos e importantes do Brasil, além de seus produtos e serviços.

Descrever a história registrada da Biblioteca Pública Benedito Leite exige uma incursão no Maranhão do século XIX, momento marcado por transformações de cunho político, econômico, social e, sobretudo cultural, responsáveis por romper com o que se entendia até então como elementos demarcadores dos costumes brasileiros (BRAGA, 2013). Castro, Silva e Castellanos (2011) evidenciam que o surgimento da Biblioteca Pública, na então província do Maranhão, estava diretamente ligada aos interesses de indivíduos da elite do Estado, pois,

[...] os conceitos dominador/dominados estiveram estreitamente relacionados a interesses específicos, externos e, muitas das vezes, vinham ao encontro dos interesses do Estado - interesses nascidos das elites dominantes que reconheciam nestas

instituições, formas de controle e de poder [...]. (CASTRO; SILVA; CASTELLANOS, 2011, p. 257).

A criação da Biblioteca Pública Benedito Leite no Estado do Maranhão acompanha os movimentos pelos quais o Estado vinha passando. Braga (2013) acentua que a expansão das tipografias, a criação de novos jornais e os investimentos em educação foram elementos que contribuíram para uma verdadeira transformação cultural. Além disso, o mercado livreiro também se expandiu, graças à demanda por escritos e à expansão tipográfica. A fundação da Biblioteca Pública do Maranhão teve como primeiro marco a criação da Biblioteca Provincial, cuja proposta de criação partiu de Antônio Pedro Costa Ferreira – posteriormente conhecido como Barão de Pindaré – em 08 de julho de 1826. Destaca-se que, mesmo com a sua criação aprovada, a Biblioteca Pública Provincial, ainda não dispunha dos recursos suficientes para sua abertura (MARANHÃO, 2016).

Finda, que somente em 17 de junho de 1829 que sua criação se efetivou, a partir dos encaminhamentos de Cândido José de Araújo Viana, desembargador, encaminhou ao Imperador o expediente e a cópia da ata do Conselho, solicitando autorização para o estabelecimento da Biblioteca Pública Provincial, cuja resposta chegou ao Conselho em março de 1830 (BRAGA, 2013; CASTRO; SILVA; CASTELLANOS, 2011; GALVES, 2019).

Todavia, a resposta do Imperador Dom Pedro I não foi positiva, devido ao cenário econômico do Brasil não era possível a aquisição de novas despesas. A saída encontrada pelo Presidente da Província fora a abertura de subscrições populares e voluntárias visando a estruturação da Biblioteca, cuja fundação foi realizada em 24 de setembro de 1829 (GALVES, 2019; MARANHÃO, 2016).

Segundo Galves (2019), foi inaugurada nas salas do Convento de Nossa Senhora do Carmo, especificamente no dia 03 de maio de 1831, na Rua do Egito, em São Luís a Biblioteca Pública. Segundo o autor, em sua abertura às pressas, a Biblioteca Provincial só recebeu a visita da Corte em 14 de maio do mesmo ano. Esta não teria sido a primeira tentativa em abrir uma biblioteca em solos ludovicenses. Em 1761, um bispo maranhense já havia solicitado auxílio para lida com doações de livros feitas pelo Colégio Nossa Senhora da Luz, bem como a necessidade de um bibliotecário para realizar tal tarefa.

Destaca-se ainda que, seu primeiro *lôcus* de instalação fora no Convento do Carmo, sob a responsabilidade de Antônio Bernardo da Encarnação e Silva – padre e nomeado bibliotecário público – além de outros dois funcionários, nas funções de guarda e servente, compondo assim, a equipe da Biblioteca (BRAGA, 2013; MARINHO, 2008). Segundo Galves (2019), a Biblioteca Pública Provincial foi inaugurada com aproximadamente dois mil volumes,

possivelmente fruto de doações e aquisições, também, fruto de arrecadações em dinheiro. Ressalta-se que em grande parte, as doações foram feitas por cidadãos radicados na capital ludovicense, fruto do “patriotismo provincial” (GALVES, 2019, p. 15).

Galves (2019) chama atenção para a ausência de membros do próprio Conselho Presidial na lista de subscrições e doações, visto se tratar dos principais interessados na abertura da Biblioteca Pública. Diferente de Costa Ferreira, enquanto autor e entusiasta da criação da instituição, fez uma expressiva doação de obras, “aparentemente, o empenho institucional dos conselheiros para a criação da Biblioteca não se traduziu em doações pessoais.” (GALVES, 2019, p. 16-17).

Por volta de 1850, a Biblioteca passou por melhorias, tornando-se um anexo do Liceu Maranhense, ficando sob a custódia do então Instituto Literário Maranhenses, mediante a promulgação da Lei nº 752 de 1º de junho de 1866 (CASTRO, 2006; MARANHÃO, 2016). Segundo Castro, Silva e Castellanos (2011) devido à crise, os recursos destinados à Biblioteca Provincial ficaram concentrados na compra e restauro de materiais bibliográficos, não dando condições para sua expansão física, que implicou, seriamente, na deterioração de materiais, desaparecimento de obras, dentre outras problemáticas.

A partir da denúncia de Gonçalves Dias, em estado deplorável, a Biblioteca Provincial teve que ser transferida, visto a incapacidade de o Estado mantê-la em funcionamento. O Liceu Maranhense já não era mais considerado um local apropriado para ela, foi então que a Assembleia Legislativa Provincial aprovou a Lei nº 752, de 01 de junho de 1866, a transferindo para o Instituto Literário Maranhense, que por sua vez fora extinto em 1872, ficando sob a tutela da Sociedade Onze de Agosto, com instalações no pavimento superior do prédio da Rua do Egito, onde funcionou por muitos anos a Assembleia Legislativa do Estado. (BRAGA, 2013; CASTRO; SILVA; CASTELLANOS, 2011).

Diante desse cenário, a Biblioteca fora novamente transferida, desta vez para a Igreja da Sé em 01 de julho de 1882, com o que ainda restava de seu acervo. Segundo Castro, Silva e Castellanos (2011), nessa época, a instituição dispunha de um profissional para auxiliar na organização de seu acervo nas novas instalações. Todavia, o espaço onde fora alocada a Biblioteca foi pedido pelos administradores da Igreja da Sé, deixando-a sem alternativa, teve que retornar para o Convento do Carmo em 1886 (MARANHÃO, 2016).

A Biblioteca Provincial passou por um período de declínio e abandono até que, no ano de 1895, Benedito Leite e João Tolentino, tomaram a iniciativa de institucionalizar e criaram outra biblioteca, uma vez que ansiavam um espaço público, educativo e cultural (CASTRO; SILVA; CASTELLANOS, 2011; MARANHÃO, 2016). Percebe-se assim, o

interesse em criar um espaço que valorizasse os bens e o patrimônio do Maranhão, visto que a gênese das próprias bibliotecas públicas, no século XVIII, teve a motivação de universalizar o acesso e usufruto da cultura, informação e educação.

Observa-se, assim, um maior reconhecimento político e cultural das bibliotecas no Estado, ante o reflexo do descaso com o qual a Biblioteca Provincial teve que lidar. A instituição ganha, então, um novo fôlego, diante do interesse em se abrir um espaço cultural e educativo que, por sua vez, viriam a contribuir com o fortalecimento das práticas discursivas e intelectuais ludovicenses.

Esse reconhecimento pode ser observado em ações mais concretas em relação à reabertura da Biblioteca, perante a designação do professor José Ribeiro Amaral para ficar encarregado da Biblioteca, a partir de 05 de junho de 1895 (MARANHÃO, 2016). Contudo, é pertinente avultar que, embora louvável a ação de Benedito Leite e José Tolentino, não se estava criando uma biblioteca, mas reabrindo-se, tendo em vista a trajetória traçada pela Biblioteca Provincial desde 1826.

Tem-se, então, um momento de reestruturação da Biblioteca Pública, a partir de sua transferência para um prédio na Rua da Paz, onde funciona a Academia Maranhense de Letras. Ribeiro do Amaral, entre os anos de 1896 e 1897, atuou no reestabelecimento do acervo, restauro e composição da coleção que havia sido deteriorada. Segundo Castro, Silva e Castellanos (2011), Amaral abandonou o cargo de diretor da Biblioteca Pública, devido à sobrecarga de trabalho e a impossibilidade de contratação de serventes para lhe ajudarem.

A vaga foi então ocupada por um dos mais importantes intelectuais maranhenses da época, Antônio Lobo, empossado em 10 de janeiro de 1898. Lobo foi responsável por assumir a direção da Biblioteca Pública do Estado do Maranhão, inaugurada no mesmo ano (CASTRO; SILVA; CASTELLANOS, 2011). Com sua sede própria, retomou suas atividades junto ao público em 25 de janeiro de 1898, tornando-se referência em termos de cultura e conhecimento (MARANHÃO, 2016).

Embora reerguida, passou por outro período de queda, sendo abandonada entre os anos de 1914 a 1927, quando retornou para seu antigo prédio na Rua da Paz. Diante da ameaça de desabamento, em 1931 foi transferida temporariamente para o sobrado de nº 107 na mesma rua que, por sua vez, trouxe uma série de prejuízos ao acervo. Tal cenário foi intensificado pela falta de orçamento para aquisição de novos materiais. A solução encontrada por Antônio Lobo e Domingos Perdigão era a construção de um prédio próprio (MARANHÃO, 2016). Após grandes lutas, a Lei Nº 816 de 1918 garantiu a construção de sua sede, concretizada em 1951. Em 1958, no Governo de José Maria Carvalho, passou a ser chamada de Biblioteca Pública

Benedito Leite - por meio Decreto nº 1316 de 08 de abril de 1958 - nome que tem até os dias atuais, em homenagem ao político homônimo, responsável por sua reabertura.

A Biblioteca mantém-se instalada no centro da capital maranhense, na Praça do Pantheon, considerada a parte mais elevada geograficamente da capital ludovicense. Segundo antigo Campo do Ourique, largo do Quartel e Praça da Independência, espaço que chegou a abrigar o Quartel do 5º Batalhão de Infantaria erguido em 1797 e, provavelmente, o primeiro do Brasil (GALVES, 2011). Sua sede atual é obra do engenheiro civil Antônio Bayma e foi inaugurada em 12 de setembro de 1951, na gestão de Sebastião Archer da Silva. Passou por incontáveis reformas, no entanto, se mantém como referência no Maranhão (BRAGA, 2013; MARINHO, 2008).

A Biblioteca Pública Benedito Leite se constitui, assim, um importante espaço de memória local e nacional, cujos patrimônios materiais e imateriais possibilitam o diálogo entre o passado e o presente, servindo de inspiração, conservação e preservação daquilo que individualiza a identidade local. Sua criação representa a preocupação com a preservação da memória do Maranhão, uma vez que se não fossem tais instituições – inclusive os arquivos e museus – as informações, os registros e as lembranças se perderiam com o passar do tempo.

2.1.1 Acervo, produtos e serviços

A Biblioteca Pública Benedito Leite é um importante espaço cultural público no Estado do Maranhão, cujas ações são voltadas para proporcionar aos cidadãos maranhenses o acesso a diferentes recursos informacionais e manifestações culturais promovidos em seus espaços. Dialogando com as missões das bibliotecas públicas da IFLA (1994), a Benedito Leite é livre e aberta para todos os indivíduos, sem qualquer tipo de discriminação, raça, cor, nacionalidade, sexo, religião, ideologia política, situação ou nível socioeducativo.

Desse modo, tem por missão:

Manter, conservar e desenvolver a memória cultural do Estado, promovendo a divulgação da cultura e estimulando a prática da leitura. Fornecer condições básicas para uma aprendizagem contínua, para o exercício da cidadania e para o desenvolvimento cultural do indivíduo e da sociedade. Proporcionar igualdade de acesso para todos, independente de idade, raça, sexo e posição social, minimizando as diferenças de informação. (MARANHÃO, 2016a, p. 1).

Na busca por tentar manter viva a memória social e cultural do Maranhão, mediante a promoção e divulgação da cultura, a BPBL também atua no estímulo à leitura, portanto, suas atividades convergem tais elementos, cujos resultados podem ser além de observados,

vivenciados na instituição. Nesse sentido, a Benedito Leite tem em sua estrutura organizacional produtos e serviços que refletem e articulam-se com sua missão na sociedade maranhense. A BPBL está localizada no centro de São Luís, sendo que sua entrada principal fica na Praça do Pantheon – Complexo Deodoro recém-reformado – conforme pode ser observado na Figura 1:

Figura 1 – Fachada da Biblioteca Pública Benedito Leite.



Fonte: Costa (2019).

A Diretoria da BPBL é a mais alta instância da instituição, estando todos os demais setores subordinados a ela. Por sua vez, a Benedito Leite integra o conjunto de Casas de Cultura² da SECMA, composto por espaços de cultura e memória do Maranhão. Bibliotecas, museus, teatros, centros de arte e produção artesanal que oferecem atividades de diferentes tipologias voltadas para que a população não apenas maranhense, se aproprie da arte, cultura e história do Estado.

De acordo com a Política de Desenvolvimento e Formação de Coleções da Biblioteca Pública Benedito Leite (MARANHÃO, 2016b), seu acervo é composto atendendo às modalidades de compra, doação e permuta desde que atenda aos critérios previamente estabelecidos, especialmente seu estado de conservação. Organizacionalmente, a BPBL está vinculada à Secretaria de Cultura do Estado do Maranhão (SECMA), cuja direção está na responsabilidade da bibliotecária Aline Nascimento, esta, incumbida de gerenciar todo o organograma apresentado no ANEXO A. Depositária da memória, não apenas bibliográfica e documental do Maranhão, a Biblioteca Pública possui um acervo composto por mais de 120.00 itens, distribuídos conforme o Quadro 1 (MARANHÃO, 2016b):

² A relação completa e os respectivos portais das Casas de Cultura da Secretaria de Estado da Cultura do Maranhão (SECMA) pode ser consultada no seguinte endereço eletrônico: <http://www.sectur.ma.gov.br/casas-de-cultura/#.XYPhDY_PyiM>. Acesso em: 19 set. 2019.

Quadro 1 – Detalhamento do acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite.

Qtd.	Item
90.000	Exemplares de obras técnicas, literárias e didáticas.
9.670	Obras raras.
2.000	Manuscritos dos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX.
558	Títulos de periódicos maranhenses entre os anos 1821-2015.
1.046	Livros em Braile e ampliados, totalizando 2.820 exemplares.
844	Audiolivro.
42	Filmes acessíveis.
29	Livros em Braile.
600	CDs, DVDs, fotografias.

Fonte: Maranhão (2016), Nascimento e Azevedo (2014).

O Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas do Estado do Maranhão (SEBP-MA) está abaixo da Diretoria da BPBL. Institucionalizado em 5 de julho de 2017, por meio da Lei Estadual Nº 10.613, não se trata de um serviço da Biblioteca Pública, mas uma política pública estadual. O Sistema é composto pela Rede Estadual de Bibliotecas Faróis dos Saberes – rede instituída pelo Decreto Nº 31.506, de 19 de fevereiro de 2019 – bibliotecas municipais e comunitárias localizadas no Maranhão, cuja vinculação se dá mediante Termos de Compromisso (MARANHÃO, 2017; MARANHÃO, 2016).

A Biblioteca Pública Benedito Leite além de compor o Sistema, é o espaço cultural que integra a estrutura organizacional do mesmo, ou seja, ela é responsável por capitanear o grupo (COSTA; SANTOS; CUTRIM, 2019). Destaca-se que, o SEBP tem por objetivo não apenas elaborar e coordenar as políticas de Bibliotecas Públicas do Estado do Maranhão, bem como implantar, modernizar, atualizar os acervos, supervisionar e formar gestores e mediadores, visando promoção da leitura e dinamização das ações das bibliotecas municipais (MARANHÃO, 2017; BRASIL, 2017a).

De acordo com dados da Secretaria de Estado da Cultura e Turismo, a BPBL coordena tecnicamente 93 (noventa e três) bibliotecas localizadas em 94 (noventa e quatro)³ municípios no Estado do Maranhão, além das 158 (cento e cinquenta e oito) bibliotecas públicas existentes e cadastradas no SEBP-MA (MARANHÃO, 2019a). Pontua-se que uma das metas emergentes da SEBP-MA é a atenção ao Subsistema de Bibliotecas Públicas Municipais, visto a ausência de legislação e políticas públicas municipais para o segmento LLLB em São Luís

³ Dado coletado no site da Biblioteca Pública Benedito Leite, na seção dedicada ao Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas do Maranhão. Disponível em: <<http://casas.cultura.ma.gov.br/bpbl/index.php?page=sebp>>. Acesso em: 12 dez. 2019. Acredita-se que um município ainda está em fase de implementação ou é atendido por uma biblioteca já existente.

que, por conseguinte, necessita da construção de um Plano Municipal do Livro e Leitura (PMLL) (COSTA; SANTOS; CUTRIM, 2019).

O SEBP determina que sejam reativadas, revitalizadas e reestruturadas as bibliotecas públicas no Maranhão, devido ao longo período de estagnação de políticas culturais voltadas para as mesmas. Visto os incisos I, II e III do art. 5º da Lei Estadual Nº 10.613/2017, que afixa a responsabilidade em desenvolver ações e programas de assistência técnica, qualificação de recursos (materiais e humanos) e cadastramento atualizado das bibliotecas integrantes do SEBP-MA (MARANHÃO, 2017; COSTA; SANTOS; CUTRIM, 2019).

A BPBL como coordenadora do SEBP responsabiliza-se por selecionar o acervo, capacitar os profissionais que atuam nas bibliotecas vinculadas ao sistema, realizar o processamento técnico e a organização do acervo, elaborar o regimento e políticas daqueles que porventura ainda não tenham, bem como instalar *softwares* de automação de serviços. Tais atividades são realizadas presencialmente, a BPBL desloca um profissional para o município para orientar e coordenar as etapas do trabalho.

Ressalta-se ainda que o SEBP realiza supervisões periódicas com o intuito de verificar as condicionais de funcionamento das bibliotecas vinculadas ao sistema. A BPBL, por meio desse acompanhamento, busca reduzir as dúvidas das equipes atuantes nas unidades de informação e, assim garantir a prestação de serviços com qualidade para os usuários.

A BPBL apresenta em seu organograma (Figura 2) quatro serviços estruturares de seus setores, sendo eles: Serviço de Apoio Técnico; Serviço de Informática e Processamento; Serviço de Informação e Municipalização; e, Serviço de Referência.

I Serviço de Apoio Técnico – É responsável pelas atividades de organização e coordenação das seguintes seções:

a) Formação e Desenvolvimento de Coleções – incumbida das atividades referentes ao processo de aquisição, manutenção e descarte de materiais bibliográficos e não bibliográficos que integram o acervo da BPBL. Tal seção atua de forma integrada aos demais setores da Biblioteca, de maneira especial o setor de Referência, Materiais Especiais e a Biblioteca Infantil e Juvenil (MARANHÃO, 2016b).

b) Seção de Processamento Técnico – responsável pelas atividades de catalogação e processamento de materiais com vista a sua disponibilização no acervo. O setor de processamento técnico realiza o cadastramento dos materiais no *Arches Lib* – *software* de gerenciamento dos serviços bibliotecários da Benedito Leite –, etiquetagem e direcionamento para o acervo.

c) Seção Braille - setor encarregado por realizar o acolhimento direto ao deficiente visual, bem como aos usuários que porventura se interessem pelo acervo adaptado na leitura e escrita do código Braille. O acervo da Biblioteca Braille conta com obras de diferentes áreas do conhecimento que, subsequentemente está registrado nos mais distintos suportes, tais como papel, vídeo, fita cassete, CD e DVD.

d) Seção Materiais Especiais – tal setor é constituído por periódicos impressos (jornais e revistas), Setor de Obras Raras, Microfilmes e Manuscritos. Localizado no segundo piso do prédio principal, realiza atendimento ao público, em sua maioria composto por pesquisadores, historiadores e escritores.

e) Escritório de Direitos Autorais (EDA) – espaço destinado a orientar quanto aos procedimentos de preservação de direitos de propriedade intelectual de autores maranhenses, a partir da mediação junto aos serviços de registro de desenhos, músicas e obras bibliográficas literárias, como também na emissão do ISBN. O EDA é desenvolvido em parceria com a Fundação Biblioteca Nacional (FBN).

f) Laboratório de preservação, higienização de acervo – composto por equipamentos de higienização e conservação, na perspectiva de realizar ações de tratamento preventivo de todo o acervo raro da Biblioteca.

g) Coordenação de estágio – que realiza a mediação junto a instituições de ensino superior no Estado do Maranhão, para a integração de discentes para atuarem na BPBL.

II Serviço de Informática e Processamento – serviço responsável pelo desenvolvimento e implementação do Plano de Informática, que deve estar alinhado às rotinas da BPBL, bem como suas respectivas funções sistemáticas. Tal serviço realiza o acompanhamento e a execução dos processos que dependem de tecnologia da informação, além de prestar todo o suporte técnico necessário para os demais setores. Cabe a este, também acompanhar a automação do acervo através do programa de gerenciamento da informação (*software Arches Lib*), alimentar o portal da Biblioteca Pública com informações pertinentes as atividades desenvolvidas, digitalizar e inserir as obras raras no acervo digital, bem como coordenar as atividades do Telecentro.

a) Telecentro – espaço localizado no prédio anexo a Biblioteca Benedito Leite, destinado ao oferecimento de acesso gratuito à internet aos usuários, na perspectiva de apoiar a pesquisa escolar, tal qual a prestação de serviços que venham a facilitar a vida do cidadão no que diz respeito a aproximação da informação, como por exemplo, a emissão de boletos

bancários, consulta ao CPF, dentre outros. Tal repartição tem suas atividades realizadas em parceria com a rede VIVA/Procon⁴.

III Serviço de Informação e Municipalização – incumbido de desenvolver ações voltadas para a implantação, modernização, supervisão técnica, dinamização e formação de gestores, auxiliares de bibliotecas municipais e mediadores de leitura, ancorados no SEBP. Destaca-se que suas atividades são realizadas mediante parceria com o Ministério da Cultura/Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas e Prefeituras Municipais.

a) Difusão Cultural – departamento responsável pelas ações de interiorização da Biblioteca Pública Benedito Leite, ou seja, incumbido de dar suporte para as demais bibliotecas no Estado do Maranhão. Enfatiza-se que tal setor está em fase de redirecionamento, dado que suas atividades passaram a ser realizadas pelo Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas do Maranhão.

IV Serviço de Referência – reúne todas as atividades voltadas aos serviços fins da BPBL, máxime aqueles voltados para o atendimento dos usuários, circulação do acervo, serviços educativos, dentre outros⁵.

a) Seção de Referência – tal subdivisão está situada no primeiro piso da Benedito Leite, composta por obras de referência como dicionários, enciclopédias, atlas, anais e outros. No referido espaço também se realiza recepção ao usuário, consulta local, cadastramento de utentes e realização de empréstimos domiciliares de livros.

b) Obras maranhenses – contempla as obras que tratam sobre o Maranhão e produtos de autores maranhenses.

c) Seção Acervo Geral – seção que disponibiliza materiais bibliográficos de literaturas nacionais e estrangeiras.

d) Seção de Acervo Específico e Escolar – reúne livros informativos, técnicos e didáticos para consulta local, pesquisa e empréstimo.

e) Seção de Informação Utilitária – divisão destinada a oferta de leitura de jornais, revistas, agenda cultural da capital ludovicense e do Estado, da mesma forma que prestar informações que facilitem a vida do cidadão.

⁴ A Central Integrada de Atendimento Viva Cidadão, órgão estadual vinculado à Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular (Sedihpop), foi criado pelo Decreto nº15. 611/97, sob regime especial de autonomia relativa, tendo sua primeira Unidade (Praia Grande) inaugurada em fevereiro de 1998, na capital maranhense. Com a missão de “fortalecer o exercício da cidadania. O objetivo do Viva Cidadão é estabelecer e manter novo padrão e modelo de prestação dos serviços públicos oferecendo ao cidadão, atendimento de qualidade com rapidez e conforto, tudo reunido em um só espaço físico, com representações de diversos órgãos e entidades, a fim de atender a demanda de serviços da comunidade. (MARANHÃO, 2019, p. 2).

⁵ O Serviço de Referência e Informação enquanto categoria teórica deste estudo será abordado de forma mais detalhada na próxima seção intitulada “Serviços educativos: para além do Serviço de Referência e Informação”.

V Seção de Apoio Administrativo – localizada no prédio anexo da Biblioteca Pública, tem por finalidade prestar suporte às atividades de cunho administrativo, juntamente com a diretoria da instituição.

VI Biblioteca Infantil e Juvenil Viriato Corrêa – é o espaço da Biblioteca Pública destinado aos públicos infantil e juvenil. Com um acervo estimado em 8.000 itens, entre livros literários e informativos, está situada no prédio anexo da Benedito Leite. O local é de livre acesso para a comunidade, tanto para leitura local, quanto para a realização de empréstimo domiciliar. Na Figura 2, pode ser observado o espaço da Biblioteca Infantil e Juvenil Viriato Corrêa⁶:

Figura 2 – Biblioteca Infantil e Juvenil Viriato Corrêa.



Fonte: Biblioteca Pública Benedito Leite (2019).

Considerado um dos maiores espaços voltados para a literatura infantil no Brasil, a Biblioteca Viriato Corrêa oferta um acervo diversificado de obras, desde os clássicos da literatura infantil, até obras produzidas por autores maranhenses, dentre eles Josué Montello, Wilson Marques, Lenita Estrela de Sá, Natinho Costa Fênix, Sharlene Serra, entre outros (MARANHÃO, 2016c).

⁶ Manuel Viriato Corrêa Baima do Lago Filho foi jornalista, contista, romancista, teatrólogo e autor de crônicas históricas e livros infanto-juvenis, nasceu em 23 de janeiro de 1884, em Pirapemas, MA, e faleceu no Rio de Janeiro, RJ, em 10 de abril de 1967. Com o objetivo de levar a História também ao público infantil, recorreu à figura do afável ancião que reunia a garotada em sua chácara para a fixação de ensinamentos escolares. As sugestivas “lições do vovô” encontram-se em livros como História do Brasil para crianças (1934) e As belas histórias da História do Brasil (1948). Deixou ainda muitas obras de ficção infantil, entre elas o romance Cazuza (1938), um dos clássicos da nossa literatura infantil, em que descreve cenas de sua meninice (ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, 2016, p. 1).

A Biblioteca Viriato Corrêa desenvolve uma série de projetos semanalmente, como a “Terça na Biblioteca” cujas atividades podem ser realizadas mediante agendamento. Realizadas por bibliotecários e arte educadores, são oferecidas atividades lúdicas como hora do conto, oficinas de criatividade, exibição de filmes etc.

Pode-se avultar outros projetos que também são realizados na seção infantil da Biblioteca Benedito Leite, a saber: Lendo o Carnaval, Quinzena do Livro Infantil, Lendo o São João na Biblioteca, Lendo as Férias na Biblioteca, Criança Lendo, Maranhão Vivendo, Lendo o Natal na Biblioteca, Terça na Biblioteca, Quinta do Brincar, Cinema nas Férias, Lendo a Literatura Infantil, dentre outros.

A Biblioteca Viriato Corrêa dispõe ainda de um espaço para bebês. A “Biblioteca do Bebê” inova ao trazer materiais literários para crianças de 0 a 4 anos. Em um espaço confortável, a Benedito Leite oferece serviços destinados ao trabalho de incentivo à leitura destinado ao público da primeira infância, conforme pode ser observado na Figura 3:

Figura 3 – Biblioteca do Bebê na Biblioteca Benedito Leite.



Fonte: Biblioteca Pública Benedito Leite (2019).

Como pode ser observado ao longo desta seção, a Benedito Leite conta com múltiplos espaços, que por congregam produtos e serviços voltados para os diferentes perfis de usuários, bem como as distintas demandas informacionais e culturais da sociedade maranhense. Com sua estrutura, é necessário que suas ações, sobretudo aquelas voltadas para o acesso, difusão e dinamização de seus diversificados acervos sejam planejadas e realizadas a contento. Nesse sentido, a próxima parte se dedica a conceituar, caracterizar e diferenciar o Serviço de Referência e Informação (SRI), próprio do campo da Biblioteconomia e Ciência da Informação e os Serviços Educativos (SE).

2.2 Serviços educativos: para além do Serviço de Referência e Informação

A globalização e o desenvolvimento das tecnologias foram determinantes para que uma verdadeira “revolução informacional” fosse estabelecida, exercendo influência sobre distintas atividades. Em uma sociedade marcada por rápidas mudanças e em permanente movimento, cujo elemento fundante é o conhecimento, observa-se a necessidade de ações que contribuam com a atualização e, assim, permita aos cidadãos acompanhar tal crescimento.

Nessa significação, as bibliotecas de um modo geral viram suas atividades e rotinas serem modificadas, uma vez que a gestão e o processamento das coleções, tal e qual o atendimento de seus usuários foram alterados e intensificados pelos fenômenos históricos e sociais. Pinto (2016) frisa a alfabetização da população, a explosão documental e o avanço das tecnologias como fatores que motivaram usuários e bibliotecários a se tornarem protagonistas na orientação e avaliação de recursos e serviços oferecidos nas bibliotecas.

O protagonismo dos usuários conduziu a uma ênfase no desenvolvimento de atividades e serviços que os auxiliassem, posto serem criadores e consumidores ativos de conhecimento que, por seu turno, necessitara de assessoria e referência nas suas demandas informacionais (BOPP; SMITH, 2011; PINTO, 2016). Bibliotecas, arquivos e museus estão diante de um perfil diferenciado de público, marcados pela necessidade de realizarem análises críticas acerca do que veem, não mais satisfeitos com o simples acesso a objetos e documentos.

Sousa (2015) ressalta que o público tem se interessado em constatar as relações que os indivíduos estabelecem com a sociedade e, por conseguinte, com a cultura. Sendo assim, os bibliotecários e os demais profissionais tornam-se agentes de ação educativa e cultural. Diante das demandas e do papel que as bibliotecas têm em democratizar o acesso à informação, a área de referência ganhou notoriedade, pois é onde estão concentrados os serviços de orientação e assessoria aos usuários visando seu pleno usufruto dos recursos de informação, igualmente a solução de suas necessidades informacionais.

Pinto (2016) explica que o termo “referência” apresenta diferentes associações no campo da Biblioteconomia. Podendo estar relacionado a um setor físico (Setor de Referência), a uma função (Bibliotecário de Referência), um processo (Processo de Referência) ou um serviço (Serviço de Referência e Informação – SRI).

Até firmar-se como um setor específico de bibliotecas, a referência teve seu sentido restrito às ações de ajuda e apoio aos usuários, a partir do processo de comunicação com o acervo, mediado pelo bibliotecário. Desse modo, o Serviço de Referência (SR) nasceu justamente da necessidade de o usuário fazer uso dos recursos informacionais disponíveis,

culminando no pleno processo de recuperação e uso da informação. Podendo assumir diferentes perspectivas em uma unidade de informação, o SR é de difícil conceituação, vistos seus objetivos, características de funcionamento, organização e nível de desenvolvimento, além do tipo de biblioteca onde tal está inserido (MOTA, 2016).

O surgimento do SR tem suas origens no final do século XIX, relacionado a dois fatos: a universalização da educação e a expansão das bibliotecas públicas. Vindo a se popularizar no século XX, sobretudo em países anglo-saxões, posto que o ensino público e as bibliotecas crescendo em cidades industriais no Reino Unido e Estados Unidos, a indústria editorial também avança à medida que novos usuários se fazem presentes nas unidades de informação (MOTA, 2016; ACCART, 2012; BOPP; SMITH, 2011; GROGAN, 2007; MANGAS, 2007).

Em 1876, o conceito de SR foi apresentado pela primeira vez na *Centennial Conference of Librarians*, durante a conferência da *American Library Association* (ALA) por Samuel Swett Green ao defender *Personal Intercourse and Relations between Librarians and Readers in Popular Libraries*. Green defendia a importância das interações entre bibliotecários e usuários das bibliotecas, a partir de um atendimento diferenciado e personalizado (MOTA, 2016; GROGAN, 2007).

Bopp e Smith (2011) pontuam que o SR surge de fato em 1885, pelo intento de Melvil Dewey em compor uma equipe de bibliotecários de referência incumbidos de prestar assistência direta e pessoal aos usuários. Figueiredo (1992) destaca que inicialmente o SR ainda não tinha um planejamento específico, assumindo a alcunha de um serviço de informações imediatas. Todavia, o SR foi se modernizando e reunindo diferentes atividades, uma vez que consiste em um serviço essencial de uma biblioteca, pois abre as portas para a disseminação da informação e de seu fundo documental (GUZMÁN, 2009).

O SR se explicita por meio da mediação do bibliotecário ou profissional distinto junto aos usuários das unidades de informação (GERLIN; SANTA ANNA; SIQUEIRA, 2013). Portanto, o processo de referência é o que conduz a solução da necessidade informacional dos visitantes nas bibliotecas. Conforme acentuado anteriormente, alega-se que o SR é predominantemente personalizado, pautando-se nas especificidades de cada demanda por informação.

Rostirolla (2006) altea a heterogeneidade de atividades que a referência pode contemplar, extrapolando a visão reducionista de que consiste apenas em consultas imediatas por parte dos usuários. Esta perspectiva é corroborada por Almeida Júnior (2013), ao pontuar que o SR se trata de um espaço em que o usuário se conecta à informação, ou seja, preocupa-

se com a satisfação das necessidades e demandas da população, indo além de um balcão. Macedo (1990) traz uma conceituação ampla de SR, a dividindo em dois segmentos. O primeiro diz respeito à uma visão restrita, pautada na atividade de suporte do bibliotecário, pois para a autora, a essência centra-se no,

[...] o atendimento pessoal do bibliotecário - profissional preparado para esse fim - ao usuário que, em momento determinado, o procura para obter uma publicação ou informação, por ter alguma dificuldade, ou para usar a biblioteca e seus recursos e precisar de orientação; ou, ainda, não encontrando a informação na biblioteca, precisar ser encaminhado para outra instituição. (MACEDO, 1990, p. 12).

A perspectiva oferecida reduz o SR ao simples atendimento, visão predominantemente arcaica que remonta à sua gênese no século XIX. Embora ele tenha surgido com tal finalidade, sua acepção fora ampliada e se tornou mais complexa, em virtude das demandas dos usuários, à medida que bibliotecas públicas foram sendo abertas. O segundo segmento apresentado por Macedo (1990) traz um entendimento mais amplo e diversificado do SR, que se divide em dois conceitos mais específicos. O primeiro é o serviço de referência propriamente dito, entendido por ela como a

[...] interface entre informação e usuário, tendo à frente o bibliotecário de referência, respondendo questões, auxiliando, por meio de conhecimentos profissionais, os usuários. Momento de interação Bibliotecário/Usuário, é tipicamente o Processo de Referência. (MACEDO, 1990, p. 12).

Macedo (1990) valoriza a heterogeneidade no conceito de SR, tratando-o como a interface entre o usuário e a informação e, distanciando-se do mero atendimento. Além disso, chama atenção para o capital intelectual do bibliotecário e dos profissionais envolvidos nesse processo e, como ressalta Almeida Júnior (2013), a indicação de materiais, dá espaço para a adequação das estratégias para as necessidades dos usuários em relação ao acervo. Complementa-se que o SR extrapola o pedido explícito de informação, mas assume a face de uma ação organizada e planejada, na perspectiva de possibilitar a aprendizagem acerca das atividades da biblioteca, sobretudo proporcionar o acesso à informação por parte dos usuários. Desse modo, percebe-se a dimensão humana que ancora o processo, em razão da necessidade de interação entre o bibliotecário e o utilizador dos produtos e serviços da unidade de informação. Macedo (1990) traz um segundo segmento do conceito amplo de SR, o Serviço de Referência e Informação (SRI), que consiste em

Um recorte do todo da biblioteca, com pessoal, arquivo, equipamento, metodologia própria para melhor canalizar o fluxo final da informação e otimizar o seu uso, por meio de linhas de atividades. Momento em que o acervo de documentos existente na biblioteca vai transformar-se em acervo informacional, tendo o bibliotecário de referência como o principal interpretador. Enfim, é o esforço organizado da biblioteca

toda, no seu momento fim, quando o SRI representa a biblioteca funcionando na sua plenitude para o público. (MACEDO, 1990, p. 12).

Tal conceito explicita a mudança de postura, comportamentos, atitudes e objetivos do SR, uma vez que insere a função informacional nas bibliotecas, como bem acentua Almeida Júnior (2013). Macedo (1990) trata o bibliotecário de referência como um “interpretador”, responsável por tornar o SRI um departamento da unidade de informação, dotado de metodologias e sistemáticas próprias.

Além disso, a autora reforça a mediação como um dos pilares do SRI, caracterizada pelo trabalho técnico realizado por todos os setores da biblioteca, buscando a plenitude do processo de busca, recuperação e uso da informação (ALMEIDA JÚNIOR, 2013; MACEDO, 1990).

Entende-se, portanto, o SRI como uma divisão complexa da biblioteca, Macêdo (1990) apresenta cinco linhas básicas de atuação do SR, tendo em vista que cada unidade de informação apresenta características e demandas específicas. A Biblioteca Pública Benedito Leite, por exemplo, tem um conjunto de setores e espaços que irão exigir ações personalizadas, estratégias que promovam não apenas a identificação, mas a apropriação do acervo. Nesse sentido, enquanto organismo, pode apresentar linhas de atuação, conforme pode ser observado na Figura 4:

Figura 4 - Etapas metodológicas da EP.



Fonte: Macedo (1990).

Macedo (1990), ao pontuar as linhas de atuação do SRI, destaca a flexibilidade das ações que podem ser desenvolvidas nas unidades de informação, por sua vez alinhadas às características, condições e recursos disponíveis. Logo, o SRI depende tanto dos profissionais envolvidos, em especial o bibliotecário, quanto daqueles que serão beneficiados e usufruirão das atividades prestadas.

Embora tenha passado pouco mais de um século, desde que Samuel Green apresentou as funções que compõem o núcleo do SR, as mesmas seguem como peças-chave

desse processo, todavia, mudanças foram inevitáveis, em sua maioria, fruto dos avanços tecnológicos. Felício (2014) pontua que as tecnologias permitiram às bibliotecas incorporarem diferentes recursos, como os eletrônicos, a criação de bases de dados, a disponibilização de catálogos em rede e outras coisas mais.

Tem-se, assim, um cenário que favoreceu a ampliação dos serviços incorporados às unidades de informação. Destarte, as bibliotecas devem ir além do simples fornecimento de dados fragmentados aos seus principais clientes, na expectativa de garantir a plena ciência destes quanto aos diferentes recursos postos. As bibliotecas, em sua maioria têm se tornado mais dinâmicas, devendo, esta ser a postura a ser buscada constantemente, no sentido de fomentar a proatividade e instrução de seus usuários quanto ao pleno aproveitamento dos serviços de informação.

Sousa (2015) corrobora, acentuando que as instituições de informação – entenda-se bibliotecas, arquivos, museus, centros de documentação etc. – devem prestar serviços à população com vistas a ampliar seu número de usuários, designadamente cativar novos públicos. Ao buscar isso, as bibliotecas acionam suas múltiplas funções, que não apenas de salvaguarda de informação. Realça-se a vocação pedagógica, a qual as bibliotecas devem pautar suas ações de captação, sensibilização e motivação de seus múltiplos usuários. Ao privilegiarem as práticas de cunho educativo, as bibliotecas públicas tornam-se capazes de trabalhar diferentes temáticas junto a seu público, exemplificando-se nas questões relacionadas ao patrimônio cultural local, mediante a realização de exposições, composição de um acervo especializado nesse domínio, culminando assim, em um ambiente informacional que fomenta a cidadania, a socialização, a formação, a criticidade, bem como o apelo à cultura e à apropriação de conhecimentos por meio de atividades inter e multidisciplinares.

Neste ponto, diferencia-se o SRI e os Serviços Educativos (SE), tentando expandir as responsabilidades e demandas das bibliotecas. Lage e Bandeira (2017) explicam que as unidades de informação, refletem, de forma simultânea as modificações e o dinamismo, notáveis, características da sociedade em expansão. Com isso, reforça-se a responsabilidade que as bibliotecas – instituições culturais e educativas – têm na construção do conhecimento perante seus usuários.

Conceitualmente, segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, os serviços educativos consistem em um “conjunto de atividades pedagógicas realizadas com o objetivo de divulgar o acervo e iniciar o público na sua utilização.” (BRASIL, 2005, p. 154). Esta definição observa alguns aspectos que os aproximam do SRI como, por exemplo, seu caráter pedagógico.

No entanto, é fundamental ressaltar as dimensões do SRI, bem como as formas como este se explicita nas unidades de informação, serviço e setor. Na condição de serviço, o SRI está incumbido de sanar as necessidades informacionais específicas do usuário/consulente, no que diz respeito ao processo de busca, recuperação e uso de algum material no acervo da biblioteca, mediante o processo de comunicação face a face com o bibliotecário (GROGAN, 2007; MACEDO, 1990).

Por outro lado, enquanto setor da biblioteca, o SRI tem, dentre outras responsabilidades, empregar todos os recursos disponíveis para garantir que não apenas o processo de referência ocorra, mas o pleno desempenho de todos os produtos e serviços da biblioteca. Entende-se que os SEs tratam-se de serviços inerentes e presentes no setor de referência, uma vez que este tem dentre seus encargos, instruir o leitor no uso da biblioteca, ajudá-lo na realização de consultas, além de promover a biblioteca dentro da comunidade (TYCKOSON, 2003), ou seja, ações articuladas ao que se propõem os serviços educativos. Logo, tais domínios não se separam nas bibliotecas, justamente por estarem imbricados na relação que tais instituições estabelecem com a comunidade e seus usuários.

Demarcar os serviços educativos não é uma tarefa fácil, tendo em vista a complexidade das bibliotecas e de outros aparelhamentos culturais, cujas múltiplas atividades também têm potencial educativo. Para facilitar a compreensão do objeto deste estudo, na ampla gama de serviços educativos presentes em unidades de informação, pode-se destacar: serviços voltados para orientação de usuários em suas mais distintas naturezas (uso e reuso de recursos, registro na biblioteca, serviços instrucionais etc.), procedimentos para usos específicos do acervo, manuseio de obras raras, mediação de leitura e literatura e suas múltiplas estratégias, visitas guiadas, serviços bibliotecários (consulta, reserva, empréstimo, renovação), projetos voltados para o acervo (leitura, literatura, patrimônio cultural), ações culturais diversas, dentre outras atividades, que variam conforme a unidade de informação e instituição cultural (SOUSA, 2015).

Nessa lógica, entende-se que os serviços educativos se constituem como um conjunto de estratégias que se ancoram no desenvolvimento de dinâmicas culturais e sociais que possibilitam a descoberta, a criatividade e a construção de conhecimentos. Assim, conferem às bibliotecas a capacidade de fomentar a igualdade de direitos no acesso à informação, o estímulo do senso crítico, o compartilhamento de saberes, bem como a criação de vínculos com seus visitantes cativos ou potenciais. As instituições culturais e as do patrimônio, em especial as bibliotecas públicas, são essenciais para a estruturação das múltiplas identidades dos locais onde estão situadas. Isto posto, seus serviços devem ancorar-se nas

mudanças e dinamismos que perpassam a sociedade. Os SEs devem refletir a transformação da informação e como ela interfere na aprendizagem e no conhecimento, tal como os processos que os entes produzem.

Sousa (2015) ressalta as atividades realizadas pelos serviços educativos que conduzem os indivíduos a reconhecer o papel de instituições como a Biblioteca Pública Benedito Leite tem para o Estado do Maranhão, ao relacionar-se com fatores históricos, sociais e culturais locais, isto é, com seus patrimônios que não apenas o bibliográfico. A autora afirma que “os objetos, peças, documentos etc. que estas instituições salvaguardam são fontes e recursos de informação que nos permitem construir, através da sua análise, conhecimento do passado da humanidade, das nossas vivências e evoluções.” (SOUSA, 2015, p. 18).

Pode-se observar uma série de substratos para os serviços educativos, tendo em conta que o acervo da Benedito Leite contempla não apenas materiais bibliográficos, mas, também objetos artísticos, documentos raros, ou seja, elementos que permitem a reconstrução do passado do Maranhão, a identificação, reconhecimento e sensibilização dos patrimônios salvaguardados e difundidos pela instituição. Em face disso, pode-se destacar serviços que dinamizam a relação dos usuários para com esse múltiplo acervo, objeto do SRI e dos serviços educativos realizados pela BPBL. No âmbito do SRI da Benedito Leite, indica-se os seguintes serviços de cunho educativo que fazem interface com o patrimônio cultural, material e imaterial de São Luís e do Maranhão:

- a) Seção Materiais Especiais, responsável pela coleção de periódicos impressos (jornais e revistas);
- b) Setor de Obras Raras, Microfilmes e Manuscritos raros;
- c) Escritório de Direitos Autorais (EDA), que dá condições para publicação e registro de obras de autores locais;
- d) Laboratório de preservação, higienização de acervo, incumbido higienizar, conservação e realizar ações de tratamento preventivo dos acervos raros da BPBL;
- e) Difusão Cultural;
- f) Seções de referência;
- g) Obras maranhenses;
- h) Seção Infantil da Biblioteca Pública Benedito Leite (Biblioteca Infantil Viriato Correa);
- i) Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas do Maranhão (SEBP-MA);
- j) Visitas do Circuito de Visita Cultural da SECMA.

Tais seções da Benedito Leite são responsáveis pela dinamização das ações de mediação dos bens patrimoniais abrigados na instituição. Pontua-se os referidos setores não apenas pela presença no roteiro de visita da BPBL, mas por se tratar de seções dotadas de grande responsabilidade no que diz respeito aos serviços educativos, que correspondem ao fim das ações administrativas e de planejamento. Desde as políticas culturais do Estado do Maranhão, perpassando os projetos voltados para as casas de cultura do Estado, bem como o que é planejado e implementado pela BPBL tem como fim tais setores, em especial o SRI, que executa todos os serviços de cunho educativo.

As bibliotecas públicas são determinantes para o desenvolvimento da sociedade justamente por se tratar de locais onde a transformação social conquista traços importantes, haja vista a sua responsabilidade em contribuir para a construção de leitores-cidadãos emancipados e competentes, subsidiados pelo conhecimento registrado, que está disponível para distintas interpretações. Por lidarem com diferentes públicos, necessidades e demandas, as instituições expandem sua missão educativa, tendo os SEs como instrumentos para a efetivação de direitos.

O SRI, ao prestar SEs, proporcionam à comunidade não apenas o contato com os documentos que compõem os acervos das bibliotecas, mas criam atividades que favorecem o crescimento comunitário e, por sua vez, impulsionam outros serviços ofertados pelas entidades. Por exemplo, a Biblioteca Pública Benedito Leite, ao dinamizar uma exposição de obras maranhense, direciona os novos autores locais ao setor de Direitos Autores, onde estes podem registrar suas produções. As bibliotecas públicas deixam, então, de serem repositórios documentais passivos e solidificam sua posição na comunidade, pois tornam-se espaços de interação crítica e obtenção de conhecimentos. Ou seja, como Calixto *et al.* (2012) destacam, além de lugares de encontros, afetos e intersubjetividades, compõem-se em ambientes criadores e potencializadores de capital social. Os acervos bibliográficos são tanto portadores de informações, como locais de conhecimento acerca do passado e do presente de um determinado povo, atuando justamente na apropriação de patrimônios transmitidos e fundamentais para o futuro que se pretende construir.

Nessa assertiva, reconhecem-se os SEs como mecanismos que conduzem as bibliotecas públicas a cumprirem suas funções social, administrativa, jurídica, técnica, científica, artística, histórica e cultural unido ao patrimônio em suas diferentes manifestações expressões, tal como suas missões estabelecidas pela IFLA (1994). Sendo assim, no que concerne aos SEs,

[...] as bibliotecas devem promover um conjunto de atividades lúdico-pedagógicas, educativas, culturais, (in) formativas e em volta do livro, da leitura e da escrita, bem

como o estímulo a outras demonstrações artísticas e culturais para os diferentes públicos que frequentam o seu espaço. (SOUSA, 2015, p. 23).

Consequentemente, as questões educativas devem permear os serviços desenvolvidos nas bibliotecas públicas, cabendo a tais instituições preocuparem-se com a promoção, a interpretação, a difusão e a apropriação cultural, mediante a implementação de ações articuladas com a própria educação patrimonial voltadas à diferentes públicos. Por esse motivo, os SEs visam clarificar aos indivíduos e usuários de uma biblioteca, arquivo ou museu,

[...] a importância da salvaguarda e valorização patrimonial deste tipo de instituições. Para cumprir com estes objetivos as instituições desenvolvem um conjunto de iniciativas de (in) formação e de educação associadas a diferentes temáticas exploradas e orientadas para a comunidade. (SOUSA, 2015, p. 20).

A salvaguarda do patrimônio é intrínseca das bibliotecas, e no que diz respeito às bibliotecas públicas sabe-se da sua missão em apoiar a sedimentação de práticas educativas (IFLA, 1994), conforme já fora reforçado ao longo desta dissertação. Há múltiplas formas de dinamizar o patrimônio abrigado nas unidades de informação, seja por meio de ações educativas formais ou informais, ambas articuladas nos SEs por meio da educação patrimonial.

Cabe às bibliotecas públicas, mediante os SEs no âmbito do SRI, promover a tomada de consciência quanto à importância do patrimônio cultural, o que consequente irá favorecer tanto a salvaguarda, quanto a divulgação e a apropriação dos acervos, coleções, em outras palavras, o patrimônio bibliográfico. É essencial pensar os SEs como instrumentos de perpetuação das memórias de um povo, propagada pela transmissão do conhecimento coletivo de outrora e vindouro, uma vez que “[...] sua visão tem de ser suficiente abrangente para responder às expectativas dos públicos e simultaneamente, primar pela capacidade de uma missão pedagógica [...]” (BARRIGA, 2007, p. 55).

A essência das bibliotecas públicas congrega a proteção do patrimônio e a preservação da memória coletiva, logo “[...] a sua responsabilidade social remete-as à construção das identidades culturais e sociais dos indivíduos, da sociedade.” (SOUSA, 2015, p. 21). Desse modo, tais instituições têm sua missão ancorada na prestação de serviços pautados na valorização e reconhecimento do patrimônio cultural, na tenção de contribuir com a consolidação da identidade e da cidadania como eixos da preservação da memória da humanidade. Porquanto, a mediação do bibliotecário é fundamental, pois pensar os SEs como um dos serviços desenvolvidos no setor de referência, pressupõe reconhecer os parâmetros específicos que permeiam o processo de recuperação da informação, linguagem documentária, bem como as metodologias adequadas para realização de atividades junto aos usuários, em especial, a educação patrimonial a ser abordada na próxima seção.

3 PATRIMÔNIO CULTURAL E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Discutir sobre as interseções e enlaces entre patrimônio e educação patrimonial se mostra como um grande desafio, pautando-se no fato de que a categoria “patrimônio”, desde seu surgimento, evoca uma série de sentidos e definições, múltiplos contornos semânticos e especificidades que levam a analisar contextos distintos (CHOAY, 2006). Embora tenham passadas inúmeras décadas, sua construção semântica ainda é marcada por novas categorizações e apropriações, igualmente às múltiplas concepções e entendimentos de bibliotecas públicas, que possuem um caráter diferenciado em relação às outras tipologias e, conforme abordou-se no capítulo anterior, são mais que unidades de informação, são centros culturais, ou seja, espaços alternativos, capazes de abrigar elementos que reforçam as identidades individuais e coletivas, democratizando o acesso aos instrumentos e recursos que permitem aos indivíduos entrar em contato com as produções culturais, bem como fruir e usufruir destas.

Rocha (2018) assinala que o sentido de patrimônio foi se transformando no decorrer da construção histórica da sociedade, de modo que suas significações foram modificando-se e ampliando-se com o passar dos anos. Grimaldi (2016) chama atenção para as relações diretas e assimilativas entre os conceitos patrimoniais e a própria cultura, que por muito tempo foram preconizadas e estão no auge da mercantilização. Acentua-se ainda, a apropriação desses conceitos por outras categorias, que o tornaram inerentes, por exemplo, a informação, elucidada pelo entendimento de patrimônio bibliográfico no campo da Biblioteconomia e Ciência da Informação, conforme explica Rodrigues (2016).

Santos e Reis (2018) explicam que o patrimônio bibliográfico ainda se mostra como uma categoria pouco explorada no Brasil, ponderada a popularização dos livros no território brasileiro ter ocorrido somente em meados do século XIX, utilizados, em sua maioria, nas práticas educativas, disseminação de conhecimentos científico nacional e internacionalmente. Sendo assim, conceitualmente pode-se afirmar que o “patrimônio bibliográfico” consiste no conjunto de bens culturais de natureza bibliográfica, logo o patrimônio bibliográfico nacional, na concepção de Faria e Pericão (2008), contempla as espécies bibliográficas acumuladas ao passar dos séculos.

Andrade (2009, p. 25) conceitua patrimônio bibliográfico como “[...] um conjunto de documentos, de origem pública ou privada, existentes no âmbito de uma nação, de um estado ou de um município, formado através de sua importância administrativa, histórica e cultural.” Percebe-se, a partir do que dizem Andrade (2009), Faria e Pericão (2008), que o entendimento

acerca do patrimônio bibliográfico está relacionado aos processos de produção e apropriação do livro em suas distintas regiões, culturas e políticas sociais. É possível, ainda, observar a relação desse conceito com a própria noção de bens culturais móveis defendida pela UNESCO. Santos e Reis (2018) pontuam que o Brasil ainda não foi capaz de conceituar e contemplar claramente o patrimônio bibliográfico em suas legislações, diferente de países como Espanha, França e Portugal, onde já existem instrumentos legais que balizam tal definição. O que se tem no país é “[...] a noção de patrimônio bibliográfico está em processo de construção e que até o momento está associada à prática do depósito legal para obras correntes e ao controle da circulação de obras raras e antigas.” (SANTOS; REIS, 2018, p. 229).

Todavia, é inegável a importância do patrimônio bibliográfico enquanto ente do patrimônio cultural, tão logo o campo da Ciência da Informação pode e deve contribuir com a consolidação de tal conceituação, bem como no fortalecimento desse debate, visto que a proteção de bens dessa natureza é responsabilidade de bibliotecários e gestores de acervos de grande valor histórico e cultural.

Schneider (2018) ressalta que a conceituação de patrimônio esteve fortemente relacionada com as ideias de herança e memória. Nora (1997, p. 12) já ressaltou essa proximidade, chamando de “constelação passional”, a relação entre patrimônio cultural, memória e identidade, ou seja, categorias indissociáveis, cuja relação com as bibliotecas será abordada no próximo capítulo. Nesse sentido, Cavalcante (2016, p. 20) acentua que um dos aspectos que fortalecem a construção da categoria patrimônio é justamente “[...] a maneira como ele confere tangibilidade ao passado.”

Funari e Pelegrini (2009, p. 11-12) afirmam que, etimologicamente, o termo patrimônio tem sua origem no latim *patrimonium*, aquilo que pertencia ao pai de uma família. Tal significado é corroborado por Lemos (1981), Choay (2006) e Schneider (2018) que exacerbam que tal conceito é oriundo dos vocábulos greco-latinos “*pater*” e “*nomos*”. A primeira referindo-se à paternidade, em seu sentido biológico, herança paterna (estando associada a bens, posses), enquanto a segunda, às leis, costumes e práticas de um determinado grupo social.

Nessa acepção, patrimônio pode ser entendido como “[...] o conjunto de bens pertencentes ao pater, utilizada como sentido de herança, legado, isto é, aquilo que um pai deixa para seus filhos, portanto, patrimônio são o conjunto de bens de uma instituição, empresa, associação ou pessoas.” (SCHNEIDER, 2018, p. 28). Oliveira (2018) destaca que as ideias iniciais acerca do patrimônio remontam ao século XVIII e XIX, embora já houvesse iniciativas de preservação no século XV, como pontua Poulot (2013).

Detoni (2016) contribui dizendo que a noção de patrimônio foi estabelecida a partir da consolidação da concepção de Estado-Nação no século XIX. Fiorin (2009) distingue que não apenas a consolidação dos Estados Modernos, mas, nesse período tinha-se o interesse em promover a crença em uma espécie de “unidade nacional”, acima de todas as classes, regiões, raças, entre outros. Logo, os conjuntos simbólicos, como bandeiras, hinos, heróis, línguas e outros materiais serviam de base aos sentidos de enraizamento e pertencimento (PESAVENTO, 2008; OLIVEIRA, 2018).

Esse nacionalismo é pontuado por Hall (2011), ao dizer que, no mundo moderno, as especificidades culturais culminam nessa identificação comum, onde todos pertencem a um país, ou seja, formar-se “[...] uma cultura nacional contribui para criar padrões de alfabetização universais, generalizou uma única língua vernacular como o meio dominante de comunicação em toda a nação, criou uma cultura homogênea e manteve instituições culturais nacionais [...]” (HALL, 2011, p. 50).

O nacionalismo ganhou mais força, endossou o conceito de patrimônio enquanto algo pertencente a um determinado povo ou nação. Todavia, Silva (2016a, p. 29) assevera que a atenção esteve voltada por muito tempo para as edificações ou monumentos, “[...] desde monumentos como casarões antigos, símbolos da elite, até igrejas antigas (muitas católicas), símbolos de uma hegemonia religiosa que hoje se encontra em declínio.”

Funari e Pelegrini (2009) evidenciam que a formação dos Estados Nacionais levou ao desenvolvimento do conceito de patrimônio cultural. Paralelamente, a Revolução Francesa, buscando a igualdade entre as pessoas, fazia ruir o antigo regime e estimulava uma nova forma de se relacionar com o passado. Por esse ângulo, Rodrigues (2015, p. 246) explica que “[...] é a partir da Revolução [Francesa], com a necessidade de criar um elo comum que justifique o cidadão e sua história que se cria a noção de compartilhamento [...] [visto que] quanto mais coesos forem os grupos sociais, maior a capacidade de construir memórias fortes [...]”, como por exemplo, os laços familiares.

Observa-se assim, que a Revolução Francesa, embora ecoe um discurso favorável para as bibliotecas públicas, elas não surgem diretamente nesse momento, tampouco seus acervos são voltados às necessidades e demandas do povo, visto o surgimento das bibliotecas nacionais na Europa no século XVIII em meio à revolução, cuja principal diferença em relação às demais é sua missão de preservar a memória bibliográfica nacional.

Segundo Arruda (2000), os acervos frutos da Revolução eram formados por obras provenientes de bibliotecas particulares, ou seja, refletiam os ideais burgueses. Cabe destacar, que nem todas os materiais apreendidos foram de fato disponibilizados para o povo, pois

inicialmente os itens eram jogados em depósitos, posteriormente doados e revendidos para alemães e ingleses, as obras que sobravam que, na prática, eram encaminhadas para as chamadas bibliotecas públicas. O autor sublinha que as verdadeiras bibliotecas públicas só irão surgir anos mais tarde, pois,

[...] somente as bibliotecas que surgiram na segunda metade do século XIX, nos países anglo-saxônicos, podem ser consideradas como sendo as primeiras bibliotecas verdadeiramente públicas, uma vez que foram criadas a partir das reivindicações do povo, ou seja, em conformidade com suas necessidades, cujas atividades voltavam-se para a comunidade em geral. (ARRUDA, 2000, p. 8).

Studart (2017) retoma as discussões acerca do entendimento de patrimônio cultural, ao afirmar que no século XVII, a identificação dos monumentos era de grande importância, pois buscava-se demarcar elementos representativos e significativos à identidade nacional, movimento chamado por Hobsbawm (1984) de “invenção das tradições”. Foram compostos acervos com elementos que reforçavam nos indivíduos uma história oficial com a qual deveriam se identificar e preservar. Enquanto Poulot (2009) por sua vez chama de “empenhos pedagógicos”, ou seja, tinha-se um ávido interesse em se fabricarem identidades, bem como um impactante processo de patrimonialização sem qualquer tipo de questionamento ou reflexão, fruto da necessidade de se materializar um passado.

Oliveira (2018, p. 29) afirma que tais práticas “[...] visam lembrar e manter na memória o sentimento de pertencimento e de identidade são possíveis pelos processos de formalização que utilizam os rituais e os monumentos como forma de concretização.” Gonçalves (2003) complementa dizendo que a transição do século XIX para o século XX coloca em evidência o estudo dos objetos, pois para os etnógrafos, eles tinham a finalidade de demarcar as transformações ocorridas na sociedade, o contraste entre o antigo e o novo, de onde a sociedade veio, e como isso está explicitado. A valorização dos objetos se fez, e ainda se faz, presente nas bibliotecas, tendo em vista que a composição dos acervos, daquilo que é disseminado, são registros da cultura material.

A valorização pode ser observada, inclusive no Brasil, que em 1923 contou com um projeto de Lei destinado à salvaguarda do patrimônio monumentalista, que propunha a criação uma inspetoria específica para monumentos históricos (DULTRA; VIEIRA, 2014). Além disso, havia no Brasil uma ávida defesa do “interesse nacional”, tanto que também foi apresentada uma espécie de classificação, influenciada pela legislação francesa, postulava-se que uma vez classificado, não era permitida qualquer tipo de alteração, deterioração, destruição, modificação ou restauração de qualquer bem/obra sem anuência da inspetoria. Tais ações

reforçam os ideais nacionalistas na composição de um patrimônio pautado, ainda na concepção monumentalista e intocável.

Barbosa (2014) grifa que o ideal nacionalista pregado na transição do século XIX para o XX contribuiu para a valorização e conservação do patrimônio. O Nacionalismo exigia uma nação marcada pelo patriotismo, ou seja, a população deveria se reconhecer em uma identidade nacional coletiva, centrada nos projetos políticos estruturados, recortados e cristalizados no passado. Aspectos materializados nos monumentos históricos, capazes de proporcionar essa visibilidade.

Sendo assim, Martins e Silva Neto (2017, p. 762) afirmam que “[...] o monumento histórico e artístico passa então a significar a edificação construída como representação de uma lembrança, uma recordação memorável que afirmam a identidade local e ainda a edificação concebida como agente de embelezamento.” Pode-se observar que a memória já estava associada aos monumentos, uma vez que estes buscavam não apenas reforçar o patriotismo, mas representar o passado e servir de elemento constituinte da identidade das pessoas, por isso a sua valorização. Exemplifica-se essa valorização com a criação do “Monumento Nacional” no Brasil, em 1932, cujo título foi concedido inicialmente à cidade de Ouro Preto, inserindo o país no cenário preservacionista e a criação da Inspetoria de Monumentos Nacionais (IMN)⁷, este vinculado ao Museu Histórico Nacional (TELLES, 2010).

Ressalta-se que as bibliotecas também se fizeram presentes no movimento de preservação dos monumentos, sobretudo pela sua capacidade em “[...] salvaguardar e tornar acessível a herança cultural deixada pelos cidadãos de determinado país [...]” (RODRIGUES, 2015, p. 244). Importantes bibliotecas se consagraram com monumentos notáveis, cujo valor histórico permanece até a contemporaneidade, como é o caso da Biblioteca Pública Benedito Leite, que se destaca pela sua imponência arquitetônica no centro de São Luís do Maranhão, consagrando-se como instituição que tenta manter viva elementos da memória do Estado. Além disso, avulsa-se que tais organismos contribuíram para a prática do colecionismo ou “colecionamento”, conforme complementa Grimaldi (2016). Gonçalves (2003) apoia afirmando que tal processo se fez presente na construção do entendimento de patrimônio. Diante disso, percebe-se a relação das bibliotecas, em especial as bibliotecas públicas com as

⁷ Para maiores informações e incursão detalhada na trajetória da Inspetoria de Monumentos Nacionais (IMN), sugere-se a leitura da dissertação de Aline Montenegro Magalhães, intitulada “Colecionando relíquias... Um estudo sobre a Inspetoria de Monumentos Nacionais (1934-1937)” defendida em 2004 na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e o artigo da mesma autora intitulado “A Inspetoria de Monumentos Nacionais do Museu Histórico Nacional e a proteção de monumentos em Ouro Preto (1934-1937)”, publicado no Anais do Museu Paulista em 2017.

questões patrimoniais, enquanto instituições responsáveis tanto por abrigar o patrimônio cultural, quanto por sua difusão e apropriação.

O século XX trouxe consigo a ampliação do domínio patrimonial, tendo em vista que tudo que diz respeito ao patrimônio, sobretudo seus objetos, necessitavam encontrar “ressonância” na sociedade, cujas ações de conceituação e aplicação se delineavam (CHOAY, 2006; GRIMALDI, 2016). Após a Segunda Guerra Mundial, os propósitos e valores do patrimônio foram requalificados, mormente nas sociedades ocidentais contemporâneas.

Esta mudança de concepção pôde ser observada na legislação brasileira, por ilustração, a Constituição Federal de 1934 implementou mecanismos de proteção do patrimônio, contemplando as belezas naturais e os monumentos de valor histórico e artístico, ou seja, já era perceptível a inclusão do patrimônio ambiental.

Choay (2006) acentua que a contemporaneidade trouxe consigo um conceito ainda mais dilatado e “nômade”, uma vez que a concepção de patrimônio fora requalificada, tendo que abraçar “[...] adjetivos genéticos, naturais, históricos, artísticos, culturais, materiais, intangíveis, virtuais e digitais, fazendo-o seguir um caminho diferente e retumbante, mas sem prejuízo do sentido fundamental.” (GRIMALDI, 2016, p. 79). Percebe-se, portanto, a expansão dos entendimentos acerca dessa categoria, o que nos leva a refletir seus desdobramentos, a título de exemplo, no que tange às bibliotecas e às práticas dessas instituições, posto que sua prática tem como substrato os bens patrimoniais, cujas manifestações e expressões são múltiplas, antecipando, assim, uma discussão que viria décadas mais tarde.

Barbosa (2014) ressalta que no final do século XX, abandona-se a visão reducionista do patrimônio voltada somente para a “pedra e cal”, e, mediante a dinâmica própria do fenômeno, mudaram-se os conceitos de “histórico”, “artístico” e “belo”. Com isso, o patrimônio passou a contemplar não apenas os monumentos e os bens materiais, mas também os “[...] utensílios, hábitos, usos, costumes, crenças e a vida cotidiana de todos os segmentos que compuseram e compõem a sociedade.” (DANTAS, 2015, p. 32). Vê-se de forma clara a desmaterialização do patrimônio cultural, uma vez que sua imaterialidade passa a ser amplamente discutida e reforçada, refletindo em desafios não apenas para sua demarcação, mas também para as estratégias de apropriação, aspectos que tentarão ser contemplados nas ações de educação patrimonial mais adiante.

Na busca por consolidar um conceito de patrimônio, Rocha (2018, p. 28) apresenta uma conceituação capaz de expressar a convergência das múltiplas dimensões desse domínio. Para a autora,

[...] pode ser entendido como patrimônio dos bens históricos e culturais, de caráter coletivo, ou seja, pertencente a um determinado grupo social com a pretensão de expressar um dado momento ou memória coletiva, servindo para construir e/ou reforçar a memória identitária desse grupo.

Logo, não se deve tratar o patrimônio como um domínio reducionista, mas deve-se assumir seu caráter material e imaterial, conforme explicitado por Rocha (2018). Oliveira (2018) complementa tal discussão, afirmando que a materialidade desse domínio não se reduz às produções artísticas e monumentais, assim como a sua imaterialidade que não deve se restringir às práticas cotidianas.

Portanto, pontua-se que neste estudo a concepção de patrimônio a ser preconizada será a de Rocha (2018), justamente por expressar a convergência de diferentes entendimentos, e por dialogar tanto com as práticas das bibliotecas públicas e suas multifacetadas estratégias, quanto por dialogar com a perspectiva de memória coletiva, predominante nesta investigação e que será explicitada no próximo capítulo.

Tal entendimento pode ser levado, inclusive, para a realidade das bibliotecas, mais precisamente, as públicas, que tentam de difundir a informação em suas mais distintas expressões e manifestações. Em função disso, deve-se pensar o acervo das bibliotecas públicas como organismos vivos que, igualmente ao patrimônio cultural, é material e imaterial, devendo, portanto, reunir não apenas os registros do conhecimento, mas toda evidência de saberes e fazeres, servindo de base para a construção e reconstrução da memória.

Nesse sentido, deve-se pensar as bibliotecas públicas como instâncias nas quais o patrimônio encontra abrigo e ressonância social, podendo ser apropriado pela sociedade e pelos indivíduos aos quais atende. As múltiplas especificidades desse patrimônio e suas distintas manifestações devem ser preconizadas tanto nas estratégias de catalogação e descrição, visando posterior acesso e uso, quanto nas metodologias de disseminação, reforçando a necessidade de refletir sobre as práticas de mediação desse patrimônio, ou seja, educação patrimonial nas bibliotecas públicas, a ser tratado nos próximos tópicos.

Entende-se que, o conceito de patrimônio, mesmo com o passar de séculos, ainda se encontra em constante mudança e expansão, cuja construção democrática e irrestrita deve contemplar os diferentes grupos, expressões, manifestações, linguagens, usos, materialidades e imaterialidades. E como bem reforça Oliveira (2018), tais entes são capazes de produzir e conferir relevância aos sentidos que o patrimônio galgou até a contemporaneidade.

Ainda na busca por construir um entendimento amplo de patrimônio, levando em consideração as múltiplas dimensões apresentadas neste estudo, dar-se continuidade à tal construção na seção seguinte, contextualizando a evolução do patrimônio cultural no Brasil.

Ressalta-se que a definição adotada pelo Estado brasileiro também passou por transformações até conseguir contemplar as múltiplas especificidades presentes no país, chegando a se antecipar, inclusive a documentos internacionais, tais como a Carta Veneza em 1964, as “Recomendações sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular”, popularmente chamada de Recomendações de Paris, e estabelecida em 1989.

3.1 Contextualização e evolução do patrimônio cultural brasileiro

De acordo com Dutra e Vieira (2014), os ideais preservacionistas no Brasil são recentes, as primeiras iniciativas registradas datam do Segundo Reinado. Viam-se ações isoladas, como colecionadores ou intelectuais da época que solicitavam a proteção de bens específicos, como por exemplo Augusto de Lima, em Minas Gerais, e Gustavo Barros, no Rio de Janeiro.

Todavia, para compreender melhor os primeiros passos dos ideais preservacionistas no Brasil, faz-se necessária uma breve incursão histórica, trazendo fatos do Segundo Reinado. Schwarcz (2010) explica que esse período tinha a nacionalidade pautada em duas perspectivas: a primeira voltada para a realeza como centro da civilização, e a segunda pautada na natureza territorial e suas gêneses e frutas como substrato natural desse Estado.

Logo, todo romantismo a respeito dos ideais nacionalistas, iniciado na Independência até meados da década de 1930, colocou em debate a necessidade de que fossem compostos ícones da identidade nacional, e que estes fossem capazes de representar o país. Portanto, tinha-se um marco entre o processo de Independência à Proclamação da República, garantindo, simbolicamente, a “personalidade do Estado brasileiro”.

Carvalho (1999) corrobora a fala de Schwarcz (2010) acentuando que a elite brasileira fez com que algumas imagens da nação variassem ao longo do tempo. Segundo o autor, de 1822 a 1945, foram construídas pelo menos três imagens por parte da elite política e intelectual, “a primeira poderia ser caracterizada pela ausência do povo, a segunda pela visão negativa do povo, a terceira pela visão paternalista do povo.” (CARVALHO, 1999, p. 233). O que explica o fato de o povo jamais ter feito parte da construção da imagem nacional, visto sua ausência nos discursos e nas nações imaginadas, como ressalta o Carvalho (1999).

Schwarcz (2010) destaca que a chegada da família real marca o início da história das instituições educacionais no Brasil, momento marcado pela instalação de instituições centralizadoras e que fossem capazes de reproduzir com perfeição o domínio colonial. Via-se o Brasil como um espelho e extensão dependente da corte portuguesa. Segundo a autora, a

criação do primeiro Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1838, por iniciativa de Dom Pedro II, composto por membros da elite política e intelectual brasileira, colocara em suas mãos “[...] a responsabilidade de criar uma história para a nação, inventar uma memória para o país que deveria separar [...] seus destinos dos da antiga metrópole europeia.” (SCHWARCZ, 2010, p. 24). Carvalho (1999) complementa, destacando que, dentre outras responsabilidades, o IHGB deveria coletar documentos históricos, debates, expedições científicas, concursos, bem como a publicação de uma revista, considerada a principal publicação de história, geografia e etnografia de todo o Império.

Nas palavras de Pereira (2012, p. 96), “[...] basicamente, a ideia era fazer uma seleção das estruturas e dos acontecimentos do passado, escolhendo os mais convenientes para construir uma narrativa que desse significado à comunidade nacional.” A abordagem romântica implementou outra perspectiva ao indianismo, o “mito das origens”, devido à necessidade de construir-se uma narrativa evolutiva da história nacional. Embora se admitisse a herança colonial portuguesa, era mais cômodo, positivo e poderoso, simbolicamente, associar a origem nos índios, ou seja, os nativos da terra (RICUPERO, 2004, p. 153-178).

Além do IHGB, marca-se a criação da Academia Imperial de Belas Artes, criada por decreto em 1816 e inaugurada em 1826, foi uma das instituições presentes no projeto cultural do Império de construção de uma identidade nacional. Pereira (2012) destaca que a Academia Imperial ficou incumbida de produzir pinturas e esculturas que privilegiassem temáticas históricas e indianistas, bem como retratos. Segundo a autoria, a “[...] ideia de Brasil é um produto de engenharia de suas elites políticas e intelectuais.” (PEREIRA, 2012, p. 95).

Visando, ainda, o fortalecimento do Estado e do projeto de se delinear uma “imagem para a nova nação brasileira”, uma série de modificações no campo jurídico também foram realizadas, como por exemplo, a implementação de políticas públicas, sobretudo as de educação, saúde, segurança, finanças, além da criação de instituições científicas e culturais. Dentre elas, o Arquivo Público Imperial em 1838 (COSTA, 2000). Com isso, tinha-se uma instituição que daria validade e significado para o projeto nacional, bem como para a reconstrução da história nacional e legitimação do Estado.

Dias *et al.* (2009) explicam que o construto simbólico da identidade brasileira no período imperial, cuja literatura e artes foram ícones na constituição desse ideário nacional, estava vinculado ao Estado capitalista, do qual o legado estava centrado na valorização do índio, das belezas naturais, criação de mitos e heróis nacionais. Ressalta-se que esse ideal acabou por colocar no esquecimento os negros e as demais contradições sociais nos escritos e obras.

Em vista disso, entende-se que os intelectuais e estudiosos do século XIX, forjaram uma nacionalidade pautada na ideologia de que a história do Brasil deveria seguir a concepção europeia, ou seja, edificou-se um sentimento de nacionalidade imitando as experiências da Europa. Formou-se um imaginário em torno da exaltação indígena, da natureza extravagante e de heróis, de modo que a nacionalidade brasileira foi tecida pela classe dominante, pretendendo uma união que materializasse os interesses comuns.

Sendo assim, concretizou-se uma nacionalidade no Brasil antes mesmo da Independência, ou seja, antes de ser Estado, o país transformou-se em nação, possibilitada pela definição do território, pelas marcantes influências luso-brasileira e europeia, visto serem os pensamentos difundidos aqui, além do sentimento de independência em face da dominação dos europeus.

Outro importante fato que contribuiu para as discussões acerca do patrimônio cultural no Brasil fora a Proclamação da República, pautado na busca por trazer consigo novos ideais culturais, aproximar-se da modernidade capitalista mundial, bem como afastar-se do passado colonial (DETONI, 2016; STUDART, 2017). Segundo Carvalho (1999), a República foi proclamada sem a participação popular e teve como bojo uma nova baralha simbólica, em virtude da tentativa de modificar os símbolos nacionais, estabelecer novos heróis e o mito de origem. Segundo o autor, o êxito se assentou na criação do novo herói, Tiradentes ou “Cristo cívico”.

Destaca-se que muitas foram as iniciativas em manter a farsa de uma nação positiva, a exemplo disso há o intento de uma melhora da população, mediante progressivo branqueamento, cujas ações são abordadas tanto por Carvalho (1999), quanto Schwarcz (2010). Evidencia-se que, “[...] o fim do tráfico, a baixa natalidade da população negra e a grande imigração europeia [...] a partir da última década do século XIX favoreciam o ideal branqueamento.” (CARVALHO, 1999, p. 251). Pela ausência de um consenso sobre a identidade da nação, a educação primária e a literatura foram o caminho encontrado para tal, dados os múltiplos esforços em se produzir obras patrióticas e com linguagem brasileira acessível às crianças.

Embora houvesse uma imagem positiva do país, do povo e de sua história, isso se limitava à literatura infantil, pois entre as elites era algo ingênuo. Carvalho (1999) explica que outras missões civilizatórias foram realizadas, capitaneadas por médicos sanitaristas. Além disso, o autor aponta a Guerra Mundial como um novo fôlego para as campanhas patrióticas, agora focadas nos adultos, buscando despertar na população os ideais nacionalistas, o serviço militar, dentre outras. Finda que o Brasil ainda não se constituía uma nação de fato, então “cabia

ao Estado forjar a nação mediante uma ação deliberada implementada por um governo forte.” (CARVALHO, 1999, p. 256).

A chegada da década de 1920 expressa uma maior preocupação com as questões preservacionistas e memorialista, graças a “Semana de Arte Moderna” ou “Semana de 22”, cujos debates foram iniciados por Mário de Andrade e Lúcio Costa, fundamentais para a criação das agências de proteção nacional (NASCIMENTO, 2015). Studart (2017) destaca que foi mediante a solicitação de um projeto de Lei de Bruno Lobo a Alberto Childe, voltado à proteção dos bens culturais no Brasil, que se tem a primeira iniciativa em proteger legalmente o patrimônio cultural na Federação.

De acordo com Dutra e Vieira (2014), em 1923, o então deputado Luiz Cedro apresentou formalmente um projeto de lei destinado à salvaguarda do patrimônio, propondo, inclusive a criação de uma inspetoria de monumentos históricos. Segundo Oliveira (2011), Cedro era um ávido defensor do “interesse nacional”, este distante da valorização histórica e artística. Segundo o autor, ele apresentou a “classificação”, categoria influenciada pela legislação francesa. Postulava-se que, uma vez classificado, não era permitida qualquer tipo de alteração, deterioração, destruição, modificação ou restauração de qualquer bem/obra sem anuência da inspetoria.

Acredita-se que o anteprojeto de Luiz Cedro também trouxe como contribuição a desapropriação nos casos em que se prova a insuficiência e incapacidade do proprietário em manter e conservar um imóvel classificado. Embora não tendo sido aprovado, tal mecanismo também se mantém – mesmo que com outras palavras – na legislação vigente (OLIVEIRA, 2011; TELLES, 2010).

Em 1925, Jair Lins, jurista da época, atendendo ao pedido do governador de Minas Gerais, Mello Vianna, buscou defender tudo aquilo que representava o passado brasileiro (NUNES; LIMA, 2012; OLIVEIRA, 2011; TELLES, 2010; RABELLO, 2009). Segundo Rabello (2009), o anteprojeto de Lins tinha como propósito estabelecer o direito de preferência acerca dos bens de interesse cultural “catalogados”, que viria a ser exercido pelo Estado e a União.

A autora ressalta que tal documento influenciou fortemente a política de proteção do patrimônio em vigor, pois o ato de listar e descrever os itens protegidos, também se pautava em não alterar o mesmo. A grande contribuição de Jair Lins para as políticas protecionistas nacionais, são os modos de catalogação (voluntário/judicial e definitiva/provisória), como ressalta Oliveira (2011).

Dultra e Vieira (2014) pontua que no final da década de 1920 e início da década de 1930, mais precisamente em 29 de agosto de 1930, o deputado José Wanderley de Araújo Pinho apresentou seu anteprojeto no Congresso Nacional. Pinho conseguiu reunir em sua proposta as contribuições anteriores de modo mais aprofundado, tendo como principal contributo a definição dos bens de “valores histórico-artísticos”, tais como móveis, imóveis, janelas, obras de arte, dentre outros (OLIVEIRA, 2011; TELLES, 2010).

Wanderley de Pinho por meio de seu anteprojeto apresentou a necessidade da criação de organismos que auxiliassem as tomadas de decisão. Em sua proposta estava prevista a criação de um Conselho Deliberativo e Consultivo da Defesa do Patrimônio Histórico-Artístico Nacional como é ressaltado por Arruda (2014) e Sena (2011). As propostas de Luiz Cedro, Jair Lins e Wanderley Pinho, bem como os documentos internacionais foram de grande contribuição para a criação de uma política de proteção ao patrimônio robusta, a ser apresentada próximo do fim da década de 1930.

Observa-se nessas primeiras décadas o interesse em mapear e demarcar os bens patrimoniais. Havia o empenho em estabelecer métodos de controle, com vistas a deixar mais evidente quais eram, de fato, os patrimônios brasileiros. A catalogação funcionaria como uma espécie de inventário, pois os bens seriam descritos e, uma vez registrados, permaneceriam “intocáveis”, isto por sua vez deu precedente para a definição de bens de valor histórico e artístico.

O início da década de 1930 explicita o interesse na criação de um serviço técnico especializado na proteção dos bens culturais a nível nacional, o que reflete os progressos na legislação da época, que já apresentava importantes avanços para os assuntos relacionados à cultura de um modo geral. Ações mais pontuais foram concretizadas em 1936 com o desenvolvimento de um anteprojeto por Mário de Andrade capaz de convergir as ações já desenvolvidas no Brasil (PINHEIRO, 2017; DULTRA; VIEIRA, 2014).

Mário de Andrade introduzia, uma percepção mais antropológica do conceito de cultura. Aspecto evidenciado pelos múltiplos olhares e determinações para o registro e tombamento dos diferentes bens e manifestações culturais (GONÇALVES, 2003; FERRAZ, 2015). Cordido (2014) complementa, ressaltando que a contribuição de Andrade antecipava em quase trinta anos o que viria a ser discutido na Carta Veneza em 1964. Segundo Telles (2010, p. 42), Andrade teve uma contribuição notável, justamente pela “[...] preocupação com o que atualmente é denominado de patrimônio cultural imaterial, mormente através da previsão de proteção para algumas vertentes “novas” do patrimônio, tais como as artes ameríndias e populares.”

O patrimônio histórico e artístico nacional era então definido como “[...] o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. (GONÇALVES, 2003, p. 68).

Embora contemplasse uma série de bens culturais, tal definição é dita por Gonçalves (2003) como genérica para abarcar uma diversidade tão grande. Todavia, a política implementada pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), entre os anos de 1937 e 1979, estava pautada basicamente em monumentos arquitetônicos, religiosos e históricos. Embora tenha ocorrido um avanço com a Constituição de 1934, a partir da inclusão dos bens ambientais, percebe-se um retrocesso ao se privilegiar os bens móveis e imóveis, deixando-se de lado outros elementos que representariam melhor a diversidade cultural brasileira. Mesmo que Mário de Andrade apresentasse oito categorias distintas de classificação, que introduzisse as artes populares e ameríndias, preconizava-se os patrimônios materiais.

Durante esse período, os bens nacionais tombados traziam traços marcantes do barroco brasileiro, descoberto pelos modernistas que deram nova valorização simbólica (CARVALHO, 1999), deixando de lado, inclusive, outros estilos. Tanto é que “[...] a paisagem e a arquitetura barroca das antigas cidades coloniais mineiras desempenharam um importante papel na obra de poetas e artistas brasileiros.” (GONÇALVES, 2003, p. 70).

Segundo Gonçalves (2003), os monumentos barrocos eram considerados retrato do Brasil original, ou seja, um exemplo claro de originalidade cultural que estava sendo esquecido. O autor destaca que a primeira cidade reconhecida fora Ouro Preto, tornando as cidades históricas mineiras um importante polo do “turismo cultural”, como também importante representante da arte e arquitetura barroca da América do Sul, como reforçam os estudos de Francisco (2017), Rezende (2011), Oliveira e Alves (2018).

Salienta-se que, todos esses fatos contribuíram para remodelar o entendimento do próprio conceito apresentado por Mário de Andrade para “patrimônio cultural”, que na percepção de Aloísio Magalhães estava “[...] mais próxima de uma concepção democrática e pluralista [...]” (GONÇALVES, 2003, p. 73), aspecto ressaltado em seu anteprojeto, que por sua vez daria condições para a política implementada por Rodrigo Melo Franco de Andrade na direção do SPHAN. Assim, já era notável a preocupação com uma política de proteção mais flexível e que contemplasse a diversidade cultural brasileira, aqui já se observa inclusive o alargamento da concepção de patrimônio à medida que se tinha um Brasil que não se limitava a conjuntos arquitetônicos e igrejas a perder de vista.

Formalizado e publicado, o Decreto-Lei Nº 25, de 30 de novembro de 1937, estabelecia o SPHAN e o Conselho Consultivo do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, conforme art. 7º (BRASIL, 1937). Detoni (2016) afirma que o desenvolvimento prático previsto no referido documento, possibilitou a ampliação das tipologias patrimoniais, que por muito tempo esteve voltada para formas consideradas tradicionais e elitistas. Além disso, o autor ressalta que “[...] conforme se ampliam as tipologias de patrimônios, há também o processo de democratização do patrimônio para os demais segmentos sociais.” (DETONI, 2016, p. 54).

Nesse sentido, Dutra e Vieira (2014, p. 3) corroboram afirmando que, “seu projeto buscava o equilíbrio entre o popular e o erudito, além de dar uma ênfase muito grande aos aspectos imateriais da cultura, ou seja, aquilo que não é necessariamente um bem tangível.” O que pode ser considerado como visionário e além das discussões da época, centrada no patrimônio de “pedra e cal”. Tal percepção de Mário de Andrade é fruto do movimento folclorista, do qual era um ávido defensor.

A imaterialidade do patrimônio enfim, começa a ser mais difundida embora se contasse com relíquias arquitetônicas, sobretudo fruto do longo período colonial, o país continha amplos elementos que circunscreviam as reais raízes brasileiras. Os bens intangíveis trazem consigo a complexidade da cultura, cujos traços são verdadeiros desafios para as políticas preservacionistas, quanto para os espaços onde esses bens podem ser abrigados e acessados, como as próprias bibliotecas públicas, que estão em busca de instrumentos de descrição que sejam capazes de tal catalogação.

A ampliação das tipologias patrimoniais, que por muito tempo esteve voltada para formas consideradas tradicionais e elitistas, dá precedente para sua democratização aos demais segmentos sociais. Reflexo dessa busca por difusão e projeção dos bens nacionais foi a criação de inúmeros espaços que pudessem depositá-los, como o Museu Nacional de Belas Artes, no Rio de Janeiro (1937), o Museu da Inconfidência, em Ouro Preto (1938), Museu de São Miguel das Missões no Rio Grande do Sul (1940), Museu do Ouro em Sabará (1945) e o Museu do Diamante em Diamantina (1954) (DETONI, 2016).

Percebe-se que se abriram inúmeros museus, enquanto as bibliotecas em si não ganham destaque algum. No período em destaque, a Biblioteca Pública Benedito Leite já tinha sido criada, todavia suas práticas restringiam-se aos materiais bibliográficos. Visto que sua própria criação se deu em detrimento da necessidade de salvaguardar os registros escritos da época. Na verdade, as bibliotecas, de modo geral, tiveram suas práticas restritas aos livros por anos, sua função estava limitada a depósito de registros em estantes. Essa visão reducionista só

começou a ser desconstruída nas últimas décadas do século XX, à medida que novos suportes foram desenvolvidos.

As instituições museológicas foram pioneiras ao abrigarem os patrimônios, isso explica, inclusive o fato de as primeiras ações educativas emergirem desses espaços. A educação patrimonial, por exemplo, deu seus primeiros passos em museus, embora tenha sido alvo de debate por pedagogos na década de 1920, foram impulsionadas pelas ações museais. Algo que veio a se concretizar no Brasil também no Museu Imperial, em Petrópolis, no Rio de Janeiro (WICHERS, 2011).

O referenciado cenário converge na fala de Dutra e Vieira (2014, p. 5), ao afirmarem que tais ações buscavam “[...] reafirmar o discurso nacional de uniformidade, ressaltando o passado histórico brasileiro [...] glorificando personagens históricos, fatos memoráveis e heróis nacionais, com o objetivo de educar a população.” Nesse sentido, percebe-se que houve um avanço no desenvolvimento de ações voltadas para a preservação do patrimônio. Grupos e instituições engajadas buscaram mecanismos para a implementação de estratégias sistemáticas para a preservação dos elementos que compunham o patrimônio brasileiro, bem como ações de cunho educativo, à medida que a Educação Patrimonial começava a ganhar força no Brasil, cuja abordagem será mais detalhada na próxima seção (ARRUDA, 2014; CORDIDO, 2014).

Segundo Cordido (2014) e Chuva (2009), o Estado Novo e o SPHAN constituíram as bases de um sistema de proteção do patrimônio. Arruda (2014, p. 40) reforça, ressaltando que “[...] as práticas de preservação tiveram início já reconhecendo a necessidade de uma ação sistêmica, que envolvesse diversos parceiros formais [...]”, ou seja, os governos municipais, intelectuais e as elites dos distintos estados da federação.

Arruda (2014), Dutra e Vieira (2014) destacam que o período pós Estado Novo, trouxe consigo algumas mudanças no SPHAN, e como ressalta Chuva (2009) buscou-se consolidar as ações implantadas através de uma “rotina”. Finda que, em 1946, o organismo passa a se chamar Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), dividindo-se em quatro distritos (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2008). Arruda (2014) completa dizendo que a década de 1940 trouxe novas perspectivas, sobretudo no tocante à questão jurídica de proteção do patrimônio.

Em 1953, desmembra-se o então Ministério da Educação e Saúde, dando origem às pastas separadas. Logo, o DPHAN ficou subordinado ao Ministério da Educação e Cultura (MEC), tendo sua estrutura modificada em 1954 (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2008). Ressalta-se que a política federal de

proteção permaneceu sem grandes alterações ao longo do governo democrático (1946-1964) (CALABRE, 2009).

A década de 1960 balizou a relação entre a UNESCO e o Brasil, tendo como importante ganho a cooperação técnica firmada em 1964 (LEAL, 2011). Arruda (2014) ressalta que o DPHAN incorporou as discussões que já vinham sendo desenvolvidas no cenário internacional com a Carta de Veneza (1964)⁸, Normas de Quito (1967)⁹ e Recomendações de Paris (1964-1968)¹⁰. Tais discussões “[...] reverberaram positivamente no Brasil de modo que os poderes públicos federal, estaduais e municipais chegaram a incorporar a preservação do patrimônio estrategicamente no planejamento das políticas públicas.” (ARRUDA, 2014, p. 42).

Na década de 1970 viveu-se um novo processo de reestruturação. O Decreto de Nº 66.976 de 27 de julho de 1970 promove uma grande reformulação administrativa no MEC, com a criação de departamentos como o Departamento de Assuntos Culturais (DAC). Com isso, foram criados organismos estaduais e municipais visando tal proteção, caracterizado como “processo de descentralização” das iniciativas do IPHAN (FERRAZ, 2015; CALABRE, 2009).

Grandes avanços foram observados, ainda nesse período, não limitando-se apenas a nomenclatura do IPHAN, posto que o intuito em descentralizar a gestão do patrimônio cultural se tornou mais evidente, uma vez que foram criados 9 (nove) distritos regionais. Grimaldi (2016) enfatiza que, no mesmo período, a interligação com a UNESCO ganhou força, cujos trabalhos foram expandidos com a Convenção para a proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural em 1972, cujos reflexos foram benéficos não apenas com a retomada das discussões envolvendo o patrimônio natural, mas também com a ampliação do entendimento de patrimônio que se tornou mais consolidado, visto que os bens ambientais tornaram-se pontos de debate e, por conseguinte, alvo das políticas de preservação.

Ferraz (2015) destaca que as décadas de 1980 e 1990 marcaram a dissolução e reformulação das instâncias públicas incumbidas da democratização do país. Calabre (2009) ressalta que buscou-se tornar os procedimentos mais sistemáticos, consolidando-se em políticas públicas. Nesse momento, a questão do patrimônio expande-se, maiormente pelos questionamentos feitos acerca dos procedimentos de seleção e preservação. Tinha-se então, um

⁸ Carta de Veneza na íntegra para consulta no site do IPHAN. Disponível em: <portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/.../Recomendacao%20de%20Paris%201964.pdf>. Acesso em: 09 abr. 2019.

⁹ Normas de Quito na íntegra para consulta no site do IPHAN. Disponível em: <portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Normas%20de%20Quito%201967.pdf>. Acesso em: 09 abr. 2019.

¹⁰ Recomendações de Paris na íntegra para consulta no site do IPHAN. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Paris%201968.pdf>. Acesso em: 09 abr. 2019.

cenário mais complexo do patrimônio cultural. Tais ressignificações eram impulsionadas à medida que se reconhecia a necessidade de uma política que contemplasse a diversidade dos bens patrimoniais brasileiros.

O Brasil, que em 1985 dá início ao seu processo de redemocratização vê a criação do Ministério da Cultura, pelo então presidente José Sarney, com a perspectiva de fortalecer o crescimento econômico aliado ao desenvolvimento cultural, mediante sua preservação e valorização, fruto das ações que já revelavam a necessidade de redirecionamento das políticas voltadas para o patrimônio cultural (ARRUDA, 2014; CORÁ, 2014).

Calabre (2013) aponta que os primeiros anos do Ministério da Cultura não foram fáceis, sobretudo pela falta de recursos. Visando superar tais dificuldades, promulga-se a Lei Nº 7.505, de 2 de junho de 1986, considerada a primeira lei de incentivos fiscais para a cultura (CALABRE, 2009). A constituinte de 1986 consagrou importantes avanços, consolidados na Constituição Federal de 1988, tinha-se então uma mudança mais concreta, uma vez que o documento mais importante do país já expressava a ampliação da concepção de patrimônio cultural, mas sobretudo contemplava a diversidade cultural do Brasil.

Cutrim (2011), Souza e Crippa (2009) afirmam que é com a Carta Magna de 1988 que há uma mudança na concepção de patrimônio, pois “[...] no seu artigo 216, optou pela expressão patrimônio cultural, inserindo nessa expressão os termos patrimônio artístico e patrimônio histórico [...]” (CUTRIM, 2011, p. 62), deixando claro a abrangência do termo.

A Constituição de 1988 foi resultado de importantes discussões entre o governo e sociedade civil, sobretudo em detrimento da complexidade social, política e econômica da época. Tal cenário acabou impactando nas próprias diretrizes de preservação defendidas pelo IPHAN, exigindo-se a atualização das concepções de patrimônio, contemplando os bens de natureza imaterial (FERRAZ, 2015; OLIVEIRA, 2011).

A Carta Constitucional define o papel do Estado como garantidor do pleno exercício dos direitos culturais em seu artigo 215 (OLIVEIRA, 2016; BRASIL, 1988). Em seu artigo 216, se antecipa em relação à própria UNESCO ao contemplar os patrimônios imateriais, a saber:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro **os bens de natureza material e imaterial**, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 1988, não paginado, grifo nosso).

Tais avanços na legislação brasileira, se devem à presença dos intelectuais e dos diálogos estabelecidos com o poder público. Rodrigues (2006) pontua que se supera, então, a concepção estritamente histórica, abrangendo todas as expressões e simbologias da cultura coletiva, estas constituintes da identidade do povo brasileiro. Com isso era emergente a necessidade do desenvolvimento de novas metodologias de registro, catalogação e inventário dos bens patrimoniais, mas sobretudo de estratégias diferenciadas de difusão. Tanto é que a Educação Patrimonial já era uma realidade na década de 1980 no contexto brasileiro, uma vez que era notável a preocupação com as estratégias educativas, sobretudo com o intuito desta ser incluída nos currículos escolares.

Esse cenário também se mostrava como desafios para bibliotecas, arquivos e museus, pois, tinha-se não apenas um cenário documental mais amplo, mas a necessidade de profissionais que fossem capazes de implementar metodologias diferenciadas, que favorecessem a apropriação cultural dessa diversidade de bens patrimoniais. As bibliotecas públicas já se viam diante de um novo modelo, já eram entendidas e demandadas como centros culturais. Logo, tinha-se um cenário que clamava por novas práticas, uma vez que se tinham novas demandas socioculturais.

Ferraz (2015) ressalta que o período explicitou as conexões entre as ações nacionais e internacionais, colocando o Brasil em posição privilegiada nos entendimentos da UNESCO, tornando mais ágil a implementação das normativas internacionais. Destacam-se, assim as Recomendações de Paris – Recomendações sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular – estabelecida em 1989, que orientava quanto as denominações “patrimônio cultural imaterial” ou “intangível” (SANTA’ANNA, 2006; INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 1989).

A Constituição de 1988 e as Recomendações de Paris (1989) consolidam a importância dos múltiplos bens culturais, estes responsáveis por preservar a identidade cultural de um povo, visando seu desenvolvimento econômico, tecnológico, bem como os “[...] valores da ordem da cultura - mais precisamente, do histórico e do artístico.” (CONCEIÇÃO, 2011, p. 28).

Embora o Brasil tenha se antecipado à UNESCO, foi somente em 17 de outubro de 2003 que ocorreu em Paris a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (UNESCO, 2003). E como bem pontua Souza (2019, p. 28), o patrimônio imaterial é então

concebido “[...] como manancial de diversidade cultural e como fator de proximidade e de interação entre os seres humanos, bem como a obrigatoriedade de conscientizar as gerações atuais e futuras da preservação patrimonial.”

O Decreto N° 3.551, de 4 de agosto de 2000, consolida a legislação brasileira no tocante aos bens imateriais, ao instituir o registro de bens culturais¹¹ de natureza imaterial e o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (BRASIL, 2000). Além disso, destaca-se que o Brasil foi signatário da Convenção de 2003¹² e da Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade Cultural das Expressões Culturais¹³, realizada entre os dias 03 e 21 de outubro de 2005, juntamente com a Áustria (UNESCO, 2003; 2006).

É válido destacar que além do IPHAN, outros organismos também responsabilizam-se e contribuem para a preservação dos bens nacionais, dentre elas o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), que teve suas ações balizadas pela Recomendação referente à Proteção e Promoção dos Museus e Coleções, sua diversidade e seu Papel na Sociedade¹⁴, aprovada pela Conferência Geral da UNESCO, em 17 de novembro de 2015 (UNESCO, 2015).

Portanto, o patrimônio cultural deve ser compreendido como uma formação discursiva, responsável por mapear conteúdos simbólicos, não restringindo-se à simples descrição de como uma determinada nação é formada, mas, sobretudo como esta constrói sua identidade cultural, cuja preocupação fora notável e explicitada nos avanços das discussões nacionais e internacionais, por sua vez materializadas nos documentos oficiais, incumbidas de normatizar e orientar a relação dos indivíduos com seus bens patrimoniais, bem como nortear as ações de instituições como bibliotecas, arquivos e museus.

Nesse sentido, Magalhães (2006, p. 10) contribui afirmando que “[...] o Patrimônio Cultural Brasileiro pode ser observado em sua diversidade de manifestações, tangíveis e intangíveis, como fonte primária de conhecimento e aprendizado.” E por fim, Cutrim (2011, p. 63) reforça que “o patrimônio, de qualquer espécie, atua como um estímulo para nossa memória e cristaliza em suas manifestações a especificidade de uma cultura.” Pensar então, o patrimônio (tangível e intangível) mediante suas múltiplas expressões e manifestações reforça o papel

¹¹ No portal do IPHAN estão disponibilizadas as listagens atualizadas de todos os bens materiais e imateriais registrados até o momento, disponível no seguinte endereço eletrônico: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/606>>. Acesso em 10 abr. 2019.

¹² O documento com as recomendações, bem como os resultados da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial pode ser consultado na íntegra no seguinte endereço eletrônico: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001325/132540por.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2019.

¹³ Registro da Convenção disponibilizado na íntegra, no seguinte endereço eletrônico: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001502/150224por.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2019.

¹⁴ As recomendações podem ser consultadas em sua totalidade no seguinte endereço eletrônico: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0024/002471/247152POR.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2019.

deste, não apenas como informação (objeto inerente às bibliotecas), mas como componentes fundamentais da cultura, e, por conseguinte, da memória.

Igualmente, a relação entre patrimônio cultural e bibliotecas está fundada justamente no papel destas instituições centrada na reunião, organização e difusão de traços evidências da cultura de um povo. Trazendo essa lente para a Biblioteca Pública Benedito Leite e o povo maranhense, cita-se seu papel não apenas como agente de salvaguarda dos bens materiais (livros, manuscritos, periódicos), mas como mediadora e caminho para que os indivíduos se apropriem de sua história.

Desse modo, são imprescindíveis ações que propiciem essa interação entre BPBL e a população. Assim, a Educação Patrimonial emerge como a estratégia que pode favorecer tal apreciação, mesmo que as bibliotecas já realizem serviços como empréstimo de materiais, sua responsabilidade pode ser ampliada, tal como a concepção de patrimônio, diretamente relacionada aos componentes de seu acervo, que deixa de ser exclusivamente materiais bibliográficos.

Identificar, preservar e conservar os bens materiais e imateriais por si só não é suficiente, para que, de fato, as ações sejam consolidadas, é indispensável o trabalho interdisciplinar junto à população a partir dos espaços de socialização do patrimônio cultural, notadamente as bibliotecas, em especial a Biblioteca Pública Benedito Leite, sobretudo quando se vislumbra uma continuidade dos bens e manifestações. Para tanto, traz-se à discussão a metodologia da educação patrimonial, a ser abordada na próxima seção.

3.2 Educação Patrimonial

Ao unir os domínios “Educação” e “Patrimônio”, destaca-se que a categoria Educação Patrimonial explicita a aproximação entre Educação e Cultura (LIMA, 2014). Desse modo, é pertinente pensar inicialmente tal categoria como iniciativas educacionais, tendo como foco o reconhecimento, a preservação e a valorização do patrimônio em suas mais distintas expressões e manifestações. Esse olhar pode ser levado inclusive para as atividades de cunho educativo desenvolvidas nas bibliotecas públicas, à medida que elas também se constituem instituições que apoiam a educação.

A educação patrimonial tem sua gênese no modelo chamado *Heritage Education* que, segundo Durbin, Morris e Wilkson (1990), em sua obra intitulada *A Teacher's Guide to Learning from Objects*, surgiu em meados da década de 1970 na Inglaterra e Estados Unidos. Martins (2011) ressalta que tal metodologia é fruto das ditas “Pedagogias Renovadas”, que

marcavam justamente a transição entre os séculos XIX e XX, cujas práticas eram pautadas no contato direto com os objetos, e, conforme complementa Wichers (2011, p. 60), tinha por objetivo “[...] formar professores para o uso de objetos patrimoniais no ensino escolar.”

Contudo, Cardoso (2013) destaca que na década de 1920 pedagogos ingleses já vinham debatendo estratégias e princípios voltados para a implementação da *Heritage Education*. Florêncio (2015) acentua que na década de 1930 o anteprojeto de criação do SPHAN já dava sinais da importância de ações pedagógicas nos museus. Souza (2013), Ramos e Santos (2017) afirmam que a Carta de Atenas em 1931, já enfatizava o papel da educação como caminho para a preservação das edificações e obras de arte. Em seu inciso VII, alínea b, a Carta reforça a importância da educação em respeito aos monumentos – visto que no período privilegiava-se o culto aos monumentos, conforme abordado na seção anterior – além de “[...] aumentar o interesse, de uma maneira geral, pela proteção dos testemunhos de toda a civilização.” (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 1931a, p. 4).

Tal concepção educativa contemplou o sentimento nacionalista do Brasil da década de 1930, cujo intuito era resgatar a “brasilidade moderna”. Logo, “[...] a educação estava inserida em um contexto no qual a formação ou fortalecimento de uma identidade nacional brasileira fazia-se prioridade, no bojo da estratégia de aglutinação da nação.” (SOUZA, 2013, p. 43). Esse contexto, por sua vez resultou na abertura de um número significativo de museus, deixando de lado as bibliotecas, cujas práticas eram voltadas somente para os materiais bibliográficos, mesmo diante da ascensão de um modelo de biblioteca pública destinado à universalização do acesso à informação, também presente nos bens patrimoniais.

Diante disso, é possível afirmar que embora a popularização da terminologia tivesse ocorrido a partir da década de 1970, as práticas educativas tendo o patrimônio cultural como objeto são antigas, impulsionadas, sobretudo pelos museus, conquanto já existissem no Brasil inúmeras bibliotecas públicas como a própria Biblioteca Pública Benedito Leite, porém as práticas destas instituições estavam voltadas para o patrimônio documental, entenda-se livros, impressos de um modo geral (CARDOSO, 2013; WICHES, 2011; MARTINS, 2011). Cardoso (2013) afirma que, em 1880, no Museu do Louvre, fora criado o primeiro serviço educativo permanente. Além disso, o autor destaca que no período da Primeira Guerra Mundial, escolas foram desativadas, tornando os espaços museais e galerias de arte verdadeiras salas de aula.

A educação volta a ser enfatizada nas Recomendações de Paris Paisagens e Sítios em 1962, no inciso V, pontuando a necessidade do empreendimento de ações educativas

objetivando a salvaguarda das paisagens e sítios, ademais de evidenciar a realização de formações específicas junto aos professores dos mais diferentes níveis educacionais (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 1962a).

Esta preocupação fora ratificada na Recomendação fruto da 13ª Conferência Geral da UNESCO em 1964, ficando sob responsabilidade de cada Estado-Membro “[...] agir de modo a estimular e desenvolver entre seus cidadãos o interesse e o respeito pelo patrimônio cultural de todas as nações.” (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 1964a, p. 5), isto por meio de serviços educativos cooperativos.

Aproximando-se do contexto brasileiro, era perceptível o interesse de práticas educativas junto ao patrimônio cultural. Na década de 1960, destaca-se inclusive a criação de uma comissão no MEC, composta por profissionais do campo da museologia e da educação, incumbidos de realizar um estudo sobre as potencialidades dos museus enquanto organismos educativos, todavia não apenas as instituições museais eram dotadas de potencial educativo, mas também as bibliotecas, na medida em que os próprios serviços de informação aos usuários podem ser apontados como estratégias de educação (CARDOSO, 2013).

Sobreleva-se que, desde sua criação, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) tem buscado não apenas alinhar as estratégias de preservação e conservação do patrimônio cultural brasileiro, mas ampliar o reconhecimento e apropriação dos bens culturais e naturais, implementando instrumentos que sejam capazes de proteger o Patrimônio Cultural (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2018).

Cardoso (2013) evidencia que na década de 1970 fora constatada a importância das práticas educativas junto ao patrimônio, tendo como foco sua preservação. A pedagogia libertadora de Paulo Freire também já era uma realidade nesse período, pregando uma dialogia entre alunos e educadores, como esclarece Leite (2017). Florêncio *et al.* (2014) pontua que até o final de sua gestão à frente do IPHAN em 1967, Rodrigo Melo Franco de Andrade já reforçava a importância da educação para a preservação do patrimônio cultural.

A educação para o patrimônio torna-se uma pauta mais concreta na década de 1970, a partir da criação da Fundação Nacional Pró-Memória e do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) em 1975, sob as orientações de Aluísio Magalhães na presidência do IPHAN (FLORÊNCIO, 2015; LIMA, 2014). O CNRC teve suas pautas fortalecidas mediante o engajamento de profissionais vinculados ao governo federal, pesquisadores da Universidade de Brasília e a Secretaria da Educação e Cultura, Secretaria de Tecnologia Industrial do Ministério da Indústria e Comércio (FLORÊNCIO *et al.*, 2014).

Grande parte dos debates eram direcionados para a convergência e ampliação tanto da concepção de patrimônio, quanto no tocante às questões relacionadas ao desenvolvimento de ações que contribuíssem para a valorização da diversidade regional. Tinha-se a preocupação com a perda da identidade, devido a homogeneização da cultura nacional (FLORÊNCIO *et al.*, 2014).

Embora não tenha desenvolvido projetos específicos com fins educacionais, o CNRC promovia, por meio de suas atividades, o diálogo entre os processos educativos e a preservação do patrimônio. Fonseca (2012) e Florêncio *et al.* (2014) chamam atenção para as iniciativas interdisciplinares de investigação (evidenciando categorias como Artesanato, Levantamentos Socioculturais, a Tecnologia e das Ciências no Brasil, Levantamentos de Documentação).

Florêncio *et al.* (2014) complementa, destacando que além das categorias ora indicadas, aliava-se uma metodologia de análise, levantamento e mapeamentos sustentados na noção de “referência cultural”, que na perspectiva de Fonseca (2012) não restringe-se somente ao valor histórico e artístico dos bens, mas elementos significativos para os grupos sociais, que mediante “ressemantização”, explicitam a representação coletiva que os membros do grupo se identificam. Embora se possa associar tal conceito aos acervos das bibliotecas públicas, por consistirem em obras e materiais informacionais que tentam expressar não apenas a história, mas os conhecimentos “validados” social e cientificamente, é preciso ter em mente que tais instituições estão envoltas em uma série de questões, sobretudo políticas.

Silveira e Moura (2016, p. 207) explicam que deve-se observar que as bibliotecas públicas assumem distintas faces, isto é, uma “dupla vocação mnêmica”, já que são concomitantemente instrumentos de representação social, território de disputas políticas e ideológicas, espaços educativos, loci de organização, preservação e disseminação de um “[...] conjunto de referências materiais e imateriais que constituem e qualificam nossa memória social e nosso patrimônio informacional.”

Essa trama complexa discutida pelos autores revela as múltiplas relações, cujos acervos das bibliotecas públicas estabelecem, com a memória e com as ações que se desdobram e se formatam, a partir deles. Mesmo que tais entidades sejam importantes mediadoras da memória, também refletem projetos ideológicos e representações culturais específicas e selecionadas, com marcos de recordação impostos que, por conseguinte, podem implicar na invisibilidade de saberes de determinados grupos sociais (SILVEIRA; MOURA, 2016).

A EP se torna mais concreta com a chegada da década de 1980 (MATOS, 2017; MARTINS, 2011). Ações mais pontuais tomam forma a partir, conforme Almeida (2017), do

inicial do “Projeto Interação”, considerado o primeiro programa estruturado em nível nacional, pautado no diálogo entre cultura popular, patrimônio e as escolas. O Interação repercutiu de forma positiva no Brasil, embora não tenha sido suficiente para que tivesse continuidade (CARDOSO, 2013; RAMOS; SANTOS, 2017).

Como pode ser visto, a década de 1980 é fundamental para a EP no Brasil, mais precisamente o ano de 1983, considerado como “marco zero” do início da metodologia no País. Fora nesse ano que Maria de Lourdes Parreiras Horta, no I Seminário sobre o uso Educacional de Museus e Monumentos¹⁵, no Museu Imperial de Petrópolis, Rio de Janeiro, enfatizou a necessidade de apropriação dos bens culturais mediante ações educativas (DEMARCHI, 2016; WICHERS, 2011).

Inspirada no modelo da “*Heritage Education*”, Horta apresenta a Educação Patrimonial visando ressignificar as percepções e modos de lidar com os bens culturais, transformando as estratégias de transmissão dos conhecimentos atrelados a eles, tornando-os compreensíveis por um público “leigo” (CARDOSO, 2013; FLORÊNCIO *et al.*, 2014).

Segundo Wichers (2011) e Matos (2017), foram publicados dois textos, a partir das perspectivas apresentadas no Seminário do Museu Imperial de Petrópolis. O *Educação Patrimonial I*, Horta versa sobre a EP voltada para as evidências materiais e culturais, partindo da premissa de que os bens/objetos seriam capazes de despertar outras realidades, colocando os indivíduos mais próximos da narrativa do objeto.

Na segunda publicação, *Educação Patrimonial II*, Horta trouxe as bases psicológicas da EP, especificamente a psicologia da aprendizagem e da percepção (MATOS, 2017). Wichers (2011) pontua que tais bases evidenciam elementos como a percepção, motivação, memória, emoção e pensamentos em desenvolvimento, aspectos intrínsecos à metodologia. Em seguida, Horta e a Coordenadora Geral de Acervos Museológicos da Pró-Memória, direcionaram seus esforços no planejamento de ações pautadas na metodologia da EP. Contemplando tanto a formação de professores, quanto buscando implementar temas inerentes ao reconhecimento e valorização do patrimônio cultural (CARDOSO, 2013).

Tem-se, assim, um novo cenário para o Patrimônio Cultural, estabelecido com a promulgação da Constituição Federal de 1988, esta responsável por ampliar tal conceituação, transformando-se, então, em um importante insumo para as diferentes comunidades e pontual

¹⁵ Cardoso (2013, p. 71) afirma que “[...] o evento emerge do reconhecimento da necessidade de apropriação dos bens culturais para fins educacionais. E busca discutir e formular as bases teórico-metodológicas para utilização dos lugares e os suportes da memória (museus, monumentos históricos, arquivos, bibliotecas, sítios históricos, vestígios arqueológicos, etc.) no processo educativo, a fim de desenvolver a sensibilidade e a consciência dos estudantes e dos cidadãos para a importância da conservação desses bens culturais.”

para o desenvolvimento em diferentes perspectivas. Tal responsabilidade é intrínseca às instituições que salvaguardam, preservam e difundem os bens patrimoniais, em especial as bibliotecas públicas, objeto deste estudo (CHAVES, 2012; FREITAS, 2015).

Tornou-se explícita a expansão de iniciativas que visassem dinamizar e estreitar a relação das pessoas com o patrimônio cultural, na perspectiva de que a preservação não fosse algo tão utópico e distante de suas realidades (FERNANDES, 2017). Nessa direção, a EP emerge como um caminho para colocar as comunidades, onde estão situados os bens, como protagonistas e principais guardiãs de seus patrimônios. É fato que a população desconhece grande parte de seus patrimônios, logo é indispensável o desenvolvimento de ações educativas (CHAVES, 2012; IPHAN, 2014).

Sob a tutela do IPHAN e apoiado pelo Ministério da Cultura, Maria de Lourdes Parreiras Horta, Evelina Grunberg e Adriana Queiroz Monteiro se unem e publicam em 1999 o “Guia Básico de Educação Patrimonial” (CHAVES, 2012; ALMEIDA, 2017; CARDOSO, 2013). As autoras propunham não apenas uma base teórica para a EP que era algo novo no contexto brasileiro, embora as práticas de mediação já fosse uma realidade nas bibliotecas (entenda-se serviços educativos voltados para a orientação dos usuários, serviço de referência e informação, dentre outros), mas uma metodologia a ser utilizada em práticas educativas patrimoniais, amplamente aplicáveis a arquivos, museus e bibliotecas (CARDOSO, 2013).

Segundo Chaves (2012), o *Guia Básico de Educação Patrimonial* trata-se de um documento que apresenta a metodologia, que sugere uma série de vivências para distintos públicos e faixas etárias. Nesse sentido, tal metodologia é definida por Horta, Grunberg e Monteiro (1999, p. 6, grifo do autor) como:

[...] um processo **permanente** e **sistemático** de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como **fonte primária** de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da **experiência** e do **contato** direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de **conhecimento, apropriação e valorização** de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num **processo** contínuo de **criação cultural**.

Trata-se, então de “[...] um **instrumento** de “**alfabetização cultural**” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido.” (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 5, grifo do autor).

Nos estudos de Coimbra (2007), Medeiros e Surya (2009), Dimenstein (2017) e Zarbato (2017), privilegia-se o entendimento apresentado no Guia de Educação Patrimonial,

nesse sentido, a EP é vista como um mecanismo que proporciona ao indivíduo compreender as especificidades culturais de onde está inserido, e, assim apropriar-se de seus patrimônios. Em contrapartida, Chaves (2012) aborda em sua pesquisa essa dialogia de forma negativa, uma vez que a metodologia defendida no manual é demasiadamente genérica, ao ver os indivíduos que não compreendem suas trajetórias, cuja baixa autoestima incide na não valorização do patrimônio.

Pacheco e Vargas (2009) assinalam a amplitude do que de fato consiste tal alfabetização, que não se restringe apenas à perspectiva cultural, mas também ambiental, uma vez que as ações educativas devem atender às necessidades das comunidades onde os bens socioculturais estão inseridos. Nessa perspectiva, Bandeira (2018) reforça que por se tratar de uma proposta multidisciplinar e interdisciplinar de ensino, privilegia a inclusão de temáticas relativas ao patrimônio visando sua apropriação e valorização.

Embora Bandeira (2018), Pacheco e Vargas (2009) discutam a EP em uma perspectiva ampla e interdisciplinar, neste estudo não se adotará a perspectiva alfabetizadora cultural da metodologia, por acreditar que o domínio “alfabetização” é restritivo e não contempla as múltiplas dimensões que perpassam a apropriação dos bens patrimoniais. Logo, acredita-se que “sensibilização cultural” poderia se apresentar como a relação conceitual que se mostra capaz de expressar as práticas sociais e discursivas onde o patrimônio cultural está inserido, visando a preservação dos bens patrimoniais.

Afirma-se que as pessoas não podem ser letradas ou alfabetizadas culturalmente nos espaços escolares, mas podem ser sensibilizadas e estimuladas, a partir de atividades formais e não formais para além desses espaços. Desse modo, reforça-se a importância das bibliotecas públicas que assumem também seu papel educativo e mediador do patrimônio cultural, à medida que se constituem em centros culturais. Nesse sentido entende-se que à medida que existem patrimônios materiais e imateriais, que se manifestam em diferentes espaços (arquivos, bibliotecas, museus, dentre outros) e distintas tecnologias (escrita, digital, comunicacional, etc.), a sensibilização cultural pode ser entendida como um fenômeno intrincado de abordagens plurais, inseparável das práticas sociais.

Logo, a EP expressa-se nas formas pelas quais os sujeitos podem ser sensibilizados culturalmente e, subsequentemente, se engajarem e construir suas relações identitárias com o patrimônio cultural, oferecendo novos princípios incutidos de uma visão sociocultural dos usos, sentidos e significados dos bens patrimoniais na comunidade.

Sensibilizar culturalmente os indivíduos para o patrimônio cultural extrapola a visão inicial da alfabetização cultural indicada por Horta, Grunberg e Monteiro (1999), tendo

em vista que a EP não se limita a letramentos e processos de alfabetização cultural, tampouco a simples identificação dos objetos ou fenômenos, mas a sua relação com a sociedade, sua natureza, seus contextos e estruturas simbólicas plurais aos quais estão inseridos.

Analisando o ponto de vista de Horta, Grunberg e Monteiro (1999), Bandeira (2018), Pacheco e Vargas (2009), vê-se como ponto de interseção o fim das ações de EP, que consiste basicamente na sensibilização cultural, ou seja, as ações, atividades, metodologias, dentre outras, buscam sensibilizar e conscientizar os indivíduos acerca dos valores, tradições, patrimônios e bens protegidos visando sua sustentabilidade, seu resgate e sua preservação para as gerações futuras.

Com isso, o indivíduo é levado à reflexão, a partir do momento que enxerga o objeto ou fenômeno cultural, construindo assim novos olhares (SANT'ANNA, 2015). Destarte, os apelos de salvaguarda não são suficientes, por ser necessária a sensibilização para o patrimônio, tencionando a construção de uma sustentabilidade mais consciente e responsável, a partir de ações imbricadas da metodologia de EP. Ressalta-se que Horta, Grunberg e Monteiro (1999) alicerçam a EP em quatro dimensões metodológicas, conforme pode ser observado na Figura 5:

Figura 5 - Etapas metodológicas da EP.



Fonte: adaptado de Horta, Grunberg e Monteiro (1999).

A elaboração de uma atividade ou qualquer trabalho amparado na metodologia da EP, pressupõe, portanto, um processo de investigação, sobretudo para estabelecerem-se os conhecimentos, conceitos e habilidades que sustentarão a mediação. Nesse sentido, Silva (2018, p. 31) reforça que as atividades de EP devem estar direcionadas a “[...] desenvolver saberes, conscientizando a população sobre a importância de proteger o patrimônio cultural [...]”, além de difundir as políticas de preservação dos bens culturais.

Para esta investigação, adotar-se-á a compreensão de que a EP consiste em processos e práticas de cunho educativo, sejam elas formais ou informais, cujo foco é a sensibilização cultural e a apropriação do patrimônio cultural, materializado e imaterializado, abrigado em diferentes *lócus* culturais, em especial nas bibliotecas públicas, objeto deste estudo. A metodologia possibilita a compreensão sóciohistórica das referências, dos traços, saberes e fazeres, manifestações culturais, visando contribuir com seu reconhecimento, valorização e preservação (ALMEIDA, 2017; FLORÊNCIO, 2015; FLORÊNCIO *et al.*, 2014; HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999).

Nessa perspectiva, reforça-se que,

Educação Patrimonial deve ser tratada como um conceito basilar para a valorização da diversidade cultural, para a definição de identidades e de alteridades no mundo contemporâneo, e como um recurso para a afirmação das diferentes maneiras de ser e de estar no mundo. (FLORÊNCIO, 2015, p. 24).

Desse modo, Flores e Perez (2013) pontuam que a educação patrimonial tem como propósito elevar a consciência de preservação patrimonial, uma vez que proporciona um melhor uso do patrimônio cultural, por meio de um processo educativo como reforçam Horta, Grunberg e Monteiro (1999).

A EP, embora defendida como algo simples e aplicável para toda e qualquer evidência ou bem patrimonial, é, em suma, demasiadamente complexa, tal como as próprias manifestações do patrimônio cultural e ambiental, como bem ressalta Fernandes (2017). Além disso, Chaves (2012) assevera que a EP não pode ser tratada de modo genérico, tal como fora apresentado no Guia Básico, justamente por se tratar de uma metodologia que estimula a criatividade e a sensibilidade, não é possível generalizar as estratégias, sem levar em conta as múltiplas especificidades dos bens e fenômenos culturais.

Pontua-se assim que, “a Educação Integral considera como ‘territórios educadores’ o bairro, a cidade, a roça, o quilombo, o assentamento rural, a aldeia, ou seja, o lugar da vida comunitária [...]” (FLORÊNCIO, 2015, p. 27), logo seus contributos estão direcionados às múltiplas e plurais manifestações do patrimônio cultural, as quais a metodologia da EP são aplicadas (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999). Destarte, se faz presente nas bibliotecas públicas, especificamente na Biblioteca Pública Benedito Leite, que contempla em seu acervo uma gama de diferentes tipologias documentais, congregando também a imaterialidade do patrimônio maranhense, pois que realiza exposições que valorizam a cultura local, difunde os saberes do Estado e fomenta a apropriação cultural por parte dos cidadãos, bem como contribui para a preservação da memória no Maranhão.

Destaca-se que, os acervos das bibliotecas públicas são compostos em sua maioria por objetos, patrimônios materiais (livros, manuscritos, peças arqueológicas, impressos, entre outros) e imateriais (exposições de manifestações folclóricas, a memória inerente aos espaços, o território onde a bibliotecas estão instaladas, dentre outros aspectos), demandando por sua vez, ações e atividades voltadas para sua mediação e difusão. Assim sendo, a EP se faz presente nas bibliotecas públicas, compostas por espaços de diferentes interações e intersubjetividades (BERNARDINO; SUAIDEN, 2011), e conforme afirma Messias (2010, p. 11), “[...] agrega às funções de preservação da memória e disseminação da informação novos serviços assumindo, inclusive, o papel de centro cultural.”

A EP considera os processos educativos como ações democráticas, que privilegiam a construção coletiva, plural e democrática do conhecimento, ou seja, práticas intrínsecas das bibliotecas públicas, que embora inicialmente tratadas como espaços de salvaguarda, assumiram a responsabilidade de difundir todo o patrimônio por elas reunidos, consagrando-se como espaços mediadores e de sensibilização cultural, tal como a própria Biblioteca Pública Benedito Leite. Deixando claro que a tal metodologia não é exclusiva de museus, mesmo que tais instituições tenham sido precursoras dessa abordagem nacional e internacionalmente (IFLA, 1994; MACHADO; ELIAS JÚNIOR; ACHILLES, 2014; FLORÊNCIO, 2015).

Portanto, deve ser permanente o diálogo entre os agentes culturais e sociais, buscando a participação efetiva das comunidades produtoras e detentoras dos patrimônios e demais referências culturais (FLORÊNCIO, 2015), cujas unidades de informação também são responsáveis por abrigar, preservar e difundir. Reforçando, assim o papel da Biblioteca Pública Benedito Leite como organismo educativo e memorial, incumbida de levar o patrimônio cultural do Maranhão a seus reais donos, os cidadãos do Estado.

4 MEMÓRIA E BIBLIOTECAS PÚBLICAS: traços de uma relação

Conforme pontuado no capítulo dois, as bibliotecas são instituições tão antigas quanto os próprios registros do conhecimento, cujo surgimento se deu paralelo ao da escrita (RODRIGUES, 2015). Nesse sentido, Gomes (2014) pontua que a humanidade sempre percebeu a necessidade de constituir e preservar suas “memórias”, na perspectiva de desenvolverem-se narrativas, desenhos, dentre outros métodos de registro, com vistas a aprimorar as linguagens e representações escritas. Com isso, desenvolveram-se manuscritos que, “[...] permitiram que mitos, crenças, valores morais, percepções de mundo, os conhecimentos e a cultura pudessem ser registrados, colecionados e preservados.” (GOMES, 2014, p. 154).

A preocupação com o registro e preservação dos saberes, conhecimento e tudo aquilo que era vivenciado tinha como propósito evitar seu desaparecimento. Aspecto fundante das bibliotecas, preservar os registros do conhecimento tem sido uma de suas responsabilidades precípuas e, por conseguinte, manter viva a memória e a história são fatores que reforçam tanto o surgimento, quanto a consolidação dessas instituições. Entra em evidência, então, a dicotomia “rememorar” e “esquecer”, que na perspectiva de Silveira (2012a) constitui a construção discursiva que rege as ações humanas.

O processo memorial que reconstitui o passado parte justamente dos discursos culturais materializados nos acervos das bibliotecas, entendidas como organismos incumbidos – historicamente – de salvaguardar o patrimônio – em suas mais distintas expressões e manifestações – tornando possível o acesso a tudo que fora acumulado pelos seres humanos, tornando-se lugares onde a memória se faz reconhecer (RODRIGUES, 2015; GOMES, 2014).

As bibliotecas trazem consigo forte apelo memorial, não apenas pela relação histórica estabelecida desde a Antiguidade, mas sobretudo por suas práticas estarem ancoradas na salvaguarda de materiais onde a história está registrada, ou seja, elementos que permitem a reconstituição da memória. Logo é basilar compreender tanto os fundamentos teóricos acerca das noções de memória, quanto a relação desta com as bibliotecas públicas. Embora o domínio da memória esteja diretamente relacionado com a identidade, a segunda não é uma categoria que apoia este estudo, para tanto não será abordada em profundidade.

Partindo disso, Souza (2014, p. 98) nos diz que “a memória é vista como a faculdade humana responsável pela conservação do passado, das experiências vividas.” Silveira (2012a) reforça que as associações não lineares entre as experiências vividas e o presente que constituem a memória, e, por conseguinte a história humana. Le Goff (2013) exacerba que tais

características conduzem a um arcabouço de funcionalidades psíquicas que possibilitam a atualização das impressões e informações pretéritas que o homem reproduz como passadas/experienciadas.

Desse modo, pode-se afirmar que “[...] o trabalho da memória é essencialmente de elaboração, sendo mais preciso: de reelaboração da experiência de vida humana a partir do reconhecimento e da reatualização de uma lembrança.” (SILVEIRA, 2010, p. 73). Nesse sentido, é pertinente destacar que a categoria “memória” é tão complexa, podendo ser abordada de diferentes perspectivas, e como Le Goff (2013) corrobora afirmando que ela pode ser objeto de investigação de diferentes campos do conhecimento, tais como a antropologia, psicologia, neurofisiologia, dentre outras. Rosa (2018) ressalta também que, por se tratar de um campo vasto, a “memória social” é de difícil delimitação e de complexidade conceitual ampla.

Os estudos acerca da memória social foram iniciados em meados do século XIX, tomando traços mais marcantes somente no século XX, quando a memória tornou-se protagonista de estudos no campo das ciências sociais e humanas, bem como se afirmou no centro dos debates de diferentes estudiosos da época (ROSA, 2018; BARROS, 2009; PERALTA, 2007).

Influenciado por Émile Durkheim, Maurice Halbwachs é apontando como um dos nomes proeminentes dos estudos sobre memória, a partir de obras como *Da divisão do trabalho social*, *As regras do método sociológico* e *As formas elementares*¹⁶ (ROSA, 2018, POLLAK, 1989). Durkheim (2007) abordou o fato social, a partir do indivíduo e as relações deste como a sociedade, cujos fenômenos ocorrem em seu interior.

Por tanto, o indivíduo possui importante papel, vistas suas funções na sociedade, nos grupos que integra, logo, se constituem sistemas que balizam tanto eles próprios (parte), quanto os grupos ou a sociedade (todo), incidindo numa espécie de “coesão social” (DURKHEIM, 2006; ROSA, 2018). Desse modo,

[...] maneiras de agir, de pensar e de sentir [...] apresentam [...] notável propriedade de existirem fora das consciências individuais. Esses tipos de conduta ou de pensamento não apenas são exteriores ao indivíduo, como também são dotados de uma força imperativa e coercitiva em virtude da qual se impõe a ele, quer ele queira, quer não. (DURKHEIM, 2007, p. 2).

Entende-se, assim, que há uma casualidade para a ocorrência dos fenômenos no interior da sociedade, por mais simples que estes sejam, reforçando o papel dos indivíduos nos

¹⁶ Para uma leitura mais profunda acerca das influências da obra de Émile Durkheim nas tensões teóricas do entendimento de memória coletiva de Maurice Halbwachs indica-se o artigo escrito por Veridiana Domingos Cordeiro, publicado na Revista Primeiros Estudos, n. 4, 2013. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/primeirosestudios/article/view/56729/PDF>>. Acesso em: 24 nov. 2019.

grupos sociais ou na própria sociedade. Nesse sentido, Rosa (2018) explica que para Durkheim (2007) as práticas sociais, culturais e informacionais funcionam igualmente, de modo que, “[...] só existe fato social onde há organização definida, isto é, formas cristalizadas e repletas de objetividades. Assim, os fatos sociais se exercem sobre os indivíduos, levando-os à conformação junto às regras dispostas pela sociedade.” (ROSA, 2018, p. 167).

Maurice Halbwachs nasceu em 1877 na França e faleceu em 1945 no campo de concentração nazista de Buchenwald na Alemanha. Sociólogo da escola durkheimiana, também estudou filosofia na *École Normale Supérieure* em Paris, juntamente com Henri Bergson (SILVA, 2016b). Embasado na obra *Representações Individuais e Representações Coletivas* de Durkheim, Halbwachs instaura os estudos sobre memória no campo das ciências sociais, objeto até então da psicologia e filosofia (ROSA, 2018; SILVA, 2016b).

Iniciou seus estudos com a obra *Os quadros sociais da memória* em 1925 (RODRIGUES, 2014), cuja continuidade foi dada com a obra *post mortem A memória coletiva*, publicada originalmente em 1950. Halbwachs (2006) se dedica a refletir o campo da memória como reconstrução do passado, com isso apresenta a categoria “memória coletiva”. O autor evidencia que a memória não se restringe à dimensão individual, pois as recordações e localizações das lembranças não podem ser analisadas sem considerar seus diferentes contextos sociais, que são responsáveis pela reconstrução da memória.

Halbwachs (2006) afirma que as memórias não podem ser exclusivas de um indivíduo, uma vez que nenhuma de suas lembranças coexiste isolada de um grupo/grupos social/sociais, visto que, “Nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas **por outros**, ainda que se trate de eventos em que **somente nós** estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isso acontece porque **jamais estamos sós**.” (HALBWACHS, 2006, p. 30, grifo nosso).

Rosa (2018) ressalta que a memória na perspectiva de Halbwachs é fundada na perspectiva coletiva, visto as vivências em grupo, que por sua vez garante a coesão social (HALBWACHS, 2006). Souza (2014) explica que Halbwachs, ao explicitar a contraposição, consegue distinguir “memória individual” e “memória coletiva”. A memória individual consiste na visão do passado na perspectiva interior de uma determinada pessoa, enquanto a memória coletiva se constitui a partir da distribuição das lembranças dentro de um grupo social, por sua vez composto por imagens parciais (HALBWACHS, 2006).

Halbwachs (2006) explicita não apenas a interdependência entre memória individual e coletiva, mas como uma está penetrada na outra. À medida que a memória individual assimila e incorpora os contributos externos da memória coletiva, no preenchimento

de lacunas, ausências, tornando as lembranças particulares mais exatas, pois, “[...] para evocar seu próprio passado [...] a pessoa precisa recorrer às lembranças de outras, e se transporta a pontos de referência que existem fora de si, determinados pela sociedade.” (HALBWACHS, 2006, p. 72). Aspecto corroborado no pensamento de Silveira (2012b) ao dizer que a memória nada mais é que algo que atravessa e explicita pontos convergentes entre diferentes referências histórico-sociais e uma perspectiva individualizada, tal como defende Halbwachs (2006).

Portanto, mediante o diálogo com Halbwachs (2006), Silveira (2012b, p. 7) afirma que “[...] nenhum indivíduo lembra “sozinho”, ele sempre o faz a partir das lembranças pertencentes ao grupo. Lembranças que, por sua vez, se modulam através dos códigos, normas, regras e valores que atravessam, informam e sustentam a vida coletiva.”

O ato de não lembrar sozinho coloca em evidência as práticas das bibliotecas, por exemplo, ao atuarem como espaços onde a memória coletiva registrada encontra abrigo. Tais memórias estão materializadas em livros, periódicos, iconografias que retratam um passado não tão distante, e dá condições para projetar-se um desenvolvimento futuro. As práticas comunicacionais e os ideais preservacionistas marcados nos fazeres das unidades de informação, são fundantes da busca por estabilidade social e cultural, incidindo no principal insumo de composição das memórias.

Além disso, sendo a memória individual uma parte e um significante da memória coletiva, pode-se exemplificar tal afirmação com as próprias bibliotecas públicas, responsáveis por reunir registros – aqui entendidos como fragmentos individuais de conhecimento – que retratam e representam os saberes de uma determinada sociedade que deve ser “lembrado” e transmitido (ALMEIDA; LIMA, 2016; ANDRADE, 2009).

Nesse sentido, dialoga-se com Gondar (2016) acerca dos múltiplos entendimentos de memória, a partir de suas cinco proposições acerca da memória social. Refletir acerca da memória enquanto a reunião de “quadros sociais” definidos e delimitados – tal como os acervos das bibliotecas – se constitui como um posicionamento político, ou como bem esclarece a autora “[...] é tecida por nossos afetos e por nossas expectativas [...]” (GONDAR, 2016, p. 24), portanto podendo ser concebida como fruto das relações de poder.

Quando se leva tal lente para a Biblioteca Pública Benedito Leite, embora ela assuma o papel de guardião dos memoriais individual e coletiva do Estado do Maranhão, suas práticas de colecionar os registros do conhecimento, o saber acumulado retratado em diferentes suportes, incide em ações políticas e de poder, à medida que seleciona o que deve ser ou não salvaguardado e difundido. Com isso, questiona-se até que ponto os discursos mnêmicos

evocados pela Benedito Leite representam de fato a história dos diferentes grupos sociais que constituem o povo maranhense?

Embora seja vista como um espaço de interações e intersubjetividades plurais, a BPBL tem como desafio compor suas coleções de modo a atender seus distintos públicos e perfis de usuários, a partir do diálogo entre saberes e conhecimentos de naturezas distintas, fazendo valer sua própria designação de biblioteca pública e centro cultural. Com isso, mostra-se que toda e qualquer obra, lembrança e documento jamais é inócuo, pois “[...] eles resultam de uma montagem não só da sociedade que os produziu, como também das sociedades onde continuaram a viver [...]” (GONDAR, 2016, p. 24).

Deve-se indagar-se constantemente o que refletem o acervo não só da Benedito Leite, mas dos demais espaços culturais, uma vez que o ato de recordar, rememorar e lembrar coloca em jogo o futuro, pois tais escolhas funcionam como um “penhor”, portanto aquilo que se deseja perpetuar ou aniquilar, vide a relação da memória com o esquecimento (POLLAK, 1989; GONDAR, 2016).

Desse modo, os discursos ditos imparciais, findam por ocultar determinadas posições, anseios e posicionamentos de quem os emite, cada escolha resulta em implicações à sociedade, estando a Benedito Leite na lista de instituições responsáveis por tal.

Dar-se continuidade, trazendo as contribuições dos estudos de Michael Pollak sobre memória, visando uma melhor compreensão da relação que as bibliotecas estabelecem com tal categoria teórica. Pollak (1989) percebe a relação dos indivíduos com seu passado a partir de conflitos entre as perspectivas individual e coletiva. O austríaco defendia que a memória individual é fruto da interação com o coletivo (POLLAK, 1989). A memória é entendida por ele como operação coletiva de acontecimentos e interpretações do passado, as quais se desejam salvaguardar e, como explica Pollak (1989, p. 7),

[...] se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc.

As instituições e grupos sociais são os entes integradores da memória, ou seja, a coletividade. Nesse grupo, pode-se incluir também as bibliotecas públicas, cujo valor social fora reforçado ao longo deste estudo, entendida também como espaço de sociabilidade, interações e intersubjetividades (SILVEIRA, 2014).

Pollak (1992) aponta três elementos constitutivos da memória (individual ou coletiva). O primeiro elemento são os “acontecimentos”, que podem ser aqueles “vividos pessoalmente” e que ficam na recordação ou “vividos por tabela”, aqueles vivenciados pelo

grupo, pela coletividade, e como ressalta o autor “[...] tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não.” (POLLAK, 1992, p. 2). A exemplo disso, pode-se citar a Balaiada, que faz parte da memória coletiva de grande parte da população maranhense, mesmo que muitos destes não tenham sido contemporâneos da revolução. Todavia os registros do movimento (livros, relatos de pesquisa, periódicos raros da época) nas bibliotecas do Maranhão atuam como uma espécie de ponte, que leva as pessoas para o momento histórico em questão, por sua vez contribuindo para que interações sociais propaguem os acontecimentos da Balaiada, edificando, assim, as memórias, para além dos discursos preservados na Benedito Leite.

O segundo elemento são as “pessoas, personagens”, as *personas*, os indivíduos encontrados no decorrer da vida, que acabam por se tornarem conhecidas, mesmo não pertencendo ao espaço-tempo da pessoa (POLLAK, 1992). Tal elemento pode ser exemplificado pela figura de Ana Jansen, personagem histórico do Maranhão, que povoa as narrativas do Estado no século XIX. A sua casa é amplamente visitada, as obras presentes na Biblioteca Benedito Leite que contam com relatos da época são alvo de consulta justamente pela curiosidade, bem como pelo interesse em suas ações consideradas polêmicas, reforçam sua representatividade nas discussões econômicas, feministas e de gênero. Conforme o elemento apontado por Pollak, Ana Jansen se constitui um personagem emblemático que permite o resgate de memórias do maranhão oitocentista.

Por fim, os “lugares”, ditos por Pollak (1992, p. 3-4) como “[...] lugares da memória, lugares particularmente ligados a uma lembrança, que pode ser uma lembrança pessoal, mas também pode não ter apoio no tempo cronológico.” Embora espere-se que as bibliotecas atuem na preservação, conservação e restauração de fundos documentais úteis à comunidade, é intrínseco delas o estabelecimento de vínculos afetivos com seus usuários, gatilhos da memória individual e coletiva. A Biblioteca Pública Benedito Leite permeia memórias à medida que é ponto de encontro de amigos, de manifestações sociais, está associada a lembranças vividas por um ou mais indivíduos. Embora tenha passado por diferentes reformas, o território onde está instalada tenha sofrido alterações em seus espaços, ainda assim serve de ponto de encontro com o passado.

Tais elementos são os responsáveis por “materializar” ou permitir que a memória “tome forma”, e, assim ressurgir no tempo presente (SOUZA, 2014). Os elementos apontados por Pollak (1992) são lentes que podem ser colocadas nas práticas e ações da Biblioteca Pública Benedito Leite, oferecendo, assim, diferentes possibilidades de rememorar o passado ao povo maranhense. Nesses termos, visualiza-se de forma clara a feição que as bibliotecas públicas

despertam à medida que reúnem evidências históricas e preservam a memória das comunidades que as produziram. Portanto, os serviços educativos por elas desenvolvidas são preciosos e fundamentais à mediação e sensibilização junto aos patrimônios materiais e imateriais que devem ser preservados, justamente por sua capacidade de promover a continuidade do desenvolvimento humano e como fio condutor da memória.

Os elementos que compõem a memória assinalados por Pollak (1992) são vistos nas bibliotecas públicas, em especial na Biblioteca Pública Benedito Leite. A instituição firma-se na memória dos maranhenses não apenas por ser território de fatos importantes como os movimentos sociais, ser palco de movimentos políticos, greves, carreatas, mas também por preservar a lembrança do jornalista Benedito Pereira Leite e por se consagrar em um lugar presente nas lembranças dos cidadãos ludovicensenses.

Vê-se uma relação diferenciada de significação entre patrimônio, memória e as bibliotecas públicas. As bibliotecas públicas são basilares na operacionalização da memória, uma vez que seus monumentos/documentos/registros/imaterialidades permitem tanto a perpetuação dos testemunhos socioculturais, quanto direcionam e enveredam o futuro. A Benedito Leite ao compor um acervo privilegiando os traços e a história do Maranhão, valoriza seus contextos sociais, suas crenças, seus valores, reafirmando sua intangibilidade. Sendo assim, seus produtos, seus serviços educativos convergem as dimensões simbólicas e espirituais, determinantes para a evocação das memórias individuais e coletivas.

Os “lugares da memória” apontados por Pollak (1992) se trata de um conceito presente nos estudos do historiador francês Pierre Nora, em seu texto *Entre memória e história: a problemática dos lugares* (1993). Gonçalves (2012) pontua que a problemática dos “lugares de memória” levantada por Nora no texto que abre a obra *Les lieux de mémoire*, teve uma trajetória de recepção marcada por grandes polêmicas, críticas e controvérsias.

Logo de início, Nora (1993, p. 12-13) conceitua os lugares de memória como “[...] restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora.” O autor deixa claro que o tempo presente se preocupa, e, é obcecado pela memória e pelo dever de memória como complementa Gonçalves (2012).

Nesse sentido, Nora (1993, p. 13) reforça que “Museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações são os marcos testemunhais de outra era [...]”. Entende-se, inclusive as bibliotecas como um desses lugares, visto que o autor destaca a ambição moderna de elegerem-se lugares onde arquivar e depositar as memórias, restringindo-as a espaços, artefatos, objetos, ou seja, propaga-

se a noção de captura, congelamento, as quais podem ser despertadas à medida que os indivíduos assim o quiserem.

Os lugares de memória mantêm-se no sentimento de ausência de memória espontânea, à medida que se criam arquivos para preservá-la. Tais lugares são então responsáveis por mediar a relação entre os indivíduos com seu passado ali materializado, desprezando-se o poder que a própria memória tem para estabelecer tal conexão (SOUZA, 2014; NORA, 1993).

Vê-se, de certa forma o extermínio da “memória”, uma vez que se dá espaço para um “jogo da memória e da história”, que explicita um componente político, que Nora (1993) chama de “vontade de memória” ou “intenção de memória”. Em outras palavras, elegem-se lugares que podem não ser tão representativos assim, ausentes de vontade ou intenção, onde força-se uma importância, um valor simbólico, como por exemplo, memoriais criados sem validação popular. Outrossim, cabe destacar que, mesmo que as bibliotecas sejam consideradas lugares de memória por reunir materiais de grande valor histórico, é necessário que se constituam espaços de valores identitários e memorialistas, cujos testemunhos deixem claro a autenticidade dos lugares onde estão demarcados.

Nora (1993) ressalta que a exigência de um meio material para alojar as lembranças, cristalizá-las, desvirtuam as memórias e a tornam história, pois, “Desde que haja rastro, distância, mediação, não estamos mais dentro da verdadeira memória, mas dentro da história.” (NORA, 1993, p. 9). Os lugares de memória cimentam as lembranças, as rememorações, dizima sua naturalidade, pois como explica Souza (2014) afasta o homem de suas reais lembranças, de seu passado, impedindo assim a evolução da memória enquanto gerenciadora do passado, visto que,

[...] a razão fundamental de ser de um lugar de memória é parar o tempo, é bloquear o trabalho do esquecimento, fixar um estado de coisas, imortalizar a morte, materializar o imaterial para prender o máximo de sentido num mínimo de sinais, é claro, e é isso que os torna apaixonantes: que os lugares de memória só vivem de sua aptidão para a metamorfose, no incessante ressaltar de seus significados e no silvado imprevisível de suas ramificações. (NORA, 1993, p. 22).

A memória é algo que não se pode cristalizar, e como reforça Nora (1993), trata-se de um domínio dialético, tais interações, distorções e subjetividades que a tornam um fenômeno atual, uma ponte entre o passado e presente, é alimentada pela afetividade e magia, uma vez que, “[...] se alimenta de lembranças vagas e telescópicas, cenas, censura ou projeções [...]” (NORA, 1993, p. 9).

Assim sendo, pontua-se que os lugares de memória não devem se resumir a espaços que recolhem poeira, mas sim território de ressurreição e multiplicação de discursos, que trazem consigo as marcas de um tempo passado, lugar, valores, conceitos, “jogos de poder”, rituais e ressignificações da sociedade (FOUCAULT, 2014; CASTRO, 2006). Nesse sentido, dialogamos com Jacob (2008), ao afirmarmos que as bibliotecas, em especial a Biblioteca Benedito Leite, são lugares que possibilitam o diálogo com o passado, bem como a criação, inovação e conservação dos conhecimentos, que por sua vez devem estar a serviço da coletividade. Desse modo, destaca-se a importância da própria Educação Patrimonial como um dos elementos que possibilitam essa interlocução, consubstanciado pelos serviços educativos desenvolvidos pela biblioteca ora em tela.

Ressalta-se que as representações (materializadas em obras, peças, artefatos, patrimônios) podem se modificar e se transformar a partir das relações que são estabelecidas com eles. Pode-se afirmar que são produzidos novos sentidos à medida que os indivíduos entram em contato com os objetos dos acervos, por sua vez alvo das atividades de mediação (entenda-se serviços educativos para o patrimônio cultural, por exemplo), levam-nos a construir e reconstruir as compreensões de si mesmo e do meio onde estão inseridos.

Dessa forma, pode situar a memória como a faculdade responsável por trazer para “[...] o momento presente as experiências passadas, gerando a sensação ilusória de que é possível reavivar o que passou, tornando o passado uma presença acessível.” (SOUZA, 2014, p. 104). Esta perspectiva é reforçada por Sarlo (2007) ao dizer que ela funda um presente mediante as relações que estabelece com o passado, oposição essencial para que as pessoas tomem consciência do tempo, como bem reforça Le Goff (2013).

Tal relação tem pertinência para a memória, tendo em vista que ela pressupõe a existência de um passado, fator basilar para que as relações e conexões ocorram. A memória só existe se existir um passado, logo as bibliotecas, os arquivos, os museus também são além de espaços que abrigam esses “gatilhos”, locais onde os registros do conhecimento, “lugares de memória” são fontes para que as pessoas revisitem seu passado e se apropriem dele. E, a partir disso, projetem seu futuro e as ações para o seu desenvolvimento em diferentes perspectivas.

Tratam-se de espaços dialéticos, onde os sujeitos são conduzidos à reflexões e rompimento de barreiras temporais (JACOB, 2008), e onde possam perceber as mudanças ocorridas não apenas nos suportes que registram o conhecimento, mas onde a memória individual está assentada e composta a partir das percepções coletivas e pela memória histórica, ou seja a memória social (HALBWACHS, 2006). Nessa assertiva, reforça-se que as bibliotecas

públicas são difusoras de um “passado” em processo permanente de reconstrução e vivificação, por conseguinte ressignificação (HALBWACHS, 2006; SOUZA, 2014).

Devendo ser encaradas como instituições incompletas, em constante *devir*, em movimento como diz Achilles e Gondar (2017), corroborada por Ranganathan (2009) na pertinência de sua quinta lei “a biblioteca é um organismo em crescimento”, deixa-se clara as interações que levam não apenas à cumulação, mas às reconstruções internas e externas dos indivíduos na luta contra o esquecimento, fazendo destas instituições espaços de socialização e cultura (SILVEIRA, 2012b; JACOB, 2008).

Nessa assertiva, ressalta-se que as bibliotecas públicas

[...] encontram-se permeadas pelas mais **diversas experiências humanas**. Experiências que, em última instância, oferecem pontos de referências para as ações que dizem **nosso lugar no mundo**. Ou seja, através da estrutura caleidoscópica de seus acervos, cada uma dessas instituições oferece ao lugar onde se insere uma espécie de espelho que reflete os interesses e as fraquezas de seus interlocutores, bem como a maravilhosa **pluralidade identitária** que constitui os estratos vitais das mais diversas **tradições coletivas**. (SILVEIRA, 2010, p. 83-84).

A partir dos apontamentos de Silveira (2010) e diante do desafio e do papel que a biblioteca pública tem na construção não apenas identitária, mas cultural, a partir de ações dialógicas e coletivas (GOMES, 2014). Sendo assim, adotar-se-á como prerrogativas as contribuições dos estudos de Halbwachs (2006) e Pollak (1989; 1992), embora os autores não sejam convergentes no tocante a esta categoria, favorecem o entendimento dialético da memória, entendida tanto como uma construção discursiva pautada nas conjecturas individuais, quanto coletivas, por sua vez estabelecidas em um terreno de múltiplas interações entre o material, social e simbólico, cujo entrelaçamento resulta em rememorações que remetem a uma memória maior, do grupo social ou sociedade a qual pertence.

Em vista disso, confere-se à Biblioteca Pública Benedito Leite a incumbência de preservar e promover a constante revisitação do passado maranhense, e, por conseguinte, desvelar os processos reconstrutores da memória da população, levando os indivíduos a reconhecerem sua identidade e sua história, que os conduzem para um futuro pautado nas experiências vividas e registradas. Partindo disso, a pesquisa debruçar-se-á, nas próximas seções, sobre os serviços educativos desta instituição cultural, na perspectiva de analisar seus contributos para a preservação da memória do Estado.

5 PERCURSO METODOLÓGICO

De acordo com Gil (2008) e Demo (2000), a pesquisa pode ser compreendida como uma investigação sistemática, cujo desenvolvimento se dá por meio de atividades demarcadas metodicamente, que permitem a construção e reconstrução de conhecimentos, e como bem destaca Koché (2008, p. 122), seu “[...] planejamento [...] depende tanto do problema a ser estudado, da sua natureza e situação espaço-temporal em que se encontra, quanto da natureza e nível de conhecimento do pesquisador.”

Assim sendo, a metodologia da pesquisa, segundo Martins e Theóphilo (2007), pode ser compreendida como o estudo dos métodos e conforme Severino (2007, p. 130), “Trata-se de explicitar aqui [...] com o tipo de pesquisa e os métodos e técnicas a serem adotados [...]”

5.1 Tipo de Pesquisa

Quanto à sua natureza, tratar-se-á de uma pesquisa de caráter exploratório, que na perspectiva de Prodanov e Freitas (2013, p. 51) “[...] tem como finalidade proporcionar mais informações sobre o assunto que, vamos investigar, possibilitando sua definição e seu delineamento, isto é, facilitar a delimitação do tema da pesquisa [...]”, e também descritiva que segundo Trigueiro *et al* (2014, p. 23), “Descreve as características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis.”

Para tanto, o estudo partirá da pesquisa bibliográfica, que conforme Gil (2008), utiliza de materiais previamente produzidos, tais como livros, dissertações, teses, além da pesquisa documental, tendo em vista que “a técnica documental se vale de documentos originais que ainda não receberam tratamento analítico por nenhum autor. [...] é uma das técnicas decisivas para a pesquisa em ciências sociais e humanas” (HELDER, 2006, p. 1-2).

Além disso, Cellard (2008, p. 395) acentua que “[...] o documento [...] constitui uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador nas ciências sociais. Ele é, evidentemente, insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante [...]” Assim sendo, serão consultados documentos oficiais, entre eles, legislações, decretos, além de se investigar o planejamento da própria Biblioteca Pública Benedito Leite no tocante às atividades de educação patrimonial e os serviços educativos, bem como verificar se a instituição segue o que fora estabelecido no Plano Estadual de Cultura, dentre outros documentos (KOCHE, 2008; TRIGUEIRO *et al.*, 2014).

No que diz respeito à abordagem da pesquisa, será qualitativa, que na perspectiva de Martins e Theóphilo (2007) desta abordagem, além de descrições, compreensões e uma análise profunda das informações levantadas e também quantitativa, uma vez que determinados dados deverão ser quantificados, tais como a quantidade de atividades educativas realizadas pela instituição, o número de usuários investigados, dentre outras informações (PRODANOV; FREITAS, 2013; GIL, 2010).

5.2 Local da Pesquisa

A pesquisa foi realizada na Biblioteca Pública Benedito Leite, localizada na Praça Deodoro, s.n., no Centro da cidade São Luís, CEP 65020-430.

5.3 Participantes da Pesquisa

Foram investigados os usuários da Biblioteca Pública Benedito Leite que participaram dos serviços educativos. O *corpus* da pesquisa foi composto por 30% dos participantes dos serviços educativos da BPBL (COCHRAN, 1965). Para tanto, foi utilizada como técnica de amostragem as amostras intencionais ou de seleção racional, que de acordo com Prodanov e Freitas (2013, p. 98) “[...] constitui um tipo de amostragem não probabilística e consiste em selecionar um subgrupo da população que, com base nas informações disponíveis, possa ser considerado representativo de toda a população.”

Assim, o cálculo da amostra mínima levou em consideração a quantidade de participantes dos serviços educativos maiores de 18 (dezoito) anos registrados nos relatórios de agendamento dos meses de abril a julho de 2019¹⁷. No referido intervalo, a Benedito Leite participaram dos serviços educativos cerca de 1.464 (mil quatrocentos e sessenta e quatro) pessoas, desse total, 201 (duzentos e um) foram maiores de idade. Desse modo, foram aplicados questionários com 62 (sessenta e dois) usuários que participaram dos serviços educativos agendados e desenvolvidos pela Biblioteca Pública Benedito Leite entre os meses de agosto e setembro de 2019.

¹⁷ Ressalta-se que os relatórios de janeiro a março de 2019 não foram disponibilizados pela BPBL, resultando na não inclusão de suas visitas no cálculo amostral.

5.4 Instrumentos de coleta de dados

A pesquisa utilizou questionários mistos, compostos por questões abertas e fechadas, no sentido de compreender a percepção dos usuários acerca dos serviços educativos desenvolvidos pela instituição investigada, tendo em vista que “o questionário é um instrumento muito utilizado na coleta de dados [...]” como ressaltam Trigueiro *et al.* (2014, p. 38).

No ato da aplicação do Questionário misto com os participantes (APÊNDICE B) foi apresentada a temática e qual o propósito da pesquisa, bem como foi disponibilizado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), conforme apresentado no APÊNDICE A. O questionário fora composto por questões abertas e fechadas, apresentadas ordenadamente, cujos itens foram respondidos no ato da aplicação sem a presença do pesquisador. O instrumento foi composto por 17 (dezesete) questões abertas e fechadas (MARCONI; LAKATOS, 2007).

Além disso, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, conforme roteiro apresentado no APÊNDICE C, com a Diretora da Biblioteca Pública e com 2 (duas) turismólogas responsáveis pelo desenvolvimento das atividades. A seleção dos entrevistados seguiu a técnica de amostragem intencional, ou seja, foram entrevistados apenas os profissionais que realizaram efetivamente os serviços educativos (PRODANOV; FREITAS, 2013).

No sentido de compreender de forma mais aprofundada a instituição investigada, também se utilizou como instrumento de coleta de dados, a observação não participante sistemática, uma vez que, “[...] o pesquisador toma contato com a comunidade, o grupo ou a realidade estudada, mas sem integrar-se a ela: permanece de fora.” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 105). Para tanto, fez-se uso de uma grelha de observação das atividades educativas desenvolvidas na Biblioteca Pública Benedito Leite, apresentada no APÊNDICE D.

5.4.1 Procedimentos de coleta de dados

Regida pelas recomendações do Conselho Nacional de Saúde (CNS) e pelo Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), sob o Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAEE) de Nº 98726018.6.0000.5087 e Parecer de Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) Nº 2.934.847, a coleta de dados foi realizada na Biblioteca Pública Benedito Leite entre os meses de agosto e setembro de 2019, seguindo as seguintes etapas:

a) Questionários – foram aplicados junto aos usuários participantes dos serviços educativos da BPBL, isto mediante a apresentação e assinatura do TCLE (APÊNDICE B). A coleta de dados ocorreu entre os meses de agosto e setembro, em dias cujos serviços educativos foram realizados na BPBL, uma vez que a instituição realiza agendamento prévio com os usuários por meio da Plataforma Circuito de Visita Cultural. Destaca-se que antes da aplicação dos questionários com os usuários, foi realizado o pré-teste do instrumento, na perspectiva de melhorá-lo e refiná-lo, visando atender com mais acuidade os objetivos do estudo. Todas as aplicações indicadas foram realizadas mediante agendamento na instituição investigada;

b) Entrevistas – as entrevistas foram realizadas após a aplicação dos questionários com os usuários. As entrevistas com os profissionais responsáveis pelas atividades e serviços educativos, bem como a gestora da BPBL foram realizadas no mês de setembro de 2019. As entrevistas foram gravadas com o auxílio da aplicativo Gravador do *iOS Apple*, transcritas com o auxílio da plataforma de conversão e transcrição de áudio *AmberScript*¹⁸ e analisadas. As entrevistas foram semiestruturadas, cujo roteiro é apresentado no APÊNDICE C.

As entrevistas foram realizadas nas dependências da Biblioteca Pública Benedito Leite, ou seja, nos espaços de trabalho das profissionais, visando maior comodidade a minimização de quaisquer transtornos para a coleta de dados.

c) Observação Sistemática – a observação sistemática foi inerente às etapas anteriormente descritas, cujos dados foram registrados e coletados mediante grelha de observação, apresentada no APÊNDICE D.

5.4.2 Procedimentos de análise dos dados

No tocante à análise dos dados, a investigação adotou as seguintes etapas:

a) as questões abertas concernentes às entrevistas foram tratadas utilizando o software *Nvivo*¹⁹;

b) realizou-se o entrelaçamento dos dados dos questionários, das entrevistas e das observações por meio do software *Microsoft Office Excel 2019* da *Microsoft Corporation*, uma vez que este forneceu condições para a tabulação dos dados obtidos junto aos instrumentos adotados na pesquisa;

¹⁸ Disponível em: <<https://www.amberscript.com/pt>>. Acesso em: 10 out. 2019.

¹⁹ O *Nvivo* é um *software* destinado à investigação em ciências humanas e sociais e à análise de dados não-numéricos e não-estruturados em um ambiente colaborativo e distribuído com base na Internet.

c) foi realizada a categorização dos resultados, cujos conteúdos foram analisados, mediante diálogo com o referencial teórico que norteia o estudo, bem como os objetivos traçados para a investigação. Para tanto, a técnica utilizada foi a análise de conteúdo, que segundo Bardin (2016, p. 38),

[...] é um conjunto de técnicas de análise de comunicações, visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

A análise de conteúdo compreende técnicas de pesquisa que permitem sistematicamente a descrição das mensagens e das atividades atreladas ao contexto da enunciação, assim como, inferências sobre os dados coletados. A técnica é composta por procedimentos que permitem o levantamento de indicadores, tanto quantitativos, quanto qualitativos possibilitando a inferência de conhecimentos (CAVALCANTE; CALIXTO; PINHEIRO, 2014). De acordo com Bardin (2016), a análise de conteúdo contempla três fases:

a) Pré-análise – fase em que se organiza e sistematiza-se o que será analisado, levando em consideração os objetivos. Nesta etapa, faz-se a leitura dos documentos coletados, formulam-se hipóteses, bem como elaboram-se indicadores a partir dos recortes realizados nos documentos de análise;

b) Exploração do material – fase em que se debruça no material investigado, na perspectiva de definirem-se categorias, identificação de unidades de significação e contexto dos documentos analisados. Trata-se de uma fase de grande importância, tendo em vista ser o momento em que analisa-se de modo profundo o *corpus* da pesquisa, logo a codificação, a classificação e a categorização são ações básicas neste ponto, isto é, “[...] classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos.” (BARDIN, 2016, p. 117).

Nesse sentido, foram estabelecidos critérios para tal categorização, e segundo Bardin (2016, p. 117-118), o critério de categorização pode ser semântico (categorias temáticas), sintático (os verbos, os adjetivos), léxico (classificação das palavras segundo seu sentido, com emparelhamento dos sinônimos e dos sentidos próximos) e expressivo (por exemplo, categorias que classificam as diversas perturbações da linguagem). Para esta pesquisa, serão adotados os critérios **semânticos e léxicos**.

c) Tratamento dos resultados, inferências e interpretação – nesta fase condensam-se os resultados e destacam-se as informações fruto das análises, em que os

produtos são interpretações inferenciais. Esta etapa é puramente crítica e reflexiva, permeada pelo diálogo com a literatura, por sua vez relacionados aos objetivos deste estudo.

Ressalta-se que a delimitação metodológica das categorias teóricas apresentadas no Quadro 2 e, submetidas a análise de conteúdo foram demarcadas, a partir do horizonte teórico desta investigação, levando em consideração a transversalidade dentre os domínios destacadas, bem como sua interdisciplinaridade. Portanto, tal estruturação visou, sobretudo, uma melhor compreensão das discussões e insumos científicos que balizam a consecução da problematização desta pesquisa.

Quadro 2 – Sistematização das unidades de registro e ideias centrais por categoria.

CATEGORIA DE ANÁLISE	UNIDADE DE REGISTRO	IDEIA CENTRAL
Dimensão Patrimônio cultural	Livros, jornais, periódicos, obras raras, objetos, Manifestações populares, danças populares, arquitetura, patrimônio material, patrimônio imaterial, educação patrimonial, mediação para o patrimônio, documentos, cultura popular e patrimonialização.	Análise dos aspectos relacionados ao patrimônio cultural e a expansão de seus entendimentos, levando em consideração sua materialidade e imaterialidade, suas relações com a história e a memória de um povo, bem como sua dinâmica enquanto conjunto de elementos que devem ser preservados e transmitidos às futuras gerações.
Dimensão Memória	Lembranças, rememorações, fatos históricos, fatos sociais, memória individual, memória coletiva, retratos e lugares de memória.	Evidenciar tudo que o indivíduo utiliza para demarcar suas lembranças, fatos que o ajudam a reviver o passado, recordar diferentes momentos da história, bem como revisita-la. Dedicar a refletir sobre as memórias individuais e coletivas, bem como os lugares onde essa memória se materializa.
Dimensão Identidade	Reconhecimento da cidade, do Estado, identificação e regionalismo.	Destacar aspectos relacionados à identidade, ao reconhecimento que o indivíduo faz de seu povo, sua localidade. Ancora-se nos traços identitários do povo maranhense e como isso o diferencia dos demais cidadãos brasileiros.
Dimensão Biblioteca Pública	Bibliotecas, produtos e serviços, serviços educativos, visitação, empréstimo, renovação, acesso universal, informação, Serviço de Referência e Informação, Educação de Usuário e bibliotecário.	Compreensão dos aspectos relacionados às bibliotecas, em especial as públicas, incumbida do acesso igualitário e universalizado à informação em suas mais distintas expressões. Mediação e apropriação da informação, por meio de seus distintos produtos e serviços.
Dimensão Centro Cultural	Exposições, Oficinas, Debates, Arte, Cultura popular, criação, reflexão, fruição, distribuição de bens culturais.	Refletir acerca da expansão do entendimento de bibliotecas públicas, bem como as facetas que esta assume na promoção, criação, reflexão, fruição e distribuição de bens culturais.

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Apoiado na Análise de Conteúdo de Bardin (2016), orientou quanto a sistematização das categorias de análise, que por sua vez norteou o procedimento de fragmentação das comunicações (orais, via entrevista semiestruturada e escritas, mediante as questões subjetivas dos questionários mistos). Sendo assim, as unidades de registro – subcategoria de análise – segundo a autora, é “[...] unidade de significação codificada e corresponde ao segmento de conteúdo considerado base [...]” (BARDIN, 2016, p. 134). Posto isto, as unidades de contexto são insumos provenientes das fontes que favorecem a compreensão de tais unidades de registro ancoradas em frases e parágrafos.

Observa-se que todas as atividades desenvolvidas pela BPBL serviram de insumo para analisar suas contribuições para a preservação da memória do Maranhão, todavia buscou-se analisar os serviços educativos junto aos usuários, não apenas por estes servirem de caminho para a difusão do acervo material e imaterial da Biblioteca Pública, mas por favorecerem a sensibilização dos visitantes, usuários, profissionais e demais indivíduos quanto ao patrimônio cultural convergido na instituição.

6 OS SERVIÇOS EDUCATIVOS DA BIBLIOTECA PÚBLICA BENEDITO LEITE E A PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA

Neste capítulo serão apresentados e discutidos os resultados da pesquisa de campo junto à Biblioteca Pública Benedito Leite. Para fins de organização, os mesmos serão segmentados em dois tópicos.

Analisar os serviços educativos da Biblioteca Pública Benedito Leite é desafiador, partindo-se da premissa de que é uma instituição cujas responsabilidades foram consagradas desde sua concepção em 1826. Trazendo consigo marcas históricas do Maranhão, em especial de São Luís, a BPBL traz os traços do desenvolvimento da capital, sua expansão, revoluções, lutas sociais, dentre outros elementos que fazem dela um importante espaço patrimonial, identitário e mnêmico.

Desse modo, os serviços educativos da Benedito Leite, dentre os quais estão o serviço de atendimento ao usuário, a visita guiada (Circuito de Visita Cultural), a consulta de materiais raros, os projetos de ação, as intervenções junto ao acervo, as mediações educativas, a mediação de leitura, e outros serão analisados mediante diálogo com a metodologia de educação patrimonial, bem como com os aspectos teórico-conceituais das categorias trabalhadas neste estudo, a saber: biblioteca pública, patrimônio cultural e memória.

Em face do papel que a Benedito Leite exerce e assume no Estado do Maranhão, sem perder de vista que se trata de uma biblioteca pública, incumbida de atender uma série de demandas sociais, políticas, econômicas e culturais, também se torna um centro cultural que extrapola as responsabilidades comuns às unidades de informação. Sendo a “porta de acesso local ao conhecimento” na capital ludovicense, a BPBL tem inúmeras missões, cuja IFLA (1994) demarca, que por sua vez expandem-se, tendo em vista se tratar de uma biblioteca pública situada em uma cidade cujo Centro Histórico recebeu o título de Patrimônio Mundial, berço cultural e refúgio de importantes nomes da cultura e da literatura brasileira, teve suas práticas ressignificadas.

Devendo favorecer o diálogo e a diversidade intercultural, assim como tornar possível o reconhecimento da herança cultural, a BPBL torna-se espaço de múltiplas interações e intersubjetividades, conforme fora destacado ao longo das reflexões tecidas nesta pesquisa. Convergir tais significações e sentidos que a Benedito Leite assume em São Luís e no Maranhão, evidencia sua relação com o patrimônio cultural – em seu entendimento expandido, material e imaterial – a memória e a identidade.

Dentre os diferentes caminhos pelos quais a Benedito Leite consegue cumprir seu papel enquanto biblioteca pública e centro cultural no Maranhão, estão os serviços voltados para a comunidade, em especial os serviços educativos. Estes são essenciais para a dinamização do acervo, orientação dos usuários quanto aos produtos ofertados pela biblioteca, mas sobretudo ferramentas capazes de sensibilizar a população quanto ao acervo, ao patrimônio cultural ali abrigado, aos registros do conhecimento e a tudo aquilo que compõe a história, a memória e a identidade ludovicense e maranhense. Partindo de tais pressupostos, parte-se para a análise dos serviços educativos da Benedito Leite, na ótica dos usuários, visitantes, gestores e profissionais, a partir dos seguintes questionamentos:

Como são desenvolvidos os serviços educativos pela Biblioteca Pública Benedito Leite? Até que ponto os serviços educativos desenvolvidos pela Biblioteca Pública Benedito Leite são pertinentes em termos de planejamento e implementação no tocante as políticas culturais do Estado do Maranhão? Portanto, busca-se neste capítulo, analisar a percepção dos diferentes participantes dos serviços educativos da Biblioteca Pública Benedito Leite, a saber os usuários, os visitantes, e, sobretudo os gestores e profissionais responsáveis pela concepção e realização desses serviços, preocupando-se para a contribuição desses para a preservação da memória, da identidade e do patrimônio cultural.

O *corpus* empírico desta etapa da pesquisa fora composto por três profissionais, que por sua vez mantêm uma importante relação com a Benedito Leite e foram selecionadas mediante seus papéis na instituição. Uma vez que, a pesquisa se dedica a analisar os serviços educativos desenvolvidos pela Biblioteca Benedito Leite, foram incluídos na amostra os profissionais responsáveis por tais, portanto, duas turismólogas e a direção da BPBL. A escolha fora motivada, justamente por se tratar dos responsáveis pelo planejamento e implementação dos projetos, ações, bem como os serviços educativos.

Para tanto, procedeu-se a realização de entrevistas semiestruturadas, orientadas, por sua vez, por um roteiro de perguntas que permitiu às entrevistarem explanarem como os serviços são planejados, quais as ambições da instituição em sua realização, as expectativas, bem como os desdobramentos deles nas ações da Benedito Leite em São Luís e no Maranhão. Além disso, a possibilitou inquirir questões relacionadas ao lugar da Biblioteca Benedito Leite no âmbito da memória, identidade e patrimônio cultural. Ressalta-se que a realização das entrevistas primou pelos aspectos éticos, todas as participantes foram formalmente convidadas e informaram as datas e locais escolhidos por elas, a ocultação de seus nomes pessoais, bem como foram informadas da gravação visando maior retenção de informações, para posterior tratamento e análise.

Para este objetivo, na seção 6.1 serão apresentadas as percepções dos gestores e profissionais, cuja análise será pautada no planejamento dos serviços educativos, até para verificar a pertinência deles, os critérios, o que os profissionais privilegiam, seleção de recursos, dentre outros aspectos. Na seção 6.2, analisar-se-á o fim dos serviços educativos, a partir da percepção dos usuários, visto que estes são o alvo dos serviços educativos. Para isto, levar-se-á em consideração a visão deles acerca da BPBL, a relação afetiva estabelecida com a instituição, as demandas junto à biblioteca, a relação da Benedito Leite com a memória dos participantes dos serviços educativos, dentre outras variáveis.

6.1 Percepção dos gestores e profissionais

Quanto ao perfil das participantes da entrevista, adotar-se-á como identificação das profissionais responsáveis por realizarem os serviços educativos “**Turismóloga 1**” e “**Turismóloga 2**” e “**Diretora**”. Na perspectiva de compreender o perfil das participantes, as entrevistas foram iniciadas perguntando-as sobre suas formações e tempo de atuação na Benedito Leite. Cabe destacar, que são explorados alguns dados provenientes dos questionários aplicados com os participantes, todavia esse recorte será explorado de forma mais aprofundada na seção 6.2.

Encaminhadas pela Secretaria de Estado da Cultura (SECMA), a Turismóloga 1 é formada em Turismo e Hotelaria, ocupa o cargo de Assessora Especial I, lotada na SECMA há 3 anos e, está na BPBL há 6 meses. A Turismóloga 2, também é formada em Turismo, ocupa o cargo de Assessora Técnica e atua na BPBL há 3 anos.

A Diretora é graduada em Biblioteconomia e possui especialização em projetos, programas, formação de leitores, gestão estratégica e MBA em Gestão Pública. Trabalha no Estado desde 1992, tendo exercido diferentes cargos de chefia, chefias de divisões, todavia fora na gestão do Governador Jackson Lago que foi designada para atuar na Benedito Leite, onde assumiu o cargo de Gestora Geral em janeiro de 2015.

Diante disso, observa-se como a expansão do entendimento de biblioteca pública alcança as ações do Governo do Estado do Maranhão, a partir da presença de profissionais de diferentes áreas atuando na Benedito Leite. Esta visão vai de encontro a equipe multidisciplinar que atua na instituição, em seus mais diferentes setores. Ressalta-se que, a busca por melhoria está fundada na construção coletiva entre os profissionais de distintas áreas.

A equipe multidisciplinar e interdisciplinar, contempla profissionais não apenas da Biblioteconomia, mas da História, Informática, Turismo, visto a entrada da Benedito Leite no

roteiro turístico ludovicense. Sendo assim, é essencial que profissionais específicos executem atividades que culminem no atendimento dessas demandas, cada vez mais específicas (ASSIS, 2018; PEREZ, 2015).

Dar-se prosseguimento com primeiro bloco da entrevista junto aos profissionais, que trata da importância da Benedito Leite para o Maranhão e para o Brasil, com vistas a analisar a percepção que elas, enquanto responsáveis pelo planejamento e realização dos serviços que atendem a diferentes perfis, demandas e públicos na capital ludovicense. Para tanto, questionou-se: **Qual o papel da Biblioteca Pública para o Maranhão e para o Brasil?** As falas podem ser observadas no Quadro 3:

Quadro 3 - Qual o papel da Biblioteca Pública para o Maranhão e para o Brasil?

Turismólogas	Diretora
[...] eu estou sentindo agora pela plataforma, as pessoas vêm até a biblioteca, e a gente pergunta “é a primeira vez?”, a maioria é a primeira vez que tem vindo. Então, eu acho que com esse papel, como eu estou te dizendo, de divulgação, aí, quem sabe começa a ser plantado uma semente.	[...] as pessoas têm que enxergar a biblioteca da forma ampla, que a biblioteca não é apenas um local onde ela vai apenas pesquisar no livro físico. Mas ela é muito presente, ter um momento desses de discussão política da Pessoa com Deficiência é função de uma biblioteca pública. E de um equipamento de cultura.

Fonte: Entrevistas (2019).

As turismólogas comungam que a Benedito Leite se constitui em um espaço de busca, leitura, material, todavia não visualizam essa importância junto à comunidade, pois para elas a comunidade não tem o hábito de ler, tampouco se dirigir com frequência às unidades de informação, o fazendo quando têm alguma demanda de pesquisa, trabalho escolar, todavia o prazer pela leitura não é percebido por elas. Todavia, têm observado um movimento de mudança e reaproximação dos ludovicenses com a BPBL.

A Diretora reforça o papel social que têm as bibliotecas públicas, incumbidas de formar cidadãos e preservar a memória, aspectos defendido por Milanesi (2013), Nora (1993) e Almeida Júnior (1997), por tanto são importantes espaços culturais emancipatórios, visto que o acesso à informação pode promover distintas transformações, bem como o exercício da cidadania.

Dialogando com as missões das bibliotecas públicas, é possível observar na fala da Diretora, não apenas a expansão do conceito de bibliotecas públicas defendido por Milanesi (2003) e Mendes (2014), mas, também a dimensão política da Benedito Leite ao promover debates de temáticas importantes para a sociedade maranhense, como por exemplo as questões relacionadas a acessibilidade, por exemplo. Com isso, afirma-se que as bibliotecas, em especial

a BPBL são espaços de diferentes movimentos sociais, como ressaltado, inclusive na fala dos participantes dos serviços educativos ao evidenciarem revoluções políticas, cujo ponto de encontro fora a Praça do Pantheon, como pode ser observado nas falas apresentadas no Quadro 4:

Quadro 4 – A BPBL e a Memória na fala dos visitantes, usuários e diretora.

Visitantes/Usuários	Diretora
Greve de 1979, quando estava na luta pela meia-passagem, marcou a passagem de nossa história; Da “guerra” da meia-passagem; Ao passar pela biblioteca fatos históricos que me vem a memória, são os grandes comícios e manifestações políticas em sua escadaria; Referência para comício político, manifestações políticas na praça, movimentos sociais, porém sou contra devido os limites de uma biblioteca, o volume alto demais, o som alto, recordo também os governos de Roseana e Cafeteira, por fim a reforma da praça Deodoro.	Além de tudo, nós somos um prédio com uma arquitetura clássica que é um prédio tombado. E aí, e a gente tem que preservar o imaterial também, que são essas tradições. Isso tudo o que está além da questão física, da leitura física. [...] Mas você não vê, a população, os vândalos depredando. É lógico, que é muito utilizada, ela vai sendo gasta. [...] Você não vê vandalismo assim do prédio. As pessoas têm um respeito muito grande.

Fonte: Entrevistas e Questionários (2019).

Observa-se, a partir das falas dos visitantes, usuários e da diretora da Benedito Leite, como a instituição atua como um local mnêmico, reforçado pelo seu papel político, por exemplo. Além de possibilitar a reconstituição das memórias individuais (HALBWACHS, 2006; CANDAU, 2016), também explicita sua face coletiva, pois segundo Pollak (1992, p. 2), a memória deve ser entendida também, “[...] como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes.”

Embora ponto de encontro das múltiplas memórias individuais, a Benedito Leite, na perspectiva de Candau (2016) e Pollak (1992) chamam de “marco de memória”, ou seja, “pontos imutáveis”, onde a memória se solidifica e se torna um referencial mnêmico, onde as memórias individuais encontram terreno para se estabelecerem. Nesse sentido, a BPBL se torna esse espaço, capaz de possibilitar aos ludovicenses essa volta ao passado, esse reencontro com personagens históricos, dentre outras rememorações.

Enquanto territórios privilegiados, cujas relações intersubjetivas proporcionam aos indivíduos encontrarem suas referências pessoais, suas histórias e memórias compartilhadas, que por sua vez permitem a construção de suas identidades, reforçam a atuação direta da

Benedito Leite na preservação de patrimônios e bens materiais, que em seus espaços revelam-se imateriais (SILVEIRA; MOURA, 2016; SILVEIRA, 2014a; 2014b).

Nesse sentido, os profissionais foram questionados se acreditavam que a BPBL tem contribuído para a preservação e valorização do patrimônio cultural, visto sua trajetória destacada ao longo desta pesquisa, bem como os elementos relacionados a esse domínio discutidos nas seções 3, 3.1 e 3.2.

A Turismóloga 2 confirma que a Benedito Leite contribui para a preservação e valorização do patrimônio cultural, enquanto a Turismóloga 1 ressalta que a questão do patrimônio é pouco explorada nos serviços educativos que realiza e, ressalta que determinadas atividades são mecânicas e pautadas nos setores. Todavia, tal afirmação se deve ao fato de a Turismóloga 1 estar atuando há pouco tempo na BPBL. Em detrimento da fala de uma das turismólogas, a Diretora é enfática ao dizer que a responsabilidade é imensa, visto a responsabilidade que a instituição tem de preservar, não apenas o patrimônio bibliográfico, mas desta ser “[...] depositária da memória bibliográfica maranhenses [...]” (DIRETORA, informação verbal, 2019).

Conforme destacado por Tanus (2018), desde a Antiguidade as bibliotecas exercem seu “espírito conservacionista”, fato que as pessoas às veem como local sacralizado, templo do saber, onde a informação e o conhecimento são perpetuados, características que encontram ressonância tanto na fala da Diretora, quanto nas afirmações dos visitantes e usuários. Como explicitado, o apreço com a população tem pela Benedito Leite, sobretudo o respeito pela instituição, reflete tanto sua missão enquanto biblioteca pública (IFLA, 1994). Nessa perspectiva, Silveira (2012, p. 2) afirma que “[...] as bibliotecas não se definem apenas como o lugar onde os homens depositam, organizam e guardam certos insumos físicos que contam uma história [...] essas instituições se transmutam em locais que despertam o fascínio e o encantamento [...]”.

Esse fascínio e encantamento que as bibliotecas proporcionam, refletidos, por exemplo, na fala dos participantes ao destacarem como lembrança da Benedito Leite a escadaria e sua imponência arquitetônica, cujas características neoclássicas em sua fachada foram explicitadas no estudo de Pereira, Castro e Ramos (2016), como por exemplo o fato de a BPBL ter sido construída no ponto mais alto da cidade, na Praça do Pantheon, semelhante ao Partenon de Atenas, além de trazer elementos dos templos gregos (colunas gregas dórica, jônicas e coríntia), conforme pode ser observado na Figura 6:

Figura 6 – BPBL no centro de São Luís e Partenon de Atenas – Grécia.



Fonte: Costa (2019) e Flickr (2019).

Ao refletir acerca do histórico das bibliotecas e do acesso à informação no Brasil, esse cenário sempre foi marcado por desigualdades. Desde o período colonial a educação e a cultura não eram prioridades, tampouco voltados para aqueles que estavam fora dos segmentos do poder. Nem mesmo a ação dos jesuítas e a instalação da Biblioteca e da Imprensa Real foram suficientes para ampliar o acesso igualitário a informação (SUAIDEN, 2000). Fato é que as bibliotecas tiveram sua imagem associada a locais de castigo ou como um espaço privilegiado para uma pequena elite, por sua vez composta por pessoas eruditas (SANTOS, 2012; SUAIDEN, 2000). Para tal elite, o livro era visto como um verdadeiro “tesouro intelectual”, cujas bibliotecas eram “guardiãs da cultura”, ou seja, “As bibliotecas-depósito com acervos de livros raros e manuscritos, acessíveis a uma elite de sábios e eruditos [...]” (MESSIAS, 2010, p. 10).

Além disso, outras comparações podem ser estabelecidas da BPBL com outros elementos da cultura grega, não limitando-se apenas aos traços arquitetônicos. O prédio da instituição por estar em uma posição privilegiada, também se assemelha as Ágoras (PEREIRA; CASTRO; RAMOS, 2016), que serviam de espaço para reuniões populares dos gregos, bem como várias manifestações, discussões protestos públicos, tal como a própria Benedito Leite na Praça do Pantheon, como pode ser observado na Figura 7, um protesto do Sindicato dos Bancários em meados da década de 1990.

Figura 7 – Protesto do Sindicato dos Bancários na BPBL, na década de 1990.



Fonte: Sindicato dos Bancários do Estado do Maranhão (2019).

Território de inúmeros movimentos, a Benedito Leite tornou-se referência política e social. Consolidando sua imponente arquitetura, consagra o patrimônio material e imaterial de São Luís. Nesse sentido, Viveiros (1960) reforça a localização privilegiada da instituição, no ponto mais elevado da cidade, tal como o Partenon, e, cercada por bustos de personalidades emblemáticas do Estado, lembrando a acrópole helênica Atenas, “[...] da qual é em terras brasileiras a legítima representante a vetusta e gloriosa São Luís [...]” (VIVEIROS, 1960, p. 314), tal como pode ser visualizado na Figura 8:

Figura 8 – Construção da Biblioteca Pública Benedito Leite.



Fonte: Acervo raro da Biblioteca Pública Benedito Leite (2019).

Por tanto, mediante diálogo com Pereira, Castro e Ramos (2016) e Viveiros (1960), pode-se afirmar que todo o arranjo arquitetônico, do qual a Biblioteca Benedito Leite faz parte,

a consagrou como berço da erudição literária de São Luís, visto ter sido criada, a partir das demandas de intelectuais ludovicenses que destacaram-se no cenário nacional entre os séculos de XIX e XX – onde, encontra-se abrigado manuscritos raros de Machado de Assis – contribuindo para a eternização do codinome “Atenas Brasileira”.

Feitas tais considerações e contextualizações, as profissionais e a diretora foram questionados sobre suas percepções e análises acerca do interesse da comunidade junto à BPBL e, se tais motivações se relacionavam ou explicitavam de alguma forma o patrimônio cultural, material e imaterial presente na instituição. Cabe destacar que as bibliotecas, por muito tempo estiveram relacionadas às práticas biblioteconômicas, ou seja, centradas na gestão dos acervos, cujos processos eram restritos a guarda e circulação de materiais bibliográficos.

A Benedito Leite por estar localizada no centro de São Luís está passível de receber diferentes tipos de pessoas, desde os visitantes voluntários – cidadãos ludovicenses, indivíduos que moram próximo BPBL, turistas – chamados pelos profissionais da instituição de “demanda espontânea”. Há visitantes fruto de agendamentos (provenientes de escolas, instituições, entre outras), bem como pesquisadores, por sua vez motivados pela busca da informação e de materiais bibliográficos. Destacam-se, ainda, os visitantes cuja motivação vai além dos livros, pois enxergam a biblioteca como espaço cultural e museal, visto a própria expansão do conceito de biblioteca pública e a resignificação de seus espaços.

Segundo as turismólogas e a diretora o fluxo de visitantes à Benedito Leite é maior entre os meses de dezembro, janeiro e julho, essa informação é corroborada pelos relatórios mensais da BPBL. Dentre os principais componentes do Complexo Deodoro, sem dúvidas a Biblioteca Pública Benedito Leite (BPBL) é um dos mais importantes, pois está no centro do conjunto urbano, e, após a reforma teve seu entorno todo redesenhado, colocando-a, ainda mais em evidência no centro da capital maranhense. Logo, como expoente da Complexo, a BPBL conquista um espaço não apenas como ponto favorável para o turismo, mas como centro cultural, visto a diversidade de atividades que oferece, por sua vez potencializados com a reforma do local onde está localizada.

Não sendo, a priori um dos focos da BPBL, o Turismo tem sido algo explorado na instituição, não apenas por contar com profissionais de Turismo no corpo técnico, mas pelo fato de a maioria dos visitantes espontâneos serem indivíduos interessados nos aspectos que vão além do bibliográfico. Por receber inúmeras visitas de escolas, a Turismóloga explica que “[...] o nosso foco maior aqui é de atendimento e escolas. E as crianças que não têm o hábito de ver a biblioteca, elas ficam encantadas, deslumbradas, não é, e a gente.” (TURISMÓLOGA 1, informação verbal, 2019).

Os projetos e ações da Benedito Leite para os diferentes públicos, como por exemplo a atenção especial que a instituição tem com a acessibilidade, o desenvolvimento de projetos transversais ao patrimônio cultural, atividades que recontam a história da cidade de São Luís, dentre outras, são capazes de reforçar tanto a expansão do conceito de biblioteca pública, cujas demandas postas à BPBL, à medida que seus usuários e visitantes a enxergam como um centro cultural, capaz de convergir práticas já consolidadas das bibliotecas, bem como possibilitar múltiplas interações, diálogos, trocas, partilhas, ações culturais, portanto, centros de cultura (FLUSSER, 1983; MENDES, 2014; MILANESI, 2003).

Fato é que antes os visitantes tinham como principal interesse “[...] vir aqui, sentar e olhar o livro, ou então pegar emprestado. Hoje não, **ela quer a biblioteca realmente como esse espaço de cultura.**” (DIRETORA, informação verbal, 2019). Por se tratar de um centro cultural, as demandas refletem esse interesse pelas questões patrimoniais, materiais da Benedito Leite, quando essa busca se assenta no interesse em obras raras, periódicos antigos e imateriais, ao resgatar os fatos relacionados ao perímetro da instituição, os movimentos populares concentrados em sua entrada principal.

Observa-se, assim, que o interesse dos visitantes pela Benedito Leite e seus múltiplos espaços, resgata a relação do patrimônio cultural com o passado e a memória do que ficou de herança, mas ao mesmo tempo também consiste na memória do presente. Porém, Araripe (2004, p. 114) pontua que “[...] temos um patrimônio que agrupa pessoas e acontecimentos que testemunham períodos vividos. São memória que profissionais e instituições credenciam como patrimônio: preservando-os, recuperando-os e conservando-os.” Desse modo, afirma-se que a BPBL assumiu um papel conferido por seus visitantes que a veem como *lócus* onde a memória estará segura e preservada, ou seja, seus patrimônios.

Dito isso, buscou-se analisar como são planejados os serviços educativos da Biblioteca Pública Benedito Leite, visto a complexidade de seus usuários e visitantes, bem como as demandas que tem que atender, dentre outras responsabilidades. Nesse intento, as depoentes foram indagadas acerca das estratégias de planejamento, programação, gestão e acompanhamento dos produtos e serviços ofertados pela BPBL, em especial os serviços educativos, objeto deste estudo, tais como o serviço de atendimento ao usuário, visita guiada (Circuito de Visita Cultural), consulta de materiais raros, dentre outros, mais bem explorados na seção 2.

Tanto as turismólogas, quanto a Diretora destacaram a realização de planejamentos de todas as atividades, ações e projetos realizados pela Benedito Leite. Segundo a Diretora tudo

está pautado na missão da BPBL, “formar leitores e preservar a memória bibliográfica do Maranhão”, sendo assim, tudo que é executado é com esse intuito. A mesma ressalta que,

[...] é uma biblioteca pública, e, é diferente de uma biblioteca escolar, de uma biblioteca universitária, de uma biblioteca especializada, porque aqui **ela é aberta**. Então o planejamento de uma biblioteca pública. Ele é um planejamento que tem que ser como todo o planejamento, mas ele tem que ser muito **flexível**. (DIRETORA, informação verbal, 2019, grifo nosso).

A fala da diretora deixa claro a ciência que os profissionais têm da complexidade da BPBL, visto se tratar de uma biblioteca pública, cujas características explicitam o desafio destas ao serem organismos polivalentes e diferenciadas das demais tipologias de bibliotecas. Além disso, são públicas, pois, em sua maioria, são vinculadas ao poder público, e isso é bem pontuado na fala da Diretora e das turismólogas. A Turismóloga 2 evidencia que o planejamento é anual, onde cada chefe de setor realiza o seu, em seguida todos são repassados para a direção, que por sua vez irá elaborar um plano unificado a ser encaminhado e aprovado pela SECMA.

A Turismóloga 1, complementa acentuando que a direção da BPBL avalia o que é pertinente, bem como a viabilidade das ações propostas, para poder enviar para apreciação do Secretário de Estado da Cultura. A Diretora enfatiza as questões orçamentárias, considerado principal desafio para a instituição, pois pelo fato de a BPBL não possuir dotação orçamentária,

A gente não tem um recurso que a gente lide. Mas esse recurso ele vem a partir do momento que você começa a apresentar que aquele seu trabalho é importante, que tem retorno. Então a gente faz essas ações pensando sempre na inovação, como a gente vai fazer para atrair, usando muita criatividade, porque o gestor público tem que ser muito criativo [...]. E sabendo que ele é flexível, várias coisas vão ser inseridas, outras tantas não vão acontecer. A gente tem que fazer sempre pensando, focando qual é o objetivo da biblioteca pública. (DIRETORA, informação verbal, 2019).

Segundo as depoentes, o planejamento das ações da Benedito Leite é complexo, perpassa uma série de reuniões entre os responsáveis de cada setor. As equipes precisam se articular para decidir suas pretensões para o ano vindouro, de modo que se selecionam as principais que irão compor o documento oficial, que por sua vez serão alvo de acompanhamento em termos de execução. Desde a manutenção dos equipamentos, como por exemplo, a máquina de digitalização, microfilmagem até os projetos de difusão cultural, tendo em vista que o retorno não deve estar centralizado apenas em São Luís, mas todo o Estado do Maranhão.

Como enfatiza a Diretora, “Então, é um o planejamento macro, que ele vai passar e ele vai ser encaminhado também para ser discutido junto com a gestão, da área de planejamento da secretaria, da Secretaria de Cultura.” (DIRETORA, informação verbal, 2019). Almeida Júnior (2013) destaca que as questões orçamentos são sempre um desafio para as bibliotecas,

representando grande dificuldade tanto para a implantação, quanto para a avaliação de produtos e serviços, ou seja, uma questão política.

Nessa conjuntura, entra em discussão o papel político e social da biblioteca e do bibliotecário, de buscar mais recursos para o pleno funcionamento da unidade de informação que gere, quanto contribuir para a efetivação de políticas públicas, exigindo do profissional formas e mecanismos de participação e atuação política, tão necessária. A Diretora aponta, também, sua mobilização para buscar recursos alternativos para realização de campanhas, projetos no interior do Estado, como por exemplo o “Dia D da Leitura” que mobiliza gestores de bibliotecas públicas, comunitárias e os Faróis do Saber. A mesma reforça que são ações que dependem de orçamento, do contrário não podem ser realizados.

A Biblioteca Benedito Leite capitaneia o Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas do Estado do Maranhão (SEBP-MA), logo suas ações não se limitam a capital ludovicense, devendo atingir as demais cidades do Maranhão. Com isso, demandas são postas à direção, como por exemplo, orçar as ações de interiorização realizadas pelo setor de Difusão Cultural e pelo SEBP-MA. A SECMA exige que o planejamento detalhe tanto as ações que serão realizadas, quanto os valores necessários para tal. Todavia, é possível afirmar com base nas entrevistas que a Secretaria tem destinado recursos tanto para a realização das atividades da BPBL, mas, principalmente para a revitalização das bibliotecas e faróis do Saber integrantes do SEBP-MA.

Ainda, no tocante ao planejamento anual da Benedito Leite, ressalta-se que ele é pensado para sua plena efetivação, ou seja, os serviços não podem, em hipótese alguma, serem interrompidos, pelo contrário devem ser intensificados e aumentar a quantidade de pessoas atendidas. Por se tratar de uma biblioteca pública, a Diretora enfatiza que “você tem que administrar para todo mundo”, ou seja para um público altamente diversificado e plural (SUAIDEN, 2018). Uma vez que a instituição é promotora de transformação social, logo será através da leitura, do acesso à informação, ao conhecimento e o usufruto dos bens culturais e patrimoniais que a sociedade ludovicense se desenvolverá (ALVES, 2015).

Diante disso, pode-se afirmar que Benedito Leite congrega uma série de responsabilidades, que por sua vez ampliam as demandas já postas à instituição. Levando em consideração os relatos das turismólogas, bem como da diretora, a BPBL é cobrada tanto pelos gestores estaduais – entenda-se SECMA e Governo do Maranhão – quanto por seus usuários, bem como outras instituições locais. Ao ser convidada, por exemplo, para compor conselhos, comissões e demais conglomerados, a instituição fica impossibilitada de cumprir com seu calendário anual.

Além disso, cabe destacar que a Benedito Leite, além de todas essas atividades, também é responsável pelo SEBP-MA, devendo prestar auxílio para mais 93 (noventa e três) bibliotecas públicas do Maranhão. Implica em um dos principais problemas para as bibliotecas, como aponta Almeida Júnior (2013), a falta de profissionais para operação das unidades de informação. É indispensável que essa questão seja revista pelo Governo Estadual, visto a sobrecarga de trabalho para os funcionários da Benedito Leite.

A percepção e a sensibilidade que a direção e os demais profissionais atuantes na BPBL para planejar e realizar os serviços ofertados pela instituição são fundamentais para que as missões das bibliotecas públicas sejam concretizadas. De acordo com Almeida Júnior (2013, p. 87) “A biblioteca pública e suas atividades são entendidas como complemento, suporte e apoio da educação formal.” Além disso, ressalta-se que as bibliotecas públicas podem contribuir em diferentes aspectos, não apenas nos pontos indicados pelo autor, visando alcançar um maior número de indivíduos e promover a transformação social.

Parte-se, então para a análise dos serviços educativos. Nesse intento o primeiro questionamento feito a diretora e às profissionais, dizem respeito à missão, objetivos e os valores que a Benedito Leite tem em relação aos serviços voltados para os usuários e visitantes.

As turismólogas apontam em suas falas dois cenários. O primeiro de que os serviços educativos são limitados ao simples conhecimento da casa, ou seja, apresentação dos espaços, produtos e serviços da Benedito Leite. O segundo revela o potencial instrutivo desses serviços, pois segundo a Turismóloga 1, elas têm interesse na oferta de cursos, todavia estes ainda não foram contemplados nos projetos anuais.

Por outro lado, a Diretora ressalta que os serviços educativos estão pautados na missão da instituição: “Formar leitores e preservar a memória cultural, bibliográfica, cultural e bibliográfica do Estado do Maranhão.” Sendo assim, o planejamento e a implementação das atividades, projetos, intervenções e serviços educativos da BPBL tem extrapolado a capital ludovicense, visto se tratar de uma instituição pública, direcionada a diferentes perfis de usuários e visitantes.

As bibliotecas públicas se mostram tão complexas, quando comparadas as demais tipologias, visto a diversidade de seu público. Elaborar ações, atividades e projetos não é uma tarefa tão fácil assim, e como Flusser (1983) bem pontua, a ação cultural promovidas por essas instituições está articulada em três pontos-chave: a invenção, formulação e a criação. Viu-se que os intentos da BPBL são balizados por sua missão, cuja “animação” depende de seus profissionais, não restringindo essa responsabilidade somente aos bibliotecários, uma vez que todos devem estar engajados nas ações desenvolvidas pela instituição.

Enquanto centro cultural, as bibliotecas públicas devem ampliar as ações comumente desenvolvidas, ou seja, além dos serviços bibliotecários, ofertar atividades interdisciplinares, como por exemplo, música, cinema, atividades teatrais, dentre outras (MILANESI, 2003; FLUSSER, 1983). Partindo dessa visão multidisciplinar e diversificada, as depoentes foram indagadas acerca das metodologias utilizadas para trabalhar os múltiplos aspectos patrimoniais e culturais do Maranhão na BPBL, bem como conseguir a atenção necessária para tais.

Segundo a Turismóloga 1, o patrimônio cultural e as questões de pertencimento são pouco exploradas, uma vez que a visita guiada, por exemplo é muito restrita, visto inclusive o tempo de duração dela, impede de outras coisas serem abordadas. Fala reforçada pela Turismóloga 2, ao dizer que seus conhecimentos oriundos do campo do Turismo serem subaproveitados, uma vez que elas têm que guiar e orientar os visitantes nos respectivos setores. As profissionais são enfáticas ao dizerem que estão exercendo a atividade de guia, e não de turismólogas como gostariam. Por estarem atuando em uma biblioteca pública, a Turismóloga 2, afirma que:

Então, acaba que a gente não tem muito espaço para falar [...] até porque é uma coisa que a gente não domina, não é da nossa área. A nossa parte é mais é de conduzi-los até o setor, e aqui [Referência] a gente a fala um pouco da parte histórica, mas nada, assim, também aprofundado, a gente fala o que tem no site. (TURISMÓLOGA 2, informação verbal, 2019).

Todavia, deve-se destacar que mesmo se tratando de uma biblioteca pública é essencial a atuação de profissionais de diferentes campos do conhecimento. Segundo Assis (2018) os resultados positivos em qualquer unidade de informação são resultantes do trabalho conjunto do bibliotecário com equipes multidisciplinares. Há tanto o enriquecimento da prática profissional, quanto dos produtos e serviços desenvolvidos. Tal perspectiva é corroborado por Marcial (2016) ao destacar que tais equipes são justamente as mais criativas, pois é fruto da integração, portanto, resultam em habilidades e conhecimentos, que quando partilhados concretizam-se em atividades diversificadas (PEREZ, 2015).

A consciência multidisciplinar se faz presente na fala da Diretora, quando indagada acerca das metodologias de abordagem, ela ressalta que é trabalho da Benedito Leite despertar nos usuários e visitantes a noção de pertencimento, que o espaço da biblioteca lhes pertence e, é para seu uso, para que possam se desenvolver e crescer como cidadãos. A mesma pontua que as estratégias utilizadas são pautadas na sensibilização da população quanto aos bens comuns abrigados na instituição, para ela, é somente a partir disso que a comunidade reconhecerá e

preservará o patrimônio arquitetônico, bibliográfico, dentre outros, aspecto corroborado pela fala de

Gonçalves (2003), por sua vez refletido nos resultados da pesquisa realizada com os visitantes e usuários apresentada na seção 6.2. Ou seja, para ela “É um trabalho que você vai fazer, para que a comunidade comece a perceber, que a biblioteca pública é um espaço dele que deve ser preservado. Isso aí não é uma formação que vai fazer, mas é um conjunto de ações [...]” (DIRETORA, informação verbal, 2019).

A Diretora é enfática ao dizer que não trata a biblioteca pública e suas metodologias como “receitas”, tampouco se vale do discurso pautado em “características da biblioteca”, pois para ela “[...] as bibliotecas são diferentes e cada uma tem uma forma de fazer. A gente tem uma forma. Mas assim só são **metodologias diferenciadas** para cada ação.” (DIRETORA, informação verbal, 2019, grifo nosso). Observa-se que cada ação, cada projeto, cada serviço exigirá dos profissionais um método distinto, com vistas a favorecer a apropriação e uso da informação. Por exemplo, não se pode adotar o procedimento de uma atividade de intervenção infantil com um usuário que demanda informação utilitária, que por sua vez será distinta no setor de referência.

A fala da Diretora expande o que foi apontado pelas turismólogas, uma vez que a Benedito Leite é vista como um espaço de convergência de metodologias, o que de fato se espera de uma biblioteca cujo público é plural e diversificado. Tratar questões como patrimônio cultural, memória e identidade por meio de uma linguagem científica demais ou inacessível, implica em usuários e visitantes que sairão sem a informação que lhes é necessária. As estratégias de mediação para o patrimônio devem visar o cumprimento das missões da IFLA (1994), ratificadas pelo Serviço de Referência e Informação (SRI) e que culmine na transmissão de saberes, valores, conhecimentos e sane as necessidades informacionais de cada indivíduo que faz uso dos produtos e serviços (ALMEIDA JÚNIOR, 2013; GROGAN, 2007).

Entende-se e reforça-se que tal responsabilidade não é exclusiva dos bibliotecários, embora este seja um intérprete e mediador da informação cultural e do patrimônio bibliográfico, mas sim fomentar para que o Serviço de Referência e Informação (SRI), por exemplo, seja além de um setor, para que os serviços educativos sejam potencializados. Mas, para que isso se efetive é indispensável o trabalho conjunto com os demais profissionais da instituição, inclusive as turismólogas, os historiadores, pedagogos, dentre outros. Tal perspectiva, é reforçada por Felicio (2014) ao ressaltar os ganhos que as bibliotecas tiveram com o incremento de tecnologias e Sousa (2015) ao destacar que as instituições de informação – bibliotecas, arquivos, museus, etc. – devam prestar serviços voltados à ampliação de seus usuários reais e

potenciais, bem como cativar novos públicos, portanto, expandindo as responsabilidades das bibliotecas como ratificam Lage e Bandeira (2017).

A interdisciplinaridade enquanto característica basilar das bibliotecas públicas, tal como explicitado por Milanesi (2003) ao tratá-la como centro cultural e Flusser (1983) reforçando as diferentes possibilidades de ação cultural, ressaltam o diálogo que tal instituição estabelece com outros domínios, em especial o patrimônio cultural, amplamente debatido nesta pesquisa. Conforme pontuado por Choay (2006), o alargamento do entendimento do conceito de patrimônio, aliado aos entendimentos acerca de sua materialidade e imaterialidade, possibilitam a transversalidade dessas categorias com as instituições do patrimônio, notadamente bibliotecas, arquivos, museus, centros de documentação, dentre outras.

Diante disso, ratifica-se que o patrimônio cultural não se resume aos legados, traços, feitos e bens deixados por antepassados, mas como esclarece Grunberg (2007, p. 5) é tudo aquilo:

[...] que se produzem no presente como expressão de cada geração, nosso “Patrimônio Vivo”: artesanatos, utilização de plantas como alimentos e remédios, formas de trabalhar, plantar, cultivar e colher, pescar, construir moradias, meios de transporte, culinária, folguedos, expressões artísticas e religiosas, jogos etc.

Carteri (2004) explicita que a interação entre o domínio do patrimônio cultural e as bibliotecas públicas, implica não apenas na identificação e reconhecimento das múltiplas expressões e manifestações dos bens patrimoniais, mas, sobretudo sua valorização. Conforme a definição de patrimônio trazida por Grunberg (2007), percebe-se a diversidade dos acervos das bibliotecas e das demais instituições do patrimônio cultural. A complexidade dos bens abrigados nessas instituições desprende a necessidade de ações de difusão específicas e sensíveis aquilo que se deseja trabalhar junto à comunidade. Todavia, isso só é possível, se as instituições são capazes de dinamizar seus acervos, produtos e serviços, e, por conseguinte fortalecer vínculos junto à comunidade.

O Serviço de Referência e Informação (SRI) é responsável por mediar e contribuir para a efetivação das ações das bibliotecas, indo além dos serviços bibliotecários básicos de uma unidade de informação (reserva, empréstimo, renovação). Nesse sentido, destacam-se os serviços educativos, que por sua vez devem ser capazes de promover atividades de distintas naturezas, que reforcem a função social, política, cultural, patrimonial e informacional das bibliotecas públicas.

Segundo Sousa (2015), as bibliotecas públicas em sua essência, congregam a proteção e a preservação da memória, portanto, suas missões estão fundadas na valorização e

reconhecimento dos bens materiais e imateriais. Logo, é possível afirmar que a educação para o patrimônio se faz necessária, uma vez que também consistem em instituições educativas.

O potencial mediador e educativo da Benedito Leite está explicitado em seus serviços educativos, ou seja, são ações voltadas para além do patrimônio bibliográfico. Com isso, é essencial analisar de que forma a instituição têm incutido as ações de educação patrimonial, e, se de fato elas têm contribuído para o reconhecimento, preservação e valorização dos múltiplos patrimônios na instituição e fora dela. Para tanto, as entrevistadas foram questionadas acerca da EP nas atividades da BPBL, inicialmente acerca do entendimento que tinham sobre tal metodologia.

Segundo Grunberg (2007, p. 2), “chamamos de Educação Patrimonial o processo permanente e sistemático de trabalho educativo, que tem como ponto de partida e centro o Patrimônio Cultural com todas as suas manifestações.” Ou seja, são atividades que visam mediar e promover o intercâmbio e a troca de conhecimentos acerca dos bens patrimoniais, visando sua identificação, reconhecimento, apropriação, preservação e valorização. Deve ser entendida não apenas como uma metodologia, mas como a quebra de barreiras entre o patrimônio cultural e a comunidade, visto o ultrapassar de seus contornos em instituições como museus, escolas, arquivos e, sobretudo bibliotecas, em especial a Biblioteca Benedito Leite.

Todavia, quando indagadas acerca das múltiplas faces da EP na Benedito Leite, as turismólogas não conseguem a visualizar de forma ampla na instituição. Para elas, trata-se de uma metodologia associada ao Turismo, portanto, enquanto turismólogas elas não conseguem efetivar. Percebe-se que elas têm uma visão restrita da EP, que em sua essência é interdisciplinar, visto seu surgimento estar fortemente associado aos museus e galerias de arte, como enfatiza Cardoso (2013). Dialogando com Milanesi (2003), as bibliotecas públicas são multifacetadas, ou seja, centros culturais, portanto, capazes de trabalhar com a mediação para o patrimônio cultural, a partir da EP.

Todavia, como pontua Pelegrini (2009) a valorização do patrimônio cultural, mediante a educação patrimonial devem ser discutidas, a partir de novos pontos de vista, ou seja, novos temas, fontes documentais, espaços onde o patrimônio cultural pode ser difundido por atividades diversificadas, a fim de instigar os indivíduos a redescobrirem suas histórias e memórias.

Capaz de contribuir com a valorização da diversidade cultural, a partir da sensibilização acerca do patrimônio cultural, visto ser aplicável em distintos territórios, inclusive nas bibliotecas públicas, a EP possibilita diferentes interpretações e interações com os bens patrimoniais. Perspectiva defendida pela Diretora da Benedito Leite, ao ressaltar que

todas as ações, projetos, intervenções, produtos e serviços têm o intuito de educar e sensibilizar, portanto, EP. Em suas palavras, “[...] é a questão mesmo, como se diz do olhar que você tem para aquilo que de **preservação**, de **cuidado**, de **democracia**. Eu acho que é isso é educação patrimonial, o que é esse patrimônio que pode ser material, físico ou não material e imaterial. (DIRETORA, informação verbal, 2019, grifo nosso).

Tal fala pode ser relacionada com o entendimento de educação patrimonial, uma vez que as estratégias utilizadas pela Benedito Leite para difundir seus patrimônios, perpassa processos educativos formais e não formais focados em seus produtos (acervos), cuja apropriação social e histórica das referências neles imbricados, proporcionam a apropriação da cultura e suas múltiplas manifestações, com vistas a seu reconhecimento, valorização e preservação. Sendo assim, afirma-se que todas as práticas baseadas na EP,

Considera ainda que os processos educativos devem primar pela **construção coletiva e democrática do conhecimento**, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de Patrimônio Cultural. (FLORÊNCIO *et al.*, 2014, p. 19, grifo nosso).

Baseada em processos educativos democráticos, a educação patrimonial é determinante para a construção de conhecimento coletivamente, tendo, em especial a Benedito Leite como território. A instituição assume a responsabilidade de não apenas proteger, mas difundir os bens patrimoniais da Maranhão, como enfatizado na fala da Diretora. Para ela a educação patrimonial desperta o pertencimento dos cidadãos ludovicenses, e, por conseguinte o senso de preservação e cuidado de algo que lhes pertence, bem como sua transmissão para as gerações futuras, “[...] para que os filhos, os netos, bisnetos também usufruam daquele patrimônio, como eu te falei que é geral, que pode ser uma música, uma dança, um Tambor de Crioula, um livro.” (DIRETORA, informação verbal, 2019).

Com isso, pode-se afirmar que a educação patrimonial amplia as ações desenvolvidas no Serviço de Referência e Informação (SRI). Os serviços educativos desenvolvidos em tal setor, pautados em estratégias dinâmicas de difusão do patrimônio cultural, conduzem as bibliotecas públicas para um caminho capaz de fomentar, estimular, sensibilizar a preservação e valorização dos bens comuns, bem como o compartilhamento de saberes fundamentais para o estabelecimento de vínculos entre os visitantes, usuários, funcionários e cidadãos maranhenses.

Tal visão é corroborada pelas Turismólogas e pela Diretora, quando indagadas acerca da capacidade de a educação patrimonial conseguir expandir os serviços de referência e

informação, no que diz respeito a preservação e valorização do patrimônio maranhense, cujas falas podem ser visualizadas no Quadro 5:

Quadro 5 – Relação da BPBL com a preservação e valorização do patrimônio cultural.

Turismólogas	Diretora
Com certeza, porque passar a sensação de pertencimento, de cuidar, de preservação, mas, tem que ver o como, como vai ser essa abordagem, porque no nosso dia-a-dia, nas nossas visitas, na visita aqui é complicado você abordar isso, você conseguir chegar.	“[...] a gente pode fazer muito mais em relação à educação patrimonial. O serviço de referência eu acho que eu tenho que melhorar muito [...]. A itinerância que a gente faz, hoje a gente vai levar a importância da leitura, a importância da informação. Isso é patrimônio . [...]. Todas essas temáticas da cultura, da cultura popular, do carnaval. [...]. Todos os setores da biblioteca, eles se envolvem com o São João [...] com as indumentárias do São João, do bumba meu boi, do Tambor de Crioula. [...]. Agora a questão do folclore do mês de agosto, entendeu. Também a cultura popular .

Fonte: Entrevistas (2019).

Conforme explicitado na fala das turismólogas e da Diretora, a educação patrimonial é vista como algo que pode contribuir com a expansão dos serviços desenvolvidos, visando fortalecer o senso de pertencimento dos visitantes e usuários da Benedito Leite. A Diretora, por sua vez reforça a necessidade de expandir a adoção da EP na BPBL como um todo, pois a expansão do público da instituição não era algo previsto e visto como emergente, exigindo um planejamento ainda mais complexo e reflexivo.

A relação do patrimônio cultural e suas múltiplas manifestações com a Benedito Leite, perpassa a própria identificação dos funcionários e da instituição dos bens patrimoniais, com vistas a pensarem e realizarem ações específicas ou transversais em seus espaços. Partindo-se da premissa de que as bibliotecas públicas têm por missão “Promover o conhecimento sobre a herança cultural, o apreço pelas artes e pelas realizações e inovações científicas [e] Fomentar o diálogo intercultural e a diversidade cultural [...]” (IFLA, 1992, p. 2), as entrevistas foram indagadas acerca de ações específicas com o intuito de sensibilizar quanto a preservação e valorização do patrimônio cultural na Benedito Leite.

As turismólogas por consideraram o calendário fixo, predominando lançamentos de livros e atividades voltadas para o público infantil, destacam que não identificam ações específicas voltadas para o patrimônio cultural, sua preservação e valorização. Todavia, a Diretora relata uma série de projetos, ações e atividades em que o diálogo com as questões patrimoniais é constante. Pode-se destacar o projeto “Na Roda Com”, cujos debates são realizados mensalmente com a participação de especialistas sobre determinada temática, bem como membros da comunidade. Outro exemplo é o lançamento coletivo de obras maranhenses, visando a divulgação da literatura e dos autores locais. Cabe destacar que somente em 2018

foram lançadas cerca de 40 obras em São Luís e 25 no interior do Maranhão, totalizando 65 autores com suas obras lançadas. Portanto, valorização do patrimônio bibliográfico, como bem ressalta a Diretora.

Conforme pode ser observado na resposta da Diretora e das turismólogas, é possível reconhecer algumas dimensões. A primeira delas diz respeito a visão da Benedito Leite enquanto local de memória, cujas ações facilitam a reconstrução e a conservação da memória da comunidade da qual faz parte (ROSA, 2018). Reforça-se, também a dimensão social da BPBL, ao trabalharem-se diferentes temáticas, em especial aquelas voltadas para a cultura popular, visto o perfil heterogêneo de usuários e visitantes que a instituição tem. Com isso, a Diretora reafirma a função cidadã e democratizadora da BPBL, uma vez que seus produtos e serviços levam o conhecimento em suas distintas expressões e manifestações para os indivíduos, buscando, assim, sanar suas potenciais lacunas informacionais e culturais.

A gestora enxerga a Benedito Leite como uma instituição de memória por excelência, não apenas pela sua capacidade de salvaguardar o patrimônio produzido pelos cidadãos maranhenses, mas por levá-los para próximos deles. Crippa (2015), Rosa (2018) e Assmann (2011) corroboram tal pensamento, cujo diálogo conduz à visão das bibliotecas públicas como espaços públicos de interações subjetivas, apropriação e compartilhamento coletivo. Nesse sentido, pode-se afirmar que,

As bibliotecas são, portanto, tanto lugares de memória enquanto espaços físicos – edifícios construídos com a finalidade de armazenar acervos e estudar, aprender, trocar informações e ideias - quanto repositórios da memória em si, ou seja, espaços onde o ser humano guarda e encontra o pensamento e o conhecimento que não é possível armazenar exclusivamente na mente humana, pois esta, sozinha, não é capaz. (RODRIGUES, 2014, p. 81).

A Benedito Leite possibilita aos cidadãos ludovicenses e maranhenses revisitarem diferentes épocas, rememorarem fatos importantes, bem como se apropriarem de seus patrimônios, características exaustivamente ressaltadas nesta pesquisa. Tal apropriação desejada, perpassa o reconhecimento dos bens patrimoniais pelos seus reais detentores, a população, visto que a própria educação patrimonial, destacada anteriormente deve ser algo integrado à vida das pessoas, as experiências além de educativas, precisam ser afetivas, como bem ressaltam Florêncio *et al.* (2014). Nessa perspectiva, pontua-se que é imprescindível o “[...] o reconhecimento e valorização de referências culturais pelas próprias comunidades detentoras como um processo coletivo e democrático de autoconhecimento, articulação e empoderamento social e local.” (SIVIERO, 2014, p. 32). Entretanto, para que ela aprimore suas ações, atividades e serviços educativos, é indispensável a avaliação destes.

Indagas sobre os instrumentos voltados ao controle de fluxo de usuários e visitantes, bem como o uso de produtos e serviços da Benedito Leite, as turismólogas indicaram o livro de frequência disponibilizado na entrada da instituição. No referido livro as pessoas são convidadas a informarem nome completo, idade, serviço utilizado e, a cidade de origem. Além disso, as mesmas informaram que as visitas agendadas ou por demanda espontânea são listadas e inseridas no controle geral de visitas.

A diretora destacou que no espaço infantil da Benedito Leite também se dispõe de um livro de registro de visitas, visto o prédio possuir duas formas de acesso. Cabe destaca, a importância da automatização dos produtos e serviços da BPBL, cujos inúmeros ganhos, está a geração de dados e importantes indicadores para a instituição. Ressalta-se que a inserção das tecnologias de informação e comunicação nas bibliotecas, proporcionou não apenas a automatização de atividades e processos, mas, sobretudo condições para que os bibliotecários pudessem orientar e avaliar melhor seus recursos e serviços ofertados.

O que não difere do que é realizado na Benedito Leite, segundo a Diretora, “A biblioteca é toda **informatizada**, [...] então quantos empréstimos, quantas devoluções é só a gente fazer o somatório. [...]. Essas visitas guiadas [...] já vem no número de pessoas e os que não são agendados, eles fazem a assinatura no livro [...]” (DIRETORA, informação verbal, 2019, grifo nosso). Todos esses dados são reunidos e mensalmente divulgados nos canais de comunicação da BPBL (*Site e Instagram*). Como explicado pelas profissionais, os relatórios mensais e anuais também são alimentados com essas informações de visitas, agendamentos, dentre outras atividades. Todavia, esses quantitativos embora exigidos pela SECMA não foi explicitada a finalidade, se servem de substrato para a destinação de recursos. Para a Benedito Leite esses dados servem de indicadores, por exemplo, é possível acompanhar o aumento de público da instituição nos últimos meses, bem como a quantidade de empréstimos realizados, cadastros de novos usuários, quantidade de visitas no mês. Portanto, servem de base para a formulação de projetos, atividades específicas, a partir das demandas cujos números refletem.

Pinto (2016) evidencia que o avanço dos recursos tecnológicos levou as bibliotecas públicas a assumirem um importante papel na sociedade, uma vez que a visão acumuladora e armazenadora de documentos dá lugar ao papel mediador sociocultural de tais instituições. O que explica a Benedito Leite dispor de laboratórios de informática, setor de informação utilitária para consulta de documentos e emissão de boletos, dentre outros serviços. Essa ampliação implica na necessidade de ressignificação de práticas, tal como expressos no manifesto da IFLA (1994, p. 2) “Facilitar o desenvolvimento da capacidade de utilizar a informação e a informática [...]”.

Almeida Júnior (2013) ressalta a importância dos estudos de usuários, cuja realização deve ser sempre buscada pelos profissionais atuantes nas bibliotecas públicas. Os instrumentos de avaliação geram parâmetros e indicadores que nortearão não apenas o Serviço de Referência e Informação, mas a consecução dos objetivos da própria instituição. Todavia, ainda persiste uma grande problemática nas unidades de informação. Segundo o autor, os bibliotecários e demais profissionais apresentam certa dificuldade em reconhecer que é por meio da verificação dos serviços que se pode pensar em aprimoramento, em melhoria na atuação, ou seja, em eficiência.

Os instrumentos de avaliação não visam subjugar bibliotecários e demais profissionais, tampouco questionar suas capacidades nas bibliotecas. Embora a avaliação paute-se na análise da atuação, ela visa gerar insumos para aperfeiçoamento dos produtos e serviços, melhor direcionamento de ações, dentre outros (ALMEIDA JÚNIOR, 2013). Nessa assertiva, as entrevistas foram indagadas acerca das estratégias e instrumentos de avaliação dos serviços educativos, ou seja, o que utilizam para avaliar, quais técnicas são adotadas, bem como o destino que dão as informações recolhidas no processo avaliativo. A Benedito Leite ainda não conta com um instrumento padronizado de avaliação das atividades e serviços educativos. Conforme ressaltam as turismólogas, a avaliação ainda está pautada na recolha de dados referentes aos agendamentos. As informações são provenientes da Plataforma Circuito de Visita Cultural, conforme Figura 9:

Figura 9 – Tela de agendamento do Circuito de Visita Cultural.

AGENDAMENTO DE VISITAS

Tipo do grupo Quantos Participantes? Faixa etária média dos visitantes (mín. 7 anos)

Haverá pessoas deficientes?
☐ SIM ☐ NÃO

IDENTIFICAÇÃO

Nome ou Razão Social (conforme consta no CNPJ) Nome Fantasia CNPJ (somente números)

Endereço

CEP Cidade Seleção seu Estado

Telefone Celular

IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL

Nome Completo (Conforme consta na Carteira de Identidade) CPF (somente números)

e-mail Repita seu e-mail

O responsável será o mesmo a coordenar a visita?
☒ SIM ☐ NÃO

SOLICITAR RESERVA

Fonte: SECMA (2019).

A Benedito Leite recebe as planilhas com as informações presentes na plataforma, onde são realizados os agendamentos. Como a tipologia do grupo (agência de turismo, escola, associação, universidade ou outro); a quantidade de participantes; a faixa etária dos participantes; a informação quanto à presença de pessoas com deficiência. Em seguida, a plataforma solicita informações e do responsável pelo agendamento. Antes de finalizar o agendamento, é necessário verificar a disponibilidade da casa para receber o grupo, conforme pode ser observado na Figura 10:

Figura 10 – BPBL no centro de São Luís e Partenon de Atenas – Grécia.

Faça sua reserva

Escolha seu circuito, uma data com o turno pretendido e preencha o formulário abaixo.

☐ Arquivo Publico

☒ Biblioteca Publica Benedito Leite

☐ Casa de Cultura Josué Montelo

☐ Casa de Nhozinho

☐ Casa do Divino Alcântara

☐ Casa do Maranhão

☐ Casa do Tambor de Crioula do Maranhão

☐ Centro de Cultura Popular Domingos Vieira Filho

NOVEMBRO DE 2019

CIRCUITO	
DIAS	TURNOS
	MATUTINO
Sex 15	☐ Livre » Biblioteca Publica Benedito Leite
Sab 16	☒ Reservado » Biblioteca Publica Benedito Leite
Dom 17	☒ Reservado » Biblioteca Publica Benedito Leite
Seg 18	☐ Livre » Biblioteca Publica Benedito Leite
Ter 19	☐ Livre » Biblioteca Publica Benedito Leite
Qua 20	☐ Livre » Biblioteca Publica Benedito Leite
Qui 21	☒ Reservado » Biblioteca Publica Benedito Leite
Sex 22	☐ Livre » Biblioteca Publica Benedito Leite
Sab 23	☒ Reservado » Biblioteca Publica Benedito Leite

Fonte: SECMA (2019).

Como pode-se observar, a Plataforma não oferece para os gestores das casas, em especial a Biblioteca Benedito Leite, nenhum recurso de avaliação das visitantes, tampouco para os seus visitantes. Todavia, a Diretora destacou que estão desenvolvendo um instrumento, que por sua vez será disponibilizado para as 32 casas que integram o Circuito de Visita Cultural. A SECMA está interessada em utilizar a própria plataforma para essa recolha de informações. O intento é coletar além de dados quantitativos sobre as visitas, informações relacionadas às atividades desenvolvidas, como por exemplo:

A casa está atendendo bem, a casa que não está atendendo bem, então foi uma solicitação dos gestores, para que tenha, esse formulário seja disponibilizado, para que cada pessoa, lógico que não vai ser obrigatório, cada instituição que fez a visita ela vá fazer depois a avaliação de como foi aquela visita. (DIRETORA, informação verbal, 2019).

Desse modo, as instituições que integram o Circuito de Visita Cultura da SECMA poderão avaliar com maior profundidade as ações que têm desenvolvido em suas casas de cultura. Com isso, a Benedito Leite avança nesse sentido, visto ser necessário “[...] analisar a relação do que se avalia com o todo externo, com a sociedade [...]. Impossível avaliar sem considerar o todo social.” (ALMEIDA JÚNIOR, 2013, p. 182). Reforça-se que as estratégias

de avaliação são imprescindíveis para que a Benedito Leite aprimore suas ações e consecução de objetivos.

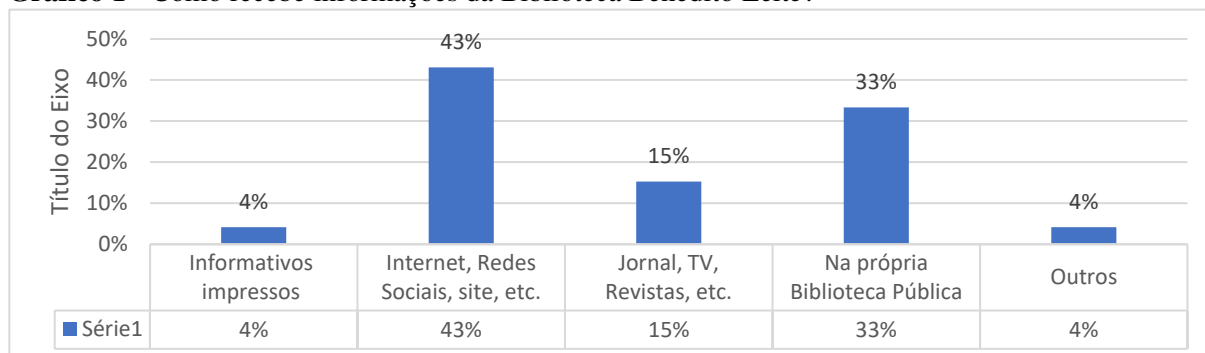
Todas as informações coletadas na Benedito Leite são encaminhadas para a Secretaria de Estado da Cultura, todavia os mesmos não têm uma finalidade específicas, e como ressalta uma das turismólogas, trata-se apenas de procedimento burocrático. Segundo elas, a atenção maior aos dados de visitas e fluxo de usuários é dado por parte da direção.

Dentre os mecanismos que a Benedito Leite tem para levar suas ações para além de sua sede na Praça do Pantheon são os meios de comunicação e divulgação. No cenário cada vez mais complexo pelo avanço das tecnologias, a divulgação e as mídias são determinantes para um maior alcance popular. Sobre isso, as participantes foram questionadas acerca dos materiais utilizados para propagação dos produtos e serviços da BPBL, bem como os métodos priorizados para tal.

Segundo as turismólogas, a Benedito Leite não produz mais materiais impressos, como por exemplo, folders, anúncios, guias, entre outros. Segundo a Diretora, um dos principais recursos de divulgação é o site da instituição, cujo desenvolvimento e manutenção é em parceria com a Secretaria de Estado da Comunicação. Com a expansão das mídias digitais, a BPBL tem utilizado muito as redes sociais, em especial o *Instagram*.

A Diretora ressalta que a Benedito Leite tem priorizado a produção de banners e cards virtuais para serem disseminados em aplicações como WhatsApp, Instagram e Facebook. Tanto por não onerar tantos custos para a instituição, quanto pela consciência ambiental, justamente por não se produzirem mais materiais impressos, cujo alcance é inferior aos das mídias sociais. Para Meucci e Matuck (2005, p. 4) a *internet* possibilitou que as construções identitárias oferecessem um novo espaço social, o ciberespaço possibilita múltiplos usos da informação e, tem sido privilegiado pelas pessoas para tal.

A ida da Benedito Leite para as redes sociais foi de grande contribuição para a divulgação das ações da instituição. Ao se resgatarem, por exemplo, dados dos questionários aplicados aos visitantes e usuários da BPBL, grande parte ressaltou ser a internet a principal fonte de informação acerca de seus produtos e serviços, cujos resultados podem ser observados no Gráfico 1:

Gráfico 1 - Como recebe informações da Biblioteca Benedito Leite?

Fonte: Questionários (2019).

Como pode ser visualizado no Gráfico 1, grande parte – 43% - dos participantes da pesquisa, oriundos dos serviços educativos, destacou que utiliza a internet, redes sociais, sites, dentre outros para obter informações da Benedito Leite. Com isso, reconhece-se o potencial das mídias sociais para o compartilhamento das ações da instituição. Desse modo, ressalta-se que a Biblioteca Pública Benedito Leite se projeta no perfil no Facebook e no *Instagram*, por exemplo, não apenas como um espaço de educação e cultura e sim também como um ator importante e influenciador na sociedade, por meio do símbolo educativo e cultural que ela representa.

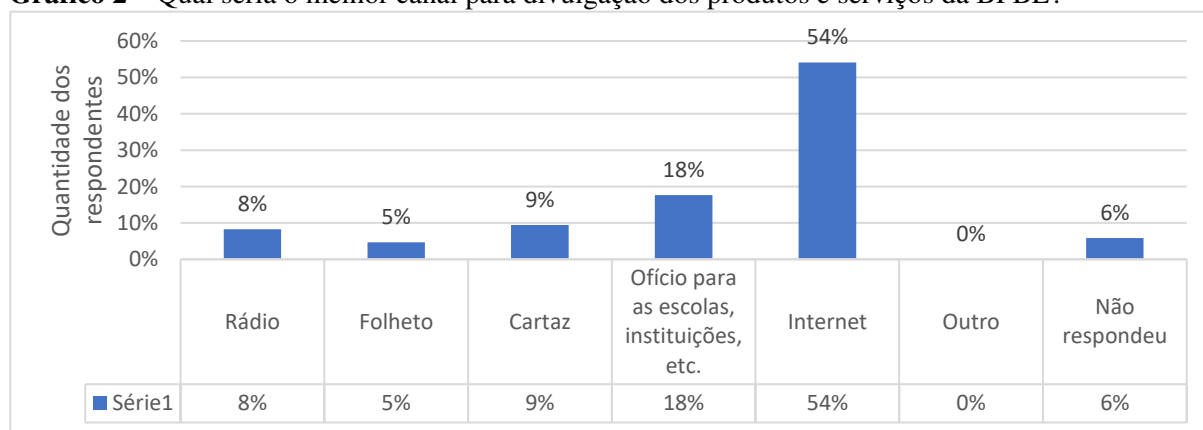
Desse modo, afirma-se que “[...] as bibliotecas tenham que ter um site, de preferência institucional, específico na internet devam criar contas nas redes sociais, como o Facebook por exemplo.” (SANTOS NETO; ALMEIDA JÚNIOR, 2017, p. 463), na perspectiva de se estabelecerem vínculos maiores e o compartilhamento de ações e conteúdos distintos. Isto se deve ao fato de que grande parte dos usuários não têm hábito de visitarem os sites institucionais, demandando informações ágeis na grande rede, como destaca a Diretora da Benedito Leite, ao dizer que “[...] as redes sociais hoje têm contribuído, *Instagram* [...] como o apelo foi muito grande, as próprias comunidades pedindo foi liberado e foi muito melhor para a gente. A gente conseguiu um público adolescente [...]” (DIRETORA, informação verbal, 2019).

Todavia, não foi uma tarefa fácil criar um perfil para a Benedito Leite no *Instagram*. Segundo a Diretora foram realizadas consecutivas solicitações e justificativas, tendo em vista a necessidade de acompanhamento por parte da Secretaria de Comunicação Social e Assuntos Políticos (SECAP). A ausência de uma assessoria de comunicação própria, gerou para a instituição, além de uma demanda a mais para administrar, o desafio de manter a padronização recomendada pela SECAP, visto se tratar de um canal de comunicação institucional. Para conseguir manter um fluxo de postagens e divulgações, a BPBL tem o suporte dos profissionais

de Tecnologia da Informação, incumbidos de elaborar os cards e demais materiais publicitários, conforme o padrão do Governo do Maranhão, evitando a dependência da assessoria de comunicação da SECAP.

Nessa assertiva, destaca-se que a crescente presença da instituição nas redes vai ao encontro das demandas dos usuários e visitantes, quando indagados no questionário acerca de qual seria o melhor canal de divulgação dos produtos e serviços da Benedito Leite, cujos resultados podem ser observados no Gráfico 2:

Gráfico 2 – Qual seria o melhor canal para divulgação dos produtos e serviços da BPBL?



Fonte: Questionários (2019).

É necessário o investimento em redes sociais, por se tratar de um dos principais canais de comunicação com os usuários e visitantes, e conforme explicitam Novelli, Hoffman e Gracioso (2011) elas têm contribuído de forma significativa para a aproximação e apropriação dos usuários sobre o que as bibliotecas têm desenvolvido. Nessa assertiva, o próprio perfil da Benedito Leite, desde sua criação em janeiro de 2019, tem publicado uma série de ações, desde os números mensais, até os projetos a serem desenvolvidos, convites para atividades, dentre outras ações. As ações da Biblioteca Benedito Leite foram alvo do fechamento das entrevistas realizadas com as turismólogas e a diretora, visto se tratar de oportunidades e potenciais abordagens do patrimônio cultural, e, por conseguinte contribuírem com a preservação da memória maranhense.

As entrevistadas foram questionadas acerca da adaptação, alteração ou reformulação das atividades e serviços que já desenvolvem, bem como os projetos futuros que a Benedito Leite tem interesse em desenvolver, se estes contemplam ou tem relação com o patrimônio cultural, a identidade e a memória do Maranhão.

As turismólogas foram enfáticas ao ressaltarem a necessidade de reformulação dos serviços educativos, em especial a visita realizada no Circuito de Visita Cultural. Segundo elas,

a visita é muito mecânica e pautada em uma sequência inalterável de setores, se tonando uma visita enfadonha e cansativa para os próprios visitantes. Como alternativa, a Turismóloga 2 destaca que os visitantes deveriam ter mais autonomia, ou seja, “[...] se a escola pudesse chegar e escolher, acho que a gente até falou isso ainda há pouco, se eles pudessem escolher para onde eles iriam, e a gente pudesse também implantar outras atividades [...]” (TURISMÓLOGA 2, informação verbal, 2019).

A Diretora, por sua vez reforça a necessidade de parcerias da Benedito Leite com outras instituições e profissionais. Para ela, as ações que a instituição desenvolve têm dado bons resultados, embora sejam realizadas algumas reformulações e adaptações, as parcerias são fundamentais para o fortalecimento dos serviços e produtos já ofertados. Dentre as estratégias pensadas para esse novo momento que a BPBL vive, está o trabalho de sensibilização das comunidades e cidades onde os Faróis do Saber estão sendo inaugurados.

Ao todo a Benedito Leite coordenada, por intermédio do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas do Estado do Maranhão (SEBP-MA) 94 faróis, que ficaram fechados por anos. Recebidos totalmente abandonados e depredados, foram reformados, tiveram seus acervos atualizados e reestruturados. A diretora ressalta o desafio de conscientizar a população quanto à preservação desses espaços. Embora a BPBL tenha uma visibilidade maior na capital, essa visibilidade precisa alcançar o interior, “[...] para que as pessoas comecem a entender que aquele equipamento de cultura importante, é da comunidade e que deve ser preservado.” (DIRETORA, informação verbal, 2019).

Além das ações de sensibilização para o patrimônio presente nos Faróis do Saber, as turismólogas destacaram um dos projetos que desejam implementar na Benedito Leite. A ideia seria adaptar o programa “Turismo Educativo” desenvolvido pela Secretaria Municipal de Turismo, onde importantes personagens históricos iam para as escolas trabalhar o patrimônio cultural, mediante a metodologia de educação patrimonial. Trazer esse projeto com uma nova roupagem para a BPBL seria de grande contribuição, visto seu tempo de existência e sua representatividade no Estado do Maranhão.

A proposta de um roteiro com personagens históricos, similar ao Passeio Serenata Histórica²⁰, em que atores interpretam personagens históricos que viveram em São Luís, cujas

²⁰ Projeto realizado pela Prefeitura de São Luís, onde a população terá a oportunidade de conhecer, de forma diferenciada, a história, lendas e belezas da capital maranhense. Toda a população pode acompanhar o passeio, que tem como ponto de partida a Praça Benedito Leite. A atividade faz parte do Programa Férias Culturais, uma iniciativa coordenada pela Secretaria Municipal de Turismo (Setur). O cortejo é realizado pelo Centro Histórico da capital, com pequenas paradas em frente aos principais pontos históricos. Outro detalhe é a proximidade do público com os artistas que encenam histórias reais de antigos moradores da capital maranhense que marcaram época, entre eles estão Ana Jansen, Baronesa de Grajaú, Daniel de La Touche, Catarina.

paradas em pontos turísticos do Centro Histórico proporcionam aos participantes uma verdadeira viagem no tempo, possibilitando a rememoração de importantes acontecimentos locais, que por sua vez realizado na Benedito Leite pode contribuir para a apropriação do patrimônio cultural, para o fortalecimento dos vínculos dos indivíduos com a instituição, bem como a preservação da memória, a partir de ações mnêmicas em seu interior e fora dela.

Também é de interesse das turismólogas a composição de um espaço voltado para o Turismo, ao lado do Setor de Referência e Informação, na entrada da BPBL. Segundo elas, seria uma fonte de informação para os turistas, que se reaproximaram da praça com a reforma do Complexo Deodoro. Nota-se relação direta entre o espaço revitalizado pela reforma do Complexo Deodoro, com o aumento do turismo cultural e, subsequente, fomento à leitura, principalmente pelo aumento do fluxo turístico do entorno da BPBL, que gera novos visitantes e usuários de seus bens culturais (COUTINHO; FARIA; FARIA, 2016).

Assim, pode-se colocá-la como importante, senão principal, elemento do turismo literário maranhense, sendo referência para turistas que viajam pela motivação literária de conhecer as nuances das obras e autores presentes em seu acervo (SALVADOR; BAPTISTA, 2011). As turismólogas destacaram o interesse em desenvolver discussões voltadas para as manifestações populares locais, como por exemplo o Tambor de Crioula, o patrimônio imaterial, bem como rodas de conversa voltadas para tais temáticas.

A proposta de trazer para a Benedito Leite ações voltadas para o patrimônio imaterial, na figura das manifestações populares, inclusive tituladas pela UNESCO como Tambor de Crioula e Complexo Cultural do Bumba meu boi do Maranhão²¹, ressalta o papel da instituição no reconhecimento e valorização desses bens. Enquanto espaço de relações intersubjetivas, a BPBL deve em suas ações promover o acesso igualitário aos bens patrimoniais em suas mais distintas expressões e manifestações, não limitando-se ao patrimônio bibliográfico, que embora carregado de simbolismo e imaterialidade, é apenas um recorte da rica cultura maranhense, portanto, como bem diz Nora (1993, p. 22), são “Lugares mistos, híbridos e mutantes, intimamente entrelaçados de vida e de morte, de tempo e de eternidade; numa espiritual do coletivo e do individual, do prosaico e do sagrado, do imóvel e do móvel.”

Essa separação que não existe na ótica da Diretora da Benedito Leite, segundo ela não tem como fazer essa quebra, pautada inclusive na missão da instituição, que é o de formar leitores e preservar a memória cultural e bibliográfica do Maranhão. Para ela, é algo nato da

²¹ Para maiores informações acerca dos bens reconhecidos por sua imaterialidade, consultar Lista do Patrimônio Imaterial do IPHAN, disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/ma/pagina/detalhes/547>>. Acesso em: 10 nov. 2019.

rotina da BPBL, desde o processo de formação de coleção, até os planejamentos que são realizados, não há nenhum tipo de segregação, o patrimônio cultural, a memória e identidade são domínios intrínsecos no fazer da Biblioteca Pública Benedito Leite.

A BPBL mediante suas ações, potencializa e consegue conectar a população ludovicense e maranhense com o patrimônio cultural, pois, como destacam Florêncio *et al.* (2014), se trata de um equipamento público onde as práticas de aprendizagem e educação para o patrimônio encontra terreno, assim como centros comunitários, teatros, museus, dentre outros espaços. Parte-se, então para o fim de todas as ações, projetos, produtos e serviços pensados e executados pela gestão e pelos profissionais atuantes na Benedito Leite, os usuários. Na seção seguinte, serão analisadas as percepções dos usuários acerca dos serviços educativos desenvolvidos pela BPBL, bem como as contribuições destes para a preservação do patrimônio cultural, a memória e a identidade do Estado do Maranhão.

6.2 Percepção dos usuários

Analisar a percepção dos usuários acerca dos serviços educativos da Biblioteca Pública Benedito Leite, bem como suas contribuições para a preservação da memória de São Luís e do Maranhão se mostra desafiador, considerando a diversidade de ações que a instituição desenvolve em seus diferentes espaços, conforme destacado na seção 6.1. Tal característica da BPBL reforça a expansão dos conceitos dados às bibliotecas públicas, que se tornam espaços irrestritos, que não se limitam à recuperação e ao uso da informação bibliográfica.

A BPBL integra o conjunto de “Casas de Cultura”²² da Secretaria de Estado da Cultura do Estado Maranhão (SECMA). Se trata de uma estrutura para fomentar, divulgar e incentivar a produção cultural e artística estadual, por sua vez coordenado pela SECMA. Portanto, são espaços destinados ao reconhecimento e valorização da produção artística, cultural e histórica abrigados nos museus, teatros, centros de arte e produção artesanal (MARANHÃO, 2019).

Na perspectiva de difundir e dinamizarem-se as Casas de Cultura, a SECMA criou o projeto Circuito de Visita Cultural, com vistas a facilitar a visita, bem como o uso dos produtos e serviços dos espaços culturais. As visitas são mediante agendamento na plataforma do Circuito²³, onde está disponibilizada a lista de instituições participantes, cujo

²² Para maiores informações e acessar a lista completa de espaços culturais que compõem as Casas de Cultura, acessar: <<http://www.sectur.ma.gov.br/casas-de-cultura/#.XbRPwnjPyiM>>. Acesso em: 26 out. 2019.

²³ Disponível em: <<http://www.cultura.ma.gov.br/portal/eventos/2016/agendamento/>>. Acesso em: 26 out. 2019.

roteiro pode ser tanto montado pelo visitante em potencial, quanto por rotas pré-definidas baseadas na localização e proximidades dos espaços em São Luís e Alcântara.

Diante disso, analisou-se a percepção dos usuários e visitantes provenientes tanto do Circuito de Visita Cultural, quanto por demanda espontânea na Biblioteca, visto que independente do mecanismo de acesso dos indivíduos à BPBL, o uso dos serviços educativos é evidente. Esclarece-se que, a demanda espontânea nada mais é do que os visitantes que chegam à instituição sem a realização do agendamento, ou seja, o acesso aos produtos e serviços, não necessariamente é feito mediante o agendamento na plataforma, visto que a BPBL é uma instituição pública, logo seu acesso é universalizado. A realização da investigação percorreu todos os espaços pelos quais o visitante pode passar, conhecer, ter contato com os bens patrimoniais, bibliográficos, obras raras, ou seja, explicitam o uso dos serviços educativos.

O ponto de partida da visita à BPBL é o setor de referência, cujo acesso é pela entrada principal, onde os visitantes têm a sua disposição o acervo de literatura brasileira e literatura maranhense. Tal setor dispõe de um espaço que permite tanto as atividades de consulta local, leitura de materiais individual e coletivamente. Além disso, é o espaço onde são realizadas algumas exposições temáticas, tais como as exposições “Nossa Essência em Cores” do artesão Orlando Pereira Lima, “Lendo o carnaval de todos com os blocos tradicionais”, “Exercícios de Arte”, de autoria de alunos do Colégio Liceu Maranhense, sob a coordenação do professor Claudio de Aquino M. Gomes (Cacau Di Aquino), dentre outras, conforme Figura 11:

Figura 11 – Exposições na BPBL, no setor de referência.



Fonte: Biblioteca Pública Benedito Leite (2017).

Como pode ser observado na Figura 1, os temas das exposições e das atividades são múltiplos, buscando despertar nos visitantes tanto a apreciação das artes e da cultura local, quanto a instrução em relação a temas como acessibilidade, cultura popular maranhense, dentre outros. Desse modo, reconhece-se que a BPBL esforça-se para a promoção de atividades que possam ir de encontro com os diferentes perfis e necessidades da população do Maranhão, justamente por se tratar de um espaço cultural que atua tanto na disponibilização de bens materiais (produção bibliográfica, peças artísticas, etc.), quanto imateriais (manifestações e expressões populares), cujos serviços educativos são responsáveis por sensibilizar e clarificar a importância da salvaguarda e preservação patrimonial. No Quadro 6, sistematiza-se as atividades educativas no âmbito da visita guiada, observadas na coleta de dados junto aos usuários:

Quadro 6 – Caracterização geral das atividades observadas na BPBL.

#	Atividade	Público	Descrição
1º	Referência, Literatura e Literatura Maranhense	Público em geral	Acesso às obras literárias brasileiras e maranhenses, exposições, consulta local e leitura individual. Espaço onde os visitantes são recepcionados. Exposição das novas aquisições.
2º	Setor de Direito Autoral	Público em geral, autores maranhenses, compositores, poetas etc.	Setor de registro bibliográfico, auxilia em relação aos procedimentos de registro de produções bibliográficas. Interlocução com a Biblioteca Nacional para emissão do ISBN.
3º	Formação e Desenvolvimento de Coleções	Público em geral	Setor onde realizam-se as atividades de aquisição, triagem e catalogação dos materiais que comporão o acervo. Modalidades de aquisição, seleção dos materiais, sobretudo as doações da comunidade. Setor onde prioriza-se as produções maranhenses.
4º	Tecnologia da Informação (TI)	Público em geral	Setor de processamento de dados, suporte tecnológico à BPBL. Esclarece quanto aos <i>softwares</i> utilizados, telecentro, manutenção das redes sociais, etc.
5º	Obras raras e Microfilme	Público em geral, pesquisadores, historiadores etc.	Setor onde contextualiza-se a microfilmagem. Técnicas de microfilmagem. Setor de obras raras, acervo raro, digitalização dos materiais, visualização dos manuscritos, periódicos raros do Estado do Maranhão, dentre outros. Conduzido por historiadores, bibliotecários em formação e profissionais de tecnologia da informação.
6º	Biblioteca Braille (Acessível)	Público em geral	Setor cujo acervo é especializado em Braille, com obras acessíveis no formato impresso e em áudio, além de contar com materiais visuais com audiodescrição. Sinalização universal.
7º	Biblioteca Infantil	Público em geral	Seção destinada à literatura infantil, com obras nacionais, internacionais e locais. Local onde fica a biblioteca do bebê, auditório de intervenção com crianças, como por exemplo, a “Quinta do Brincar”, dentre outros projetos. Além disso, o espaço realiza exposições temáticas com literatura infantojuvenil.

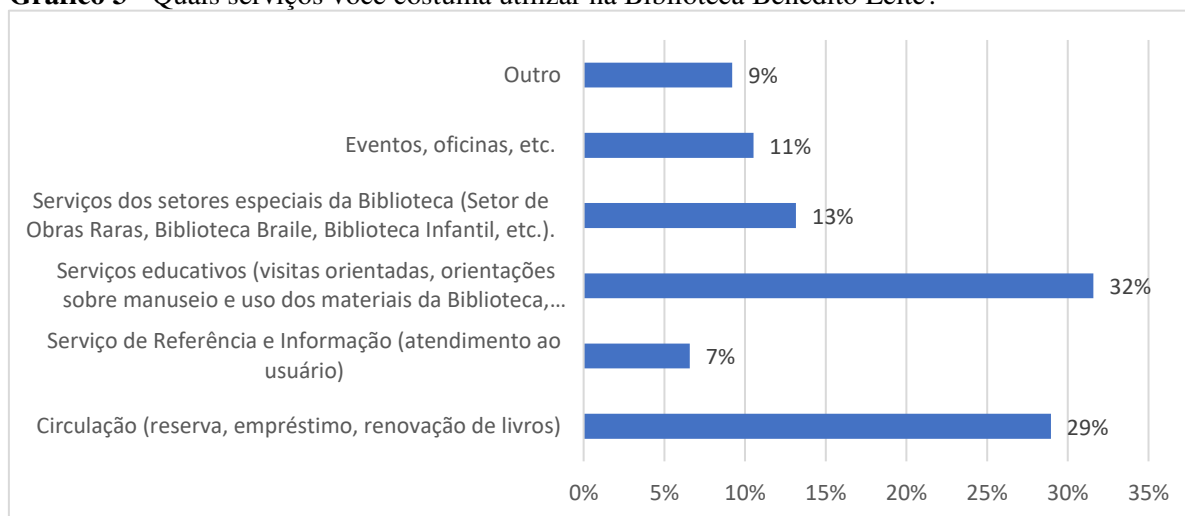
Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Conforme as informações do Quadro 6, o roteiro da visitação ofertada aos usuários da BPBL observado durante o período em que a pesquisa foi realizada na instituição, fora composto por 7 (sete) momentos, onde estes são conduzidos pelos profissionais da instituição e podem tanto conhecer, utilizarem e participarem de diferentes serviços educativos. No tocante ao corpo técnico que realiza tais atividades, conta-se com duas turismólogas que conduzem a visita, além de um guia de turismo da SECMA que acompanha os participantes. Ressalta-se que em cada setor da Biblioteca Benedito Leite há um profissional específico, portanto os visitantes dialogam com uma série de especialistas em cada seção, dentre eles bibliotecários, historiadores, arte educadores, entre outros.

A pesquisa ocorreu entre os meses de agosto e setembro, cuja amostra fora constituída por 62 (sessenta e duas pessoas), dentre jovens e pessoas idosas, buscou-se averiguar a visão e as percepções destes acerca dos serviços educativos da BPBL, bem como seus entendimentos e impressões em relação ao patrimônio cultural, identidade e memória de São Luís e do Maranhão, abordados transversalmente tanto na visita, quanto nas atividades, seções e espaços da instituição. Inicialmente buscou-se mapear o perfil desses visitantes, bem como a relação que estes estabelecem com a BPBL.

O primeiro desafio foi estabelecer variáveis para esse mapeamento, visto a diversidade de usuários, o fluxo de visitantes e o controle deste, visto se tratar de uma unidade de informação pública onde o acesso é universal, igualitário e irrestrito (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2010; IFLA, 1994). Desse modo, inquiriu-se os visitantes quanto ao seu vínculo com a Benedito Leite, cujos resultados refletiram essa diversidade, onde 85% era apenas visitante e 15% usuários registrados (cadastrados no sistema gerencial da BPBL). Por se tratar de visitantes, foi possível observar que grande parte destes não tem uma história tão longa com a instituição, visto a maioria deles ter informado que frequenta a Benedito Leite há pouco tempo, entre 1 e 2 anos (66%) e ressaltaram visitar a BPBL esporadicamente (74%).

Portanto, afirma-se com base nos dados coletados pelos questionários, que poucos têm uma longa trajetória com a Biblioteca Benedito Leite, apenas 8% disse visitar a instituição há mais de dez anos diariamente. Deu-se prosseguimento, buscando identificar os produtos e serviços que os visitantes mais utilizavam, com vistas a entender como esse vínculo estava sendo estabelecido, os resultados podem ser observados no Gráfico 3:

Gráfico 3 - Quais serviços você costuma utilizar na Biblioteca Benedito Leite?

Fonte: Questionários (2019).

Conforme o Gráfico 3, a maioria dos usuários destacou os serviços educativos (32%), ou seja, participa de visitas orientadas, orientações sobre manuseio e uso dos materiais da Biblioteca Benedito Leite, palestras, entre outros. Os serviços de circulação foram apontados por 29% dos visitantes, estes destacaram a realização empréstimos, renovações e reservas de materiais bibliográficos. Além desta, alguns participantes destacaram atividades que acabam contempladas nas categorias dos questionários, como por exemplo, leitura de jornais, o Circuito Cultural, visitação, o uso do espaço para leitura, ou “apenas como um lugar calmo, para que possa me concentrar em coisas pessoais.” (PARTICIPANTE 01, informação verbal, 2019), como foi ressaltado por um deles.

Pode-se observar, conforme as respostas dos participantes, que são múltiplos os usos que os visitantes e usuários fazem da Biblioteca Benedito Leite, desde os serviços básicos de uma unidade de informação, até serviços bem específicos, como os eventos promovidos pela instituição. Pensar na relação da população com a BPBL pressupõe os desdobramentos desse contato. Silveira (2014) em seu estudo ressaltou a importância dos primeiros contatos com as bibliotecas, e como tal vai interferir na identificação com os indivíduos terão com ela, bem como nas intersubjetividades em torno disso. Pontua-se que a Benedito Leite, assim como outras bibliotecas públicas, utilizam de ser produtos, serviços, acervos, projetos e ações para a difusão da informação, mas, sobretudo para a apropriação do patrimônio, da cultura e dos elementos que compõem a história da sociedade onde estão inseridos.

Essa identificação, pode ser observada em questões pontuais. A Biblioteca Benedito Leite foi fundada em 08 de julho de 1826, por iniciativa do então Barão de Pindaré, Antônio Pedro da Costa, no período provincial do Maranhão (MARANHÃO, 2016). Por tanto, são 193

anos de história, estando associada a diferentes fatos importantes desde o século XIX, logo os participantes foram questionados se conheciam a história da BPBL. A maioria dos respondentes, 71%, afirmou desconhecer a história da Benedito Leite. Embora seja uma categoria bem marcante, a historiografia da instituição acaba perpassando uma série de fatos, tais como as inúmeras manifestações políticas realizadas no centro da capital maranhense, os comícios políticos, as greves, os movimentos estudantis, dentre outros.

Talvez, o desconhecimento da história da BPBL possa ser explicado pela descontinuidade de alguns grupos sociais, sobretudo aqueles que em tempos passados visitavam assiduamente a instituição. Segundo Halbwachs (2006), a memória coletiva também é passível de descontinuidades, estas, embora discretas e disfarçáveis, são reflexo do desaparecimento dos grupos sociais que as guardavam e a mantinham vivas. Nesse sentido, admite-se que “[...] toda memória coletiva tem como suporte um grupo limitado no tempo e no espaço [...]” (HALBWACHS, 2006, p.106).

Conforme esclarece Halbwachs (2006), apresenta-se uma realidade social composta por inúmeros grupos sociais, cujas memórias coletivas podem ser capazes de se entrelaçar de modo complexo. Com isso, tem-se distintas redes sociais que se opõem e se excluem mutuamente, bem como segmentam-se e entrelaçam-se no tempo. A partir desse convívio no mesmo espaço social, tenta-se minerar as memórias, entender as significações e os sentidos da BPBL para os visitantes e usuários, mediante o questionamento acerca de suas primeiras lembranças ou recordações associadas à Benedito Leite.

Para tanto, analisa-se, inicialmente as respostas dos visitantes e usuários, a partir dos preceitos de Bardin (2016) no que diz respeito à frequência de palavras, apropriando-se de duas questões subjetivas, a saber: qual a primeira coisa que você lembra/recorda em relação à Biblioteca Pública Benedito Leite? Quais fatos históricos ou momentos marcantes você relembra ao passar ou estar na Biblioteca Pública Benedito Leite? Tal síntese, ajuda a visualizar em quais categorias estão fundamentadas as percepções dos participantes em relação a memória junto a BPBL. Os resultados da mineração podem ser observados no Quadro 7:

Quadro 7 – Sistematização das unidades de registro e ideias centrais por categoria.

Palavra	Contagem	Percentual Ponderado (%)
Biblioteca	16	1,82%
Livros	11	1,25%
História	6	0,68%
Manifestações	4	0,46%
Deodoro	4	0,46%

Escadaria	4	0,46%
Memória	4	0,46%
Lembranças	3	0,23%
Maranhense	3	0,23%
Arquitetura	2	0,23%
Patrimônio	2	0,23%

Fonte: Questionários (2019).

Conforme pode ser observado no Quadro 7, os termos com maior recorrência, validam a arquitetura e categorização desta pesquisa, ou seja, as palavras mais representativas ressaltam as dimensões apresentadas no Quadro 2. Os termos “Biblioteca” e “Livros” reforçam, tanto a dimensão Patrimônio cultural, quanto a dimensão Biblioteca Pública; os termos “Memória”, “Lembrança” e “História” coadunam com a dimensão Memória; os termos “Maranhense” valida a dimensão “Identidade”; e, os termos “Arquitetura”, “Patrimônio”, “Escadaria” e “Deodoro” fazem ressonância a dimensão Patrimônio cultural, ao ressaltarem as unidades de registro de tal dimensão.

A partir disso, pode-se destacar que os visitantes e usuários que participaram da pesquisa, explicitam em suas falas questões que perpassam tanto a história das bibliotecas, como por exemplo seus papéis enquanto espaço de fomento a leitura e literatura, seu acervo histórico e raro, seus periódicos. Com isso, ressalta-se que independente de sua tipologia as “[...] bibliotecas passaram [...] a ser identificadas como [...] instituições nas quais se promove a salvaguarda do patrimônio bibliográfico, estabelecimentos onde é possível ter acesso ao conhecimento produzido e acumulado pelos seres humanos [...]” (RODRIGUES, 2014, p. 69). Não somente aspectos relacionados às bibliotecas, mas os visitantes expressaram elementos que reforçam a relação da Benedito Leite com a memória, visto as seguintes respostas podem ser observadas no Quadro 8:

Quadro 8 – Falas dos participantes da pesquisa quanto a lembranças e recordações associadas a Biblioteca Benedito Leite.

- Quando passei no vestibular da UFMA, estava nesta Biblioteca, quando saiu o resultado;
- Lembro-me do meu ensino médio, estudava no Liceu Maranhense e sempre vinha estudar na biblioteca, pois a escola não tinha uma estrutura que pudesse atender o desejo do aluno;
- A minha primeira visita ocorreu em 2016 com um projeto de visita feito com parceria do ministério da Educação e a minha escola;
- Lembro da minha infância, pois a minha mãe era vendedora ambulante na antiga Praça Deodoro, com isso eu passava a maioria do tempo na biblioteca;
- Lembro do livro “O Cortiço” de Aluísio Azevedo, utilizado por mim num trabalho na matéria de Arte, onde consegui uma boa nota o que me traz boas lembranças;
- Greve de 1979, quando, esta, na luta pela meia-passagem, marcou a passagem de nossa história;

- *Referência para comício político, manifestações políticas na praça, movimentos sociais, porém sou contra devido os limites de uma biblioteca, o volume alto demais, o som alto, recordo também os governos de Roseana e Cafeteira, por fim a reforma da praça Deodoro.*

- *Poema de Gonçalves Dias para sua musa Ana Amélia;*

- *Como disse anteriormente, lembro da minha infância, lembro que antigamente havia um coral que usava a escadaria principal, como palco;*

Fonte: Questionários (2019).

Os usuários e visitantes explicitam uma série de fatos cuja Benedito Leite os fazem rememorar. São lembranças acerca de obras lidas, recordações da infância, da escola, aprovações em vestibulares, manifestações sociais, atos políticos que tinham como ponto de encontro a BPBL, grandes revoltas ocorridas na capital e no Estado, ou seja, um conjunto de fatos sociais que a tornam um polo de enraizamento da cultura maranhense, de modo que através dela é possível mobilizar os referenciais identitários dos indivíduos (SILVEIRA, 2014a), além de mostrar como território de múltiplas vivências, seja pelas práticas leitoras ali realizadas, por apoiar as práticas educativas, por preservar a memória coletiva, quanto por socializar e enraizar os elementos que fortalecem a identidade social (GOMES; 2014; SILVEIRA, 2014b).

Ao longo de sua existência a Benedito Leite conseguiu não apenas se tornar referência nacional, por se tratar da segunda biblioteca pública mais antiga do Brasil, mas ser um espaço que recebe manifestações sociais de naturezas distintas, capaz de oferecer além de serviços informações, terreno para vivências que permitem que cada indivíduo consiga delinear a imagem que têm de si mesmo e como isso é posto na sociedade, tal como está refletido na fala dos participantes da pesquisa, ao destacarem lembranças que explicam tanto suas trajetórias individuais, e, ao mesmo tempo a história, a identidade e a memória de São Luís (SILVEIRA, 2014b; SILVEIRA, 2010).

Nesse sentido, faz-se interface com o que dizem Candau (2016) e Pollak (1992), acerca da relação intrínseca entre memória e identidade. Para Candau (2016), não pode haver identidade sem memória, tampouco memória sem identidade, pois essa imbricação é a base para que o indivíduo se reconheça enquanto membro de um determinado grupo social. Enquanto para Pollak (1992, p. 205) existe “[...] uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade [...]”. Desse modo, a Benedito Leite se torna um território onde as pessoas encontram substratos para tecerem suas lembranças e, por conseguinte suas identidades. Nessa perspectiva, Halbwachs (2006, p. 55) contribui destacando que a “[...] grande protagonista da história é a memória [...]”, pois ela permite a construção, reconstrução, definição, redefinição, mistificação e requalificação do passando, evitando que este desapareça.

São estes processos que explicitam o que Pollak (1992) descreve como elementos responsáveis por constituir a memória, tais como os acontecimentos vividos individualmente, pelo grupo ou coletividade, por pessoas ou personalidades, bem como aqueles que fazem referência ao lugar, tal como explicitado na fala dos participantes dos serviços educativos. Ao apontarem comícios políticos, manifestações populares ocorridas na praça, obras literárias, visitas a Benedito Leite, eles reforçam a importância da instituição enquanto *locus* de memória (NORA, 1993).

Por tanto, os usuários ao ressaltarem a relação que a Benedito Leite estabelece com sua história, aos marcos sociais (CANDAU, 2016), bem como as circunstâncias desses acontecimentos, que uma vez reunidos constituem o que Halbwachs (2004) chama de memória coletiva, fazem da Benedito Leite para seus visitantes, usuários e profissionais um espaço de consolidação de suas identidades. Logo, a relação entre “[...] biblioteca e memória institui-se tendo por referência vestígios e discursos de lembrança selecionados com o objetivo de tecer uma trama mnêmica que englobe projetos ideológicos e representações culturais específicos [...]” (SILVEIRA; MOURA, 2016, p. 208).

Nessa perspectiva, reconhece-se a importância da Benedito Leite para os ludovicenses e maranhenses, de modo que sua relevância encontra ressonância nos indivíduos participantes da pesquisa. Desta feita, como visualizar a importância da BPBL para eles? De que forma mensurar o valor da BPBL para seus visitantes e usuários? No intento de fazer tal constatação, os participantes foram inquiridos em um primeiro momento, se alguma pessoa próxima (familiares, amigos, vizinhos) conhece ou já visitou a BPBL. 82% disso que sim, fato que explica inclusive a recomendação da instituição por parte deles, à medida que 98% afirma indicar a visita para outras pessoas.

Constata-se, desta forma, que a Benedito Leite consegue se consolidar como um dos mais importantes espaços culturais do Estado, pois consegue demarcar a história e a memória do Maranhão por meio dos bens patrimoniais (materiais e imateriais) reunidos em seu acervo, e como este se relaciona com seus usuários/cidadãos, levando seus usuários e visitantes a se tornarem difusores de seus produtos e serviços educativos (COSTA; CUTRIM; CARVALHO, 2018).

Assim, prossegue-se a análise da importância da BPBL para seus visitantes e usuários, questionando-os de forma direta sobre como visualizam a significação da instituição para a cidade de São Luís. Para tal, utilizou-se o mapeamento de termos (BARDIN, 2016). A distribuição dos resultados da mineração pode ser observada no Quadro 9:

Quadro 9 – Sistematização das unidades de registro e ideias centrais por categoria quanto à importância da BPBL para os usuários e visitantes.

Palavra	Contagem	Percentual Ponderado (%)
História	30	3,83%
Conhecimento	18	2,30%
Cultura	14	1,79%
Importante	14	1,79%
Acervo	12	1,53%
Documentos	12	1,53%
Cidade	11	1,40%
Preservação, conservação	10	1,27%
Biblioteca	9	1,15%
Maranhão, maranhense	6	0,77%
Leitura	5	0,64%
Patrimônio	5	0,64%
Guardar	3	0,38%

Fonte: Dados dos questionários (2019).

Os termos apresentados no Quadro 6 ajudam a identificar as unidades de significado e os sentidos produzidos pelos participantes ao explicarem a importância da Benedito Leite para a cidade de São Luís. É possível visualizar que os termos refletem as dimensões edificadas para esta investigação, mas, sobretudo ressaltam as perspectivas material, identitária e patrimonial da instituição. As bibliotecas de um modo geral, em especial as públicas sempre evocam sua missão de organização, preservação e disseminação do patrimônio bibliográfico, dos elementos culturais e saberes de um povo, por sua vez convergidos nos documentos e acervos (SILVEIRA, 2010). Intrinsecamente, tornam-se o que Nora (1993) chama de lugares de memória, não apenas por cristalizarem a memória, mas por “[...] reafirmar os saberes e torná-los móveis, traduzíveis, permutáveis. São instituições que nos permitem, por intermédio de seus acervos, acessar as experiências comuns a toda humanidade, bem como as razões e os intentos de cada um de seus usuários [...]” (SILVEIRA, 2010, p. 79). Tais aspectos podem ser observados nas falas dos participantes da pesquisa, ao destacaram o valor histórico, cultural, memorial e patrimonial da BPBL:

- A biblioteca é muito importante pois reúne grandes acervos com fatos históricos que revelam a identidade do nosso Estado. Tal biblioteca reúne registros de grandes fontes históricas;
- A Biblioteca é um ambiente de cultura e também de conhecimento histórico, que deve ser estimulado entre todos os níveis de idade;
- Os fatos da cidade, cultura e outros ficam registrados nos acervos para conhecimento de quem chega;
- É importante pois conta a história de São Luís, ou melhor do Estado do Maranhão, do Brasil através dos livros, do acervo bibliográfico;

- *É uma forma de guardar acervos e documentos raros e de registros de fatos e acontecimentos marcantes da cidade e do país;*
- *É uma importância muito grande para o nosso Estado, porque abre um leque de conhecimento que muitos maranhenses ainda não sabem a importância que tem a história do nosso Estado;*
- *Preservação da história, cultura e fatos importantes que aconteceram;*
- *É de grande importância para conservação da história do Maranhão.*

Nessa assertiva, afirma-se que a Benedito Leite consegue preservar o patrimônio que está sob sua guarda, cujas ações de ação cultural, mediação e educação leva os cidadãos ludovicenses a se reconhecerem, a recordarem sua história e a valorizarem seu conhecimento. Ressalta-se, assim a importância da memória coletiva para a preservação do patrimônio do Maranhão, ao qual a BPBL é uma das mediadoras. Fruto das memórias individuais, a memória coletiva explicitada na fala dos visitantes e usuários da BPBL dá condições para que os demais indivíduos evoquem seu passado, a partir das lembranças da coletividade, ou seja, “[...] se transporta a pontos de referência que existem fora de si, determinados pela sociedade.” (HALBWACHS, 2006, p. 72). Com isso, entende-se que a BPBL capitaliza a herança cultural maranhense e possibilita sua expansão graças a ação de seus visitantes, usuários, profissionais e cidadãos, transformando-a em espaço de criação, inovação, fomento de saberes à serviço da população local, principal utilizadora de seus produtos e serviços (SILVEIRA, 2014a).

Desse modo, reforça-se essa tese mediante diálogo com Silveira e Moura (2016, p. 206, grifo nosso), ao afirmarem que: “[...] as bibliotecas se configuram como espaços onde o homem, sua herança cultural, seu **patrimônio simbólico**, seus substratos de **conhecimentos** e sua **memória social** se **mesclam** na tentativa de superar o esquecimento e se preservarem futuro adiante.” A Benedito Leite converge o patrimônio simbólico, os conhecimentos e a memória de São Luís, permitindo a transmissão desta às gerações futuras, “[...] para conhecimento de quem chega [...]” (PARTICIPANTE 02, informação verbal, 2019).

Dentre os mecanismos que a Benedito Leite utiliza para sensibilizar seus visitantes e usuários quanto a questão do patrimônio cultural e da memória do Maranhão são, seus produtos e serviços. A mediação que a instituição intrinsecamente desenvolve, reforça a importância que as bibliotecas públicas têm ao se tornarem espaço de encontros, diálogos e convívio. Desse modo, pode-se colocar a lente desses espaços como *lócus* de comunicação e transmissão cultural, portanto, agentes de mediação sociocultural.

Tal prática – de mediação sociocultural – são naturalmente realizadas pelas unidades de informação, não apenas como mecanismo instrutivo e informacional, mas também como facilitadora para transformações sociais, que embora pareça algo difícil ou inalcançável, tem como fomentadora as bibliotecas públicas. Tais considerações se materializam nos serviços

educativos da Benedito Leite, objeto deste estudo. Com isso, questiona-se como esses serviços contribuem para a consolidação das ações educativas da Benedito Leite? De que forma os usuários visualizam e percebem a importância deles para o exercício de suas cidadanias? Os serviços educativos da Benedito Leite contribuem para a ampliação dos conhecimentos de seus usuários e visitantes, bem como para a preservação da memória e do patrimônio cultural?

Com vistas a identificar possíveis respostas a tais questões, os participantes da pesquisa foram questionados acerca do serviço educativo ao qual participaram, sobretudo no tocante aos aspectos que considerou marcante ou positivo. Os participantes destacaram uma série de aspectos em relação as atividades que participaram na BPBL, dentre eles o mais destacado foi o atendimento.

A realização dos serviços educativos é de responsabilidade do quadro de funcionários da Benedito Leite, conforme pôde ser visualizado no Quadro 6, que por sua vez conta não apenas com bibliotecários, mas por turismólogas, graduandos em História, Arte educadoras, dentre outros. A receptividade de cada um em seus respectivos setores, contribui para a experiência positiva dos visitantes e usuários, refletindo na quantidade de menções aos profissionais, as pessoas, ao trabalho que é realizado por estes. A dinâmica dos profissionais é fundamental para que as pessoas consigam acessar os documentos e o acervo de modo irrestrito, ou seja, se apropriarem deles.

O senso de reconhecimento, e por conseguinte de preservação, perpassa as práticas e estratégias de mediação. Perpetua-se a ideia de que as bibliotecas – arquivos, museus, centros de documentação, dentre outros – são espaços inacessíveis, levando as pessoas a não se reconhecerem, a não visualizarem que tudo que está ali lhe pertence, sobretudo nas instituições públicas. Quebrar essas barreiras é dever de instituições como a Benedito Leite, diuturnamente ela deve reforçar que o acervo não é do Governo, tampouco da direção, dos profissionais, mas sim da população, os principais mantenedores da instituição. Corrobora-se essa afirmação, ressaltando que as bibliotecas públicas não recebem tal nome por vincularem-se ao poder público, mas a partir das “[...] distintas modalidades de apropriação de seus espaços, acervos e atividades que justificam a inserção dessas instituições no seio de uma dada comunidade.” (SILVEIRA, 2014a, p. 191).

Só assim a preservação se tornará algo real e exercido pelos usuários e visitantes, à medida que estes convivam com seus bens, ou seja, a estima nasce justamente da relação mais próximo que se tem com aquilo que, intuitivamente, será preservado (GONÇALVES, 2003). Essa intimidade está refletida nas falas dos participantes, apresentadas no Quadro 10:

Quadro 10 – Falas dos participantes da pesquisa quanto a lembranças e recordações associadas a Biblioteca Benedito Leite.

- *Os profissionais souberam explicar muito bem todos os seus conhecimentos e repassar de forma sucinta;*
- *A atenção dada pelos funcionários entrevistados, a qualidade e preservação dos materiais do acervo;*
- *Há atividades educativas para pessoas de toda as idades e nível de escolaridade, procurando desenvolver o gosto pela frequência à biblioteca;*
- *A questão da preocupação com a acessibilidade, adorei o acervo em braile;*
- *A preocupação da biblioteca pública com o atendimento do público infantil;*
- *Todas às explicações bem dadas, os acervos bem conservados e até a própria beleza;*
- *Receptividade, conhecimento de diversas áreas, zelo com seus visitantes entre outros;*
- *A recepção e atendimento foram de grande ajuda p/ que nos sentíssemos confortáveis em fazer a pesquisa;*
- *As informações dadas foram bem explicadas e com isso conseguimos ver diferentes setores;*
- *O ótimo atendimento e todos recursos utilizados para o trabalho com as crianças;*
- *Minha experiência como visitante foi incrível, desde os funcionários, que são bem atenciosos e acolhedores, à estrutura;*
- *A cordialidade das pessoas que nela trabalham.*

Fonte: Dados dos questionários (2019).

A fala dos participantes da pesquisa explicitam determinadas responsabilidades da Benedito Leite junto aos seus visitantes e usuários, que não se restringem à difusão do acervo, mas a organização e conservação dele. Fato observado também na pesquisa de Silveira (2014), ao analisar a percepção dos visitantes da Biblioteca Pública Luiz de Bessa em Belo Horizonte. Igualmente, na capital ludovicense e, ratificado pelos visitantes e usuários, a BPBL atua na salvaguarda, organização, conservação e difusão dos patrimônios cultural e intelectual, papel reconhecido pelos indivíduos que fazem uso de seus espaços e participam de suas atividades.

Em relação aos espaços da Benedito Leite, também foram alvo de investigação. Trata-se de um prédio no estilo neoclássico, construído na década de cinquenta, inaugurado em 1951, em seus quatro pavimentos dispõe de espaços que ainda mantêm as características de sua construção, mesmo passando por reformas e modernizações. Os serviços, as atividades e os projetos ofertados pela BPBL percorrem todas as suas instalações, logo os participantes foram inquiridos acerca destes, bem como dos recursos materiais e profissionais responsáveis por eles.

Quanto aos materiais utilizados nos serviços educativos, 68% considerou ótimo, esse índice de satisfação permaneceu em relação ao espaço, onde 52% considerou ótimo, bem como a metodologia utilizada, com 58% dos participantes considerando ótimo. Com vistas a consolidar a percepção dos usuários e visitantes em relação aos serviços educativos, foram

indagados sobre como qualificavam as atividades envolvidas neles, 61% considerou ótimo e 17% considerou bom. De um modo geral, os participantes veem de forma positiva os recursos utilizados nos serviços educativos, inclusive ressaltam em suas falas a compreensão de que a Benedito Leite demanda de mais recursos por parte do Governo Estadual e, que faz uma série de esforços para rentabilizar os recursos a ela disponibilizados.

Embora não disponha de expressivo orçamento para desenvolvimento de suas atividades e projetos, a BPBL consegue evitar que seus visitantes e usuários tenham dificuldades para participarem de suas ações, visto a quantidade de projetos que consegue realizar ao longo do ano. Tal fato é corroborado pelos próprios participantes, onde 85% confirmou não ter havido limitações para participarem e ratificarem que voltariam a participar de outros serviços, atividades e projetos futuros da instituição, totalizando 74% dos respondentes. Diante disso, a Benedito Leite consolida em suas ações as prerrogativas da IFLA ao possibilitar aos cidadãos ludovicenses e maranhenses o acesso igualitário a seus produtos e serviços, permitindo que estes exerçam sua cidadania, reforçando seu papel na sociedade (IFLA, 1994).

Tomando por base a segunda missão das bibliotecas públicas presente no manifesto da IFLA/UNESCO, a saber “2. Apoiar a educação individual e a auto-formação, assim como a educação formal a todos os níveis; [...]” (IFLA, 1994, p. 2), reconhece-se o papel educativo das bibliotecas, bem como do bibliotecário enquanto agente de mediação responsável, também por fomentar a educação e contribuir para o seu pleno desenvolvimento, mediante o acesso à informação e o conhecimento. Identificar os impactos dos serviços de uma biblioteca pública é um grande desafio, sobretudo quando esta atende muitos visitantes diariamente, tarefa que se torna ainda mais complexa, quando não se dispõe de um instrumento interno para tal avaliação.

Todavia, intenta-se fazer essa análise inquirindo os participantes acerca do que aprendeu com a atividade ou serviço educativo ao qual tenha participado na Benedito Leite. Busca-se, com tal questionamento identificar os possíveis conteúdos que tenham sido explorados, a ponto de provocar os visitantes e usuários, mas, especialmente sensibilizá-lo quanto ao patrimônio cultural, as questões identitárias e de memória.

Ao analisar a fala dos participantes é possível perceber que elas caminham para as visões aos quais as bibliotecas costumam ser associadas. Os participantes reconhecem a Benedito Leite como depositária do conhecimento maranhense registrado, ou seja, o patrimônio bibliográfico local está sob sua guarda, portanto tem por responsabilidade preservá-lo e organizá-lo, com vistas a torná-lo acessível a todos. Desde a Antiguidade as bibliotecas são vistas como instituições imbuídas do “espírito conservacionista” (TANUS, 2018), ou seja, as

peças a serem como local onde os saberes, o conhecimento e as informações serão perpetuadas, finda que a sociedade as edificaram e validaram essa responsabilidade, por mais que os bibliotecários tentem romper com essa visão reducionista, ainda não foi possível.

Contudo, pode-se ver que as ações desenvolvidas pela BPBL têm conseguido abrir um horizonte de ver as bibliotecas públicas como centros de cultura (MENDES, 2014; MILANESI, 2003), capazes de convergir as práticas biblioteconômicas – consagradas e importantes para o fazer biblioteca – em um espaço que presta informações a coletividade, possibilita diálogos, trocas, partilha de conhecimentos, à medida que transforma-se em centros culturais. Por tanto, se apresentam como espaços alternativos, capazes de abrigar elementos que reforçam as identidades individuais e coletivas, democratizando o acesso aos instrumentos e recursos que permitem aos indivíduos entrar em contato com as produções culturais, bem como preservar a memória da população.

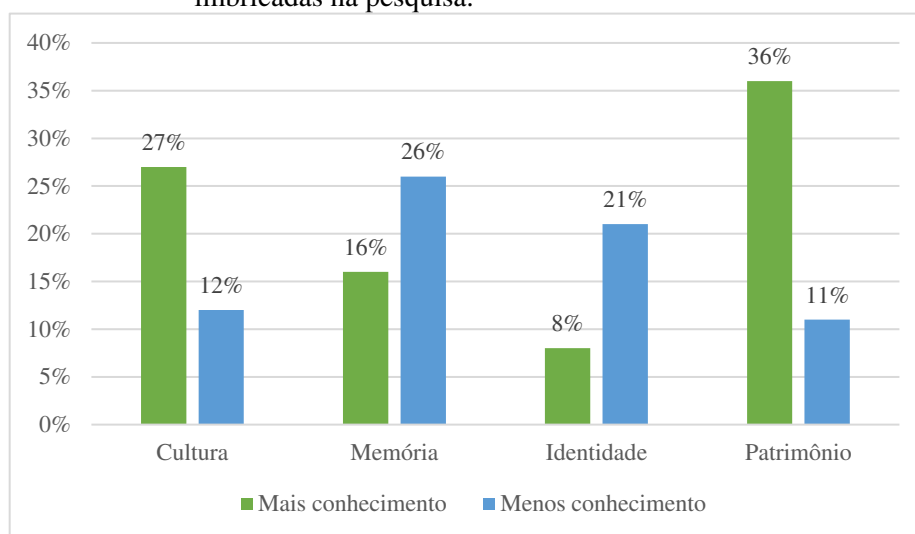
Preservar a memória e os patrimônios do Estado do Maranhão é algo naturalizado nos fazeres da Benedito Leite, e como bem ressalta Chartier (2002), devem multiplicar ações para tomada da palavra e de tudo que circunda seus patrimônios – bibliográfico, imaterial, arquitetônico, entre outros – e, assim construir um extenso espaço público em São Luís. Esse papel é reforçado com a visão que os usuários têm e, daquilo que eles conseguiram apontar como principal contributo das ações educativas ao qual participaram na BPBL, visto os aspectos que podem ser identificados:

- A importância da preservação de **nossa história** e de como as próximas gerações devem ter o direito de conhecê-la também.
- Muitas coisas interessantes dos **velhos tempos**;
- Refletir sobre a importância da biblioteca como **patrimônio de São Luís**;
- A importância do cuidado e valorização com a **nossa história, nossa memória e nosso patrimônio material e imaterial**;
- A importância que a conservação de registros antigos, contribuem na construção da **nossa história**; [...]. (PARTICIPANTES DA PESQUISA, 2019, grifo nosso).

Por mais distintos que sejam os perfis dos usuários e visitantes da Benedito Leite, suas falas convergem quanto a importância da instituição para a preservação da história, da memória, do patrimônio material e imaterial. Sendo assim, por mais que a composição dos acervos atendam demandas específicas, seus serviços sejam pensados para diferentes públicos, cada indivíduo evoca a BPBL a partir de suas vivências, interações e intersubjetividades, devendo-se considerar “[...] a mescla entre valores, desejos e necessidades particulares que levam determinado sujeito a frequentar espontaneamente tais lugares.” (SILVEIRA; MOURA, 2016, p. 208).

Objetivando validar a discussão, os participantes foram indagados sobre um possível nível de conhecimento acerca de domínios como: cultura; memória; identidade; e, patrimônio cultural. O propósito dessa pergunta é tentar verificar um possível contributo dos serviços educativos para a ampliação do entendimento dos indivíduos quanto a tais categorias, bem como servir como indicador para futuras abordagens nas atividades educativas. Os resultados comparados podem ser observados no Gráfico 4:

Gráfico 4 – Comparação quanto ao nível de conhecimento das categorias imbricadas na pesquisa.



Fonte: Dados dos questionários (2019).

Como pode ser observado no Gráfico 2, a maioria das pessoas têm um entendimento maior de categorias como patrimônio cultural e cultura. É possível explicar isso, trazendo as acepções de cultura que as pessoas têm, que por sua vez estão transversalizados em múltiplos e interdisciplinares entendimentos, uma vez que está agregada a uma imensidade de variantes, grupos sociais, povos, manifestações humanas em suas mais distintas esferas. Entende-se cultura como um padrão de significados historicamente transmitidos e incorporados a estruturas simbólicas (GEERTZ, 1989). Nesse sentido, apresenta-se sob diferentes formas e manifestações, que por sua vez compõem um diverso, intrincado e complexo sistema de significados e linguagens (COELHO NETO, 2012).

Paralelo a isso, tem-se a visão que os ludovicenses têm de patrimônio cultural, uma tentativa de explicação para o resultado apresentado no Gráfico 2, seria o próprio título de Patrimônio Mundial concedido pela UNESCO para o conjunto arquitetônico, ao qual a Benedito Leite não faz parte, todavia fora tombada pelo Departamento Histórico e Artístico Público do Maranhão (PEREIRA; CASTRO; RAMOS, 2016). Contudo, como bem destacaram

Ribeiro, Santos e Santos (2014) em sua pesquisa sobre a percepção dos ludovicenses sobre a identidade cultural da cidade de São Luís, constataram que a capital é cultural, pois 40% dos entrevistados reforçaram a diversidade cultural, 27% indicaram a culinária, festas, danças e 18% os aspectos relacionados ao patrimônio histórico e arquitetônico. Tal resultado, conduz a percepção de que o cidadão ludovicense entende o patrimônio em sua perspectiva pluriétnica, diversificada e além da “pedra e cal”.

Ainda, tomando por base os dados apresentados no Gráfico 2, pode-se observar que as categorias que os participantes afirmaram terem menos conhecimento foi memória e identidade. Embora sejam categorias interdependentes, pois “[...] a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade [...]” (POLLAK, 1992, p. 5), os respondentes não conseguiram relacionar com suas próprias respostas, inclusive, cuja palavra memória fora citada inúmeras vezes.

Esse cenário vai ao encontro dos resultados do estudo Ribeiro, Santos e Santos (2014), ao concluírem que o ludovicense não se sente expressivamente ligado à sua cultura, tem dificuldade em visualizar-se integrante de uma sociedade, portanto, não se aprofunda em aspectos relacionado à sua realidade, em certos momentos desconhece sua cultura social e herança histórica, elementos que estão imbricados na identidade.

Acredita-se que os visitantes e usuários da Benedito Leite conseguem visualizar elementos mnêmicos e identitários na instituição, por tanto, a biblioteca atua como ponto de referência externo ao indivíduo, que por sua vez possibilita o diálogo com o passado, o reconhecimento de símbolos, memórias e sensibilidades de cada período (VILLAFAN; DODEBEI, 2019).

Enquanto espaços referenciais, as bibliotecas públicas se constituem locais onde a informação e os registros de ações da sociedade encontram abrigo. Diante das transformações sociais, marcadas por deslocamentos e incertezas, é explícita a necessidade de os indivíduos conhecerem e compreenderem suas raízes e origens, vistas as erosões de memórias, empobrecimento para as gerações vindouras. Urge, assim, a necessidade de as bibliotecas atuarem na preservação, conservação e restauro dos reais sentidos dos patrimônios úteis às comunidades. Posto isso, evidencia-se a responsabilidade que a Biblioteca Benedito tem ao pensar produtos e serviços que preservem seu patrimônio bibliográfico, e, além disso, consiga permitir que os cidadãos ludovicenses e maranhenses tenham memória e identidade.

Nesse sentido, buscou-se identificar junto aos visitantes e usuários da Benedito Leite, suas percepções quanto ao contributo dos serviços educativos para a preservação e valorização do patrimônio cultural e da memória de São Luís. Para tanto, utiliza-se, novamente

da estratégia de análise da frequência de termos, apoiada pela análise de conteúdo (BARDIN, 2016), cujas unidades de registro mais citadas podem ser visualizadas no Quadro 11, abaixo:

Quadro 11 – Sistematização das unidades de registro e ideias centrais por categoria quanto a contribuição do serviço educativo para a valorização e preservação do patrimônio cultural e memória de São Luís.

Palavra	Contagem	Percentual Ponderado (%)
Cultura, cultural	16	2,63%
Conhecimento, conhecer	11	1,81%
Valorização	7	1,15%
História,	7	1,15%
Biblioteca	6	0,99%
Contribui	6	0,99%
Patrimônio	6	0,99%
Memória, memórias	5	0,82%
Conservação	3	0,49%
Leitura	3	0,49%
Maranhão	3	0,49%

Fonte: Dados dos questionários (2019).

As bibliotecas públicas estabelecem uma importante relação com a cultura, o patrimônio e a memória, por serem espaços que propiciam o desenvolvimento em diferentes sentidos. Suas ações de salvaguarda, acesso e uso da informação, possibilita aos cidadãos a manifestação cultural de diversas formas. Os visitantes e usuários da Benedito Leite reforçam a contribuição da instituição ao destacarem em suas falas aspectos como cultura, conhecimento, história, patrimônio, memória, preservação e conservação.

Ao ancorarem suas respostas em tais unidades de registro, é possível afirmar que a Benedito Leite, por meio de seus serviços educativos sensibiliza seus visitantes e usuários quanto a necessidade de estes se apropriarem dos patrimônios que são seus por direito. Os cidadãos, por sua vez corroboram esse papel enxergando na instituição sua responsabilidade em preservar e conservar a memória, a identidade e o patrimônio do Maranhão.

Mesmo sendo “[...] instâncias de mediação e elaboração intersubjetiva da memória requer pensá-las não apenas como lugares nos quais certas representações coletivas ganham forma e se cristalizam.” (SILVEIRA; MOURA, 2016, p. 208), mas como caminho para que os indivíduos se identifiquem, se reconheçam, se apropriem da cultura maranhense, despertem para a necessidade de preservarem o que lhes pertence. A Benedito Leite consegue ir além de um loci de memória, mas desperta em seus usuários e visitantes “vontade de memória” (NORA, 1993).

Seus serviços educativos, assim como demais projetos desenvolvidos acentuam os diferentes usos que seus usuários, visitantes, profissionais, ou seja, a população maranhense como um todo, estabelece e atribui aos seu multifacetado acervo (SILVEIRA; MOURA, 2016). É esse relacionamento que fortalece os vínculos entre a BPBL com a comunidade, que dá sentido às suas ações e faz com que cada um edifique sua própria biblioteca. Sendo assim, consolida-se como espaço onde a população guarda e encontra seus pensamentos, conhecimentos e compartilham suas vivências.

Diante dos resultados apresentados ao longo das seções 6.1 e 6.2, bem como os entrelaçamentos realizados com a literatura, constata-se que a Benedito Leite têm grande valor para seus profissionais, em especial as turismólogas entrevistadas, mas, sobretudo para a sua diretora. Visualiza-se na atuação destas tanto o alargamento do entendimento de patrimônio cultural, à medida que reconhecem a importância da instituição para a cultura do Estado do Maranhão e materializam isso nos projetos, ações, atividades e serviços educativos.

A gestão da Biblioteca Benedito Leite através de ações que buscam universalizar e equiparar os demais municípios do interior do Maranhão com a capital São Luís, planeja e efetiva seus projetos pautando-se na responsabilidade que a instituição tem para a salvaguarda, proteção, preservação, conservação e difusão do patrimônio, para além do bibliográfico. Com isso, desvelam-se as missões da IFLA (1994) presentes o Manifesto sobre Bibliotecas Públicas, por sua vez dialogam com as políticas estaduais e feitos da Benedito Leite em mais de 200 anos de existência.

Como bem enfatizam Silveira e Moura (2016), as bibliotecas públicas, imbuídas de uma dupla vocação mnêmica, se constituem espaços onde vivências intersubjetivas ganham força e a cultura e seus substratos sócio-históricos são tensionados e transformados. Por tanto, a Benedito Leite ao mediar e difundir o patrimônio cultural por meio de seus produtos e serviços, possibilita a reconstrução da memória dos cidadãos maranhenses e a criação de laços, que por sua vez ganham contornos simbólicos e afetivos entre seus visitantes, usuários e profissionais.

O elo entre esses personagens – usuários, visitantes e profissionais da Benedito Leite - vai de encontro ao que diz Pollak (1992, p. 204), ao explicar que a memória é um elemento basilar na constituição da identidade, “[...] tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e coerência de uma pessoa ou de um grupo em construção de si [...]”. Ou seja, a BPBL age tanto como território de preservação da memória, de histórias e de cultura, quanto como espaço para que seus usuários, visitantes e profissionais se sintam membros de um grupo cujas memórias

estão seguras e são coletivamente compartilhadas (POLLAK, 1992; HALBWACHS, 2006; SILVEIRA; MOURA, 2016).

Sendo assim, seus serviços educativos são além de serviços fim do setor de Referência e Informação, se tornam importantes ferramentas de sensibilização para o reconhecimento do patrimônio cultural – material e imaterial – da cultura popular maranhenses, do patrimônio bibliográfico produzido no Estado, bem como todos os demais bens sob a tutela da Benedito Leite. Os serviços educativos são caminhos para que a memória seja preservada e ecoada em todos os municípios do Maranhão.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa se dedicou, ao longo de suas seções, investigar os serviços educativos desenvolvidos na Biblioteca Pública Benedito Leite e seus contributos para a preservação da memória, do patrimônio cultural e informacional do Maranhão, a partir do diálogo com a metodologia de Educação Patrimonial. Desse modo, este estudo partiu do entrelaçamento interdisciplinar entre Ciência da Informação, Turismo, História e Memória Social, para aprofundar-se na discussão acerca de como os serviços educativos da Benedito Leite poderiam interceder na preservação da memória e do patrimônio maranhense, bem como dos autores dos estudos culturais como Geertz (1989), Hall (2011), Le Goff (2013), Nora (1993; 1997), dentre outros.

Nesse intento, o problema de pesquisa aliado às escolhas metodológicas buscou responder ao seguinte questionamento: como a educação patrimonial se expressa nos serviços educativos planejados e implementados pelo Setor de Referência e Informação da Biblioteca Pública Benedito Leite e quais suas contribuições para a preservação da memória, do patrimônio cultural e informacional do Estado do Maranhão?

Marcado por diferentes acepções e questões transversais, os entendimentos de biblioteca pública suscitaram uma série de reflexões, partindo-se da premissa de que se constituem um dos espaços primordiais para o acesso universal e igualitário à informação, bem como aos bens e patrimônios sociais em suas mais distintas expressões e manifestações documentais. Todavia, é basilar reconhecer que as bibliotecas públicas são reflexo de políticas de Estado, relações de poder e ideologias. Embora seus produtos, serviços, projetos e ações sejam pensados para uma sociedade plural que, por sua vez carece de educação de qualidade, serviços sociais básicos e políticas públicas, se deparam com os interesses do Estado.

Nesse sentido, reforça-se a necessidade de que as bibliotecas públicas assumam de fato seu papel como agentes socioculturais emancipatórias. É, a partir disso, que serão capazes de prover transformações sociais, garantir e propiciar o acesso à informação, ao conhecimento e aos patrimônios materializados e imaterializados em seus acervos distintos. O caráter múltiplo das bibliotecas públicas, destacado ao longo deste estudo, é fortalecido ao pensar tais instituições para além de sua visão enquanto espaço institucional vinculado ao Estado. Destaca-se o rompimento de seu entendimento como uma unidade de informação, mas como centro de cultura, fluido, político, econômico, educacional e cultural, cujas interações coletivas, intersubjetivas e compartilhadas podem ser capazes de promover o empoderamento social e efetivação da cidadania.

Levou-se tal perspectiva para a Biblioteca Pública Benedito Leite, consagrada historicamente como um dos mais importantes espaços culturais do Maranhão. Portanto, assumiu distintas responsabilidades para com o patrimônio cultural, a identidade e a memória do Estado. Criada no período provincial, reflexo de demandas sociais, e, sobretudo políticas, a Benedito Leite enfrentou uma série de desafios, estes renovados com o passar dos anos, que não se diferenciam das adversidades das demais instituições do patrimônio como museus, arquivos, centros de documentação, entre outras. Viu-se que, ao longo da história, as bibliotecas viveram apogeus e declínios, tiveram práticas ressignificadas e se adaptaram aos diferentes momentos históricos, na perspectiva de manter viva a história, bem como salvaguardar os registros do conhecimento, servindo de substrato para a reconstrução da memória, da mesma maneira que demais práticas mnêmicas.

Pontua-se que, embora tenha passado por incontáveis fechamentos, sucessivas perdas, períodos de descaso e abandono, a Biblioteca Pública Benedito Leite se constitui como valioso e significativo espaço de memória local e nacional. As práticas bibliotecárias e culturais por ela desenvolvidas, auxiliam na preservação do patrimônio material e imaterial e possibilita o diálogo entre o passado e o presente, servindo de inspiração, conservação e preservação daquilo que individualiza a identidade local. Criada com o intuito de preservar a memória do Maranhão, visto inclusive em sua missão, se junta aos arquivos, museus e demais instituições na ambiciosa incumbência de preservar e difundir as informações, os registros e as lembranças, que se perderiam com o passar do tempo, reforçando sua importância enquanto lugar de memória.

Diante da importância de suas ações, produtos e serviços, a pesquisa destacou a diferença entre o Serviço de Referência e Informação (SRI), este setor presente nas bibliotecas, independentemente de suas tipologias. O SRI é responsável não apenas pelo serviço de referência, mas vai além do atendimento ao usuário, à medida que oferece serviços de diferentes naturezas, em especial os educativos. Os serviços educativos são complexos e expressam-se como estratégias e dinâmicas culturais e sociais, capazes de promover a descoberta, a criatividade e a construção de conhecimentos. A Benedito Leite, no âmbito do SRI, congrega uma série de ações que podem ser enquadrados como serviços educativos, tendo em vista se tratar de uma instituição de cunho educativo e mediadora do patrimônio cultural.

Dentre os serviços, destacam-se as atividades desenvolvidas pelo setor de materiais especiais, coleção de periódicos impressos, setor de obras raras, microfilmes e manuscritos raros, Escritório de Direitos Autorais (EDA), laboratório de preservação, higienização de acervo, incumbido de higienizar, conservar e realizar ações de tratamento preventivo dos

acervos raros da BPBL, Difusão Cultural, seções de referência, obras maranhenses, Seção Infantil da Biblioteca Pública Benedito Leite (Biblioteca Infantil Viriato Correa), as ações do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas do Maranhão (SEBP-MA), visitas guiadas do Circuito de Visita Cultural, dentre outros. Portanto, os SEs se constituem como um dos serviços desenvolvidos no setor de referência, logo é essencial que estejam claros os seus parâmetros, bem como sua relação com a recuperação da informação, linguagem documentária, metodologias adequadas para realização de atividades junto aos usuários, em especial a educação patrimonial.

A educação patrimonial, assim como o próprio conceito de patrimônio, é mutável e está em constante transformação e atualização. Viu-se, no decorrer dos capítulos, a indissociabilidade do patrimônio aos aspectos culturais, sociais e, sobretudo políticos. Afirma-se com bases nas discussões teórico-conceituais desta investigação que a definição de patrimônio, mesmo com o passar dos anos, está imbricada a diferentes construções democráticas e irrestritas, obstinadas a atender aos diferentes grupos, expressões, manifestações, linguagens, usos, materialidades e imaterialidades.

Outrossim, as múltiplas construções e traços que o patrimônio assumiu e agregou ao longo dos anos, também foram percebidos na construção de seu entendimento no contexto brasileiro, cujos documentos oficiais, produções bibliográficas, estudos de diferentes naturezas tentaram consolidar. Todavia, é um desafio renovado a cada publicação, visto o patrimônio cultural ser compreendido como uma composição discursiva mutável, cujos conteúdos simbólicos não podem ser restritos à simples demarcação e descrição de bens patrimoniais e monumentos. O patrimônio cultural brasileiro é diverso, múltiplo, subjetivo e suas manifestações tangíveis e intangíveis atuam como estímulos para a cultura, história, memória e identidade.

Observou-se então a relação entre o patrimônio cultural e as bibliotecas públicas, em especial a Biblioteca Pública Benedito Leite, estas centradas na reunião, organização e difusão de todas as evidências da cultura de um povo, tal como a referida instituição atua no Estado do Maranhão. Reconhece-se o papel da BPBL, não apenas como agente de salvaguarda dos bens materiais (livros, manuscritos, periódicos, artefatos históricos, entre outros), mas como mediadora e caminho para que os indivíduos se apropriem de sua história, reconheçam-se enquanto cidadãos maranhenses e renovem seus laços identitários.

Diante de tais responsabilidades, os resultados da pesquisa ressaltaram a necessidade de se identificar, preservar, conservar os bens materiais e imateriais, mas, sobretudo de difundi-los junto à população ludovicense e maranhense. É dever da Benedito

Leite socializar o patrimônio cultural que ocupa e transcende seus espaços, logo seus produtos e serviços devem ser planejados e implementados com a missão de proporcionar a apropriação de tais bens pela comunidade a qual atende, com vistas a reforçar o papel das bibliotecas na sociedade, bem como a manutenção de suas práticas, especialmente quando um de seus anseios precípuos é a continuidade dos bens e manifestações às futuras gerações.

Constata-se a educação patrimonial como uma das metodologias capazes de contribuir na sensibilização cultural, mediante o engajamento e a construção de relações identitárias com o patrimônio cultural, suas múltiplas expressões e sentidos. Reforça-se a educação patrimonial não como uma estratégia de alfabetização ou letramento, mas como caminho para o estabelecimento de novas formas de relacionamento, uso, apropriação e difusão dos bens patrimoniais. Por considerar as ações democráticas de construção coletiva e plural do conhecimento, é que se advogou nesta pesquisa a presença intrínseca da metodologia em bibliotecas públicas, utilizando como exemplo a Biblioteca Benedito Leite, mediadora do patrimônio no Maranhão, cuja atuação visa além da formação de leitores, a preservação da memória bibliográfica do Estado e, por conseguinte a sensibilização cultural do cidadãos maranhenses.

A preocupação da Benedito Leite com a preservação da memória do Maranhão foi um dos pilares desta investigação. Como depreendeu-se, a memória é uma categoria teórica complexa e apresenta múltiplos entendimentos, por sua vez relacionados a aspectos sociais, políticos, ideológicos, culturais, dentre outros. Considerando as distintas abordagens, a pesquisa adotou as lentes da memória em suas perspectivas individuais e coletivas, mediante o diálogo com Halbwachs (2006), Pollak (1989; 1992), Candau (2016), dentre outros, por sua vez imbricadas na Biblioteca Pública Benedito Leite, que tanto é um “lugar de memória” (NORA, 1993), quanto território de recordações, reelaborações e rememorações, responsável pela construção identitária e cultural, a partir de ações dialógicas e coletivas.

Afirma-se que a memória foi tratada como categoria transversal neste estudo, uma vez que ela faz interface com o patrimônio cultural e as práticas desenvolvidas nas bibliotecas públicas, pode-se observar como os serviços educativos, bem como as demais ações da Benedito Leite servem de caminho para a difusão do acervo material (livros, periódicos, jornais, objetos tridimensionais, entre outros) e imateriais (saberes e fazeres do povo maranhense, danças, personagens literários, cultura popular etc.), e, por conseguinte, sensibilizam a população quanto a sua conservação e preservação.

Domínios como memória, identidade, patrimônio cultural e mediação cultural estão interligados, sobretudo por fazerem parte de práticas humanas como preservação, circulação,

recuperação e apropriação de saberes, fazeres, dentre outros elementos culturais. Tais elementos estão intrinsecamente presentes no âmbito das bibliotecas desde sua concepção, em especial nas bibliotecas públicas, estas enquanto espaço de interação social, acesso e uso da informação em suas mais distintas manifestações. Nesse viés, a mediação do patrimônio que ocorre em lugares de memória, especificamente na Biblioteca Pública Benedito Leite, constitui-se como o principal mecanismo para que interações, representações e símbolos sejam reconhecidos e compreendidos. Logo, ressalta-se a importância dos profissionais inseridos nesses espaços, em especial os bibliotecários, que assumem o papel de educadores, mediadores, ou seja, agentes capazes de fomentar a construção de sentidos a partir dessas vivências.

Constata-se que a Benedito Leite busca cumprir seu papel na sociedade maranhense, para além das práticas e demandas comuns às bibliotecas públicas, uma vez que a os diálogos com a literatura e discussões empreendidas neste estudo a tratou como centro cultural. Como tal, deve incessantemente promover a dialética intercultural, possibilitando o reconhecimento da herança cultural, bem como espaço de múltiplas interações e intersubjetividades.

Localizada no centro de São Luís, a BPBL se faz presente em inúmeras narrativas ludovicenses, desde sua concepção em 1826, na condição de Biblioteca Pública Provincial, cuja história revelou os diferentes momentos de descontinuidade, todavia sem sucesso, pois a mesma conseguiu se reerguer. Sua reestruturação em diferentes períodos históricos explicita o poder que as bibliotecas têm na busca pela promoção de transformações em diferentes segmentos sociais, tanto é que, sua atual sede está na posição mais alta da capital. Salienta-se que, a restauração e reforma do complexo Deodoro, reaproximou a população do centro, favorecendo a Benedito Leite e a reposicionando no cenário cultural, social e, sobretudo, político.

Defende-se que, embora dotada de um desenho arquitetônico único no conjunto urbano de São Luís, um dos elementos que individualiza a BPBL em relação às outras instituições, seus traços neoclássicos e gregos explicitam as analogias e o mito da Atenas brasileira, considerando-a berço da erudição literária do Estado do Maranhão. Tais características, permearam as falas das profissionais, da diretora, dos visitantes e usuários participantes da pesquisa. A Benedito Leite é reconhecida como um dos mais importantes espaços culturais para o povo maranhense, cuja representativa é evocada para além dos livros e serviços bibliotecários, pois a enxergam como espaço cultural e museal, corroborando a expansão do conceito de biblioteca pública e as ressignificações de seus espaços.

Por se tratar de uma instituição complexa, os desafios identificados nas falas da diretora e das turismólogas é justamente contemplar em um planejamento anual e de orçamento

restrito, ações voltadas para os diferentes segmentos sociais do Estado. Todavia, reconhece-se que a sensibilidade que a direção e os demais profissionais atuantes na BPBL imprimem em seus setores para planejar e realizar os serviços ofertados pela instituição são fundamentais para que as missões das bibliotecas públicas sejam concretizadas.

Nesse sentido, os resultados da pesquisa tornam evidente o lugar da Benedito Leite na sociedade maranhense, enquanto espaço físico e simbólico de preservação da memória de um povo e de sua história, cuja função vai além da simples reunião de bens materiais informativos, à medida que se constitui um *locus* de sociabilidade dos sujeitos, que fortalece suas identidades e contribui para o reconhecimento de suas raízes culturais.

Tomando por base a consciência que as profissionais investigadas têm da Benedito Leite, destaca-se a capacidade destas em reconhecerem a relação que a instituição estabelece com os domínios patrimônio e memória, uma vez que tais categorias se fizeram presentes em todas as falas. Além disso, observou-se que tais categorias são naturais nos fazeres da Benedito Leite, não havendo, assim, sua separação. Intrinsecamente, se fazem presentes nos planejamentos, atendimentos, serviços de referência e informação, serviços educativos, bem como em todas as relações intersubjetivas, cujas ações da BPBL promove, ao buscar garantir o acesso igualitário aos bens patrimoniais em suas mais distintas expressões e manifestações, não limitando-se ao patrimônio bibliográfico, que embora carregado de simbolismo e imaterialidade, é apenas um recorte da rica cultura maranhense.

O reconhecimento do patrimônio cultural e da memória como elementos incutidos nas atividades, ações, produtos e serviços da Benedito Leite ecoa e faz ressonância na percepção dos visitantes e usuários. A visão que estes têm da instituição, ressalta sua importância para a cultura do Maranhão e renova seus desafios. Os participantes dos serviços educativos da BPBL a reconhecem como depositária do conhecimento maranhense registrado e do patrimônio bibliográfico local, portanto consolidam sua responsabilidade em preservá-lo, organizá-lo, difundir-lo e torná-lo acessível a todos. Logo, advoga-se a importância que as bibliotecas públicas têm ao se tornarem espaço de encontros, diálogos e convívio. Demarca-se, com base nos resultados da pesquisa, a posição desses espaços como territórios de comunicação e transmissão cultural, ou seja, agentes de mediação sociocultural.

Com isso, acentua-se que não apenas os serviços educativos, mas os demais projetos desenvolvidos, planejados e implementados pela Benedito Leite, por sua vez balizados pelo Secretaria de Estado da Cultura (SECMA), acentuam os diferentes sentidos que seus usuários, visitantes, profissionais, ou seja, a população maranhense como um todo, estabelecem e atribuem aos patrimônios que compõe seus multifacetados acervos. Diante disso, evidencia-

se que a educação patrimonial se mostra como um importante mecanismo, que possibilita o reconhecimento, a identificação dos bens patrimoniais, mas, sobretudo, sensibiliza e desenvolve nos indivíduos o senso de preservação e conservação, aspecto essencial para uma instituição que resgata, recupera e retrata a história e a memória do Estado do Maranhão.

Portanto, ressalta-se que a educação patrimonial, emprega ao Serviço de Referência e Informação (SRI), por meio dos serviços educativos caminhos para despertar o senso de pertencimento, bem como auxiliar os profissionais (direção, bibliotecários, turismólogos, arte educadores, historiadores, dentre outros) que atuam na Benedito Leite. Notou-se também, que a EP é realizada espontaneamente na mediação e conscientização acerca da valorização do patrimonial cultural maranhense materializado em seu acervo – composto por livros, periódicos, obras raras e outros tipos de formatos – e contribui na reconstituição da identidade dos cidadãos maranhenses, ao favorecer processos mnêmicos na instituição.

Sendo assim, é essencial que não apenas os bibliotecários, mas todos os sujeitos que convivem com patrimônio e o tem como substrato de trabalho, como por exemplo, os turismólogos, bibliotecários, historiadores, tornem-se ainda mais próximos dele, objetivando preservá-lo de forma consciente e inconscientemente, lançando mão de recursos formais e não formais. Acredita-se que os visitantes e usuários da Benedito Leite são capazes de visualizar os elementos mnêmicos e identitários que fazem da instituição, um *locus* de memórias individuais e coletivas, à medida que esta atua como ponto de referência externo ao indivíduo, que por sua vez possibilita o diálogo com o passado, o reconhecimento de símbolos, memórias e sensibilidades de cada período.

Diante das inúmeras e contínuas transformações, a Biblioteca Pública Benedito Leite consolida-se como potente mantenedora da identidade do povo maranhense, permitindo que a população tenha acesso a um rico acervo de referenciais identitários do Estado, à medida que proporciona um espaço de sociabilidade intimamente relacionado com a valorização da cultura e de suas raízes históricas. Logo, consolida-se socialmente e culturalmente ao explicitar por meio de ações, projetos, produtos, serviços educativos, exposições, dentre outros elementos, a valorização das tradições locais e sua responsabilidade com a formação cidadã, crítica e política da população do Maranhão.

Portanto, a Benedito Leite, ao mediar e difundir o patrimônio cultural por meio de seus produtos e serviços educativos, possibilita a reconstrução da memória dos cidadãos maranhenses e a criação de laços, explicitados pelos contornos simbólicos e afetivos entre seus visitantes, usuários e profissionais. Tal elo, entre usuários, visitantes e profissionais da Benedito Leite, vai de encontro ao papel que a memória tem na constituição de identidades, cuja

instituição sensibiliza e proporciona substratos (POLLAK, 1992; HALBWACHS, 2006). Sendo assim, a BPBL age tanto como território de preservação da memória, de histórias e de cultura, quanto como espaço para que cada sujeito do seu público se sinta membro de um grupo, cujas memórias estão seguras e são coletivamente compartilhadas.

Logo, seus serviços educativos são além de serviços fim do setor de Referência e Informação (SRI), se tornam importantes meios de sensibilização cultural para o reconhecimento dos patrimônios material e imaterial da cultura popular maranhense e do patrimônio bibliográfico produzido no Estado, além dos bens sob sua responsabilidade. Vê-se os serviços educativos como caminhos pelos quais a memória pode ser preservada e ecoada em todos os municípios do Maranhão.

Estima-se, que os resultados desta investigação sirvam como fonte conhecimentos para o campo da Biblioteconomia, Ciência da Informação, Turismo, dentre outros, para além de seu caráter interdisciplinar, ao evidenciar o papel que as bibliotecas públicas, em especial a Benedito Leite, têm para a organização e preservação dos conhecimentos e saberes de um povo, e assim contribuir com seu desenvolvimento. Ressalta-se, inclusive, que a investigação buscou gerar insumos para as práticas e serviços educativas realizadas em bibliotecas, não apenas no sentido de analisá-las, mas de expandi-las, de modo que estas tenham um alcance ainda maior.

Além disso, é pertinente explicitar as demandas postas pelos visitantes, usuários e turismólogas, com vistas a uma reflexão e busca por aprimoramento dos produtos e serviços da Benedito Leite, uma vez que uma das responsabilidades da pesquisa científica é a geração de novos conhecimentos e a promoção de transformações sociais. Diante disso, pontua-se a necessidade de:

a) ampliação das estratégias de divulgação empreendidas pela instituição, embora a BPBL conte com sites e redes sociais, alguns visitantes relataram desconhecimento acerca de determinados produtos e serviços;

b) realização de oficinas que envolvam o melhor conhecimento da cultura local, com temáticas atuais, tais como a preservação do meio ambiente, violência, atividades extracurriculares em parceria com escolas, que por sua vez coincide com o interesse que as próprias turismólogas têm de ofertarem cursos de curta duração, realidade em outras bibliotecas públicas do Brasil;

c) recomenda-se um maior aprofundamento na visita guiada, de modo que os profissionais se preparem melhor para atender os visitantes, com vista a oferta de informações mais amplas. É pertinente rever, também, o tempo de realização do Circuito de Visita Cultural;

d) pensar na reelaboração das visitas guiadas de forma modular. Segundo as turismólogas, uma das possibilidades para um melhor aproveitamento do tempo de visita na Benedito Leite seria permitir aos visitantes que decidissem quais setores e seções desejam conhecer, antes da visita ser iniciada;

e) pensar na dinamicidade das visitas também foi colocado em evidência, que sejam mais interativas, como por exemplo, o uso de pequenos vídeos sobre a história da BPBL, tentar implementar as dinâmicas realizadas pela Prefeitura de São Luís nos saraus promovidos no Centro Histórico, trazer personagens emblemáticos, encenações para dentro dos espaços da Benedito Leite;

f) aprofundar a educação patrimonial, mediante formações para os profissionais da Benedito Leite. Embora, o patrimônio e a memória sejam elementos intrínsecos dos fazeres da Benedito Leite, recomenda-se a realização de capacitações para trabalhar melhor a metodologia nos produtos e serviços, bem como nas ações de difusão cultural intermunicipais, a partir do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas do Maranhão, capitaneado pela BPBL.

Finda-se que os estudos acerca das bibliotecas públicas não têm a pretensão de se esgotar aqui, visto o interesse em se analisar a Benedito Leite sob outros pontos de vista. A partir de um dos relatos provenientes das entrevistas, buscar-se-á investigar os “amigos da biblioteca”, as pessoas que encontram na BPBL motivações para viver, se reconhecem como sujeitos sociais, dão sentidos às suas vidas, rememoram suas histórias e se direcionam a um futuro que têm a Benedito Leite como referencial identitário.

REFERÊNCIAS

ACCART, Jean-Philippe. **Serviço de referência**: do presencial ao virtual. Brasília, DF: Briquet de Lemos Livros, 2012. 305 p.

ACHILLES, Daniele; GONDAR, Jô. Bibliotecas públicas: espaços de experiência e memória. In: ENCUESTRO LATINOAMERICANO DE BIBLIOTECARIOS, ARCHIVISTAS Y MUSEOLOGOS, 9., 2017. **Anais eletrônicos** [...] Ciudad de México: EBAM, 2017.

Disponível em:

<https://www.institutomora.edu.mx/EBAM/2017/Ponencias/Bibliotecas%20Publicas%20espacios%20de%20experiencia%20e%20memoria.pdf>. Acesso em: 06 maio 2019.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. **Biblioteca pública**: avaliação de serviços. Londrina: EdueL, 2013. 297 p.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. **Bibliotecas públicas e bibliotecas alternativas**. Londrina: Editora da UEL, 1997.

ALMEIDA, Ana Paula Santos de. **“Descobrimos o valor das coisas ao meu redor”**: vivência de educação patrimonial no ensino de história. 2017. 108 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2017.

ALMEIDA, Vitória Gomes; LIMA, Izabel França de. Bibliotecas, cultura e memória: possibilidades e desafios. **Folha de Rostto**, Juazeiro do Norte, v. 2, n. 2, p. 56-64, jul./dez. 2016.

ALVES, Mirian Viana. **Patrimônio cultural e políticas de cultura: o caso de São João da Barra/RJ**. 2015. 102 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campo dos Goytacazes, Rio de Janeiro, 2015.

ANDRADE, Rosane Maria Nunes. Bibliotecas: lugar de memória e de preservação – o caso da Biblioteca Nacional do Brasil. **Patrimônio e Memória**, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 17-34, jun. 2009.

ARAÚJO, Ronaldo Ferreira de; ARAÚJO, Janiele Oliveira. O uso de redes sociais como estratégia de marketing em unidades de informação: estudo de caso da Biblioteca Pública Estadual Gaciliano Ramos. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 14, n. 2, maio/ago. 2018

ARARIPE, Fátima Maria Alencar. O patrimônio cultural e seus significados. **Transinformação**, Campinas, v. 16, p. 2, p. 111-122, maio/ago. 2004.

ARRUDA, Guilhermina Melo. **As práticas da biblioteca pública a partir de suas quatro funções básicas**. [S.l.: s.n.], 2000. 17 p. Disponível em: <https://bibliotecaproduz.files.wordpress.com/2009/06/as-praticas-da-biblioteca-publica-katty.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2019.

ARRUDA, Renato Fonseca. **Patrimônio cultural, sistemas e ações articuladas**: a experiência de Cáceres e a formação de um sistema de preservação. 2014. 161 f. Dissertação

(Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2014.

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação**: formas e transformações da memória cultural. Tradução Paulo Soethe. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2011. 456 p.

ASSIS, Tainá Batista de. Perfil profissional do bibliotecário: atual e desejado. In: RIBEIRO, Anna Carolina Mendonça Lemos; FERREIRA, Pedro Cavalcanti Gonçalves. **Bibliotecário do século XXI**: pensando o seu papel na contemporaneidade. Brasília, DF: IPEA, 2018. p. 13-31.

BANDEIRA, Arkley Marques. A educação patrimonial como estratégia para extroversão dos bens históricos e culturais no Curso de Ciências Humanas - UFMA – Campus de Pinheiro – MA. **Cad. Pesq.**, São Luís, v. 25, n. 1, jan./mar. 2018.

BARBOSA, Luciene Leal da Costa. **Monumentos históricos e a cultura local**: um olhar sobre o Complexo Cultural de São Francisco. 2014. 62 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Fundamentos da Educação) – Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa, 2014.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2016. 225 p.

BARRIGA, S. Plano de acção educativa: alguns contributos para a sua elaboração. In: BARRIGA S.; SILVA, S. (coord.). **Serviços educativos na cultura**. Porto: Setepés, 2007. p. 43-55.

BARROS, José D'Assunção. História e memória: uma relação na confluência entre tempo e espaço. **Mouseion**, v. 3, n. 5, jan./jul. 2009.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. 320 p.

BERNARDINO, Maria Cleide Rodrigues; SUAIDEN, Emir José. O papel social da biblioteca pública na interação entre informação e conhecimento no contexto da ciência da informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 16, n. 4, p. 29-41, out./dez. 2011

BOPP, R. E.; SMITH, L. C. (Ed.). **Reference and Information Services**: an introduction. 4. ed. Englewood, Colorado: Libraries Unlimited, Inc., 2011.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de educação**. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. 279 p.

BRAGA, Maria de Fátima Almeida. Biblioteca pública Benedito Leite, um campo para a ilustração e para enriquecer a alma. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25., 2013. **Anais eletrônicos** [...] Florianópolis, SC: FEBAB, 2013. Disponível em: <https://portal.febab.org.br/anais/article/view/1276>. Acesso em: 03 abr. 2018.

BRASIL. Arquivo Nacional. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232 p.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.Htm. Acesso em: 10 abr. 2019.

BRASIL. **Decreto Nº 3.551, 4 de agosto de 2000**. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3551.htm. Acesso em: 10 abr. 2019.

BRASIL. **Decreto-Lei Nº 25, de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1937. 3 p. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm. Acesso em: 20 fev. 2019.

BRAYNER, Natália Guerra. **Patrimônio cultural imaterial: para saber mais**. Brasília, DF: IPHAN, 2007. 32 p. ISBN 978-85-7334-064-8.

CALABRE, Lia. História das políticas culturais na América Latina: um estudo comparativo de Brasil, Argentina, México e Colômbia. **Revista Escritos**, ano 7, n. 7, p. 323-345, 2013. Disponível em: <http://escritos.rb.gov.br/numero07/artigo12.php>. Acesso em: 10 abr. 2019.

CALABRE, Lia. **Políticas Culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI**. Rio de Janeiro: FGV, 2009. 144 p. (Coleção FGV de bolso. Série Sociedade & Cultura).

CALIXTO, José António *et al.* Bibliotecas públicas, exclusão social e o fim da esfera pública. **Actas**, n. 11, p. 1-16, 2012.

CANDAU, Joel. **Memória e Identidade**. Tradução Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2016. 221 p.

CARDOSO, Rosemary Aparecida. **Arqueologia musealizada e educação patrimonial: caminhos e desafios da transmissão do conhecimento nos museus recifenses**. 2013. 223 f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

CARTERI, Karin Kreisman. Educação patrimonial e Biblioteconomia: uma interação inadiável. **Inf. & Soc.: Est.**, João Pessoa, v. 14, n. 2, p. 31-52, jul./dez. 2004.

CARVALHO, José Murilo de. Brasil: nações imaginadas. In: CARVALHO, José Murilo de. **Pontos e bordados: escritos de história e política**. 1. reimp. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999. p. 233-268.

CASTRO, César Augusto. Biblioteca como lugar de memória e eco de conhecimento: um olhar sobre “O Nome da Rosa”. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 4, n. esp., p. 01-20, 2006.

CASTRO, César Augusto; SILVA, Diana Rocha da; CASTELLANOS, Samuel Luís Velázques. A Biblioteca Pública do Maranhão como instituição educacional. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 16, n. 3, p. 255-269, jul./set. 2011.

CAVALCANTE, Ivana Medeiros Pacheco. **Arquiteturas temporais: a prática historiográfica do patrimônio cultural**. 2016. 202 f., il. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

CAVALCANTE, Ricardo Bezerra; CALIXTO, Pedro; PINHEIRO, Marta Macedo Kerr. Análise de conteúdo: considerações gerais, relações com a pergunta de pesquisa, possibilidades e limitações do método. **Inf. & Soc.: Est.**, João Pessoa, v.24, n.1, p. 13-18, jan./abr. 2014

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. *et al.* **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008.

CHAVES, César Roberto Castro. **Educação patrimonial no bairro do Desterro: estudos sobre os projetos de patrimonialização no Centro Histórico de São Luís – MA**. 2012. 129 f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2012.

CHARTIER, Roger. **Os desafios da escrita**. São Paulo: UNESP, 2002. 150 p.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Trad. Luciano Vieira Machado; São Paulo: Ed. UNESP, 2006.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. **Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

COCHRAN, William G. **Técnicas de amostragem**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1965. 555 p.

COELHO NETTO, J. T. **Dicionário crítico de política cultural: cultura e imaginário**. 2.ed. São Paulo: Iluminuras, 2012.

COIMBRA, Luciana Bracarense. Alfabetização cultural: a construção coletiva de uma mentalidade preservacionista. **Olhares & Trilhas**, Uberlândia, ano 8, n. 8, p. 45-51, 2007.

CONCEIÇÃO, Valdirene Pereira da. **Modelagem léxico-ontológica do domínio “Patrimônio Cultural de São Luís do Maranhão”**. 2011. 191 f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Unesp, Araraquara, 2011.

CORÁ, Maria Amelia J. Políticas públicas culturais no Brasil: dos patrimônios materiais aos imateriais. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 48, n. 5, p. 1093-1112, set./out. 2014.

CORDIDO, Ruth Maria de Barros Reicao. **O tombamento do patrimônio cultural imóvel no Brasil: estudo de caso no Município de Ribeirão Preto**. 2014. 231 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

COSTA, Célia. O Arquivo Público do Império: o Legado Absolutista na Construção da Nacionalidade. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 26, p.217-231, 2000.

COSTA, Maurício José Moraes; CUTRIM, Kláutenys Dellene Guedes; CARVALHO, Conceição de Maria Belfort de. Patrimônio, memória e cultura: a educação patrimonial como mecanismo de valorização do patrimônio cultural e informacional abrigado na Biblioteca Pública Benedito Leite. In: ENCONTRO MARANHENSE DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 11., 2018. **Anais [...]** São Luís: EDUFMA, 2018.

COSTA, Maurício José Moraes; SANTOS, Donny Wallesson dos; CUTRIM, Kláutenys Dellene Guedes. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS CULTURAIS, 10., 2019. **Anais [...]** Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 2019. 16 p.

COUTINHO, F. N.; FARIA, D. M. C. P.; FARIA, S. D. Turismo literário: uma análise sobre autenticidade, imagem e imaginário. **Albuquerque – Revista de História**, v. 8, n. 16, p. 3150, jul./dez. 2016.

CRIPPA, Giulia. Pensando o espaço público do presente: a biblioteca pública em sua função social. **DataGramaZero – Revista de Informação**, v. 16, n. 2, abr. 2015. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/52938>. Acesso em: 10 nov. 2019.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

CUTRIM, Kláutenys Dellene Guedes. **Patrimônio da Humanidade**: a edificação discursiva da cidade de São Luis nas políticas de preservação do Estado. 2011. 188 f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Unesp, Araraquara, 2011.

DANTAS, Fabiana Santos. O patrimônio cultural protegido pelo Estado Brasileiro. In: CAMPOS, Juliano Bitencourt; PREVE, Daniel Ribeiro; SOUZA, Ismael Francisco de. (Org.). **Patrimônio cultural, direito e meio ambiente**: um debate sobre a globalização, cidadania e sustentabilidade. Curitiba: Multideia, 2015. 256 p.

DEMARCHI, João Lorandi. Perspectivas para atuação em educação patrimonial. **Revista CPC**, n. 22, p. 267-291, dez. 2016.

DEMO, Pedro. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2000.

DETONI, Sandro Francisco. **Natureza e patrimônio cultural**: a geomorfologia como referencial metodológico no tombamento de áreas naturais. 2016. 236 f. Tese (Doutorado em Ciências) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

DIAS, Liliane de Jesus *et al.* Estado-Nação: a emergência da identidade nacional para a consolidação do Estado no Brasil. In: FÓRUM IDENTIDADES E ALTERIDADES, 3., 2009. **Anais eletrônicos [...]** Itabaiana, SE: UFS, 2009. Disponível em: <https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/1028/1/Estado-Nação.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2019.

DIMENSTEIN, Dora. **Educação patrimonial, memória e cidadania**: a experiência dos professores de história da rede municipal de Jaboatão dos Guararapes -PE. 2017. 44 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão Cultural) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

DULTRA, Karyna; VIEIRA, Márcia Polignano. A Institucionalização do Patrimônio Cultural. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, v. 4, n. 1, mar. 2014.

DURBIN, G.; MORRIS, S.; WILKINSON, S. **A teacher's guide to learning from objects**. London: English Heritage, 1990.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. Tradução Paulo Neves; revisão de tradução Eduardo Brandão. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007. 165 p.

FARIA, Maria Isabel; PERICÃO, Maria da Graça. **Dicionário do livro**: da escrita ao livro eletrônico. São Paulo: Ed. USP, 2008.

FELICIO, Joana Carla de Souza Matta. **Serviço de Referência Educação (SRE) em Bibliotecas Universitárias**: análise das práticas voltadas ao desenvolvimento da competência em informação de seus usuários. 2014. 223 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

FERNANDES, Simone Monteiro Silvestre. Ações de educação patrimonial em Ouro Preto – relato de experiência. **Revista Memorare**, Tubarão, v. 4, n. 1, p. 69-92, jan./abr. 2017.

FERRAZ, Thalyta Gomes. **O papel da cooperação Sul-Sul na rearticulação da autoridade do patrimônio cultural no Brasil**: um estudo sobre ações internacionais do IPHAN. 2015. 149 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

FIGUEIREDO, Nice Menezes de. **Serviços de referência & informação**. São Paulo: Polis: APB, 1992. 168 p.

FIORIN, José Luiz. A construção da identidade nacional brasileira. **Bakhtiniana**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 115-126, 1º sem. 2009.

FLORENCIO, Sônia Regina Rampim *et al.* **Educação patrimonial**: histórico, conceitos e processos. Brasília, DF: IPHAN, 2014. 65 p.

FLORENCIO, Sônia Regina Rampim. Educação patrimonial: algumas diretrizes conceituais. In: PINHEIRO, Adson Rodrigo S. (org.). **Cadernos do patrimônio cultural**: educação patrimonial. Fortaleza: Secultfor: IPHAN, 2015. 210 p. (Série Cadernos do Patrimônio Cultural; v. 1).

FLORES, Anna Claudia da Costa; PEREZ, Carlos Blaya. Conscientização dos usuários de bibliotecas por meio da educação patrimonial alicerçada em ferramentas visuais. **Revista Confluências Culturais**, v. 2, n. 2, p. 9-16, set. 2013.

FLUSSER, Victor. A biblioteca como um instrumento de ação cultural. **R. Esc. Bibliotecon. UFMG**, Belo Horizonte, v. 12, n. 2, p. 145-169, set. 1983.

FLUSSER, Victor. Uma biblioteca verdadeiramente pública. **R. Esc. Bibliotecon. UFMG**, Belo Horizonte, v. 9, n. 2, p. 131-138, set. 1980.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Referências culturais: bases para novas políticas de patrimônio. In: BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **O Registro do Patrimônio Imaterial - Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial**. 5. ed. Brasília, DF: 2012. p. 35-44.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mario. (Org.). **Memória e patrimônio**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 28. ed. São Paulo: Paz & Terra, 2014. 432 p.

FRANCISCO, Andressa Ribeiro. **Tombamento do Patrimônio Cultural em Ouro Preto: o processo de seleção dos bens imóveis**. 2017. 79 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Conservação e Restauro) – Instituto Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 62. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016. 253 p.

FREITAS, Tassiane Melo de. A educação para o Patrimônio Cultural como estratégia de desenvolvimento local. **Ágora**, Santa Cruz do Sul, v. 17, n. 2, p. 32-41, jul./dez. 2015.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu; PELEGRINI, Sandra C. A. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

GALVES, Marcelo Cheche. A criação da Biblioteca Pública em 1831: política e cultura escrita na Província do Maranhão. **Rev. Hist. (São Paulo)**, São Paulo, n. 178, p. 1-30, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-83092019000100302&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 17 nov. 2019.

GALVES, Marcelo Cheche. “Aderir”, “jurar” e “aclamar”: o Império no Maranhão (1823-1826). **Almanack**, Guarulhos, n. 1, p. 105-118, jan./jun. 2011. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-46332011000100105&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 17 nov. 2019.

1

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

GERLIN, Meri Nadia Marques; SANTA ANNA, Jorge; SIQUEIRA, Poliana Silva. A tecnologia da informação e seus reflexos no serviço de referência da Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25., 2013. **Anais** [...] Florianópolis: FEBAB, 2013.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 184 p.

GIL. Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Henriette Ferreira. A biblioteca pública e os domínios da memória, da mediação e da identidade social. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 19, número especial, p. 151-163, out./dez. 2014.

GONÇALVES, Janice. Pierre Nora e o tempo presente: entre a memória e o patrimônio cultural. **Historiae**, Rio Grande, v. 3, n. 3, p. 27-46, 2012.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A Retórica da Perda**: discurso nacionalista e patrimônio cultural no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2003.

GONDAR, Jô. Cinco proposições sobre memória social. In: DODEBEI, Vera; FARIAS, Francisco R. de; GONDAR, Jô *et al.* (org.). **Por que memória social?** Rio de Janeiro: Híbrida, 2016. p. 19-40.

GRIMALDI, Stphanie Sá Leitão. **Memória da Ciência e da Tecnologia**: preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro. 2016. 160 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

GRUNBERG, Evelina. **Manual de atividades práticas de educação patrimonial**. Brasília, DF: IPHAN, 2007. 24 p.

GROGAN, Denis Joseph. **A prática do serviço de referência**. Brasília, DF: Briquet de Lemos Livros, 2007. 196 p.

GUZMÁN, Wilson Fabian Urriago. **Servicio de referencia virtual para la biblioteca del Instituto Colombiano de Derecho Tributario – ICDT – Bogotá D.C.** 2009. 116 f. Monografía (Graduación Sistemas de Información, Bibliotecología y Archivística) – Universidad de la Salle, Bogotá, 2009. Disponível em: <http://repository.lasalle.edu.co/bitstream/handle/10185/12689/T33.09%20U7s.pdf?sequence=2&isAllowed=y>. Acesso em: 28 ago. 2019.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006. 224 p.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 11. ed. 1. reimp. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

HELDER, R. R. **Como fazer análise documental**. Porto: Universidade de Algarve, 2006.

HOBSBAWM, E. A produção em massa de tradições: Europa, 1870-1914. In: HOBSBAWM, E.; RANGER, T. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. p. 271-316.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina, MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial. 1999. 69 p.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **Manifesto da IFLA/UNESCO sobre bibliotecas públicas**. Haia: IFLA, 1994. 2 p. Disponível em: <https://archive.ifla.org/VII/s8/unesco/port.htm>. Acesso em: 20 jan. 2019.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Carta de Veneza**. Rio de Janeiro: IPHAN, 1964a. 4 p. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2019.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Carta de Atenas**. Rio de Janeiro: IPHAN, 1931a. 6 p. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201931.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2019.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Política do Patrimônio Cultural e Imaterial**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2018. 60 p.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Programa de Gestão Documental do IPHAN**. Rio de Janeiro: IPHAN/Copedoc, 2008. 156 p. (Cadernos de pesquisa e documentação do IPHAN; 5).

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Recomendações de Paris**. Rio de Janeiro: IPHAN, 1989. 7 p.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Recomendação de Paris**. Rio de Janeiro: IPHAN, 1964a. 6 p. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Paris%201964.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2019.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Recomendação de Paris Paisagens e Sítios**. Rio de Janeiro: IPHAN, 1962a. 8 p. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Paris%201962.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2019.

JACOB, Christian. Prefácio. In: JACOB, Christian; BARATIN, Marc. (org.). **O poder das bibliotecas: a memória dos livros no ocidente**. Trad. Marcela Mortara. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2008. p. 9-17.

KÖCHE, J. C. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e prática da pesquisa**. 26. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

LAGE, Maria Otília Pereira; BANDEIRA, Carla. Serviços educativos em bibliotecas públicas. **Revista Lusófona de Educação**, v. 37, p. 63-78, 2017.

LEAL, Claudia F. Baeta. As missões da Unesco no Brasil: Paul Coremans. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 26., 2011. **Anais eletrônicos [...]** São Paulo: ANPUH, 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1312827174_ARQUIVO_AsmissoesdaUNESCOBrasil-PaulCoremans.pdf. Acesso em: 09 abr. 2019.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 7. ed. rev. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 2013. 504 p.

LEITE, Pedro Pereira. Universidades populares e educação popular. In: LEITE, Pedro Pereira. **Museologia Social e Educação Popular Patrimonial**. Lisboa: Informal Museology Studies, 2017. 48 p.

LEMOS, Carlos A. C. **O que é patrimônio histórico**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

LIMA, Leilane Patrícia de. **A arqueologia e os indígenas na escola: um estudo de público em Londrina-PR**. 2014. 295 f. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

MACEDO, Neusa Dias de. Princípios e reflexões sobre o serviço de referência e informação. **R. bras. Bibliotecon. e Doc.**, São Paulo, v. 23, n. 1-4, p. 9-37, jan./dez. 1990.

MACHADO, Elisa Campos; ELIAS JÚNIOR, Alberto Calil; ACHILLES, Daniele. A biblioteca pública no espaço público: estratégias de mobilização cultural e atuação sócio-política do bibliotecário. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 14, número especial, p. 115-127, out./dez. 2014.

MAGALHÃES, Solange Maria Fustinoni. **Educação Patrimonial através da compreensão da Arquitetura de museus na cidade de São Paulo**. 2006. 168 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade São Judas Tadeu, São Paulo, 2006.

MANGAS, Sérgio Filipe Agostinho. Como planificar e gerir um serviço de referência. **Biblios**, n. 28, p. 1-31, abr./jun. 2007.

MARANHÃO. **Lei nº 10.613, de 5 de julho de 2017**. Cria o Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas do Estado do Maranhão e dá outras providências. São Luís: Diário Oficial do Estado do Maranhão, 2017. 3 p.

MARANHÃO. Secretaria de Estado da Cultura. Biblioteca Pública Benedito Leite. **Histórico**. São Luís: SECMA, 2016. 2 p. Disponível em: <http://www.cultura.ma.gov.br/bpbl/index.php?page=historico>. Acesso em: 26 out. 2019.

MARCIAL, Viviana Fernández. Innovación en bibliotecas. In: RIBEIRO, Anna Carolina Mendonça Lemos; FERREIRA, Pedro Cavalcanti Gonçalves (org.). **Biblioteca do século XXI: desafios e perspectivas**. Brasília, DF: IPEA, 2016. p. 61-77.

MARCONI, Mariana de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007. 310 p.

MARINHO, Raimunda Ramos. Luzes, leitura e biblioteca na província do Maranhão. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 10., 2008. **Anais eletrônicos** [...] São Paulo: ANCIB, 2008. Disponível em: <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/ixenancib/paper/viewFile/3040/2166>. Acesso em: 05 abr. 2018.

MARQUES, Isabel da Costa. **O museu como sistema de informação**. 2010. 170 f. Dissertação (Mestrado em Museologia) – Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, 2010.

MARTINS, G. D. A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2007.

MARTINS, Luciana Conrado. **A constituição da educação em museus**: o funcionamento do dispositivo pedagógico museal por meio de um estudo comparativo entre museus e artes plásticas, ciências humanas e ciência e tecnologia. 2011. 390 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

MARTINS, Tiago Leal Catunda; SILVA NETO, Walber Angeline da. Trajetória do conceito de patrimônio cultural: história e reflexão. **ReonFacema**, São Luís, v. 3, n. 4, p. 760-764, out./dez. 2017.

MARTINS, Wilson. **A palavra escrita**: história do livro, da imprensa e da biblioteca. São Paulo: Ática, 2002.

MATOS, Alexandre Pena. **Educação patrimonial no contexto arqueológico**: reflexões acerca das práticas educacionais. 2017. 142 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

MEDEIROS, Mércia Carréra de; SURYA, Leandro. A importância da educação patrimonial na preservação do patrimônio. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25., 2009. **Anais eletrônicos** [...] Fortaleza: ANPUH, 2009. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/anpuhnacional/S.25/ANPUH.S25.0135.pdf>. Acesso em: 28 maio 2019.

MENDES, G. F. **As contribuições das políticas culturais na formação da agenda pública para a gestão das bibliotecas públicas municipais**. 2014. 163 f. Monografia (Especialização em Gestão Cultural) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

MESSIAS, M. da C. F. **A biblioteca pública como espaço de interação social e cultural**. 2010. 44 f. Monografia (Bacharelado em Biblioteconomia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

MEUCCI, A.; MATUCK, A. A Criação de Identidades Virtuais através das Linguagens Digitais. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 28., 2005. **Anais** [...]. São Paulo: Intercom, 2005.

MILANESI, L. **A casa da Invenção**: Biblioteca Centro de Cultura. São Paulo: Ateliê, 2003. 271 p.

MILANESI, Luís. **Biblioteca**. 3. ed. São Paulo: Ateliê, 2013. 120 p.

MOTA, Ana Sofia de Sousa Machado. **O Serviço de Referência nas bibliotecas públicas em Portugal**. 2016. 423 f. Tese (Doutoramento em Ciências da Informação e da Documentação) – Universidade de Évora, Évora, 2016.

MOYA, Felicia Pérez; RIVERA, Zoia. La biblioteca pública cubana a la luz de los estudios culturales: el caso de la región de Sancti Spíritus (1902-1989). **Bib. An. Invest.**, v. 10, p. 7-19, jan./dez. 2014.

NASCIMENTO, Aline Carvalho do; AZEVEDO, Ilka Ocirema Fernandes. Biblioteca Pública Benedito Leite: Informação com acessibilidade. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS BRAILE, 8., 2014. **Anais eletrônicos** [...] São Paulo: FEBAB, 2014. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/318>. Acesso em: 05 abr. 2018.

NASCIMENTO, Evando. A Semana de Arte Moderna de 1922 e o Modernismo Brasileiro: atualização cultural e “primitivismo” artístico. **Gragoatá**, Niterói, n. 39, p. 376-391, 2. sem. 2015.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**, São Paulo, v. 10, dez. 1993.

NORA, Pierre. **Les lieux de mémoire**. Paris: Quarto Gallimard, 1997. v.1-3

NUNES, Verônica Maria Meneses; LIMA, Luís Eduardo. **A proteção do patrimônio cultural**. São Cristóvão, SE: CESAD/UFS, 2012. Disponível em: http://www.cesadufs.com.br/ORBI/public/uploadCatalogo/10265811102012Historia_e_Patrimonio_Cultural_Aula_6.pdf. Acesso em: 19 fev. 2019.

NOVELLI, Valéria Aparecida Moreira; HOFFMANN, Wanda Aparecida Machado; GRACIOSO, Luciana de Souza. Mediação da informação em websites de bibliotecas universitárias brasileiras: referencial teórico. **Inf. Inf.**, Londrina, v. 16, n. 3, p. 142-166, jan./jun. 2011.

OLIVEIRA, Almir Félix Batista de. **O patrimônio cultural e os livros didáticos de História ou de como se constrói o sentimento de pertencimento (Brasil – 2000-2015)**. 2016. 295 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

OLIVEIRA, Lenora Azevedo de. **Patrimônio Cultural, Memória e Identidade**: um estudo etnográfico sobre processos de interação de atores humanos com monumentos cívicos. 2018. 217 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de; ALVES, Célio Macedo. **Baroque and rococo in the churches of Sabará and Caeté**. Brasília, DF: IPHAN, 2018. 228 p. (Roteiros do Patrimônio; 13).

OLIVEIRA, Tatiana Mello de. **Memória e Discurso**: múltiplos sentidos do Patrimônio Cultural Imaterial no Brasil. 2011. 83 f. Dissertação (Mestrado em Memória Social) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

OLIVEIRA, Zita Catarina Prates de. **A biblioteca “fora do tempo”**: políticas governamentais de bibliotecas públicas no Brasil, 1937-1989. 1994. 221 f. Tese (Doutorado em Ciência da Comunicação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

OMAR, Dasimah *et al.* The Importance of Public Library for Youth Development in Malaysia. **E-BPJ**, v. 2, n. 5, mar. 2017, p. 17-21.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais**. Brasília, DF: UNESCO, 2006. 31 p.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial**: Paris, 17 de outubro de 2003. Brasília, DF: UNESCO, 2003. 17 p.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Recomendação referente à Proteção e Promoção dos Museus e Coleções, sua Diversidade e seu Papel na Sociedade**. Brasília, DF: UNESCO, 2015. 14 p.

OSÓRIO, Luis Bernardo Yepes. Biblioteca pública y compromiso social. **Boletín ANABAD**, Madrid, ano 65, n. 3, jul./set. 2015.

PACHECO, Ilza Alves; VARGAS, Icléia Albuquerque de. Educação patrimonial: um recurso para alfabetização cultural no Ensino Fundamental. **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 3, n. 1, p. 92-106, abr. 2009.

PELEGRINI, Sandra C. A. **Patrimônio Cultural**: consciência e preservação. São Paulo: Brasiliense, 2009.

PERALTA, Elsa. Abordagens teóricas ao estudo da memória social: uma resenha crítica. **Arquivos da Memória, Antropologia, Escala e Memória**, n. 2, p. 4-23, 2007.

PEREIRA, Cleyciane Cássia Moreira; CASTRO, César Augusto; RAMOS, Roseli de Oliveira. O imaginário sobre a Biblioteca Pública Benedito Leite: alguns aspectos. **Folha de Rosto**, Revista de Biblioteconomia e Ciência da Informação, v. 2, n. 1, p. 67-82, jan./jun. 2016.

PEREIRA, Sonia Gomes. Revisão historiográfica da arte brasileira do século XIX. **Revista Ieb**, n. 54, p. 87-106, set./mar. 2012.

PEREZ, Dolores Rodriguez. Abordagens do trabalho em equipe: a prática nas bibliotecas da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. In: SEMINÁRIO DE INFORMAÇÃO EM ARTE, 4., 2015. **Anais eletrônicos** [...] Rio de Janeiro: REDARTE, 2015. 9 p. Disponível em: <https://doity.com.br/media/doity/submissoes/artigo-4f8841191ed974031da9e40f47034c889f541f5a-arquivo.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2019.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História, memória e centralidade urbana. **Revista Mosaico**, v.1, n.1, p.3-12, jan./jun. 2008.

PINHEIRO, Maria Lucia Bressan. Trajetória das ideias preservacionistas no Brasil: as décadas de 1920 e 1930. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 35, p. 13-32, 2017.

PINTO, Alejandra Aguilar. Os serviços de referência: mudanças, desafios e oportunidades na sociedade da informação. In: RIBEIRO, Anna Carolina Mendonça Lemos; FERREIRA, Pedro Cavalcanti Gonçalves. **Biblioteca do século XXI**: desafios e perspectivas. Brasília, DF: Ipea, 2016. p. 241-279.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

POULOT, Dominique. **Museu e Museologia**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. 160 p.

POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no ocidente – séculos XVIII-XXI**: do monumento aos valores. São Paulo: Estação Liberdade, 2009. 240 p.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho científico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. 277 p.

RABELLO, Sonia. **O Estado na preservação de bens culturais**: tombamento. Rio de Janeiro: IPHAN, 2009. 156 p. (Série Reedições do IPHAN).

RAMOS, Silvana Pirillo; SANTOS, Greciene Lopes dos. Políticas de Educação Patrimonial: considerações sobre as Casas do Patrimônio em Alagoas, Brasil. **Revista Iberoamericana de Turismo- RITUR**, Penedo, v. 7, n. 3, p. 167-186, dez. 2017.

RANGANATHAN, S. R. **As “Cinco Leis da Biblioteconomia”**. Brasília, DF: Briquet de Lemos Livros, 2009. 336 p.

RASTELI, Alessandro; CALDAS, Rosângela Formentini. Mediação cultural na biblioteca pública para a cultural de paz e integração social. **REBECIN**, v. 4, n. 2, p. 44-57, jul./dez. 2017.

REIS, Vanessa Almeida Ramos dos. **A biblioteca pública no processo de mediação da leitura**: o caso da Biblioteca Pública de Ananindeua “Professora Therezinha Gueiros”. 2018. 44 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

REZENDE, Edson Fialho de. **Barroco mineiro**: nação civilizada, patrimônio protegido. 2011. 78 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Cultura e Arte Barroca) - Instituto de Filosofia, Artes e Cultura, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2011.

RIBEIRO, Geyza Antônia de Souza; SANTOS, Saulo Ribeiro dos; SANTOS, Protázio César dos. Turismo e Cultura: percepção dos ludovicenses sobre a identidade cultural da cidade de São Luís (MA). **Revista Turismo - Visão e Ação - Eletrônica**, v. 16, n. 3, set./dez. 2014.

RICUPERO, Bernardo. **O romantismo e a ideia de nação no Brasil (1830-1870)**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

ROCHA, Raquel Peres. **Patrimônio cultural imaterial de Itaituba/Pará**. 2018. 168 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2018.

RODRIGUES, Marcia Carvalho. Memória, patrimônio, bibliotecas nacionais e a construção da identidade coletiva. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 21, n. 2, p. 243-262, maio/ago. 2015.

RODRIGUES, Marcia Carvalho. Bibliotecas como lugares de memória: o caso sul-rio-grandense. **Patrimônio e Memória**, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 68-83, jan./jun. 2014.

RODRIGUES, Márcia Carvalho. Patrimônio documental nacional: conceitos e definições. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 14, n. 1, p. 110-125, fev. 2016.

ROSA, Daniele Achilles Dutra da. **Bibliotecas públicas brasileiras: sob a perspectiva da memória e experiência**. 2018. 278 f. Tese (Doutorado em Memória Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

ROSTIROLLA, Gelci. **Gestão do conhecimento no serviço de referência em bibliotecas universitárias: uma análise com foco no processo de referência**. 2006. 175 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

SALVADOR, D.; BAPTISTA, M. M. Turismo Cultural e Origens de um Povo: uma rota turística literária para a cidade de Fortaleza, baseada na obra “Iracema”, de José de Alencar. In: CONGRESSO INTERNACIONAL “A EUROPA DAS NACIONALIDADES – MITOS DE ORIGEM: DISCURSOS MODERNOS E PÓS-MODERNOS”, 1., 2011. **Anais [...]** Aveiro: Universidade de Aveiro, 2011. p. 188-189.

SANT’ANNA, Fernanda da Silva. **Educação Patrimonial e a formação do turista cidadão: um estudo de caso sobre o Projeto Re(vi)viendo êxodos**. 2015. 131 f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sustentabilidade no Turismo) – Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

SANTOS, Josiel Machado. O processo evolutivo das bibliotecas da Antiguidade ao Renascimento. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 175-189, jul./dez. 2012.

SANTOS, Renata Ferreira dos; REIS, Alcenir Soares dos. O patrimônio bibliográfico no Brasil: trajetória de leis, políticas e instrumentos de proteção legal. **Investigación Bibliotecológica**, México, v. 32, n. 75, p. 223-259, abr./jun. 2018.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 136 p.

SCHNEIDER, Luiz Carlos. **O Patrimônio Cultural a partir do estudo da paisagem: o caso de Santa Cruz do Sul (RS)**. 2018. 363 f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. 9. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. 268 p.

SENA, Tatiana da Costa. **Relíquias da Nação: a proteção de coleções e acervos no Patrimônio (1937-1979)**. 2011. 181 f. Dissertação (Mestrado em História, Política e Bens

Culturais) - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2011.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Giuslane Francisca da. Resenha: A memória coletiva de Maurice Halbwachs. **Aedos - Revista PPG-História da UFRGS**, Porto Alegre, v. 8, n. 18, p. 247-253, ago. 2016b.

SILVA, Ketilin Keli da. **Cultura, identidade e patrimônio material e imaterial e sua inserção na cultura escolar do ensino médio inovador da Rede Pública de Laguna – SC**. 2016. 279 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Linguagem) – Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, SC, 2016a.

SILVEIRA, Fabrício José Nascimento da. **Biblioteca pública, identidade e enraizamento: elaborações intersubjetivas ancoradas em torno da Luiz de Bessa**. 2014. 257 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014a.

SILVEIRA, Fabrício José Nascimento da. Biblioteca pública, memória e discursos identitários: uma leitura sócio-histórica dos depoimentos colhidos pelo Projeto Memória Oral da Biblioteca Mário de Andrade (BMA). In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 13., 2012a. **Anais eletrônicos [...]** Rio de Janeiro: IBICT, 2012. Disponível em: enancib.ibict.br/index.php/enancib/xii/enancib/paper/view/3957/3080. Acesso em: 05 maio 2019.

SILVEIRA, Fabrício José Nascimento da. Biblioteca, memória e identidade social. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 15, n. 3, p. 67-86, set./dez. 2010.

SILVEIRA, Fabrício José Nascimento da. Sendas entre o visível e o invisível: a biblioteca como “lugar de memória” e de preservação do patrimônio. **DataGramaZero – Revista de Informação**, v. 13, n. 5, out. 2012b.

SILVEIRA, Fabrício José Nascimento. Biblioteca pública e identidade: percepções intersubjetivas enraizadas em torno da Luiz de Bessa. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 19, n. esp., p.129-150, out./dez. 2014b.

SILVEIRA, Fabrício José Nascimento da; MOURA, Maria Aparecida. Biblioteca, Memória Institucional e Acesso Aberto à Informação: apontamentos teóricos e experiências desenvolvidas pela Universidade Federal de Minas Gerais. In: RIBEIRO, Anna Carolina Mendonça Lemos; FERREIRA, Pedro Cavalcanti Gonçalves (org.). **Biblioteca do século XXI: desafios e perspectivas**. Brasília, DF: IPEA, 2016. p. 197-222.

SIVIERO, Fernando Pascuotte. Patrimônio cultural e educação: perspectivas cidadãs para outra esfera pública. In: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Superintendência do Iphan na Paraíba. Casa do Patrimônio da Paraíba. **Educação patrimonial: diálogos entre escola, museu e cidade**. João Pessoa: Iphan, 2014. p. 32-41.

SMITH, Johanna Wilhelmina. Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia: o que agrega estas atividades profissionais e o que as separa? **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 27-36, 2000.

SOUSA, Dora Susana Simões de. **O serviço educativo em arquivos, bibliotecas, museus e centros de documentação**: um estudo de casos implementados na Região de Aveiro. 2015. 163 f. Dissertação (Mestrado em Educação e Bibliotecas) – Universidade Portucalense, Porto, 2015.

SOUZA, Angelo Marcos de. **Folia de Reis como Patrimônio Cultural Imaterial**: tradição e identidade em Porangatu (1960-2018). 2019. 176 f. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2019.

SOUZA, Igor Alexander Nascimento de. Educação Patrimonial nos documentos patrimoniais: Constituição de 1988 e planos de salvaguarda. In: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Educação patrimonial**: educação, memórias e identidades. João Pessoa: IPHAN, 2013. 108 p. (Caderno Temático; 3).

SOUZA, Mariana Jantsch. A memória como matéria para uma identidade: apontamentos teóricos acerca das noções de memória e identidade. **Revista Graphos**, v. 16, n. 1, 2014.

SOUZA, Willian Eduardo Righini, CRIPPA, Giulia. A cidade como lugar de memória: mediações para a apropriação simbólica e o protagonismo cultural. **Museologia e Patrimônio**, Rio de Janeiro, v.2, n.2, p.61-72, jul./dez. 2009.

STUDART, Vítor Melo. **Integração sistêmica da atividade estatal de proteção do Patrimônio Cultural no Brasil**. 2017. 116 f. Dissertação (Mestrado em Direito Constitucional) – Universidade de Fortaleza, Fortaleza, 2017.

SUAIDEN, Emir José. O papel da biblioteca pública na reconstrução da verdade. **Ci. Inf.**, Brasília, DF, v. 47, n. 2, p. 143-152, maio/ago. 2018.

SUAIDEN, Emir José. A biblioteca pública no contexto da sociedade da informação. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 52-60, maio/ago. 2000.

TANUS, Grabielle Francinne. Da prática à produção do conhecimento: bibliotecas e biblioteconomia pré-científica. **RDBCI Rev. Digit. Bibliotecon. Cienc. Inf.**, Campinas, SP, v. 16, n. 3, p. 254-273, set./dez. 2018.

TELLES, Mário Ferreira de Pragmácio. **Proteção ao Patrimônio Cultural Brasileiro**: análise da articulação entre tombamento e registro. 2010. 115 f. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

TRIGUEIRO, Rodrigo de Menezes. *et al.* **Metodologia científica**. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional, 2014. 184 p.

TYCKOSON, David. On the desirableness of personal relations between librarians and readers: the past and future of reference service. **Reference Services Review**, v. 31, n. 1, p. 12-16, 2003.

VANNUCCHI, A. **Cultura brasileira**: o que é, como se faz. São Paulo: Loyola, 1999.

VILLAFAN, Larissa de Oliveira Bustillos; DODEBEI, Vera Lucia Doyle Louzada de Mattos. Fragmentos de memória nas marcas de uma biblioteca particular: o caso da Biblioteca de Leandro Konder. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 20., 2019. **Anais eletrônicos** [...] Florianópolis: ANCIB, UFSC, 2019. Disponível em: <https://conferencias.ufsc.br/index.php/enancib/2019/paper/view/1378>. Acesso em: 02 nov. 2019.

VIVEIROS, Jerônimo de. **Benedito Leite**: um verdadeiro republicano. São Luís: Academia Maranhense de Letras; Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, 1960. 340 p.

WICHES, Camila Azevedo de Moraes. **Patrimônio arqueológico paulista**: proposições e provocações museológicas. 2011. Tese (Doutorado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

ZARBATO, Jaqueline Aparecida Martins. Educação patrimonial e aprendizagem histórica: percursos epistemológicos na história ensinada. **História & Ensino**, Londrina, v. 23, n. 1, p. 31-55, jan./jun. 2017

ZHAN, Ming; WIDÉN, Gunilla. Public libraries: roles in Big Data. **The Electronic Library**, v. 36, n. 1, p. 133-145, 2018.

APÊNDICES

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CULTURA E SOCIEDADE
MESTRADO INTERDISCIPLINAR



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a) participante, este é um convite para a participação na pesquisa intitulada: **A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA BIBLIOTECA PÚBLICA DO MARANHÃO**: um estudo acerca dos serviços educativos da Biblioteca Pública Benedito Leite (BPBL).

Por se tratar de um usuário/participante dos serviços educativos, gestor ou profissional da Biblioteca Pública Benedito Leite (BPBL), você foi escolhido para contribuir com o desenvolvimento desta pesquisa. Todavia, ressalta-se que a qualquer momento você pode desistir de participar da pesquisa e retirar seu consentimento. Pontua-se que a pesquisa tem por objetivo geral investigar a educação patrimonial desenvolvida na Biblioteca Pública Benedito Leite, no que diz respeito aos serviços educativos voltados para a preservação da memória, bem como a interpretação e valorização do patrimônio cultural do Estado do Maranhão.

Evidencia-se que toda pesquisa incorre em riscos para os participantes, porém os riscos relacionados à sua participação são mínimos, podendo ser de ordem psicológica, uma vez que poderá haver pequeno desconforto com relação à presença do pesquisador durante a aplicação dos questionários e realização das entrevistas. Além disso, pode ocorrer da participação na pesquisa comprometer suas atividades diárias, tendo em vista o desprendimento de pelo menos 30 (trinta) minutos de seu tempo. Todavia, tais riscos são minimizados em detrimento da contribuição de sua participação para a melhoria dos serviços da Biblioteca Pública Benedito Leite, logo sem quaisquer implicações legais.

Ressalta-se que todos os procedimentos adotados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos, nos termos da **Resolução Nº 466/2012 e Resolução Nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde**. Desse modo, nenhum dos procedimentos adotados para coleta de dados nesta pesquisa implicará em riscos à sua imagem, integridade física, psicológica ou dignidade humana.

A pesquisa contribuirá na ampliação dos conhecimentos acerca da educação patrimonial em bibliotecas públicas, em especial da Biblioteca Pública Benedito Leite. Logo, dentre os benefícios que podem ser indicados é a consolidação da educação patrimonial nas bibliotecas do Estado do Maranhão. Dentre os benefícios da pesquisa, de acordo com os resultados da pesquisa serão propostas melhorias para os serviços educativos e práticas de educação patrimonial na Biblioteca Pública Benedito Leite por meio de um manual. Vale ressaltar que sua participação nesta pesquisa não incorrerá em compensação financeira, uma vez que é desenvolvida sem fins lucrativos, não favorecendo benefícios econômicos.

Caso aceite participar desta pesquisa, informa-se que a coleta de dados contemplará a aplicação de **questionários** (para os usuários e participantes dos serviços educativos) e a concessão de **entrevistas** (para os gestores e profissionais da Biblioteca Pública Benedito Leite). Os participantes terão além dos benefícios acima descritos, orientações e esclarecimentos a respeito de todo o processo de aplicação dos instrumentos. Todas as informações obtidas por meio desta pesquisa serão estritamente confidenciais, lhe assegurando o total sigilo sobre sua participação, uma vez que não serão solicitados quaisquer dados pessoais. Destaca-se que os dados coletados servirão de insumos para produtos de natureza científica (dissertação, artigos científicos, publicações eletrônicas, dentre outras), assegurando seu anonimato nas publicações desdobradas da pesquisa. Logo, os produtos da pesquisa serão divulgados com o suporte do Programa de Pós-Graduação em

Cultura e Sociedade (PGCult), Mestrado Interdisciplinar, da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

Você receberá uma via deste termo, assinada por ambas as partes, constando o telefone e o endereço do pesquisador principal desta pesquisa, para quaisquer dúvidas ou esclarecimentos que venha a ter sobre o projeto de pesquisa, sua participação, agora ou em momentos posteriores. Além disso, também, é informado o endereço e os contatos do Comitê de Ética em Pesquisa da UFMA, para qualquer reclamação, dúvida ou esclarecimento. Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de **FORMA LIVRE** para participar desta pesquisa. Pedimos que preencha, por favor, os itens que seguem:

CASO AINDA TENHA DÚVIDAS À RESPEITO NÃO ASSINE ESTE TERMO
CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento em participar da pesquisa. Declaro que recebi cópia deste termo de consentimento, e autorizo a realização da pesquisa e a divulgação dos dados obtidos neste estudo.

Assinatura do Participante da Pesquisa

Maurício José Moraes Costa
CRB 13/833

PESQUISADOR PRINCIPAL:

MAURÍCIO JOSÉ MORAIS COSTA, brasileiro, solteiro, Bibliotecário CRB 13/833, com CPF Nº 054.081.433-41, residente e domiciliado na Avenida Gapara, 4, Casa A, Cidade Nova (Estrada do Gapara), São Luís, Maranhão, CEP 65083-430.

Contato: (98) 98852-9927/98138-1964 / **E-mail:** mauricio.jmc@outlook.com

ORIENTADORA: Prof.^a Dr.^a Kláutenys Dellene Guedes Cutrim

E-mail: kdgedes@yahoo.com.br

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CULTURA E SOCIEDADE (PGCult-UFMA)

Centro de Ciências Humanas – CCH, Térreo, Bloco 02

Av. dos Portugueses, nº 1966, Cidade Universitária, Bacanga.

Telefone: (98) 3272-8387/3272-8389 / **E-mail:** pgcult.secretaria@gmail.com

COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DA UFMA (CEP-UFMA)

Avenida dos Portugueses, s/n, Campus Universitário Dom Delgado, Bacanga, Prédio CEB Velho, Bloco C, Sala 7 (Próximo ao Auditório Multimídia da PPPGI), CEP 65080-040.

Telefone: 3272-8708 / **E-mail:** cepufma@ufma.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CULTURA E SOCIEDADE
MESTRADO INTERDISCIPLINAR

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIOS DOS PARTICIPANTES

Este questionário faz parte da pesquisa de Mestrado intitulada “**A Educação Patrimonial na Biblioteca Pública do Maranhão: um estudo acerca dos serviços educativos da Biblioteca Pública Benedito Leite (BPBL)**” de autoria de Maurício José Moraes Costa e sob orientação da Prof.^a Dr.^a Kláutenys Dellene Guedes Cutrim do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (PGCult-UFMA).

A pesquisa tem por objetivo geral: Investigar a educação patrimonial desenvolvida na Biblioteca Pública Benedito Leite, no que diz respeito aos serviços educativos voltados para a preservação da memória, bem como a interpretação e valorização do patrimônio cultural do Estado do Maranhão.

Desde já agradecemos sua contribuição e disponibilidade em respondê-lo.

SOBRE A BIBLIOTECA PÚBLICA BENEDITO LEITE
1. Qual o seu vínculo com a Biblioteca Pública Benedito Leite? ☐ Usuário registrado ☐ Visitante ☐ Outro:
2. Há quanto tempo frequenta a Biblioteca Benedito Leite? ☐ 1 a 2 anos ☐ 3 a 4 anos ☐ 5 a 10 anos ☐ Acima de 10 anos.
3. Com que frequência costuma visitar a Biblioteca Benedito Leite? ☐ Diariamente ☐ Semanalmente ☐ Mensalmente ☐ Esporadicamente
4. Quais serviços costuma utilizar na Biblioteca Benedito Leite? ☐ Circulação (reserva, empréstimo, renovação de livros) ☐ Serviço de Referência e Informação (atendimento ao usuário) ☐ Serviços educativos (visitas orientadas, orientações sobre manuseio e uso dos materiais da Biblioteca, Palestras, etc.). ☐ Serviços dos setores especiais da Biblioteca (Setor de Obras Raras, Biblioteca Braile, Biblioteca Infantil, etc.). ☐ Eventos, oficinas, etc. ☐ Outro:
5. Conhece a história da Biblioteca Pública Benedito Leite? ☐ Sim ☐ Não
6. Recomenda para outras pessoas visitar Biblioteca Pública? ☐ Sim ☐ Não
7. Qual a primeira coisa que você lembra em relação à Biblioteca Pública Benedito Leite?
8. Qual o papel da Biblioteca Pública Benedito Leite para a cidade de São Luís?
9. Como recebe informações da Biblioteca Benedito Leite? ☐ Informativos impressos ☐ Internet, Redes Sociais, sites, etc. ☐ Jornal, TV, Revistas, etc.

- ☐ Na própria Biblioteca Pública
☐ Outros:

SOBRE OS SERVIÇOS EDUCATIVOS DA BPBL

10. Com relação às ações de educação patrimonial desenvolvidas pela Biblioteca Pública neste serviço educativo, o que você achou melhor?

11. Com relação ao serviço educativo, assinale:

O que achou dos materiais utilizados e apresentados?

☐ ruim ☐ regular ☐ bom ☐ ótimo

Dos conceitos apresentados qual você tinha mais conhecimento?

☐ Cultura ☐ Memória ☐ Identidade ☐ Patrimônio Cultural ☐ Outro

E qual conceito você tinha menos conhecimento?

☐ Cultura ☐ Memória ☐ Identidade ☐ Patrimônio Cultural ☐ Outro

Com relação às atividades do serviço educativo que você participou, você as considerou:

☐ ruim ☐ regular ☐ bom ☐ ótimo

Com relação ao espaço onde a atividade/serviço educativo foi desenvolvido(a), você o considerou:

☐ ruim ☐ regular ☐ bom ☐ ótimo

Com relação aos ministrantes e profissionais responsáveis pela atividade/serviço, considerou a metodologia:

☐ ruim ☐ regular ☐ bom ☐ ótimo

12. Para frequentar a oficina houve dificuldades?

☐ Sim ☐ Não

Se sim, quais?

13. Qual seria o melhor canal de comunicação para divulgar uma nova oficina?

☐ Rádio ☐ Folheto ☐ Cartaz ☐ ofício para as escolas, instituições, etc. ☐ Internet

14. Acredita que esta atividade/serviço educativo da BPBL contribuiu para que aprendesse algo novo sobre São Luís?

☐ Sim ☐ Não

15. Você participaria novamente de outros serviços e atividades desenvolvidas pela BPBL

☐ Sim ☐ Não

16. Acha que este serviço/atividade contribui para a valorização e preservação do Patrimônio Cultural de São Luís?

☐ Sim ☐ Não

17. Deixe uma sugestão para os próximos serviços e atividades educativas da BPBL.

Obrigado por sua participação!



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CULTURA E SOCIEDADE

MESTRADO INTERDISCIPLINAR

APÊNDICE C - ROTEIRO DA ENTREVISTA

1ª Parte:

1. Formação
2. Cargo na instituição
3. Há quanto tempo trabalha na Biblioteca Pública Benedito Leite?

2ª Parte:

1. Na sua opinião o patrimônio e a memória são elementos basilares para a Biblioteca Pública Benedito Leite? Comente.
2. Acredita que a Biblioteca Pública Benedito Leite pode formar cidadãos cientes de sua identidade? Comente.
3. Qual o papel da Biblioteca Pública para o Maranhão e para o Brasil?
4. Quais metodologias são utilizadas para trabalhar os aspectos patrimoniais e culturais do Maranhão na BPBL? Como tais categorias são abordadas no âmbito dos produtos e serviços da Biblioteca?
5. Como considera/analisa/vê o interesse da comunidade quanto à BPBL e qual a relação destes com o patrimônio cultural, material e imaterial presente na mesma?
6. Acredita que a BPBL contribui para a preservação e valorização do patrimônio cultural do Maranhão?
7. Como vê a Educação Patrimonial na BPBL?
8. Acredita que os serviços educativos da BPBL são viáveis e pertinentes em termos de planejamento e implementação?
9. A BPBL realiza algum tipo de planejamento, gestão e acompanhamento dos serviços e produtos mediante algum documento?
10. Quais serviços e ações desenvolvidas pela BPBL deixam claro a Educação Patrimonial realizada pela instituição e por seus profissionais?
11. A Biblioteca elabora algum tipo de material para divulgação dos produtos e serviços educativos (folders, anúncios, guias, etc.)?
12. Existem além das visitas guiadas e orientações para os usuários outros serviços educativos na BPBL?
13. Já teve eventos, programações e ações específicas visando a preservação e valorização do patrimônio cultural do Maranhão na BPBL?
14. Existe algum instrumento de controle do fluxo de usuários, turistas, retenção, dentre outros aspectos relacionados aos produtos e serviços da BPBL?
15. Há instrumento de avaliação de visitação, bem como dos usuários que participam dos serviços educativos da BPBL?
16. Quais projetos a BPBL pretende desenvolver futuramente relacionado ao patrimônio cultural local?
17. Como vê a criação de um manual/guia/portfólio de educação patrimonial para bibliotecas, arquivos e museus, a partir desta pesquisa?
18. Acredita no potencial da Educação Patrimonial para expansão dos Serviços de Referência e Informação, valorização e preservação do Patrimônio Cultural?
19. No âmbito dos serviços educativos, quais são os principais objetivos/missão e valores que a instituição tem?
20. A que público preferencial se destina as atividades desenvolvidas? Quais as áreas temáticas que estas atividades abordam?
21. As atividades são programadas e realizadas tendo em linha de conta os conteúdos programáticos das escolas e demais visitantes?
22. Quais as estratégias/métodos que utilizam para captar a atenção dos diferentes Públicos?
23. Que métodos são utilizados para a realização da divulgação das atividades junto do público?
24. Fazem avaliação das atividades? A avaliação é feita durante ou no final da atividade, ou em ambos os casos? Que técnicas utilizam? Por que razão a fazem desta maneira?
25. Qual o uso/destino que dão aos dados recolhidos das avaliações que são feitas?
26. Se tivesse de alterar, reformular ou melhorar alguma atividade que desenvolvem, quais seriam estas? Por quê?
27. Conhecem algum serviço educativo/atividades, em outro local ou instituição que funcione melhor do que o da BPBL? Acredita que pode ser implementado localmente?

**APÊNDICE D - GRELHA DE OBSERVAÇÃO SISTEMÁTICA**

Nº / DIA DA VISITA	PÚBLICO ALVO	QUANTIDADE DE PESSOAS	TIPO DE ATIVIDADE	ÁREAS TEMÁTICAS
OBSERVAÇÃO				
COMPORTAMENTOS/ATITUDES			SIM	NÃO
Educação				
Atenção				
Participativos				
Observadores				
Curiosos				
Interessados				
CATEGORIAS OBSERVADAS				
Atividade desenvolvida:				
Quem prestou o serviço:				
Formação dos profissionais envolvidos:				
Estratégias, técnicas, metodologias:				
Acessibilidade:				
Espaços utilizados:				
Capacidade de resposta:				
Divulgação das atividades:				
Avaliação:				
ANOTAÇÕES				

ANEXOS

ANEXO A – ORGANOGRAMA DA BIBLIOTECA PÚBLICA BENEDITO LEITE

